MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 2.2022.BIBLIOT.0768842.2022.003026

Manaus, 15 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. DARLAN BENEVIDES DE QUEIROZ

Chefe do CEAF

Nesta

Assunto: **Solicitação de Aquisição de Assinaturas de Bibliotecas Digitais Jurídicas**

Cumprimento Vossa Excelência com o presente e, à oportunidade, INFORMO que considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, **urgente**, de Biblioteca Virtual para que membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva.

Diante do exposto, SOLICITO a aquisição de assinaturas de Bibliotecas Digitais Jurídicas.

O Termo de Referência, encontram-se anexo, contendo os dados para o(s) processo(s) de aquisição.

Respeitosamente,

Wanderléia Lima da Silva

Agente Técnico – Bibliotecário

Documento assinado eletronicamente por **Wanderléia Lima da Silva**, **Agente Técnico - Bibliotecário**, em 15/02/2022, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0768842** e o código CRC **88137D52**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.BIBLIOT.0768844.2022.003026

DESCRIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE *PARQUET*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.

1. **JUTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**

1.1 A Biblioteca Geraldo de Macedo Pinheiro necessita de todo suporte informacional disponível para cumprir a sua competência, que é atender a demanda de seus usuários e servir de apoio na prestação jurisdicional, quer sejam em livros, revistas, plataformas digitais, e-books.

1.2 Justifica-se a aquisição na medida em que, a Biblioteca compete "pesquisar, selecionar e propor a aquisição de material doutrinário e outras publicações de interesse do Ministério Público". No atual cenário de administração de acervos de bibliotecas não mais subsiste o modelo tradicional de oferta ao usuário de publicações apenas em formato físico, o que demanda a necessidade de implementação de bibliotecas digitais, em paralelo à demanda por obras bibliográficas em formato físico.

1.3 Considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, urgente, de Biblioteca Virtual para que Membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva,

1.4 A biblioteca digital é uma plataforma que favorece o acesso aos livros de forma simultânea, que elimina a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo livro e também a preocupação com a sua disponibilidade, afinal o acervo pode ser consultado por meio de computadores, notebooks, tablets ou smartphones. Com a finalidade de permitir acesso às informações na área jurídica, armazenadas em meio digital, de conteúdos abertos nacionais e estrangeiros, a qualquer pessoa com acesso à internet, o que possibilita o acesso aos membros e servidores que se encontram nas promotorias do interior do Estado.

1.5 Ressalta-se que a aquisição da assinatura tem a finalidade de disponibilizar para o usuário conteúdo digitalizado, via internet ou intranet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, reduzindo custos e tempo para os usuários e Instituição; minimizando a necessidade por espaço físico na biblioteca; aumentando a quantidade e qualidade de livros disponíveis aos usuários, facilitando o acesso ao conhecimento; reduzindo custos com manutenção e aquisição de

novas obras e controle de patrimônio, além de importar em economia com aquisição de um catálogo físico completo que importaria num custo quase cinco vezes maior que o de um catálogo virtual.

1.6 Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas, para a consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, para dar suporte às atividades desempenhadas por este *Parquet*

2. PRAZO

O prazo de uso do objeto deste Termo de Referência será de 24 (vinte e quatro) ou 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

O objeto de que trata o presente Termo de Referência compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas** para acesso remoto ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Os conceitos de Biblioteca Virtual e Biblioteca Digital suscitam polêmicas. Os termos envolvem diferentes acepções e denominações registradas na literatura brasileira e internacionais disponíveis sobre o assunto. Segundo a ASIS – American Society for Information Science, as Bibliotecas Virtuais são “sistemas nos quais os recursos são distribuídos via rede, independentemente de sua localização física ao passo que as Biblioteca Digitais “são serviços de informação cujos conteúdos estão originalmente em forma eletrônica e são acessados remotamente por meio de redes de comunicação”.

3.1 Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente (com a criação da conta one pass).

3.2 Que atenda a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com “clock” mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM miníma de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

3.3 Que permita pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência, com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários, utilizando-se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, durante todo o período de vigência do contrato.

3.4 Que conste em seu conteúdo, periódicos online, compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais, contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

3.5 O produto deste termo é o acesso por meio eletrônico, não exclusivo e intransferível, ao

conteúdo da Contratada.

3.6 O uso do produto deve incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

3.7 E possibilite a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da CONTRATADA e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

4. DA CONTRATAÇÃO

4.1 O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) ou 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O acesso deverá ser através do link de acesso disponibilizado na Intranet.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da empresa CONTRATADA:

5.1 Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar;

5.2 Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura;

5.3 Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados;

5.4 Realizar durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos;

5.5 Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo Contratante;

5.6 As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha;

5.7 Prestar treinamento do produto quando solicitado;

5.8 Fornecer Manual de Utilização do produto.

5.9 Entregar à CONTRATANTE as respectivas notas fiscais/faturas dos serviços, as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5.9.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas **Certidões Negativas de Débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** e **Certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.**

5.9.2 Deverá constar da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho correspondente.

5.9.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

5.9.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

5.10 Para fins de emissão da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ-AM.

5.10.1 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o cadastramento descrito no subitem anterior.

5.10.2 Caso não esteja cadastrada, a empresa deverá providenciar:

a) Carta solicitando o cadastramento;

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

5.10.3 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM

AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000

SETOR DE CADASTRO DE CREDORES

5.11 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Comunicar a CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência

6.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência.

6.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

6.4 Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.

6.5 Efetuar o pagamento da CONTRATADA, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos **serviços efetivamente realizados, pela CONTRATADA**, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela CONTRATANTE.

6.6 Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.

6.7 Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.

7. DO PRAZO E LOCAL DE ACESSO

A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso aos Produtos, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, a contar da assinatura do Contrato.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831, de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Ficará a cargo da fiscalização do Contrato da Agente Técnico Bibliotecário.

10. DA ELABORAÇÃO

Wanderléia Lima da Silva

Agente Técnico Bibliotecário

11. DA APROVAÇÃO

Darlan Benevides de Queiroz

Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Documento assinado eletronicamente por **Wanderléia Lima da Silva**, **Agente Técnico - Bibliotecário**, em 15/02/2022, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0768844** e o código CRC **DFDC049D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 48.2022.CEAF.0768903.2022.003026

Manaus, 15 de fevereiro de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
GEBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Solicitação de Aquisição de Assinaturas de Bibliotecas Digitais Jurídicas.

Senhor Subprocurador de Justiça,

Cumprimento Vossa Excelência com o presente e, à oportunidade, informo que considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, **urgente**, de Biblioteca Virtual para que membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva.

Diante do exposto, solicito a aquisição de assinaturas de Bibliotecas Digitais Jurídicas.

O Termo de Referência (0767124), encontram-se anexo, contendo os dados para o(s) processo(s) de aquisição.

Respeitosamente,

DARLAN BENEVIDES DE QUEIROZ
Promotor de Justiça de Entrância Final
Chefe do CEAF/MPAM

Documento assinado eletronicamente por **Darlan Benevides de Queiroz**, **Promotor(a) de Justiça de Entrância Final**, em 15/02/2022, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0768903** e o código CRC **5084664E**.

PARECER Nº 36.2022.01AJ-SUBADM.0820011.2022.003026

Processo: 2022.003026

ASSUNTO: Aquisição da assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo).

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA. APROVAÇÃO No caso em análise, das informações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.BIBLIOT.0768844.2022.003026, observa-se que estão presentes todos os requisitos exigidos, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado; do prazo e das condições de entrega e recebimento; fiscalização; das obrigações da contratada; das obrigações da contratante; da liquidação e do pagamento e; das sanções por inadimplemento. Inteligência dos arts. 7º, 14 e 15, da Lei nº 8.666/93. Parecer pela aprovação do Termo de Referência.

Cuida-se de processo administrativo interno deflagrado a partir do memorando 2 (0768842) emanado da Biblioteca do Ministério Público do estado do Amazonas, que encaminhou minuta de Termo de Referência destinado Aquisição da assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo).

JUTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A Biblioteca Geraldo de Macedo Pinheiro necessita de todo suporte informacional disponível para cumprir a sua competência, que é atender a demanda de seus usuários e servir de apoio na prestação jurisdicional, quer sejam em livros, revistas, plataformas digitais, e-books.

1.2 Justifica-se a aquisição na medida em que, a Biblioteca compete "pesquisar, selecionar e propor a aquisição de material doutrinário e outras publicações de interesse do Ministério Público". No atual cenário de administração de acervos de bibliotecas não mais subsiste o modelo tradicional de oferta ao usuário de publicações apenas em formato físico, o que demanda a necessidade de implementação de bibliotecas digitais, em paralelo à demanda por obras bibliográficas em formato físico.

1.3 Considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, urgente, de Biblioteca Virtual para que Membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva,

1.4 A biblioteca digital é uma plataforma que favorece o acesso aos livros de forma simultânea, que elimina a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo livro e também a preocupação com a sua disponibilidade, afinal o acervo pode ser consultado por meio de computadores, notebooks, tablets ou

smartphones. Com a finalidade de permitir acesso às informações na área jurídica, armazenadas em meio digital, de conteúdos abertos nacionais e estrangeiros, a qualquer pessoa com acesso à internet, o que possibilita o acesso aos membros e servidores que se encontram nas promotorias do interior do Estado.

1.5 Ressalta-se que a aquisição da assinatura tem a finalidade de disponibilizar para o usuário conteúdo digitalizado, via internet ou intranet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, reduzindo custos e tempo para os usuários e Instituição; minimizando a necessidade por espaço físico na biblioteca; aumentando a quantidade e qualidade de livros disponíveis aos usuários, facilitando o acesso ao conhecimento; reduzindo custos com manutenção e aquisição de novas obras e controle de patrimônio, além de importar em economia com aquisição de um catálogo físico completo que importaria num custo quase cinco vezes maior que o de um catálogo virtual.

1.6 Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas, para a consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, para dar suporte às atividades desempenhadas por este *Parquet*

É o relato no essencial. **Passo a OPINAR.**

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), *"[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]"*. Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

[…] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo. Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na**

procedimentalização da contratação.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência, nomenclatura utilizada na legislação pertinente ao pregão (Lei Federal nº 10.520/02), que também consta na Lei de Licitação com o *nomen juris* de Projeto Básico, é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo; [...]
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação. [...]
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> **- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.**
>
> **- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.**
>
> - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.
>
> - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.
>
> (TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5)

-

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. **Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.**

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende adquirir a assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), nos termos do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.BIBLIOT.0768844.2022.003026 (0768844).

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, bem como a forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;

- Critérios de aceitação do objeto;

- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;

- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;

- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;

- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;

- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;

- Deveres do contratado e do contratante;

- Prazo de garantia, quando for o caso;

- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

- Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.BIBLIOT.0768844.2022.003026, observa-se que estão presentes alguns dos requisitos exigidos, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado; do prazo e das condições de entrega e recebimento; das obrigações da contratada e da contratante, inclusive quanto à liquidação e pagamento.

Nada obstante, observa-se que, na seção destinada às **penalidades administrativas por inadimplemento**, limitou-se o setor requisitante a mencionar a legislação de regência, sem, contudo, especificar expressamente a quais penalidades estaria sujeito o contratante, nem valores de multas ou prazos para cumprimento e/ou pagamento. Tudo isto deve estar exaustivamente descrito no Termo de Referência.

Da mesma forma, também não se encontra regular o **prazo de uso objeto da contratação**. Deverá o setor requisitante indicar de forma expressa e precisa que prazo entende razoável, se 12, 24 ou uma quantidade maior de meses, devendo isto ficar bem esclarecido na requisição, até mesmo para viabilizar-se a segurança do ajuste, tanto para o contratado, como para o contratante.

Em tempo, registre-se que, a despeito de não haver regras para nomeação entendo que as normas de gerenciamento e fiscalização que usualmente se fazem constar do instrumento da avença e/ou Ata de Registro de Preços serão suficientes para suplantar eventual carência de disposições sobre o tema no Termo de Referência ora analisado.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.BIBLIOT.0768844.2022.003026 (0768844), **CONDICIONANDO-A**, contudo, à reelaboração das Seções referentes às **penalidades administrativas e ao prazo de uso do objeto.**

Em última *ratio*, importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 16 de maio de 2022.

CLAUDIA DE MORAES MARTINS PEREIRA
Assessora Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Cláudia de Moraes Martins Pereira**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 17/05/2022, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0820011** e o código CRC **D74D604A**.

DESPACHO Nº 173.2022.01AJ-SUBADM.0820013.2022.003026

Processo: 2022.003026

ASSUNTO: Aquisição da assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo).

Cuida-se de processo administrativo interno deflagrado a partir do memorando 2 (0768842) emanado da Biblioteca do Ministério Público do estado do Amazonas, que encaminhou minuta de Termo de Referência destinado Aquisição da assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo).

JUTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A Biblioteca Geraldo de Macedo Pinheiro necessita de todo suporte informacional disponível para cumprir a sua competência, que é atender a demanda de seus usuários e servir de apoio na prestação jurisdicional, quer sejam em livros, revistas, plataformas digitais, e-books.

1.2 Justifica-se a aquisição na medida em que, a Biblioteca compete "pesquisar, selecionar e propor a aquisição de material doutrinário e outras publicações de interesse do Ministério Público". No atual cenário de administração de acervos de bibliotecas não mais subsiste o modelo tradicional de oferta ao usuário de publicações apenas em formato físico, o que demanda a necessidade de implementação de bibliotecas digitais, em paralelo à demanda por obras bibliográficas em formato físico.

1.3 Considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, urgente, de Biblioteca Virtual para que Membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva,

1.4 A biblioteca digital é uma plataforma que favorece o acesso aos livros de forma simultânea, que elimina a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo livro e também a preocupação com a sua disponibilidade, afinal o acervo pode ser consultado por meio de computadores, notebooks, tablets ou smartphones. Com a finalidade de permitir acesso às informações na área jurídica, armazenadas em meio digital, de conteúdos abertos nacionais e estrangeiros, a qualquer pessoa com acesso à internet, o que possibilita o acesso aos membros e servidores que se encontram nas promotorias do interior do Estado.

1.5 Ressalta-se que a aquisição da assinatura tem a finalidade de disponibilizar para o usuário conteúdo digitalizado, via internet ou intranet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, reduzindo custos e tempo para os usuários e Instituição; minimizando a necessidade por espaço físico na biblioteca; aumentando a quantidade e qualidade de livros disponíveis aos usuários, facilitando o acesso ao conhecimento; reduzindo custos com manutenção e aquisição de novas obras e controle de patrimônio, além de importar em economia com aquisição de um catálogo físico completo que importaria num custo quase cinco vezes maior que o de um catálogo virtual.

1.6 Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas, para a consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime

democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, para dar suporte às atividades desempenhadas por este *Parquet*

Instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o PARECER Nº 36.2022.01AJ-SUBADM.0820011.2022.003026, opinando favoravelmente pela aprovação do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.BIBLIOT.0768844.2022.003026 **CONDICIONANDO-A**, contudo, à reelaboração das Seções referentes às penalidades administrativas e ao prazo de uso do objeto.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa, ao passo em que DETERMINO a devolução do feito à Biblioteca para as correções indicadas pela Assessoria Jurídica.

Com os reparos, voltem-me os autos novamente conclusos.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 16 de maio de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 17/05/2022, às 10:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0820013** e o código CRC **7F19BC56**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026

DESCRIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE *PARQUET*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.

1 JUTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A Biblioteca Geraldo de Macedo Pinheiro necessita de todo suporte informacional disponível para cumprir a sua competência, que é atender a demanda de seus usuários e servir de apoio na prestação jurisdicional, quer sejam em livros, revistas, plataformas digitais, e-books.

1.2 Justifica-se a aquisição na medida em que, a Biblioteca compete "pesquisar, selecionar e propor a aquisição de material doutrinário e outras publicações de interesse do Ministério Público". No atual cenário de administração de acervos de bibliotecas não mais subsiste o modelo tradicional de oferta ao usuário de publicações apenas em formato físico, o que demanda a necessidade de implementação de bibliotecas digitais, em paralelo à demanda por obras bibliográficas em formato físico.

1.3 Considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, urgente, de Biblioteca Virtual para que Membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva,

1.4 A biblioteca digital é uma plataforma que favorece o acesso aos livros de forma simultânea, que elimina a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo livro e também a preocupação com a sua disponibilidade, afinal o acervo pode ser consultado por meio de computadores, notebooks, tablets ou smartphones. Com a finalidade de permitir acesso às informações na área jurídica, armazenadas em meio digital, de conteúdos abertos nacionais e estrangeiros, a qualquer pessoa com acesso à internet, o que possibilita o acesso aos membros e servidores que se encontram nas promotorias do interior do Estado.

1.5 Ressalta-se que a aquisição da assinatura tem a finalidade de disponibilizar para o usuário conteúdo digitalizado, via internet ou intranet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, reduzindo custos e tempo para os usuários e Instituição; minimizando a necessidade por espaço físico na biblioteca; aumentando a quantidade e qualidade de livros disponíveis aos usuários, facilitando o acesso ao conhecimento; reduzindo custos com manutenção e aquisição de

novas obras e controle de patrimônio, além de importar em economia com aquisição de um catálogo físico completo que importaria num custo quase cinco vezes maior que o de um catálogo virtual.

1.6 Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas, para a consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, para dar suporte às atividades desempenhadas por este *Parquet*.

2 PRAZO

O prazo de uso do objeto deste Termo de Referência será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

3 DETALHAMENTO DO OBJETO

O objeto de que trata o presente Termo de Referência compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas** para acesso remoto ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Os conceitos de Biblioteca Virtual e Biblioteca Digital suscitam polêmicas. Os termos envolvem diferentes acepções e denominações registradas na literatura brasileira e internacionais disponíveis sobre o assunto. Segundo a ASIS – American Society for Information Science, as Bibliotecas Virtuais são “sistemas nos quais os recursos são distribuídos via rede, independentemente de sua localização física ao passo que as Biblioteca Digitais “são serviços de informação cujos conteúdos estão originalmente em forma eletrônica e são acessados remotamente por meio de redes de comunicação”.

3.1 Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente (com a criação da conta one pass).

3.2 Que atenda a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com “clock” mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM miníma de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

3.3 Que permita pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência, com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários, utilizando-se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, durante todo o período de vigência do contrato.

3.4 Que conste em seu conteúdo, periódicos online, compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais,

contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

3.5 O produto deste termo é o acesso por meio eletrônico, não exclusivo e intransferível, ao conteúdo da Contratada.

3.6 O uso do produto deve incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

3.7 E possibilite a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da CONTRATADA e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

4 DA CONTRATAÇÃO

4.1 O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O acesso deverá ser através do link de acesso disponibilizado na Intranet.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da empresa CONTRATADA:

5.2 Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar;

5.3 Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura;

5.4 Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados;

5.5 Realizar durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos;

5.6 Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo Contratante;

5.7 As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha;

5.8 Prestar treinamento do produto quando solicitado;

5.9 Fornecer Manual de Utilização do produto.

5.10 Entregar à CONTRATANTE as respectivas notas fiscais/faturas dos serviços, as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5.10.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das

respectivas **Certidões Negativas de Débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** e **Certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.**

5.10.2 Deverá constar da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho correspondente.

5.10.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

5.10.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

5.11 Para fins de emissão da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ-AM.

5.11.1 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o cadastramento descrito no subitem anterior.

5.11.2 Caso não esteja cadastrada, a empresa deverá providenciar:

a) Carta solicitando o cadastramento;

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

5.11.3 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM

AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000

SETOR DE CADASTRO DE CREDORES

5.12 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Comunicar a CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência

6.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência.

6.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

6.4 Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.

6.5 Efetuar o pagamento da CONTRATADA, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos **serviços efetivamente realizados, pela CONTRATADA**, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela CONTRATANTE.

6.6 Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.

6.7 Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.

7 DO PRAZO E LOCAL DE ACESSO

A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso aos Produtos na Intranet da instituição, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da assinatura do Contrato.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I – Advertência.

II - Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

V - Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

8.2 De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens “III” e “IV”, às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1 tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.3 Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, podendo, ainda, ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1 deixar de entregar a documentação exigida no certame;

2 apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

3 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

4 não mantiver a proposta;

5 falhar ou fraudar na execução do contrato;

6 comportar-se de modo inidôneo;

7 cometer fraude fiscal;

8 não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

9 não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

8.4 Para os fins da condição do item "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

8.5 As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da CONTRATANTE, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

8.6 As penalidades acima referidas serão propostas pela FISCALIZAÇÃO e impostas pela autoridade competente.

8.7 As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas somado ao item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

9 DAS MULTAS

9.1 Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

9. 2 As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

9.3 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.4 As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente justificado e comprovado pela CONTRATADA, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela CONTRATANTE.

10 DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) FISCALIZAÇÃO, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da CONTRATANTE, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1 Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços.

2 Gerir, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a CONTRATADA, mediante ofício ou outros documentos.

3 Atestar a respectiva nota fiscal/fatura emitida corretamente pela CONTRATADA, para a efetivação do pagamento correspondente.

4 Verificar quando da liquidação dos serviços a documentação de regularidade fiscal da CONTRATADA.

5 Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

6 Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.

7 Solicitar à CONTRATADA e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.

8 Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste.

9 Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.

10 Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, exigindo sua regularização, durante a vigência do contrato.

11 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

12 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

13 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14 Comunicar à Administração, de forma imediata, as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CONTRATADA, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.

15 Praticar os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da CONTRATADA, inclusive perante terceiros,

por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

11 DA ELABORAÇÃO

Wanderléia Lima da Silva

Agente Técnico Bibliotecário

12 DA APROVAÇÃO

Darlan Benevides de Queiroz

Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Documento assinado eletronicamente por **Wanderléia Lima da Silva**, **Agente Técnico - Bibliotecário**, em 12/07/2022, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0856224** e o código CRC **599569E8**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 4.2022.BIBLIOT.0856971.2022.003026

A Sua Excelência o Senhor

Dr. DARLAN BENEVIDES DE QUEIROZ

Chefe do CEAF

Nesta

Manaus, 12 de julho de 2022.

Assunto: Resposta ao DESPACHO Nº 173.2022.01AJ-SUBADM.0820013.2022.003026

Cumprimento Vossa Excelência com o presente e, à oportunidade, INFORMO que, considerando o **DESPACHO Nº 173.2022.01AJ-SUBADM.0820013.2022.003026**, ENCAMINHO o Termo de Referência reelaborado, conforme as correções indicadas pela Assessoria Jurídica das Seções referentes às penalidades administrativas e ao prazo de uso do objeto, para continuação do processo de aquisição.

Respeitosamente,

Wanderléia Lima da Silva

Agente Técnico – Bibliotecário

Documento assinado eletronicamente por **Wanderléia Lima da Silva**, **Agente Técnico - Bibliotecário**, em 12/07/2022, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0856971** e o código CRC **D0C93780**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 189.2022.CEAF.0861025.2022.003026

Manaus, 19 de julho de 2022.

À Sua Excelência o Senhor

Dr. GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Nesta

Assunto: Encaminha resposta ao Despacho N.º 173.2022.01AJ-SUBADM.0820013.2022.003026.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento Vossa Excelência e, em resposta ao despacho em epígrafe, envio-lhe Termo de Referência reelaborado (0856224) consoante orientações da Assessoria Jurídica dessa Subprocuradoria.

Respeitosamente,

DARLAN BENEVIDES DE QUEIROZ
Promotor de Justiça de Entrância Final
Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Documento assinado eletronicamente por **Darlan Benevides de Queiroz**, **Promotor(a) de Justiça de Entrância Final**, em 19/07/2022, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0861025** e o código CRC **CD3F0272**.

DESPACHO Nº 396.2022.01AJ-SUBADM.0861107.2022.003026

Retornam os autos tratando de processo administrativo interno deflagrado a partir do memorando 2 (0768842) emanado da Biblioteca do Ministério Público do estado do Amazonas, que encaminhou minuta de Termo de Referência destinado Aquisição da assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo).

Após análise do Termo, houve sua aprovação condicionada à inclusão de itens referentes às penalidades administrativas e ao prazo de uso do objeto, conforme Despacho 173 (0820013) que acolheu o Parecer 36 (0820011).

Procedidas as inclusões solicitadas, os autos retornam com o Termo de Referência 3 (0856224), no qual verifico que foram realizadas as sugestões dadas pela assessoria jurídica, prescindindo neste momento de nova análise.

Assim sendo, DETERMINO o prosseguimento do feito com o envio do processo ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS para pesquisa de mercado e, à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF para demais providências.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 19 de julho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 19/07/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0861107** e o código CRC **8EC73877**.

[PGJ/AM] Bibliotecas Jurídicas Digitais

Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Sex, 19/08/2022 12:07

Cco: cotacao@ebsco.com.br <cotacao@ebsco.com.br>;societario01@sannar.com.br <societario01@sannar.com.br>;comunicacao@editoraforum.com.br <comunicacao@editoraforum.com.br>;adriana.vieira@thomsonreuters.com <adriana.vieira@thomsonreuters.com>;azevedo@minhabiblioteca.com.br <azevedo@minhabiblioteca.com.br>;atendimento@minhabiblioteca.com.br <atendimento@minhabiblioteca.com.br>;fiscal.cps@pearson.com <fiscal.cps@pearson.com>;cpfiscal@somoseducacao.com.br <cpfiscal@somoseducacao.com.br>;giovani@tirant.com <giovani@tirant.com>;atendimento@tirant.com <atendimento@tirant.com>;lbarranco@vlex.com <lbarranco@vlex.com>

1 anexos (261 KB)

TR 003.2022.BIBLIOT.0856224.pdf;

Prezada Empresa Fornecedora,

Solicitamos proposta comercial para a aquisição de assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para dar suporte às atividades da PGJ/AM.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como Razão Social; CNPJ; endereço completo; contatos telefônicos; e-mail; dados bancários; marca e modelo de produtos ou serviços, se for o caso; entre outros.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

4 - Juntamente com a proposta, deverá ser encaminhado prospecto, apresentação, folheto, manual, programa ou documento semelhante, que permita a verificação detalhada das funcionalidades do serviço ofertado.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta mensagem.
Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, que deverão ser encaminhadas por escrito, através deste endereço eletrônico.

Desde já, agradecemos a colaboração e o rápido retorno.
Atenciosamente,

E-mail do SCOMS: Pedido de Proposta (0882288) SEI 2022.003026 / pg. 30

Felipe Beiragrande da Costa
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

Re: [PGJ/AM] Bibliotecas Jurídicas Digitais

Alice Oliveira Pinto Fiuza <alice@editoraforum.com.br>

Seg, 22/08/2022 14:23

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Cc: Cláudia Renata Lima Soares Campos <claudia@editoraforum.com.br>

1 anexos (646 KB)

PROPOSTA 20956_22 - PGJ_AM.pdf;

Prezado Felipe,

Conforme solicitado, encaminho anexa a proposta para análise.

Atenciosamente,

Alice Fiuza
Relacionamento Key Account
FÓRUM Conhecimento Jurídico

+55 31 2121 4915 I **31 99893 9841**
alice@editoraforum.com.br
www.editoraforum.com.br

Conheça o **Programa de Compliance**

Em seg., 22 de ago. de 2022 às 14:31, Alice Oliveira Pinto Fiuza <alice@editoraforum.com.br> escreveu:

> Prezado Felipe, boa tarde!
>
> Acuso recebimento para providências.
>
> ---------- Forwarded message ---------
> De: **Setor de Compras e Servicos** <compras@mpam.mp.br>
> Date: sex., 19 de ago. de 2022 às 13:07
> Subject: [PGJ/AM] Bibliotecas Jurídicas Digitais
> To:
>
> **Prezada Empresa Fornecedora,**

Proposta de Preço da empresa FORUM (0883994) SEI 2022.003026 / pg. 32

Solicitamos proposta comercial para a aquisição de assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para dar suporte às atividades da PGJ/AM.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como Razão Social; CNPJ; endereço completo; contatos telefônicos; e-mail; dados bancários; marca e modelo de produtos ou serviços, se for o caso; entre outros.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

4 - Juntamente com a proposta, deverá ser encaminhado prospecto, apresentação, folheto, manual, programa ou documento semelhante, que permita a verificação detalhada das funcionalidades do serviço ofertado.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta mensagem.
Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, que deverão ser encaminhadas por escrito, através deste endereço eletrônico.

Desde já, agradecemos a colaboração e o rápido retorno.
Atenciosamente,

Felipe Beiragrande da Costa
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, bem como seus anexos, pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas e possui destinação específica. Em caso de recebimento do presente e-mail por engano, solicita-se a gentileza de comunicar o equívoco ao remetente e apagar a mensagem imediatamente. A divulgação, distribuição, alteração e/ou cópia desta comunicação, ou qualquer outra ação executada com uso das informações aqui contidas, sem autorização expressa de seus autores, constitui obtenção de dados por meio ilícito e a Editora FÓRUM Ltda. se reserva ao direito de pleitear ressarcimento pelos prejuízos decorrentes do eventual uso indevido das informações contidas nesta mensagem e de requerer a aplicação das penalidades cabíveis.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022

PROPOSTA COMERCIAL – EDITORA FÓRUM

Nº PROPOSTA: 20956/22
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS
A/C: Felipe

A **Editora Fórum**, especializada em periódicos e livros jurídicos, com mais de 25 anos de tradição, apresenta proposta de aquisição da **Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico**. Evolução da BID - Biblioteca Digital Fórum - a **Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico**, proporciona aos nossos assinantes uma experiência inédita: pesquisar, ao mesmo tempo, em periódicos, informativos, livros, vídeos e conteúdos exclusivos, de forma fácil, rápida e segura.

O modelo de negócio permite acesso **ilimitado, simultâneo e perpétuo do conteúdo contratado**, estendido a todo o período anterior. Isso significa que, pelo mesmo valor de uma (1) assinatura anual, o Contratante terá acesso também a todo o conteúdo dos anos anteriores.

Como o acesso é ilimitado, todos os servidores do órgão contratante poderão beneficiar-se do conteúdo sem restrição, sem que seja necessária a contratação de mais de uma assinatura. Por ser o acesso também perpétuo, mesmo se não houver renovação da assinatura, todos os volumes já contratados estarão disponíveis por período indeterminado. A busca semântica e ampla indexação também reduzem a dependência dos usuários na pesquisa, otimizando o tempo com consultas. Também o recurso de 'copiar e colar' torna as pesquisas ainda mais ágeis. Por ser digital, reduz o trabalho com questões logísticas de empréstimo e armazenamento dos diversos volumes. Todos estes pontos tornam clara a vantagem econômica em contratar a **Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico**.

A. Objeto:

A **Plataforma Fórum Conhecimento Jurídico** é composta por:

1. Biblioteca Digital Fórum de Direito
2. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 1ª Série
3. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 2ª Série
4. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 3ª Série
5. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 4ª Série
6. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 5ª Série
7. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 6ª Série
8. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 7ª Série
9. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 8ª Série (2020/2021)
10. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 9ª Série (2021/2022)
11. Biblioteca Digital Fórum de Livros - 10ª Série (2022/2023)
12. Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 1ª Série
13. Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 2ª Série
14. Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 3ª Série

15. Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 4ª Série
16. Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 5ª Série
17. Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 6ª Série
18. Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público
19. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 1ª Série
20. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 2ª série
21. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 3ª série
22. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 4ª série
23. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 5ª série (2018/2020)
24. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 6ª série (2021/2022)
25. Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 7ª Série (2022/2023)

B. Detalhamento dos itens:

1. **Módulo Fórum de Direito:** são 54 periódicos, sendo 26 títulos bônus, com mais de 3.000 volumes iniciais[1], que reúne ampla doutrina de renomados autores nacionais e internacionais, jurisprudência selecionada e legislação das diversas áreas do Direito, além de conteúdos diversos, tais como entrevistas, tendências jurisprudencial e informativo com atualização diária.

*([1]) Este **valioso acervo inicial dos periódicos contratados é uma cortesia desta Proposta**, cujo valor de mercado é aproximadamente R$700.000,00.*

Módulo Fórum de Livros: composta por séries com obras publicadas pela **Editora Fórum** nas diversas áreas do Direito. Tem como funcionalidades da Plataforma Fórum: leitura simultânea, busca integrada, permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido e opção de conversão de trechos dos textos para o formato PDF. Além de todos estes benefícios, traz mais uma vantagem: caso algum título tenha nova edição[2] em até um ano, a partir da data de aquisição, a **Editora Fórum** disponibilizará gratuitamente a atualização e manterá a edição anterior.

2. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 1ª Série:** Composta por 46 novos títulos;
3. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 2ª Série:** Composta por 104 novos títulos;
4. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 3ª Série:** Composta por 104 novos títulos;
5. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª série:** Composta por 104 novos títulos;
6. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 5ª Série:** Composta por 104 novos títulos;
7. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 6ª Série:** Composta por 105 (1 bônus) novos títulos;
8. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 7ª Série:** Composta por 104 novos títulos;
9. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 8ª Série:** Composta por 106 (2 bônus) novos títulos;
10. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 9ª Série (2021/2022):** corresponde à aquisição pelo Contratante, sendo 73 novos títulos que compõem o acervo inicial e outros 31 que serão disponibilizados na Plataforma Fórum até o final da vigência do contrato. Destaca-se o bônus oferecido ao Contratante nesta aquisição: a **Editora Fórum** disponibilizará

gratuitamente, na Biblioteca Digital, as novas edições[1] dos títulos adquiridos - inclusive das séries anteriores adquiridas, que forem publicadas na vigência do contrato - a fim de que o Contratante se mantenha atualizado durante todo o período contratado.

11. **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 10ª Série (2022/2023):** A assinatura da 9ª Série corresponde à aquisição pelo Contratante, do total de 104 novos títulos, que serão disponibilizados na Plataforma Fórum até o final da vigência do contrato. Destaca-se o bônus oferecido ao Contratante nesta aquisição: a **Editora Fórum** disponibilizará gratuitamente, na Biblioteca Digital, as novas edições[2] dos títulos adquiridos - inclusive das séries anteriores adquiridas, que forem publicadas na vigência do contrato - a fim de que o Contratante se mantenha atualizado durante todo o período contratado.

([2]) *Exceto quanto aos títulos que deixarem de ser publicados pela **Editora Fórum**, em decorrência de rescisão ou término do contrato de edição celebrado entre a Editora e o titular, permanecendo a última edição adquirida*.

Módulo Fórum Del Rey de Livros: composta por séries de títulos de renomados autores da área do Direito Privado e do Direito público, as obras são publicadas com a excelência do **selo editorial Del Rey** e possui todas as funcionalidades da Plataforma Fórum.

12. **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 1ª Série:** composta por 49 novos títulos;
13. **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 2ª Série:** composta por 49 novos títulos;
14. **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 3ª Série:** composta por 49 novos títulos;
15. **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 4ª Série:** composta por 49 novos títulos;
16. **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 5ª Série:** composta por 49 novos títulos;
17. **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 6ª Série:** composta por 11 novos títulos e 09 a serem disponibilizados Plataforma Fórum, até o final da vigência do contrato;

18. **Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público:** assinatura anual composta por 21 livros do Prof. Jorge Ulisses Jacoby, traz os benefícios da Plataforma Fórum, como leitura simultânea, busca integrada e permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido. Possibilita também a conversão de trechos dos textos para o formato PDF. Além disso, traz mais uma vantagem: em caso seja lançado novo título ou nova edição[4] do autor, a **Editora Fórum** disponibilizará gratuitamente, mantendo também a edição anterior, durante a vigência do contrato.

([4]) *Exceto quanto aos títulos que deixarem de ser publicados pela **Editora Fórum** em decorrência de rescisão ou término do contrato de edição celebrado entre a Editora e o titular, permanecendo a última edição adquirida*.

Módulo Fórum de Vídeos: as séries de vídeos contam com vídeos exclusivos dos mais consagrados Juristas, tratando de temas abordados em debates nos eventos realizados pela **Editora Fórum** e parceiros. A integração das palestras à **Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico** corresponde ao acesso a ensinamentos que ainda não foram escritos. Um tema pesquisado em periódicos e livros terá uma busca simultânea também no **Módulo de Vídeos**.

Além disso, todos os vídeos possuem referência normalizada segundo as regras da ABNT, para que possam ser citados da mesma maneira que o conteúdo escrito. Destaca-se a permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido e a possibilidade de gerar conteúdo para EAD do cliente. É expressamente vetada a reprodução dos conteúdos, a título oneroso. A título gratuito, mediante expressa e prévia autorização da **Editora Fórum**.

19. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 1ª Série:** composta por 103 novos vídeos;
20. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 2ª Série:** composta por 63 novos vídeos;
21. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 3ª Série:** composta por 103 novos vídeos;
22. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 4ª Série:** composta por 106 novos vídeos; novos vídeos (sendo 03 cortesias do II FBDE 2018);
23. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 5ª Série:** composta por 103 novos vídeos;
24. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 6ª Série:** composta por 103 novos vídeos;
25. **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 7ª Série (2022/2023):** corresponde à aquisição, do total de 103 novos vídeos exclusivos, que serão disponibilizados na Plataforma Fórum até o final da vigência do contrato[6].

([6]) Eventualidade de alterações em razão de força maior, por questões técnicas ou na impossibilidade da participação dos palestrantes nos eventos que ainda serão realizados.

C. Acessos: a **Editora Fórum** disponibilizará o acesso ***ilimitado, simultâneo*** **e** ***permanente*** (restrito aos servidores da PGJ/AM) ao conteúdo contratado relacionado no item 'A) Objeto' desta proposta.

D. Vantagens do sistema Plataforma Fórum:

- Acesso ilimitado e simultâneo (poderá ser acessado por todos da Instituição em rede interna, via validação da faixa IP ou instalação de Token);
- Permitido acesso via extranet possibilitando pesquisa em qualquer lugar a qualquer momento;
- Acesso permanente (o conteúdo adquirido pelo cliente será disponibilizado para sempre, porém sem atualizações após o término da assinatura, ou seja, acesso perpétuo);
- Ferramenta de busca rápida e inteligente;
- Citação prática[7] - permite "copiar e colar" trechos de textos com praticidade, eliminando a digitação;
- Adaptada para uso em dispositivos móveis;
- Conversão de trechos dos textos para o formato PDF;
- Organização segundo normas da ABNT;
- Seguro e estável;
- Prático, simples e integrado.

([7]) *É permitido ao CONTRATANTE citar os excertos em petições, pareceres e demais trabalhos, desde que seja informada a fonte e garantidos os créditos dos autores dos artigos, do órgão emanador da decisão ou informação e da publicação*

específica, conforme a licença legal prevista no artigo 46, III da Lei nº 9.610/1998, sendo vetada a reprodução não autorizada, gratuita ou onerosamente, sob pena de ressarcimento, em caso de infração aos direitos autorais.

E. **Suporte:** o suporte para utilização da **Plataforma Fórum de Conhecimento** é oferecido pela **Editora Fórum**, por e-mail plataforma@editoraforum.com.br e/ou telefone: (31) 2121-4912, de segunda a sexta-feira, de 09 às 18 horas, com retorno em até 24 horas úteis para o e-mail do cliente. Ressaltamos que problemas técnicos, que venham ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos, inclusive decorrentes de casos fortuitos ou força maior, será imediatamente o cliente informado em nossa página.

F. **Requisitos técnicos:** o funcionamento adequado do produto, com todas as suas funcionalidades, requer link de internet de no mínimo um (01) megabyte (ou superior), sendo que esta contratação é de responsabilidade do cliente. É compatível com versões atualizadas dos navegadores mais usuais: *Google Chrome*, *Firefox*, *Safari* e *Microsoft Edge*.

G. **Porque contratar o Conteúdo Fórum:** justifica-se a contratação do conteúdo Fórum tendo em vista que o Direito é uma matéria complexa e em constante mutação e que, em se tratando de informação, a contínua atualização é essencial para minimizar os riscos e garantir, por meio de subsídios legais, a eficácia e eficiência nas instituições. A presente contratação tem o objetivo de efetivar as pesquisas necessárias e atualizar o setor jurídico nas matérias específicas.

Sendo assim, a aquisição de serviço dessa natureza origina-se na necessidade de informação e conhecimento dos profissionais, para manter o acompanhamento das novas doutrinas e Jurisprudências acerca das principais matérias e temáticas, que cobrem as mais variadas áreas do Direito, bem como da evolução das práticas de Gestão Pública. Além disso, permite enriquecer o acervo da Biblioteca e prover as necessidades de informação de todos os colaboradores da instituição no exercício das suas atividades, com mais agilidade e eficácia.

O acesso ao conteúdo contratado será **permanente e ilimitado** (restrito aos servidores da PGJ/AM), mesmo que, futuramente, não haja interesse na continuidade da contratação.

Em resumo, podemos indicar como justificativa da contratação que deve constar no **Termo de Referência**:

- A equipe técnica responsável pela elaboração dos produtos contratados;
- A periodicidade do repositório das informações;
- As diversas seções e suas características, de forma a demonstrar a adequação para a atividade do órgão ou entidade. Pode-se dizer que o conteúdo veicula texto para a atividade do órgão ou entidade. Pode-se dizer também que o conteúdo veicula textos de respeitados juristas, que manifestam as suas ideias e opiniões de forma fundamentada, possibilitando o debate e conhecimento sobre diversos temas de Direito Público. Pode-se verificar a seleção de jurisprudência para colocar em relevo a importância da transcrição de

textos integrais dos acórdãos mais relevantes, com larga repercussão a aplicabilidade prática para os agentes públicos. Pode-se, por fim, argumentar que a contratação do conteúdo busca oferecer aos agentes, subsídio doutrinário e jurisprudencial necessário ao exercício de suas atribuições;

- A importância de manter, por meio da periodicidade, a atualização dos conhecimentos;
- A importância de se manter as coleções iniciadas e de se iniciarem novas, para permitir a formação de uma biblioteca cada dia mais completa.

H. Como contratar os Periódicos da Editora Fórum: com larga tradição na publicação de revistas nas diversas áreas do Direito Público, hoje a **Editora Fórum** é a líder nacional na publicação de periódicos. A aquisição de nossos periódicos pode ser feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, conforme entendimento do TCU (*Acórdão n. 3.290/2011 – Plenário; Decisão n. 1.500/202-P, Acórdão n. 1292/2003 – 1ª Câmara; Acórdão n. 1889/2007 – P; Acórdão n. 835/2009-P, Acórdão n. 6.803/2010 – 2ª Câmara e Acórdão n. 950/2011-P; Acórdão n. 320/2005-1ª Câmara*), tendo em vista que, na comercialização dos periódicos, a **Editora Fórum** detém exclusividade comprovada por meio da declaração do Editor informando que seu produto tem os direitos autorais registrados e que não tem nenhum representante ou fornecedor, realizando a comercialização. Apresenta-se, portanto, inviabilidade de competição, por se tratar de contratação de serviço com fornecedor exclusivo, conforme dispõe o *caput* do *art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.*

Há, também, a possibilidade de contratar por dispensa de licitação em função do valor, conforme prevê o *art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.*

I. Valores:

Item	Produto	Qtde	Valor Unitário (R$)
01	Biblioteca Digital Fórum de Direito[8] - 24 meses	01	R$ 239.292,00
02	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 1ª Série	01	R$ 13.616,00
03	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 2ª Série	01	R$ 30.940,00
04	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 3ª Série	01	R$ 30.940,00
05	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 4ª Série	01	R$ 30.940,00
06	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 5ª Série	01	R$ 30.940,00
07	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 6ª série	01	R$ 30.940,00
08	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 7ª Série	01	R$ 30.940,00
09	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 8ª Série	01	R$ 30.940,00
10	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 9ª Série (2022/2023)[9]	01	R$ 30.940,00
11	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 10ª Série (2022/2023)[9]	01	R$ 30.940,00
12	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 1ª Série	01	R$ 13.616,00
13	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 2ª Série	01	R$ 13.616,00

14	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 3ª Série	01	R$ 13.616,00
15	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 4ª Série	01	R$ 13.616,00
16	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 5ª Série	01	R$ 13.616,00
17	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 6ª Série	01	R$ 7.341,00
18	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público - 24 meses	01	R$ 20.863,00
19	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 1ª Série	01	R$ 26.454,00
20	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 2ª Série	01	R$ 20.252,00
21	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 3ª Série	01	R$ 26.454,00
22	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 4ª Série	01	R$ 26.454,00
23	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 5ª Série	01	R$ 26.454,00
24	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 6ª Série (2021/2022)[9]	01	R$ 26.454,00
25	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 7ª Série (2023/2023)[9]	01	R$ 26.454,00
	Valor total para contratação dos itens separados:		**R$ 806.627,00**
	Valor total para contratação da Plataforma Completa - 24 meses[10]		**R$ 707.013,00**

([8]) Inclui acervo inicial dos periódicos contratados como cortesia nesta proposta;
*([9]) O biênio a que se refere cada série diz respeito ao ano da sua edição, não implicando, necessariamente, que a publicação de todos os títulos ocorra até o final do período indicado, uma vez que o objetivo da **Editora Fórum** é sempre primar pela qualidade das suas publicações;*
*([10]) A aquisição da assinatura da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico completa tem o custo total de **R$ 806.627,00** ou seja, **R$ 99.614,00** em vantagem, frente a aquisição da Plataforma Fórum Conhecimento Jurídico separadamente.*

J. **Justificativa de Preço:** para justificar seu preço, a **Editora Fórum** pode apresentar cópia de outros contratos celebrados com órgãos e entidades públicas. Além disso, a Instituição pode realizar pesquisa de contratação de outros órgãos divulgada no *Diário Oficial* e *Comprasnet*.

K. **Prazo da contratação:** o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

L. **Prazo de entrega:** a senha de acesso será enviada para o e-mail informado pelo cliente em até 02 (dois) dias úteis após a emissão da nota fiscal

M. **Validade da proposta:** 60 dias.

N. **Condições de pagamento:** 5 (cinco) dias após o atesto da Nota Fiscal.

O. **Declaração de Exclusividade:** declaramos para os devidos fins, que a **Editora Fórum** é fornecedora exclusiva dos periódicos listados em anexo, dentro de todo território nacional, relativamente a todos os direitos de editoração, distribuição e comercialização, bem como sobre as marcas das publicações que constam na declaração de exclusividade.

P. **Dados da Empresa:** EDITORA FÓRUM LTDA. inscrita no CNPJ n.º 41.769.803/0001-92 I.E. N.º 062.793486.00-71, estabelecida à Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 Bairro Jardim Atlântico - Belo Horizonte - MG, CEP 31710-430.

Q. **Dados Bancários:** Banco Itaú – Agência: 1403 / Conta Corrente: 60010-7

A **Editora Fórum** declara que possui todas as documentações necessárias que demonstram sua qualificação e agradece a confiança depositada em nosso trabalho e coloca toda sua equipe à disposição para que seus servidores utilizem nossos produtos da melhor forma possível, contribuindo para o êxito de suas atividades.

Atenciosamente,

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira

Presidente e Editor
(31) 3614-1021

ANEXO

Programa de Compliance FÓRUM

Política Anticorrupção e Práticas de Compliance

A FÓRUM exercendo seu relevante papel no enfrentamento da corrupção, com responsabilidade social na prevenção e combate às práticas ilegais e antiéticas, implementou seu Programa de Compliance fundamentado na sua missão, seus valores e seus princípios, a fim de reforçar as boas práticas em seu ambiente interno e nas relações com o setor público e privado, promovendo a cultura de integridade e ética corporativa em benefício de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O estabelecimento das normas e diretrizes a serem cumpridas estão previstas no Código de Ética e Conduta da Fórum, bem como em suas Políticas, documentos esses, amplamente divulgados e disponíveis pelo link: https://www.editoraforum.com.br/compliance/, pelos quais a CONTRATANTE dá ciência e compromete-se a cumprir naquilo que for cabível as disposições previstas nesses normativos, sob pena de resolução contratual sem direito à indenização a qualquer título e sem prejuízo de ressarcimento por perdas e danos à FÓRUM.

Nesse sentido, os relatos sobre qualquer ato contrário ou suspeita de violação ao Código de Ética e Conduta, Políticas ou procedimentos da FÓRUM poderão ser realizados pelo seu Canal da Ética que está acessível 24 horas por dia, 7 dias por semana pelo endereço https://editoraforum.becompliance.com/canal-etica/canal-denuncias, ou ainda pelo número 0800-591-3457 – de segunda a sexta-feira (exceto feriados) das 9h às 18h. O ambiente é independente, seguro e sigiloso, gerenciado por uma empresa especializada em compliance externa à FÓRUM e permite a detecção, prevenção e resposta aos possíveis desvios dos objetivos do seu Programa de Compliance.

Cláusula Anticorrupção: As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

Parágrafo Primeiro: As Partes se comprometem ainda a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção e tratados internacionais os quais Brasil é signatário, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraudes, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus acionistas, sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

Parágrafo Segundo: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

Disposição Final: A presente Política e Cláusula Anticorrupção é parte integrante da Proposta Comercial da FÓRUM e Anexo ao Contrato celebrado entre as Partes.

ANEXO - MÓDULO FÓRUM DE DIREITO
RELAÇÃO DE PERIÓDICOS E INFORMATIVOS REGULARES

Item	Periódico	Sigla	ISSN	ISSN Digital	Periodicidade	Início Publicação
1	Fórum Administrativo	FA	1678-8648	1984-4107	Mensal	Nº 01 MAR. 2001
2	Fórum de Contratação e Gestão Pública	FCGP	1676-5826	1984-4123	Mensal	Nº 01 JAN.2002
3	Fórum de Direito Urbano e Ambiental	FDUA	1676-6962	1984-4166	Bimestral	Nº 01 JAN/FEV.2002
4	Interesse Público	IP	1676-8701	1984-4387	Bimestral	Nº 01 FEV/MAR.1999
5	Rev. do Inst. de Hermenêutica Jurídica	RIHJ	1678-1864	-	Semestral	Nº 02 JAN/DEZ.2004
6	Revista Brasileira da Infraestrutura	RBINF	2238-1511	2238-6718	Semestral	Nº 01 JAN/JUN.2012
7	Revista Brasileira de Direito Eleitoral	RBDE	2176-1671	2176-3178	Semestral	Nº 01 JUL/DEZ.2009
8	Revista Brasileira de Direito Municipal	RBDM	1808-5628	1984-4174	Trimestral	Nº 07 JAN/MAR.2003
9	Revista Brasileira de Direito Processual	RBDPRO	0100-2589	1984-4360	Trimestral	Nº 59 JUL/SET.2007
10	Revista Brasileira de Direito Público	RBDP	1678-7072	1984-4190	Trimestral	Nº 01 ABR/JUN.2003
11	Revista de Contratos Públicos	RCP	2316-5499	2316-6983	Semestral	Nº 01 JAN/JUN.2012
12	Revista de Direito Adm. & Constitucional	A&C	1516-3210	1984-4182	Trimestral	Nº 11, JAN/MAR.2003
13	Revista de Direito Administrativo	RDA	0034-8007	2238-5177	Quadrimestral	Nº 243 SET/DEZ.2006
14	Revista de Direito do Terceiro Setor	RDTS	1981-2493	1984-4158	Semestral	Nº 01 JAN/JUN.2007
15	Revista de Direito Público da Economia	RDPE	1678-7102	1984-4379	Trimestral	Nº 01 JAN/MAR.2003

16	Revista do Direito Empresarial	RDEMP	1806-910X	2238667x	Quadrimestral	Nº 02 JUL/DEZ.2011
17	Revista Fórum de Direito Civil	RFDC	2238-9695	2316-6967	Quadrimestral	Nº 01 SET/DEZ. 2012
18	Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico	RFDFE	2238-8508	2316-6916	Semestral	Nº 01 MAR/AGO.2012
19	Revista Fórum de Direito Tributário	RFDT	1678-8656	1984-4131	Bimestral	Nº 01 JAN/FEV.2003
20	Revista Fórum Trabalhista	RFT	2238-4138	2238-6815	Trimestral	Nº 01 MAR/ABR.2012
21	Revista Fórum de Ciências Criminais	RFCC	2319-0795	2448-055X	Semestral	Nº 01 JAN/JUN.2014
22	Revista Direitos Fundamentais e Justiça	RDFJ	1982-1921	2527-0001	Semestral	Nº 34 JUL/DEZ.2016
23	Revista Fórum Justiça do Trabalho	RFJT	0103-5487	2526-9992	Mensal	Nº 391, JUL.2016
24	Revista Brasileira de Direito Civil	RBDCIVIL	-	2358-6974	Trimestral	ANO 01 - VOL. 11 JAN/MAR.2017
25	Revista ABRADT Fórum de Direito Tributário	RAFDT	2527-0958	2594-4886	Semestral	ANO 01 – VOL.1 JAN/JUN.2017
26	Revista Fórum de Direito na Economia Digital	RFDED	-	2594-8393	Anual	ANO 01 – VOL.1 JUL/DEZ.2017
27	Revista Internacional de Direito Público	RIDP	2238-8508	2448-1882	Semestral	ANO 01 – VOL. 1 JUL/DEZ.2015
28	Revista Brasileira de *Alternative Dispute Resolution*	RBADR	2596-3201	-	Semestral	ANO 01 – VOL. 1 JAN/JUN.2019
-	Informativo ABRADT Fórum de Direito Tributário		-	2594-5114	Mensal	N.1, SET. 2017
-	Informativo Fórum Jacoby de Gestão Pública	INJA	-	2238-5150	Diária	N. 211, OUT. 2008

ANEXO - MÓDULO FÓRUM DE DIREITO
RELAÇÃO DE TÍTULOS BÔNUS

Item	Periódico	Sigla	ISSN	ISSN Digital	Periodicidade	Início Publicação
1	Rev. Bras. de Estudos da Função Pública	RBEFP	2238-2763	22386734	Título Bônus	Nº 01 JAN.2012
2	Revista da Procuradoria Geral do Município de Juiz de Fora	RPGMJF	2237-5120	2238-6688	Título Bônus	Nº 01 JAN/DEZ.2011
3	Revista da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte	RPGMBH	1983-3490	2176-2392	Título Bônus	Nº 01 JAN/JUN.2008
4	Revista da Associação Mineira do Ministério Público	JUS	0102-8073	2238-5258	Título Bônus	Nº 23 JUL/DEZ.2010
5	Revista Debates em Direito Público	RDDP	1677-8146	2238-5215	Título Bônus	Nº 07 OUT.2008
6	Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás	RPGEGO	0034-799x	2238-1597	Título Bônus	Nº 30 JAN/DEZ.2015
7	Revista da AGU	REAGU	1981-2035	-	Título Bônus	ANO 14 – VOL. 3 JUL/SET.2015
8	Revista Controle -Tribunal de Contas do Estado do Ceará	RTCE	1980-086-X	-	Título Bônus	N. 2, JUL./DEZ. 2014

9	Revista Trimestral de Direito Público	RTDP	2237-1796	2448-1505	Título Bônus	Nº 53 ABR.2013
10	Atualidades Jurídicas	OAB	2237-5813	2237-5813	Título Bônus	Nº 01 JUL/DEZ.2011
11	Revista Brasileira de Estudos Const.	RBEC	1981-6162	1984-414X	Título Bônus	Nº 01 JAN/MAR.2007
12	Rev. de Dir. Informática e Telecomunicações	RDIT	1981-2507	1984-4115	Título Bônus	Nº 01 JUL/DEZ.2006
13	Revista Técnica dos Tribunais de Contas	RTTC	2237-3187	2238-6750	Título Bônus	Nº 01 SET.2010
14	Fórum Municipal & Gestão das Cidades	FMGC	2317-9627	2318-499X	Título Bônus	Nº 01 SET/OUT.2003
15	Revista Fórum de Direito Sindical	RFDS	2446-9831	2448-1513	Título Bônus	Nº 01 JAN/DEZ.2015
16	Revista Brasileira de Advocacia Pública	RBAP	2447-2492	2448-1378	Título Bônus	Nº 01 JUL/DEZ.2015
17	Revista da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas	ABRAT	23185007	-	Título Bônus	2013
18	Revista Publicações da Escola da AGU	RAGU	2236-4374	-	Título Bônus	ANO 2015 - VOL.1 JUL/SET.2015
19	Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo	RPGEES	1808-897	-	Título Bônus	ANO 14 – VOL.14 JAN/DEZ.2015
20	Revista da Escola Superior da Advocacia de Rondônia	ESA/RO	-	2594-9306	Título Bônus	ANO 2017 – VOL.1 JUL/DEZ.2017
21	UNIJUS – Revista Jurídica	UNIJUS	1518-8280	2525-7404	Título Bônus	ANO 2017 – VOL.1 JAN/JUN.2017
22	Revista Brasileira de Direito Urbanístico	RBDU	2447-2026	2448-1386	Título Bônus	-
23	Revista Jurídica da OAB/AL	ROABAL	-	-	Título Bônus	Nº 01 SET/AGO.2018
24	Revista Eletrônica da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Pará	RTCEPA	-	-	Título Bônus	Nº 01 JAN/DEZ.2018
25	Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás	RTCEGO	2357-7304	-	Título Bônus	Nº 01 JAN/JUN.2019
26	Revista Da Residência Jurídica	REJUR	-	-	Título Bônus	Nº 01 AGO/SET.2020
27	Revista da Procuradoria Geral do Município de Niterói	RPGMNI	-	2764-7048	Título Bônus	Nº 01 JUL/21 A JUN/22

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 1ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 46

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	A LICITAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E SUA NOVA FINALIDADE LEGAL	Daniel Ferreira	1	2012
2	ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO DIREITO AMBIENTAL	Fernando F. Rossi, Lúcio Delfino, Luiz Eduardo Ribeiro Mourão, Mauricio Guetta	1	2013
3	COMENTÁRIOS À LEI DE MOBILIDADE URBANA – LEI Nº 12.587/12	Geraldo Spagno Guimarães	1	2012
4	COMENTÁRIOS À LEI DE MOBILIDADE URBANA (LEI Nº	Geraldo Spagno Guimarães	2	2019

	12.587/12 E ATUALIZAÇÕES)			
5	CONSTITUIÇÃO E PROCESSO	Felipe Machado, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira	1	2012
6	CONTRATAÇÃO E GESTÃO GOVERNAMENTAL	Antônio Flávio de Oliveira	1	2011
7	CONTROLE EXTERNO	Evandro Martins Guerra, Sebastião Helvécio Ramos de Castro	1	2012
8	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Lucas Rocha Furtado	5	2016
9	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Alexandre Bahia, Bernardo Ribeiro Câmara, Carlos Henrique Soares, Dierle Nunes	2	2013
10	CURSO DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Weder de Oliveira	2	2015
11	DIREITO ADMINISTRATIVO DIDÁTICO	Reinaldo Moreira Bruno	3	2013
12	DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTROLE	Benjamin Zymler	4	2015
13	DIREITO ADMINISTRATIVO E DEMOCRACIA ECONÔMICA	Daniela Bandeira de Freitas, Vanice Lírio do Valle	1	2012
14	DIREITO AMBIENTAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	Edna Cardozo Dias	1	2013
15	DIREITO FINANCEIRO	J. R. Caldas Furtado	5	2021
16	DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE	Ricardo Augusto Dias da Silva	1	2010
17	DIREITO, REGULAÇÃO E LOGÍSTICA	Osvaldo Agripino de Castro Junior	1	2013
18	DISCRICIONARIEDADE, REGULAÇÃO E REFLEXIVIDADE	Sérgio Guerra	6	2021
19	ESTUDOS DE DIREITO MINERÁRIO	Luciana Drumond Gallo, Marina Ferrara, Maurício Sirihal Werkema, Sílvia Ferreira Persechini	1	2012
20	FRAUDES EMPRESARIAIS	Weser Francisco Ferreira Neto	1	2011
21	GEOPROCESSAMENTO APLICADO À AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS	Pedro Coelho Teixeira Cavalcanti	1	2013
22	GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO IMOBILIÁRIO	Nilma de Castro Abe	2	2013
23	INFRAÇÕES CONTRA O MEIO AMBIENTE	Curt Trennepohl	2	2009
24	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO	Marcos Bemquerer Costa	1	2013
25	JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO	Marcelo Torelly	1	2012
26	JUSTIÇA E CONSTITUCIONALISMO EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO	Vanice Regina Lírio do Valle	1	2013
27	LICENCIAMENTO AMBIENTAL : ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS	Talden Farias	8	2022
28	LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	Rafael Wallbach Schwind	2	2017
29	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	Ricardo VC Fernandes, Tatiana Muniz S. Alves	1	2013
30	MECANISMOS LEGAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Edson de Oliveira Braga Filho, Flávio Ahmed, Luiz Carlos Aceti Júnior, Samir Jorge Murad, Werner Grau Neto	1	2010
31	O DIREITO À IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	Bárbara Natália Lages Lobo	1	2013
32	O HUMANISMO COMO CATEGORIA CONSTITUCIONAL	Carlos Ayres Britto	1	2007
33	O NOVO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TI PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Augusto Sherman Cavalcanti	2	2015
34	O REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/1998	Marcos Bemquerer Costa	1	2011
35	O STF E A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	José Luiz Quadros de Magalhães, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho	1	2013
36	OBRAS PÚBLICAS	Rafael Jardim Cavalcante, Valmir Campelo	4	2018
37	OS DIREITOS DA TRANSIÇÃO E A DEMOCRACIA NO	Paulo Abrão, Tarso Genro	1	2012

	BRASIL			
38	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DE MEDICAMENTOS (PDPS)	Sérgio de Regina	1	2013
39	PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Aline Lisboa Naves Guimaraes	1	2013
40	PREGÃO ELETRÔNICO	Sidney Bittencourt	3	2010
41	PREMISSAS DE DIREITO ECONÔMICO	Sérgio Augusto G. Pereira de Souza	2	2012
42	PROFISSIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA	Raquel Dias da Silveira	1	2009
43	REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO - RDC	Benjamin Zymler, Laureano Canabarro Dios	3	2014
44	REVISITANDO O INSTITUTO DO TOMBAMENTO	Betânia Alfonsin, Edésio Fernandes	1	2010
45	SUSTENTABILIDADE E COOPERATIVISMO	Edson de Oliveira Braga Filho	1	2011
46	TEORIA GERAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo	1	2013

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 2ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 104

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	A (IN)EFICÁCIA DAS DECISÕES DO STF EM SEDE DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	Jader Ferreira Guimarães, Vitor Soares Silvares	1	2014
2	A COMPETÊNCIA SANCIONATÓRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS	Marcia Pelegrini	1	2014
3	A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO	Luís Roberto Barroso	1	2014
4	A NOVA REGULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DA MINERAÇÃO	Bruno Feigelson, Leonardo Coelho Ribeiro, Rafael Véras de Freitas	1	2015
5	ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	Antonio Carlos Malheiros, Josephina Bacariça, Rafael Valim	1	2015
6	ADVOCACIA DE ESTADO	Jefferson Carús Guedes, Luciane Moessa de Souza	1	2009
7	ALIMENTOS NO CÓDIGO CIVIL	Leonardo de Faria Beraldo	2	2017
8	ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO	Patricia Pessôa Valente	1	2013
9	AS TRANSFORMAÇÕES DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA DA SINDICABILIDADE RESTRITA À PLENITUDE JURISDICIONAL	Eduardo García de Enterría	1	2010
10	ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DA CARREIRA DA AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	Maria Tereza Fonseca Dias	1	2013
11	BENS PÚBLICOS	Floriano de Azevedo Marques Neto	1	2014
12	COMENTÁRIOS À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Juliano Heinen	2	2015
13	CONCESSÃO, DE OFÍCIO, DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER (CPC, ART. 461) NO DIREITO DO TRABALHO	Alex Santana de Novais	1	2014
14	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Federico Nunes de Matos, Onofre Alves Batista Júnior, Sirlene Nunes Arêdes	1	2014
15	CONTROLE DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STF	Luís Henrique Vieira Rodrigues	1	2014
16	CONTROLE DE PREÇOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Guilherme Ferreira Gomes Luna	1	2013

17	CONTROLE INTERNO	Marcus Vinícius de Azevedo Braga	1	2013
18	CONTROLE INTERNO E O FOCO NOS RESULTADOS	Ronald da Silva Balbe	1	2013
19	CONTROLE JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	Luis Manuel Fonseca Pires	4	2020
20	CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS DE "ADMINISTRAÇÃO CONSENSUAL" NA GESTÃO PÚBLICA DO SÉCULO XXI	Jessé Torres Pereira Júnior, Marinês Restelatto Dotti	3	2015
21	CORRUPÇÃO PÚBLICA E PRIVADA	Salomão Ribas Junior	1	2014
22	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	Pedro Roberto Decomain	5	2010
23	CRIMES INFORMÁTICOS	Felipe Machado, Túlio Vianna	1	2013
24	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO POSITIVO	Edimur Ferreira de Faria	8	2015
25	CURSO DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	Luciano Ferraz, Marciano Seabra de Godoi, Werther Botelho Spagnol	3	2020
26	CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVO	Lucas Rocha Furtado	7	2017
27	DA ANULAÇÃO EX-OFFICIO DO ATO ADMINISTRATIVO	João Antunes dos Santos Neto	2	2006
28	DIREITO À MORADIA ADEQUADA	Betânia Alfonsin, Edésio Fernandes	1	2014
29	DIREITO À MORADIA E SEGURANÇA DA POSSE NO ESTATUTO DA CIDADE	Betânia Alfonsin, Edésio Fernandes	1	2006
30	DIREITO AO (DO) PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	Inês Virgínia Prado Soares	1	2009
31	DIREITO CONSTITUCIONAL	Cláudio Pereira de Souza Neto, Daniel Sarmento	2	2014
32	DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO	José Vicente Santos de Mendonça	2	2014
33	DIREITO MUNICIPAL CONTEMPORÂNEO	Henrique Rocha Fraga , Horácio Augusto Mendes de Sousa	1	2010
34	DIREITO PENAL DO INUMANO	Mireille Delmas-Marty	1	2014
35	DIREITO PÚBLICO EM EVOLUÇÃO	Fernando Dias Menezes de Almeida, Floriano de Azevedo Marques Neto, Luiz Felipe Hadlich Miguel, Vitor Rhein Schirato	1	2013
36	DIREITO PÚBLICO NO MERCOSUL	Daniel Wunder Hachem, Romeu Felipe Bacellar Filho	1	2013
37	DIREITO REGULATÓRIO	Maria Sylvia Zanella Di Pietro	2	2009
38	DIREITO TRIBUTÁRIO	Hugo de Brito Machado, Hugo de Brito Machado Segundo	1	2014
39	DIREITO, FELICIDADE E JUSTIÇA	Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado	1	2014
40	DIREITOS DE PARA TODOS	Cármen Lúcia Antunes Rocha	2	2008
41	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA	Joel de Menezes Niebuhr	4	2015
42	DIVERSOS ENFOQUES DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	Elpídio Donizetti, Rosana Broglio Garbin, Thiago de Oliveira	1	2014
43	ELEMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Fábio Lucas de Albuquerque Lima	1	2014
44	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	Geilson Salomão Leite	1	2013
45	GARANTISMO PENAL NO BRASIL	Felipe Machado, Túlio Vianna	1	2013
46	GESTÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Antonieta Pereira Vieira, Henrique Pereira Vieira, Madeline Rocha Furtado, Monique Rafaella Rocha Furtado	7	2019
47	INCONSTITUCIONALIDADE DA DESAPOSENTAÇÃO	Elisa Maria Corrêa Silva	1	2014
48	INSTITUIÇÕES DE DIREITO ELEITORAL	Adriano Soares da Costa	10	2016
49	JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	Carol Proner, Paulo Abrão	1	2013
50	JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NAS AMÉRICAS	José Carlos Moreira da Silva Filho, Marcelo Torelly, Paulo Abrão	1	2013
51	LEI ANTICORRUPÇÃO	Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Augusto Neves Dal Pozzo, Beatriz	1	2014

		Neves Dal Pozzo, Renan Marcondes Facchinatto		
52	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Afonso Gomes Aguiar	2	2006
53	LICITAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	Sidney Bittencourt	6	2021
54	LICITAÇÃO PASSO A PASSO	Sidney Bittencourt	11	2020
55	LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO	Joel de Menezes Niebuhr	4	2015
56	LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA PEQUENA E MICROEMPRESA	Edgar Guimarães, Jair Eduardo Santana	3	2014
57	LIÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO NO SERVIÇO PÚBLICO	Inácio Magalhães Filho	3	2020
58	MANUAL DE DIREITO AGRÁRIO CONSTITUCIONAL	Girolamo Domenico Treccani, Ibraim Rocha, José Heder Benatti, Lilian Mendes Haber, Rogério Arthur Friza Chaves	3	2019
59	MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA	Antonio Carlos Alencar Carvalho	7	2021
60	MEDIDAS PROVISÓRIAS NO BRASIL	Eduardo Martins de Lima, José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior	1	2013
61	MERECIMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Leonardo Carneiro Assumpção Vieira	1	2011
62	O CNJ E OS DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE	Milton Augusto de Brito Nobre, Ricardo Augusto Dias da Silva	2	2013
63	O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	Helio Saul Mileski	3	2018
64	O CONTROLE DAS APOSENTADORIAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Flávio Germano de Sena Teixeira	1	2004
65	O DIREITO À VIDA DIGNA	Cármen Lúcia Antunes Rocha	1	2004
66	O ESTADO PÓS-MODERNO	Jacques Chevallier	1	2009
67	O JUÍZO DE PERICULOSIDADE NA PRISÃO PREVENTIVA	André Szesz	1	2014
68	O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	Luís Roberto Barroso	1	2014
69	O NOVO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO	Alexandre Ávalo, José de Andrade Neto, Luiz Henrique Volpe Camargo, Paulo Henrique dos Santos Lucon	2	2014
70	O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	Fabrício Contato Lopes Resende	1	2014
71	O RDC E A CONTRATAÇÃO INTEGRADA NA PRÁTICA	Cláudio Sarian Altounian, Rafael Jardim Cavalcante	2	2014
72	O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)	Cesar A. Guimarães Pereira, Marçal Justen Filho	3	2014
73	OBRAS PÚBLICAS	Cláudio Sarian Altounian	5	2016
74	ORIENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	Fabio Marcelo de Rezende Duarte	1	2013
75	OS 10 ANOS DO CÓDIGO CIVIL	Marcos Ehrhardt Júnior	1	2012
76	PANORAMA DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Teresa Villac	1	2014
77	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	André Luiz Freire, Augusto Neves Dal Pozzo, Bruno Aurélio, Rafael Valim	1	2014
78	PODER DE POLÍCIA NA ATUALIDADE	Odete Medauar, Vitor Rhein Schirato	1	2014
79	POLÍTICAS PÚBLICAS	Cristiana Fortini, Júlio César dos Santos Esteves, Maria Tereza Fonseca Dias	1	2008
80	POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO CONSTITUCIONAL	Thiago Lima Breus	1	2007
81	PORTOS E SEUS REGIMES JURÍDICOS	Egon Bockmann Moreira	1	2014
82	PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	Joel de Menezes Niebuhr	8	2019
83	PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	Jair Eduardo Santana	4	2014
84	PRESCRIÇÃO DISCIPLINAR	José Armando da Costa	1	2006
85	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ELEITORAIS	Eneida Desiree Salgado	2	2015

86	RDC	Alécia Paolucci Nogueira Bicalho, Carlos Pinto Coelho Motta	2	2014
87	REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano, Rafael Valim	3	2014
88	REGIME JURÍDICO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA SOBRE EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM)	Georghio Alessandro Tomelin, José Antônio de Andrade Martins	1	2014
89	REGISTRO DE PREÇOS	Cristiana Fortini	3	2020
90	REGISTRO DE PREÇOS	Edgar Guimarães, Joel de Menezes Niebuhr	2	2013
91	RELAÇÕES ENTRE PODERES E DEMOCRACIA	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1	2014
92	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO INADIMPLEMENTO DA BOA-FÉ	Marcos Ehrhardt Júnior	2	2017
93	SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO DA CONFIANÇA	Guilherme Camargos Quintela	1	2013
94	SEGURANÇA JURÍDICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	1	2014
95	SERVIDOR PÚBLICO	Cristiana Fortini	2	2014
96	SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho, Vasco Branco Guimarães	2	2015
97	SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Marcos Weiss Bliacheris, Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira	1	2012
98	TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	Clemerson Merlin Clève	2	2014
99	TEMAS DE DIREITO URBANO-AMBIENTAL	Vanêsca Buzelato Prestes	1	2006
100	TERCEIRO SETOR, EMPRESAS E ESTADO	Gustavo Justino de Oliveira	1	2007
101	TERMO DE REFERÊNCIA	Jair Eduardo Santana,Anna Carla Duarte Chrispim,Tatiana Camarão	6	2020
102	TERRORISMO E JUSTIÇA PENAL	Antonio Scarance Fernandes, Marcos Zilli	1	2014
103	TRATADO SOBRE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO ADMINISTRATIVO	Augusto Neves Dal Pozzo, José Roberto Pimenta Oliveira, Rafael Valim	1	2013
104	TRIBUNAIS DE CONTAS	Luiz Henrique Lima	2	2018

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 3ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 104

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	A DEMOCRACIA NA ENCRUZILHADA	Margarete de Castro Coelho	1	2015
2	A INTERFACE DOS DIREITOS HUMANOS COM O DIREITO INTERNACIONAL	Mário Lúcio Quintão Soares, Mércia Cardoso de Souza	1	2015
3	A NOVA REGULAÇÃO PORTUÁRIA	Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Rafael Véras de Freitas	1	2015
4	A POLÍTICA CRIMINAL DA "LEI E DA ORDEM"	Jair Leonardo Lopes	1	2014
5	A TEORIA DO DIREITO APLICADA	Antônio Raimundo de Castro Queiroz Júnior, Guilherme Alberto Marinho Gonçalves, Ival Heckert Júnior	1	2016
6	A TUTELA JURISDICIONAL DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE SADIO PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	Augusto César Leite de Resende	1	2015
7	ADVOCACIA PÚBLICA	Claudio Madureira	2	2016
8	ADVOCACIA PÚBLICA ESTADUAL	Fernanda Marinela	1	2016
9	ANISTIA, JUSTIÇA E IMPUNIDADE	Fabíola Girão Monteconrado, Kai Ambos, Marcos Zilli, Maria Thereza Rocha de Assis Moura	1	2010

10	APRENDER DESDE O SUL	César Augusto Baldi	1	2015
11	AS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	Thiago Magalhães Pires	1	2015
12	AS MUDANÇAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA E SEUS REFLEXOS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Adriene Barbosa de Faria Andrade, Márcia Prímola de Faria	1	2015
13	AS RAÍZES DA CORRUPÇÃO NO BRASIL	Lucas Rocha Furtado	1	2015
14	ASPECTOS JURÍDICOS DA INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO	Clóvis Beznos	2	2016
15	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Dierle Nunes, Natanael Lud Santos e Silva	3	2016
16	CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL MÉDICO COMENTADO	Paulo Eduardo Behrens	2	2015
17	COMENTÁRIOS À LEI ANTICORRUPÇÃO	Juliano Heinen	1	2015
18	COMENTÁRIOS À LEI DAS ELEIÇÕES	Célia Regina de Lima Pinheiro, José Edvaldo Pereira Sales, Juliana Rodrigues Freitas	1	2016
19	CONCESSÕES	Floriano de Azevedo Marques Neto	1	2015
20	CONFLITOS FEDERATIVOS	Fernando Rezende	1	2016
21	CONSTITUIÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA	Cármen Lúcia Antunes Rocha	2	2009
22	CONTABILIDADE PÚBLICA PARA OS MUNICÍPIOS	Eurípedes Sales, Valmir Leôncio da Silva	1	2015
23	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	José Anacleto Abduch Santos	1	2015
24	CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO	Ana Carla Bliacheriene, Marcus Vinícius de Azevedo Braga, Renato Jorge Brown Ribeiro	2	2019
25	CONTROLE DA EFICIÊNCIA DO GASTO ORÇAMENTÁRIO	Ana Carla Bliacheriene	1	2016
26	CONTROLE EXTERNO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Luiz Henrique Lima	1	2016
27	CONTROLE INTERNO COMO SUPORTE ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	Abrão Blumen	1	2015
28	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	Alexandre Coutinho Pagliarini, Fauzi Hassan Choukr	1	2014
29	CRIME E MENTIRA NA POLÍTICA	Fernando Gaspar Neisser	1	2016
30	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	Regina Maria Macedo Nery Ferrari	2	2016
31	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Emerson Baldotto Emery	1	2016
32	DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO	Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira	3	2015
33	DIPLOMACIA DO BRASIL	José Viegas Filho	1	2015
34	DIREITO À PRÓPRIA IMAGEM E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA	Weslei Vendruscolo	1	2016
35	DIREITO ADMINISTRATIVO	Celso Rodrigues Ferreira Júnior, Sérgio Guerra	1	2015
36	DIREITO ADMINISTRATIVO	João Batista Gomes Moreira	3	2015
37	DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	Flávia Piovesan, Inês Virgínia Prado Soares	1	2010
38	DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Pedro Thomé de Arruda Neto	1	2015
39	DIREITO DISCIPLINAR APLICADO	Bolivar Steinmetz, Sebastião José Lessa	1	2016
40	DIREITO ELEITORAL	Fábio Luís Guimarães, Jair Eduardo Santana	4	2012
41	DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE	Cristiane da Costa Nery, Geórgia Teixeira Jezler Campello	1	2014
42	DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE	Arlindo Daibert, Cristiane da Costa Nery, Paulo Ricardo Rama, Vanêsca Buzelato Prestes	1	2008
43	DIREITO SUMULAR E FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA NO	Guilherme Lunelli	1	2016

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	CPC/2015			
44	DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL	Adilson Abreu Dallari, Daniela Campos Libório Di Sarno	2	2011
45	DIREITOS HUMANOS	Antonio Carlos Malheiros, Josephina Bacariça, Rafael Valim	1	2011
46	EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	Alexandre Santos de Aragão	1	2015
47	EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS	Thana Cristina de Campos	1	2012
48	ENSAIO AVANÇADO DE CONTROLE INTERNO	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro	1	2016
49	ESTADO E PROPRIEDADE	Caio Barros Cordeiro, Maria Elisa Braz Barbosa, Maria Tereza Fonseca Dias, Mila Batista Leite Corrêa da Costa	1	2015
50	EXECUÇÃO FISCAL	Marcílio da Silva Ferreira Filho, Rodrigo Medeiros de Lima	2	2017
51	EXECUÇÃO FISCAL E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	Braulio Bata Simões	1	2015
52	EXPROPRIAÇÕES REGULATÓRIAS	Rafael Véras de Freitas	1	2016
53	FINANCIAMENTO DOS DIREITOS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO	Élida Graziane Pinto	1	2015
54	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E SEGURANÇA JURÍDICA	Marcos Vinicius Furtado Coêlho	1	2015
55	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Jair Eduardo Santana, Tatiana Camarão	1	2015
56	GOVERNANÇA PÚBLICA	Cláudio Sarian Altounian, João Augusto Ribeiro Nardes, Luis Afonso Gomes Vieira	3	2018
57	GOVERNO DEMOCRÁTICO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	Bruno Meneses Lorenzetto, Clemerson Merlin Clève	1	2016
58	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS BENS AFETADOS À CONCESSÃO DE ENERGIA	José Carlos Martins do Nascimento	1	2016
59	INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS COMO POLÍTICA EXTRAFISCAL AFIRMATIVA DO ACESSO À SAÚDE	Maria Stela Campos da Silva	1	2016
60	INFLUÊNCIAS EXTRAJURÍDICAS SOBRE A DECISÃO JUDICIAL	Ricardo Vieira de Carvalho Fernandes	1	2015
61	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS	Luiz Fux	1	2012
62	LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/2013)	Benjamin Zymler, Laureano Canabarro Dios	2	2019
63	LICITAÇÃO ATRAVÉS DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Sidney Bittencourt	2	2015
64	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	Murillo Giordan Santos, Teresa Villac	2	2015
65	LITÍGIO ESTRATÉGICO E SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	Evorah Lusci Costa Cardoso	1	2012
66	MANUAL PRÁTICO DE DIREITO ELEITORAL	Walber de Moura Agra	3	2020
67	MEMÓRIA E VERDADE	Inês Virgínia Prado Soares, Sandra Akemi Shimada Kishi	1	2009
68	MÍNIMO EXISTENCIAL	Luciano Chaves de Farias	1	2015
69	MINISTÉRIO PÚBLICO	Carlos Vinícius Alves Ribeiro	1	2015
70	MORADIA E PROPRIEDADE	Luis Manuel Fonseca Pires	1	2015
71	NOVAS MUTAÇÕES JUSPOLÍTICAS	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1	2016
72	O DIREITO ADMINISTRATIVO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ	Flávio Henrique Unes Pereira, Márcio Cammarosano, Marilda de Paula Silveira, Maurício Zockun	1	2014
73	O DIREITO AO SILÊNCIO NO PROCESSO PENAL	Marcus Renan Palácio de Morais Claro dos Santos	3	2021
74	O DIREITO ELEITORAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	André Ramos Tavares, Luiz Fernando Pereira, Walber de Moura Agra	1	2016
75	O ESTADO CONTEMPORÂNEO E A CORRUPÇÃO	Helio Saul Mileski	1	2015

76	O OVO DA SERPENTE	Doris de Miranda Coutinho	2	2020
77	O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	Adriana Maurano	2	2010
78	O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Mário Márcio Saadi Lima	1	2015
79	O QUE É ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO : UMA INTRODUÇÃO	Márcia Carla Pereira Ribeiro , Vinícius Klein	3	2022
80	PODER DE POLÍCIA ORDENAÇÃO REGULAÇÃO	Gustavo Binenbojm	3	2020
81	POLÍTICAS PÚBLICAS	Vanice Regina Lírio do Valle	2	2016
82	PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PÚBLICA	Luiz Henrique Sormani Barbugiani	1	2016
83	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Lucas Rocha Furtado	1	2016
84	PROBLEMAS EMERGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Emerson Gabardo, Valmir Pontes Filho	1	2015
85	PROCESSO CONSTITUCIONAL	Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira	3	2016
86	PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO	Felipe Martins Pinto, Francisco Nogueira Machado, Marllon Sousa	1	2016
87	QUESTÕES POLÊMICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Abrão Blumen, Álvaro T Herman Salem Caggiano, Michel Rafael de Araújo, Patrícia Verônica Carvalho Sobral de Souza, Valmir Leôncio da Silva	1	2015
88	QUESTÕES POLÊMICAS DO SISTEMA "S" SOB A ÓTICA DO TCU	Andrei Aguiar, Ubiratan Aguiar	1	2015
89	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	Flávio de Araújo Willeman	4	2020
90	RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS POR CORRUPÇÃO	Flávio Rezende Dematté	1	2015
91	SEGURANÇA JURÍDICA E LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO POR HOMOLOGAÇÃO	Marco Túlio Fernandes Ibraim	1	2016
92	SEGURANÇA JURÍDICA, REGULAÇÃO, ATO	Marilda de Paula Silveira	1	2016
93	SENTENÇAS ADITIVAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	Ademar Borges de Sousa Filho	1	2016
94	SERVIDOR PÚBLICO	Pedro Carlos Bitencourt Marcondes	1	2016
95	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro	3	2014
96	SISTEMAS ELEITORAIS	Eneida Desiree Salgado	1	2012
97	SUSTENTABILIDADE	Juarez Freitas	4	2019
98	TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	Érico Andrade, Maria Tereza Fonseca Dias	1	2015
99	TEORIA E PRÁTICA DA PESQUISA EM JURISPRUDÊNCIA	Lucivaldo Vasconcelos Barros	1	2016
100	TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO	Cristiana Fortini	3	2015
101	TERCEIRIZAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EQUILÍBRIO ECONÔMICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Ricardo Silveira Ribeiro	1	2016
102	TERCEIRO SETOR E AS PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Tarso Cabral Violin	3	2015
103	TRABALHO E REGULAÇÃO	Wilson Ramos Filho	1	2012
104	VADE-MÉCUM DIREITOS DAS MULHERES	Fernanda Marinela	2	2018

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 4ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 104

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	101 DICAS PARA ESCREVER DIREITO	Barbara Andrade, Danielle Adão	1	2017
2	A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL	Ronei Danielli	1	2017

3	A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A CRIAÇÃO DO DIREITO NA ATUALIDADE	Anderson Sant'Ana Pedra	1	2017
4	A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO NOVO CPC	Gustavo Calmon Holliday	1	2016
5	A REFORMA TRABALHISTA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	Francisco Cavalcanti	1	2018
6	A REVOLUÇÃO FRANCESA	António José Avelãs Nunes	1	2017
7	ACCOUNTABILITY DEMOCRÁTICA E O DESENHO INSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL	Marianna Montebello Willeman	2	2019
8	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Emerson Gabardo, Fabrício Motta, Valmir Pontes Filho	1	2017
9	ADVOCACIA PÚBLICA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Alzemeri Martins Ribeiro de Britto, Rodrigo Otávio Barioni	1	2016
10	ADVOGAR NO DIREITO AMBIENTAL	Fabiano Neves Macieywski	1	2017
11	BOA-FÉ E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	Fabíola Albuquerque Lobo, Marcos Ehrhardt Júnior, Rodolfo Pamplona Filho	3	2021
12	CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA	Aline de Miranda Valverde Terra	1	2017
13	CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL 50 ANOS	Alessandra Machado Brandão Teixeira, Igor Mauler Santiago, Rafhael Frattari, Sacha Calmon Navarro Coêlho, Valter de Souza Lobato	1	2016
14	COMENTÁRIOS ÀS SÚMULAS VINCULANTES	Geovany Cardoso Jeveaux	2	2017
15	COMENTÁRIOS SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Walber de Moura Agra	2	2019
16	COMO COMBATER A CORRUPÇÃO EM LICITAÇÕES	Franklin Brasil Santos,Kleberson Roberto de Souza	3	2020
17	COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS	Paulo Nalin, Renata Carlos Steiner	1	2016
18	CONCESSÃO DE RODOVIAS	Rafael Véras de Freitas	1	2017
19	CONSTITUIÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICA	Alberto Jorge Correia de Barros Lima, Hélio Pinheiro Pinto, Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor, Luciana Raposo Josué Lima Dias, Manoe	1	2017
20	CONTAS GOVERNAMENTAIS E RESPONSABILIDADE FISCAL	João Batista Camargo , Luiz Henrique Lima, Weder de Oliveira	2	2017
21	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E A TAXA INTERNA DE RETORNO	Egon Bockmann Moreira	1	2016
22	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Marcos Augusto Perez, Rodrigo Pagani de Souza	1	2017
23	CONTROLE DEMOCRÁTICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Diogo Ribeiro Ferreira, Licurgo Mourão, Sílvia Motta Piancastelli	1	2017
24	CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO JUDICIÁRIO	Edimur Ferreira de Faria	2	2016
25	CORRUPÇÃO URBANÍSTICA	Vanêsca Buzelato Prestes	1	2018
26	CRIME ORGANIZADO E SUA INFILTRAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	Flávio Cardoso Pereira	2	2017
27	DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE DO DIREITO CIVIL	Ana Carolina Brochado Teixeira, Gustavo Tepedino, Vitor Almeida	2	2019
28	DEVOLVER A CONSTITUIÇÃO AO POVO	Miguel Gualano de Godoy	1	2017
29	DILEMAS NA CONSTITUIÇÃO	Alfredo Copetti Neto, George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite	1	2017
30	DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS NOVOS PARADIGMAS	Alexandre Santos de Aragão, Floriano de Azevedo Marques Neto	2	2017

31	DIREITO ADMINISTRATIVO E SUSTENTABILIDADE	Rafael Martins Costa Moreira	1	2017
32	DIREITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	Alexandre Santos de Aragão	4	2017
33	DIREITO ELEITORAL E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	Aline Osorio	1	2017
34	DIREITO ELEITORAL, DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL E DIREITO PENAL ELEITORAL	Marcus Vinícius Furtado Coêlho	4	2016
35	DIREITO EMPRESARIAL E O CPC/2015	Guilherme Bonato Campos Caramês , Márcia Carla Pereira Ribeiro	2	2018
36	DIREITO INTERNACIONAL	Paulo Ferreira da Cunha	1	2017
37	DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE	Bruno Santos Cunha, Cristiane da Costa Nery, Geórgia Teixeira Jezler Campello	1	2017
38	DIREITO TRIBUTÁRIO	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	1	2016
39	DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO À JUSTIFICATIVA	Ana Paula de Barcellos	3	2020
40	DIREITOS FUNDAMENTAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo, Rogério Barros Sganzerla	1	2016
41	DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE	Ivan Simões Garcia, Lilian Balmant Emerique, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva	1	2016
42	EMPREGO PÚBLICO DE REGIME PRIVADO	Ana Cláudia Nascimento Gomes	1	2017
43	ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA	Rodrigo Francisco de Paula	1	2017
44	ESTATUTO DA ADVOCACIA	Gisela Gondin Ramos	7	2017
45	ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS	Gustavo Amorim Antunes	1	2017
46	ESTATUTO JURÍDICO DAS ESTATAIS	Ana Frazão, Daniel Augusto Mesquita, João Otávio de Noronha	1	2017
47	ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO EM HOMENAGEM AO PROFESSOR JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR	Adilson Rodrigues Pires, Alexandre Freitas Câmara, Thaís Boia Marçal	1	2016
48	EXECUÇÃO TRABALHISTA EM PERGUNTAS E RESPOSTAS	Ben-Hur Silveira Claus	2	2017
49	EXTRAFISCALIDADE	Matheus Soares Leite, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Valter de Souza Lobato	1	2017
50	FINANÇAS SUSTENTÁVEIS E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Consuelo Y. Moromizato Yoshida, Marcelo Drügg Barreto Vianna, Renata Soares Piazzon, Sandra Akemi Shimada Kishi	1	2017
51	FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	Ricart César Coelho dos Santos	1	2016
52	FUNDAMENTOS DO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	Claudio Madureira	1	2017
53	GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA PARA RESULTADOS	Cláudio Sarian Altounian, Daniel Luiz de Souza, Leonard Renne Guimarães Lapa	2	2020
54	GRACILIANO RAMOS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Fábio Lins de Lessa Carvalho	1	2017
55	IMPACTOS DO NOVO CPC E DO EDP NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO	Marcos Ehrhardt Júnior	1	2016
56	IMPLEMENTANDO A GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO	Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	2	2021
57	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior	2	2018
58	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL	José Ribas Vieira, Margarida Lacombe, Siddharta Legale	1	2016
59	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E LIBERDADES PÚBLICAS	George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite, Lenio Luiz Streck	1	2017
60	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL II	Luiz Fux, Valter Shuenquener de Araújo	1	2017

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

61	JURISPRUDÊNCIA CIVIL BRASILEIRA	Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, Eroulths Cortiano Junior, Luiz Edson Fachin, Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz	1	2017
62	LEI ANTICORRUPÇÃO COMENTADA	Maria Sylvia Zanella Di Pietro,Thiago Marrara	3	2020
63	LEI DAS ESTATAIS	Edgar Guimarães, José Anacleto Abduch Santos	1	2017
64	LEI DAS PARCERIAS	Jair Eduardo Santana, Maria do Carmo de Campos Valadares, Sirley de Oliveira Arruda, Viviane Fernandes de Araújo	2	2021
65	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	Weder de Oliveira	1	2017
66	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Renato Nascimento	4	2018
67	MANUAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	Pedro de Menezes Niebuhr	2	2021
68	MANUAL DE CONTAS ELEITORAIS	Elmana Viana Lucena Esmeraldo	1	2016
69	MANUAL JURÍDICO DA CPR	Marcus Reis	1	2017
70	MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	Michelle Diniz Mendes	2	2019
71	MIL PERGUNTAS E RESPOSTAS NECESSÁRIAS SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	Jessé Torres Pereira Júnior, Marinês Restelatto Dotti	1	2017
72	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	Associação Nacional do Ministério Público de Contas	1	2017
73	NEOCONSTITUCIONALISMO	George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite, Lenio Luiz Streck	1	2017
74	NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ELEITORAL	Carlos Eduardo Frazão, Luiz Fux	1	2016
75	O CARÁTER	Samuel Smiles	2	2018
76	O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA ERA DIGITAL	Aroldo Cedraz de Oliveira	2	2017
77	O DIREITO CIVIL ENTRE O SUJEITO E A PESSOA	Ana Carolina Brochado Teixeira, Gustavo Tepedino, Vitor Almeida	1	2016
78	O DIREITO E A INSTABILIDADE POLÍTICA	José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo, Mário Cesar Andrade	1	2016
79	O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRECAUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE PÚBLICA	Gabriel Wedy	3	2020
80	O SERVIÇO PÚBLICO	Jacques Chevallier	1	2017
81	OFÍCIO DE ORADOR	António José Avelãs Nunes	1	2016
82	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, OSCIPS, OES E ENTIDADES DE AUTOGESTÃO	Jaques Fernando Reolon	1	2017
83	OUVIDORIAS DE JUSTIÇA, TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Altair de Lemos Júnior, Luiz Cláudio Allemand, Ricardo Villas Bôas Cueva, Sebastião Alves dos Reis Júnior	2	2019
84	PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR	Fabrício Motta, Fernando Borges Mânica, Rafael Arruda Oliveira	2	2018
85	PENAS MÁXIMAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Antonio Carlos Alencar Carvalho	1	2017
86	PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	Daniele Chaves Teixeira	2	2019
87	PLANOS ESTADUAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Laone Lago	1	2017
88	PODER, DIREITO E ESTADO	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1	2011
89	POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	Sarah Maria Linhares de Araújo Paes de Souza	1	2017

90	POLÍTICAS PÚBLICAS NAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS	Jessé Torres Pereira Júnior, Marinês Restelatto Dotti	3	2017
91	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PELOS MUNICÍPIOS	Fernando Borges Mânica	1	2017
92	PROCESSO CIVIL APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Diogo Ribeiro Ferreira, Renata C. Vieira Maia	1	2017
93	PROCESSO COMO TEORIA DA LEI DEMOCRÁTICA	Rosemiro Pereira Leal	2	2017
94	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Suzana M. Rossetti	1	2017
95	QUATRO PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO PÓS-MODERNO	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1	2008
96	REGULAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS	Rafael Véras de Freitas	1	2017
97	RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS À LUZ DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL	Márcio de Aguiar Ribeiro	1	2017
98	REVISÃO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR EXCESSIVA ONEROSIDADE	Antônio Pedro Medeiros Dias	1	2017
99	RIO DE JANEIRO	Alex Ferreira Magalhães, Maria Helena Versiani , Mauro Osorio	1	2016
100	RUMOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO CIVIL	Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho	1	2017
101	SOCIEDADES DE ADVOGADOS	Stanley Martins Frasão	1	2017
102	TEMAS POLÊMICOS DO DIREITO ELEITORAL	Walber de Moura Agra	2	2018
103	TEORIA GERAL DO PROCESSO	Rosemiro Pereira Leal	15	2021
104	TUTELA DE EVIDÊNCIA, TEORIA DA COGNIÇÃO E PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA	Francisco Rabelo Dourado de Andrade	1	2017

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 5ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 104

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	1º DIAGNÓSTICO DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL NO BRASIL	Clarice Corrêa de Mendonça, Nathália França Figuerêdo Porto, Raphael Diógenes Serafim Vieira	1	2018
2	A EFETIVIDADE DO DIREITO EM FACE DO PODER DOS GIGANTES DA INTERNET	Alexandre Veronese, Martine Béhar-Touchais, Mélanie Clément-Fontaine, Nathalie Martial-Braz	1	2019
3	A FUNÇÃO SOCIAL NAS RELAÇÕES PRIVADAS	Fabíola Albuquerque Lôbo, Marcos Ehrhardt Júnior	2	2021
4	A IMUNIDADE DO LIVRO DIGITAL E DO SEU SUPORTE DE FIXAÇÃO	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	1	2018
5	A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Luís Roberto Barroso	1	2018
6	A PARTICIPAÇÃO DO ADMINISTRADO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS CONTRATOS DE PPP	Maís Moreno	1	2019
7	A REFORMA TRABALHISTA	Carolina Tupinambá, Fábio Rodrigues Gomes	1	2018
8	A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ACTOS LÍCITOS	José Joaquim Gomes Canotilho	2	2019
9	A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS	Lorena Vasconcelos Porto, Rafael de Araújo Gomes, Rúbia Zanotelli de Alvarenga, Thaís Dumêt Faria	1	2018
10	ABUSO DE PODER E PERDA DE MANDATO	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018

11	ACORDO DE ACIONISTAS E SEUS MECANISMOS DE LIQUIDEZ	Rodrigo Tavares Borba Borba	1	2018
12	ACORDO DE LENIÊNCIA	Rafaela Coutinho Canetti	2	2019
13	ANAIS DO VI CONGRESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO CIVIL	Ana Paola de Castro e Lins, Gustavo Tepedino, Joyceane Bezerra de Menezes, Vanessa Correia Mendes	1	2019
14	ARQUITETURA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	Daniele Chaves Teixeira	2	2019
15	BICENTENÁRIO DA LEI ORGÂNICA DA REVOLUÇÃO DE 1817	César Caúla, Marcelo Casseb Continentino, Paulo Rosenblatt, Walber de Moura Agra	1	2018
16	BRASIL E CORRUPÇÃO	Lucas Rocha Furtado	1	2018
17	CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO: DESAFIOS E AVANÇOS NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO	Regina Tamami Hirose	1	2019
18	CLT COMENTADA PELA REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017)	Luciano Viveiros	9	2018
19	COMENTÁRIOS À LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS	Jessé Torres Pereira Júnior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto Dotti, Rafael Maffini	2	2019
20	COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA	Heloisa Helena Barboza, Vitor Almeida	1	2018
21	COMPLIANCE	Ana Frazão, Ricardo Villas Bôas Cueva	1	2018
22	COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS E COMBATE À CORRUPÇÃO	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro,Marco Aurélio Borges de Paula	2	2020
23	CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM ANO ELEITORAL	Igor Pereira Pinheiro	2	2018
24	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E UM NOVO REGIME JURÍDICO DE PRERROGATIVAS CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	Vivian Lima López Valle	1	2018
25	CONTROLE COMPARTILHADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Sabrina Nunes Iocken	1	2018
26	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA E DAS CONCESSÕES	Edimur Ferreira de Faria	1	2018
27	CORRUPÇÃO E SEUS MÚLTIPLOS ENFOQUES JURÍDICOS	Cristiana Fortini	1	2018
28	CRISE E REFORMAS LEGISLATIVAS NA AGENDA DO DIREITO ADMINISTRATIVO	Emerson Gabardo, Fabrício Motta	1	2018
29	CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Ricardo Augusto Herzl	1	2018
30	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	Walber de Moura Agra	10	2021
31	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL	Daniel Castro Gomes da Costa	2	2020
32	DA GOVERNANÇA À ESPERANÇA	Augusto Nardes	2	2021
33	DELEGAÇÕES LEGISLATIVAS, REGULAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	André Cyrino	1	2018
34	DEMOCRACIA E RESPEITO À LEI	Bruno Torrano	2	2019
35	DENÚNCIA CONTRATUAL E DEVER DE PRÉ-AVISO	Francisco de Assis Viegas	1	2019
36	DIÁLOGOS COM O DIREITO DE FILIAÇÃO BRASILEIRO	Elimar Szaniawski	1	2019
37	DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO	Odete Medauar	22	2020
38	DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NO BRASIL	Alice Voronoff	1	2018
39	DIREITO CIVIL, CONSTITUIÇÃO E UNIDADE DO SISTEMA	Ana Carla Harmatiuk Matos, Ana Carolina Brochado Teixeira, Gustavo Tepedino	1	2019
40	DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
41	DIREITO ELEITORAL COMPARADO	Daniel Castro Gomes da Costa, Jorge Miranda, Leonardo Campos Soares da Fonseca, Tarcísio Vieira De Carvalho	1	2018

		Neto		
42	DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE	Eduardo de Souza Floriano	1	2019
43	DIREITO PARTIDÁRIO	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
44	DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
45	DIREITO PORTUÁRIO BRASILEIRO	Cesar Pereira, Rafael Wallbach Schwind	3	2019
46	DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
47	DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO PENAL E TIPO	Misabel Abreu Machado Derzi	4	2021
48	ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADES	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
49	EMPRESA SEMIESTATAL	Mário Saadi	1	2019
50	ESCOLA DE CONTAS E O CONTROLE SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	1	2018
51	EXECUÇÃO DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA	Carlos Valder do Nascimento	1	2018
52	FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
53	GOVERNANÇA E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	Hamilton Bonatto	1	2018
54	GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Marinês Restelatto Dotti	1	2018
55	JOGOS FISCAIS	Marcelo Rodrigues de Siqueira	1	2018
56	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL COMPARADA	Anderson Vichinkeski Teixeira, Stefano Maria Cicconetti	2	2018
57	JURISDIÇÕES MISTAS	Fabíola Utzig Haselof	1	2018
58	JURISTOCRACIA	Hélio Pinheiro Pinto	2	2018
59	LEI ANTICORRUPÇÃO	Sebastião José Lessa	1	2018
60	LEI DE EXECUÇÃO FISCAL ANOTADA	Maurício Dalri Timm do Valle, Valterlei A. da Costa	1	2018
61	LIBERDADE COMO JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO	Flávio Pansieri	1	2018
62	LIBERDADE DA ANTIGUIDADE AO MEDIEVO	Flávio Pansieri	1	2018
63	LIBERDADE DOS LIBERAIS E O PENSAMENTO SOCIAL	Flávio Pansieri	1	2018
64	LIBERDADE E O ESTADO MODERNO	Flávio Pansieri	1	2018
65	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Eduardo Fortunato Bim	5	2020
66	LICITAÇÕES E CONTRATOS DAS ESTATAIS	Joel de Menezes Niebuhr, Pedro de Menezes Niebuhr	1	2018
67	MARCOS REGULATÓRIOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E A EXPERTISE NORUEGUESA	Flávio Pansieri	1	2019
68	MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO	Aline Osorio, Estevão Gomes, Rafael Gaia Edais Pepe, Renata Saraiva	1	2020
69	NOVO REGIME JURÍDICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DAS EMPRESAS ESTATAIS	André Pachioni Baeta, André Vilanova da Silva, Benjamin Zymler, Daniel Miranda Barros Moreira, Fernanda Schreiber Bispo, Francisco Sérgio Ma	1	2018
70	O CAPITAL NO SÉCULO XXI	Ana Elizabeth Neirão Reymão, Suzy Elizabeth Cavalcante Koury	1	2018
71	O CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O ICMS E O ISS	Maurine Morgan Pimentel Feitosa	1	2018
72	O CONTRATO DE PATROCÍNIO ATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Diego Prandino	1	2018

73	O DIREITO ADMINISTRATIVO NO SÉCULO XXI	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1	2018
74	O DIREITO ADMINISTRATIVO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO	Fabrício Motta, Maria Sylvia Zanella Di Pietro	1	2018
75	O DIREITO PRIVADO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Felipe Peixoto Braga Netto, Michael César Silva, Vinícius Lott Thibau	1	2018
76	O DISCURSO RELIGIOSO NA POLÍTICA BRASILEIRA	Luiz Eduardo Peccinin	1	2018
77	O ESTADO JURISLADOR	Georghio Tomelin	1	2018
78	O ESTADO SUSTENTÁVEL DEMOCRÁTICO DE DIREITO PELA ÓTICA TOPOLÓGICA	Bruno Albergaria	1	2018
79	O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO E GOVERNANÇA PÚBLICA	Leandro Zannoni Apolinário de Alencar	1	2018
80	O PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Alexandre Aroeira Salles	1	2018
81	OBRAS PÚBLICAS	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	2	2019
82	POLÍTICA PÚBLICA E CONTROLE	Élida Graziane Pinto, Ingo Wolfgang Sarlet, Jessé Torres Pereira Júnior, Odilon Cavallari de Oliveira	1	2018
83	POR UMA CONSTITUIÇÃO GAIA	Henrique Pandim Barbosa Machado	1	2018
84	PRECEDENTES NA ARBITRAGEM	Rômulo Greff Mariani	1	2018
85	PRESCRIÇÃO	Rachel Saab	1	2019
86	PRESSUPOSTOS MATERIAIS E FORMAIS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO BRASIL	Enrique Enrique Ricardo Lewandowski	2	2018
87	PRINCÍPIOS DE DIREITO PÚBLICO	Marcus Abraham, Vítor Pimentel Pereira	1	2018
88	PROPAGANDA ELEITORAL	Luiz Eduardo Peccinin, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Luiz Fux, Walber de Moura Agra	1	2018
89	REGIÃO METROPOLITANA	Lilian Regina Gabriel Moreira Pires	1	2018
90	REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Alexandre Santos de Aragão, Anna Carolina Migueis Pereira, Letícia Lobato Anicet Lisboa	1	2018
91	REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO)	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	1	2018
92	ROTEIRO DO TERCEIRO SETOR	André Costa Resende, Bianca Monteiro da Silva, Tomáz de Aquino Resende	6	2019
93	SERVIDOR PÚBLICO	Antônio Flávio de Oliveira	5	2018
94	TECNOLOGIA JURÍDICA E DIREITO DIGITAL	Angelo Gamba Prata de Carvalho, Henrique Araújo Costa, Ricardo Vieira de Carvalho Fernandes	1	2018
95	TEMAS DE DIREITO DO TRABALHO E DE PROCESSO DO TRABALHO	Fábio Rodrigues Gomes	1	2019
96	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva	1	2019
97	TEORIA GERAL DO TRIBUTO, DA INTERPRETAÇÃO E DA EXONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	Sacha Calmon Navarro Coêlho	4	2018
98	TERCEIRIZAÇÃO	Abhner Youssif Mota Arabi, Valter Shuenquener de Araújo	1	2018
99	TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO	Eroulths Cortiano Junior, Marcos Ehrhardt Júnior	1	2019
100	TRATADO DE DIREITO MUNICIPAL	Carlos Valder do Nascimento, Gilmar Ferreira Mendes, Maria Sylvia Zanella Di Pietro	1	2018
101	TRIBUNAL DE CONTAS DEMOCRÁTICO	Ariane Shermam, Licurgo Mourão,	1	2018

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

		Rita Chió Serra		
102	TRIBUTOS MUNICIPAIS EM DEBATE	Carlos Renato Cunha, Geórgia Teixeira Jezler Campello	1	2018
103	UM OUTRO PAÍS	Luís Roberto Barroso	1	2018
104	UMA NOVA PRIMAVERA PARA OS TRIBUNAIS DE CONTAS	Valdecir Pascoal	1	2018

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 6ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 105[1]

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	Carlos Bolonha, Elpídio Paiva Luz Segundo, Fábio Corrêa Souza de Oliveira, Maíra Almeida	1	2019
2	5ª CONFERÊNCIA ANUAL DE DIREITO URBANÍSTICO INTERNACIONAL & COMPARADO	Geeta Tewari, Lilian Regina Gabriel Moreira Pires	1	2019
3	A CAPACIDADE CIVIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS PERFIS DA CURATELA	Vitor Almeida	2	2021
4	A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E O DIREITO TRIBUTÁRIO	Eduardo Lourenço Gregório Júnior, Saul Tourinho Leal	1	2019
5	A EXPEDIÇÃO DE PROVIMENTOS PROVISÓRIOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Romano Scapin	1	2019
6	A FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS NO BRASIL	Ronaldo Chadid	1	2019
7	A LEI ANTICORRUPÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA	Tâmera Padoin Marques Marin	1	2019
8	A LEI ANTICORRUPÇÃO EM CONTEXTO	Raphael Rodrigues Soré	1	2019
9	A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	Maria Cecília de Araujo Asperti	1	2019
10	A REPÚBLICA QUE AINDA NÃO FOI	Luís Roberto Barroso, Patrícia Perrone Campos Mello	1	2018
11	ABUSO DE AUTORIDADE E SUA INADEQUAÇÃO AO CRIME DE HERMENÊUTICA	Carlos Valder do Nascimento	1	2019
12	ADVOCACIA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	Carlos Figueiredo Mourão, Regina Tamami Hirose	1	2019
13	ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bruno Lopes Megna	1	2019
14	ARBITRAGEM NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS : UM ESTUDO DE CASO	André Rodrigues Junqueira	1	2019
15	AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E SEU REGIME JURÍDICO	Luciana Brasileiro	3	2021
16	AUTONOMIA PRIVADA, LIBERDADE EXISTENCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	Gustavo Tepedino, Joyceane Bezerra de Menezes	1	2019
17	CLÁUSULAS PENAIS MORATÓRIA E COMPENSATÓRIA	Vivianne da Silveira Abilio	1	2019
18	CÓDIGO DE CONDUTA : EVOLUÇÃO, ESSÊNCIA E ELABORAÇÃO	Adriana de Andrade Solé, Lélio Lauretti	2	2022
19	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	Matheus Kuhn Gonçalves	1	2019
20	COMENTÁRIOS À LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016)	Bernardo Strobel Guimarães	1	2019
21	COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.655/2018	Floriano de Azevedo Marques Neto, Rafael Véras de Freitas	1	2019
22	COMO COMBATER O DESPERDÍCIO NO SETOR PÚBLICO : GESTÃO DE RISCOS NA PRÁTICA	Franklin Brasil Santos Santos, Kleberson Roberto de Souza	2	2022
23	COMPETÊNCIA REGULAMENTAR EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Paulo Arthur Cavalcante Koury	1	2019
24	COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS NAS EMPRESAS ESTATAIS	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro,Francine Silva Pacheco Gonçalves	3	2020
25	COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: EXIGÊNCIA E CRITÉRIOS NORMATIVOS	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Mirela Miró Ziliotto	2	2021

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

26	COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Fernanda Santos Schramm	2	2021
27	CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO	Jaques Fernando Reolon	2	2019
28	CONSTITUCIONALISMO DE REALIDADE	Fernando Leal	1	2019
29	CONSTITUCIONALISMO, AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	Fernando José Gonçalves Acunha	1	2019
30	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA 30 ANOS DEPOIS	Abhner Youssif Mota Arabi, Fernando Maluf, Marcello Lavenère Machado Neto	1	2019
31	CONSTITUIÇÃO E PROCESSO ELEITORAL	Célia Regina de Lima Pinheiro, José Edvaldo Pereira Sales, Juliana Rodrigues Freitas	1	2018
32	CONTRATOS DE LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Paulo M. R. Brancher	1	2019
33	CONTROLE E CONSENSUALIDADE	Luciano Ferraz	2	2020
34	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Evandro Martins Guerra	4	2019
35	CURSO DE PROCESSO CIVIL	Waldir Zagaglia	1	2019
36	DEMOCRACIA E SISTEMA DE JUSTIÇA	Alexandre de Moraes, André Luiz de Almeida Mendonça	1	2019
37	DESESTATIZAÇÕES	Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	1	2019
38	DIÁRIO DE UM EMPREENDEDOR PÚBLICO	Renato Fenili	1	2019
39	DINÂMICA DA REGULAÇÃO	Egon Bockmann Moreira, Floriano de Azevedo Marques Neto, Sérgio Guerra	2	2021
40	DIREITO ADMINISTRATIVO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	Sandro Lucio Dezan	1	2019
41	DIREITO ADMINISTRATIVO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	Andry Matilla Correa, Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega, Walber de Moura Agra	1	2018
42	DIREITO CONSTITUCIONAL	Marcelo Figueiredo	2	2019
43	DIREITO DA INFRAESTRUTURA	Marçal Justen Filho, Marco Aurélio de Barcelos Silva	1	2019
44	DIREITO DAS LOTERIAS NO BRASIL	Roberto Brasil Fernandes	1	2019
45	DIREITO DAS RELAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS : ESTUDOS EM HOMENAGEM A PAULO LUIZ NETTO LÔBO	Fabíola Albuquerque Lobo, Gustavo Andrade, Marcos Ehrhardt Júnior	1	2019
46	DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO	Daniel Castanha de Freitas	1	2018
47	DIREITO MARÍTIMO AMBIENTAL	Marcelo F. Quiroga Obregón	1	2019
48	DIREITO MUNICIPAL	Regina Maria Macedo Nery Ferrari	5	2018
49	DIREITO REGULATÓRIO	Daniel Castro Gomes da Costa, Reynaldo Soares da Fonseca	1	2019
50	DIREITO URBANÍSTICO	Bruno Grego-Santos, Luiz Felipe Hadlich Miguel, Odete Medauar, Vitor Rhein Schirato	1	2019
51	DOLO E CULPA NA CORRUPÇÃO POLÍTICA	Fernando Gaspar Neisser	1	2019
52	EMPRESA, MERCADO E TECNOLOGIA	Ana Frazão, Angelo Gamba Prata de Carvalho	1	2019
53	EMPRESAS ESTATAIS: GOVERNANÇA, COMPLIANCE, INTEGRIDADE E CONTRATAÇÕES	Cláudio Sarian Altounian, Rafael Jardim Cavalcante, Sylvio Kelsen Coelho	1	2019
54	EQUILÍBRIO NA CONCESSÃO	Leticia Lins de Alencar	1	2019
55	FEDERALISMO BRASILEIRO	Abhner Youssif Mota Arabi	1	2019
56	FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO E CONECTIVIDADES : TEORIA E PRAGMÁTICA	Adrualdo de Lima Catão, Bruno de Lima Acioli, Hélio Pinheiro Pinto, Mariana Oliveira de Melo Cavalcanti	1	2019
57	FUNDAMENTOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A DEFESA DOS DIREITOS NO CIBERESPAÇO	Paulo César Zeni	1	2019

58	GOVERNANÇA FISCAL E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	Marcus Abraham	1	2019
59	HISTÓRIAS TRIBUTÁRIAS DO SEGUNDO MILÊNIO	Ferdinand H. M. Grapperhaus	1	2019
60	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC	Claudio Lamachia, Estefânia Viveiros	2	2019
61	IMPOSTO SOBRE A RENDA	Fernando Daniel de Moura Fonseca	1	2018
62	INTEGRIDADE GOVERNAMENTAL E EMPRESARIAL	Marcelo Zenkner	1	2019
63	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL III	Luiz Fux	1	2019
64	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	Cleucio Santos Nunes	1	2019
65	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL	Teresa Villac	2	2020
66	MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL	Gabriel Wedy, Rafael Martins Costa Moreira	1	2019
67	MANUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES	Carlos Oliveira Cruz, Joaquim Miranda Sarmento	1	2019
68	MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys	2	2019
69	MANUAL DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL	Amanda Athayde	2	2021
70	NEUTRALIDADE, VALOR ACRESCIDO E TRIBUTAÇÃO	André Mendes Moreira	2	2020
71	NORMAS BRASILEIRAS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO (NBASP)	Instituto Rui Barbosa	1	2017
72	NUEVAS TENDENCIAS E INNOVACIONES DEL DERECHO ADMINISTRATIVO	Braylyn Paredes, Gianpierre Valverde, Marycielo Miranda, William Gallo	1	2019
73	O ABUSO DE PODER NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Talitha Braz Bernardino	1	2019
74	O CONTEÚDO JURÍDICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	Flávio Garcia Cabral	1	2019
75	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS PENAIS NO BRASIL	Ademar Borges de Sousa Filho	1	2019
76	O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE CONTAS E A EFETIVIDADE JURISDICIONAL	Daniel Lavareda	1	2019
77	O DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO E AS CONSTITUIÇÕES ECONÔMICAS BRASILEIRAS	Gabriela de Carvalho, Rogério Braga	1	2019
78	O DIREITO DE HERANÇA E A LIBERDADE DE TESTAR	Gustavo Henrique Baptista Andrade	1	2019
79	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS NO MUNDO MODERNO	Fábio Ianni Goldfinger	2	2020
80	O TRIBUTO AO LONGO DOS TEMPOS	Ferdinand H. M. Grapperhaus	1	2019
81	PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE EDIFICAÇÃO E SANEAMENTO	Gustavo Ferreira Olkowski	1	2019
82	PLANO BEPS	Alexandre Alkmim Teixeira	1	2019
83	PODER ECONÔMICO E CAIXA DOIS NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	Walber de Moura Agra	1	2019
84	PRIVACIDADE E SUA COMPREENSÃO NO DIREITO BRASILEIRO	Fabíola Albuquerque Lobo, Marcos Ehrhardt Júnior	1	2019
85	PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	Eurico Bitencourt Neto, Thiago Marrara	1	2019
86	PROCESSO TRIBUTÁRIO	Leonardo Buíssa,Lucas Bevilacqua	2	2020
87	PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO	Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Luiz Henrique Lima	1	2019
88	PROPAGANDA ELEITORAL	Alexandre Freire Pimentel	1	2019
89	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL	Ana Claudia Beppu dos Santos Oliveira, Paulo Marcos Rodrigues Brancher	1	2019
90	QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO ADUANEIRO E TRIBUTÁRIO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS	Angela Sartori	2	2019
91	REGIÕES METROPOLITANAS	Fernando José Longo Filho	1	2019
92	REGULAÇÃO DE MEDICAMENTOS	Ricardo Augusto Dias da Silva	1	2019
93	RELAÇÕES CONTRATUAIS ASSIMÉTRICAS E PODER	Carlos Willians Osório	1	2019

	ECONÔMICO			
94	RENÚNCIA À NACIONALIDADE BRASILEIRA	Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues	1	2019
95	REPERCUSSÃO GERAL	Frederico Montedonio Rego	1	2019
96	ROYALTIES DE PETRÓLEO E FEDERAÇÃO	Claudio Madureira	2	2019
97	SAINDO DA LAMA	Luís Inácio Lucena Adams, Luiz Henrique Miguel Pavan, Onofre Alves Batista Júnior, Renato Rodrigues Vieira	1	2019
98	SEMINÁRIO DE GESTÃO AMBIENTAL E CONTROLE DE CONTAS PÚBLICAS DA AMAZÔNIA	Júlio Assis Corrêa Pinheiro	1	2019
99	SERVIDOR PÚBLICO	Antônio Flávio de Oliveira	4	2019
100	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL	Antonio Alves de Carvalho Neto, Augusto de Oliveira Monteiro, Carlos Alberto dos Santos Silva, Danusa da Matta Duarte Fattori, Denis Penedo Pr	1	2019
101	TECNOLOGIA JURÍDICA & DIREITO DIGITAL	Angelo Gamba Prata de Carvalho, Ricardo Vieira de Carvalho Fernandes	1	2018
102	TESTES DE LEGALIDADE	Marcos Augusto Perez	1	2019
103	TRATADO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	Egon Bockmann Moreira	2	2019
104	TRIBUNAIS DE CONTAS E O DIREITO FUNDAMENTAL AO BOM GOVERNO	Moises Maciel	1	2019
105	TRIBUNAL DE CONTAS DO SÉCULO XXI	Edilberto Carlos Pontes Lima	1	2019

([1]) Título bônus em destaque

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 7ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 104

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	A COEXISTÊNCIA ENTRE A FALÊNCIA E A ARBITRAGEM E SEUS EFEITOS.	Janine Silva Cabral Luchesi	1	2020
2	A GÊNESE ILÓGICA DA SENTENÇA CIVIL	Francesco Conte	1	2020
3	A INFILTRAÇÃO POLICIAL NO PROCESSO PENAL	Renan Barboza de Faria	1	2020
4	A INVESTIDURA NO TRIBUNAL DE CONTAS	Geraldo Costa da Camino	1	2020
5	A LÓGICA DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	Fabrício Simão da Cunha Araújo	1	2020
6	A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E OS REGIMES INTERNACIONAIS	Ana Flávia Velloso,Tarciso Dal Maso Jardim	1	2020
7	A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	Sérgio Silveira Banhos	1	2020
8	A TUTELA "PONDERADA" DO DIREITO À SAÚDE	Luiz Antônio Freitas de Almeida	1	2020
9	ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA TRABALHISTA	Eduardo Milléo Baracat	1	2020
10	ACORDOS NA JUSTIÇA ELEITORAL	Carlos Vinícius Alves Ribeiro	1	2020
11	ARQUITETURA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	Daniele Chaves Teixeira	1	2020
12	AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO CONTRATUAL	Lygia Maria Copi,Paulo Nalin	1	2020
13	AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO	Carolina Tupinambá	1	2020
14	AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO	Carolina Tupinambá	1	2020
15	ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Augusto Neves Dal Pozzo,Ricardo Marcondes Martins	1	2020
16	ATIVISMO, GARANTISMO E COOPERAÇÃO EM CRISE. V. 3.	Amanda Lobão Torres	1	2020
17	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO	Lúcio Delfino	2	2021
18	COISA JULGADA ADMINISTRATIVA	Murillo Giordan Santos	1	2020

19	COMENTÁRIOS À LEI DE CONTRATOS DE PUBLICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	Marçal Justen Filho	1	2020
20	COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Antônio Flávio de Oliveira	1	2020
21	COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro,Marcelo Zenkner	1	2020
22	CONCURSO PÚBLICO	Rita Tourinho	1	2020
23	CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVIDADE	Fábio Goulart Tomkowski	1	2020
24	CONSTITUIÇÃO, TRIBUTAÇÃO E ADUANA NO TRANSPORTE MARÍTIMO E NA ATIVIDADE PORTUÁRIA	Osvaldo Agripino de Castro Junior	1	2020
25	CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 4.0	Antonio Fernandes Soares Netto,Silvio César da Silva Lima	2	2020
26	CONTRATO DE NAMORO: AMOR LÍQUIDO E DIREITO DE FAMÍLIA MÍNIMO : COLEÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, V. 3	Marília Pedroso Xavier	3	2022
27	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Odete Medauar	4	2020
28	CONTROLE EXTERNO CONTEMPORÂNEO	Luiz Henrique Lima	1	2020
29	CRISE DEMOCRÁTICA E A LUTA PELA CONSTITUIÇÃO	Daniel Sarmento	1	2020
30	DECRETOS PRESIDENCIAIS	Camila Almeida Porfiro	1	2020
31	DESAPROPRIAÇÃO	André Luiz dos Santos Nakamura	1	2020
32	DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	Daniel Sarmento	3	2020
33	DIREITO À PRIVACIDADE E DIVULGAÇÃO DE REMUNERAÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS	Ermiro Ferreira Neto	2	2020
34	DIREITO ADMINISTRATIVO E ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION	Egon Bockmann Moreira,Elisa Schmidlin Cruz,Flávio Amaral Garcia,Leila Cuéllar	1	2020
35	DIREITO ADMINISTRATIVO E CORRUPÇÃO	André Cyrino,Anna Carolina Migueis,Fernanda Morgan Pimentel	1	2020
36	DIREITO AMBIENTAL MINERÁRIO	Luis Antonio Monteiro de Brito	1	2020
37	DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET	Henrique Cunha Souza Lima	1	2020
38	DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA - TOMO I	Marcos Catalan,Marcos Ehrhardt Júnior,Pablo Malheiros	2	2021
39	DIREITO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA	Alice Voronoff,André Cyrino,Gustavo Binenbojm,Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz	1	2020
40	DIREITO E ECONOMIA DA INFRAESTRUTURA	Marcos Nóbrega	1	2020
41	DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Juarez Freitas,Thomas Bellini Freitas	1	2020
42	DIREITO INTERNACIONAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA. V. 6.	Eliomar da Silva Pereira,Milton Fornazari Junior	1	2020
43	DIREITO MARÍTIMO	Enrique Ricardo Lewandowski	1	2020
44	DIREITO PROCESSUAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA I	Eliomar da Silva Pereira, Márcio Adriano Anselmo	1	2019
45	DIREITO PROCESSUAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA II	Eliomar da Silva Pereira,Márcio Adriano Anselmo	5	2020
46	DIREITO URBANÍSTICO	Daniela Campos Libório	1	2019
47	DIREITOS HUMANOS	Dafne Fernandez de Bastos, José Edvaldo Pereira Sales	1	2019
48	DISCIPLINAS EXTRAJURÍDICAS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA. V. 7.	Eliomar da Silva Pereira	1	2020
49	EMPRESAS ESTATAIS	Carolina Dolabela	1	2020
50	EXECUÇÃO FISCAL SEMIJUDICIAL NO BRASIL	Artur Barbosa da Silveira	1	2020
51	FUNÇÃO SOCIAL DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS OBRIGACIONAIS	Marcos Alberto Rocha Gonçalves	1	2020
52	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	Sandro Trescastro Bergue	2	2019
53	GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA	Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa,Gisele Duarte Doetzer,Teresa Villac	1	2020
54	GOVERNANÇA EM LOGÍSTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO	Renato Ribeiro Fenili	1	2020

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	À COVID-19			
55	INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Cristiana Fortini,Gabriela Verona Pércio	1	2020
56	ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DOS TRABALHADORES DA ATIVA EM RAZÃO DE DOENÇA GRAVE	Carlos Valder do Nascimento	2	2020
57	LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E OS SEUS IMPACTOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO	Georges Louis Hage Humbert	1	2020
58	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	Rodrigo Pironti	1	2020
59	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	Sergio Ferraz	1	2020
60	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA ELEITORAL	Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	1	2020
61	LIMITAÇÕES FORMAIS E MATERIAIS AO PODER DE TRIBUTAR	Américo Bedê Júnior,Daury César Fabriz,Júlio Homem de Siqueira,Junio Graciano Homem de Siqueira,Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho,Ricarlos Almagro	1	2020
62	MANUAL DO CANDIDATO E DA CANDIDATA A VEREADOR(A)	Domingos Augusto Taufner	2	2020
63	MARCO LEGAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NA VISÃO DELAS	Adriana da Costa Ricardo Schier,Cristiana Fortini,Lígia Melo,Vanice Valle	1	2020
64	MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN	Christine Oliveira Peter da Silva ,Desdêmona T. B. Toledo Arruda,Roberto Dalledone Machado Filho	1	2020
65	NOÇÕES GERAIS E LIMITAÇÕES FORMAIS AO PODER DE TRIBUTAR	Américo Bedê Júnior,Daury César Fabriz,Júlio Homem de Siqueira,Junio Graciano Homem de Siqueira,Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho,Ricarlos Almagro	1	2020
66	O DIREITO DA LIBERDADE NA CONSTITUIÇÃO	Carlos Valder do Nascimento	1	2020
67	O ENSINO DO DIREITO DE FAMÍLIA NO BRASIL	Dimitre Braga Soares de Carvalho	1	2020
68	O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E O DIREITO PRIVADO	Bernardo Strobel Guimarães	1	2020
69	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Artur Cavalcanti,Francisco Cavalcanti	1	2020
70	O SILÊNCIO ALÉM DAS GRADES	Ana Cláudia de Souza Valente	1	2020
71	O TETO DE CRISTAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	Margarete de Castro Coelho	1	2020
72	OS DESAFIOS DO CONTROLE EXTERNO DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19	Alexandre Manir Figueiredo Sarquis,Heloísa Helena Antonacio M. Godinho,Luiz Henrique Lima	1	2020
73	OS DIREITOS DOS ÍNDIOS	Paulo Thadeu Gomes da Silva	2	2020
74	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A (IN)CERTEZA DO DIREITO	Guilherme Scotti,Menelick de Carvalho Netto	2	2020
75	OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A NOVA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Moises Maciel	1	2020
76	OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O MÍNIMO EXISTENCIAL EM EDUCAÇÃO	Ricardo Schneider Rodrigues	1	2020
77	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PASSO A PASSO	Sidney Bittencourt	4	2020
78	PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE	Daniel Castro Gomes da Costa	2	2022
79	PONTES DE MIRANDA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Fábio Lins de Lessa Carvalho	1	2020
80	POSSIBILIDADES E LIMITES DO CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	Luciana Gaspar Melquíades Duarte	2	2019
81	PREGÃO ELETRÔNICO	Rafael Sérgio Lima de Oliveira,Victor Aguiar Jardim de Amorim	1	2020
82	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO	Doris de Miranda Coutinho	1	2020
83	PRINCÍPIOS PENAIS	Igor Luis Pereira e Silva	2	2019
84	PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL	Pedro Niebuhr	3	2020
85	PROCESSO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA	Antônio Flávio de Oliveira,Carolina Lemos de Faria,Silzia Alves Carvalho	1	2020

86	REFORMA TRIBUTÁRIA, IMPOSTO DE RENDA MÍNIMO E TRIBUTAÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS	Fernando Daniel de Moura Fonseca,Misabel Abreu Machado Derzi	1	2020
87	REGIME EMERGENCIAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19	Joel de Menezes Niebuhr	1	2020
88	REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SANÇÃO	Flávio Henrique Unes Pereira	2	2020
89	REGULAÇÕES EXPROPRIATÓRIAS	Luiza Vereza	1	2020
90	RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL	Alípio Reis Firmo Filho,Ana Cristina Moraes Warpechowski,Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho	1	2020
91	SANÇÕES DISCIPLINARES	Flávio Henrique Unes Pereira	2	2020
92	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	1	2020
93	SISTEMA MULTIPORTAS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Kaline Ferreira,Osvaldo Almeida Neto,Teresa Cristina Oliveira	1	2020
94	TEMAS PRÁTICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Raphael Pereira Lessa,Sebastião José Lessa	2	2020
95	TOMO 1 - DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA	Daniel Castro Gomes da Costa, Reynaldo Soares da Fonseca, Sérgio Silveira Banhos, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	1	2020
96	TOMO 2 - DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA	Daniel Castro Gomes da Costa, Reynaldo Soares da Fonseca, Sérgio Silveira Banhos, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	1	2020
97	TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA	Hendrick Pinheiro	1	2020
98	TRANSIÇÃO DE GOVERNO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	Ronald Fontenele Rocha	1	2020
99	TRATADO DO HOMICÍDIO	Francisco Dirceu Barros	1	2020
100	TRIBUNAIS DE CONTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIDADE LEGÍSTICA	André Luiz de Matos Gonçalves	1	2020
101	TRIBUTAÇÃO VIÁVEL	Delano Carneiro da Cunha Câmara	1	2020
102	TUDO SOBRE CONTROLE	Marcus Vinícius de Azevedo Braga	1	2020
103	VALE QUANTO PESA	Marcus Vinícius de Azevedo Braga	1	2020
104	VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MÍDIA	Rômulo Magalhães Fernandes	1	2020

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 8ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 106[2]

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19	Rodrigo Francisco de Paula	1	2021
2	A RESPONSABILIDADE CONSTITUCIONAL DOS AGENTES POLÍTICOS	Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas	1	2021
3	AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO	Carolina Tupinambá	1	2021
4	COMPLIANCE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	Cristiane Petrosemolo Cola,Luana Lourenço	1	2021
5	DIREITO ECONÔMICO E CONCORRÊNCIA	Felipe Guimarães de Oliveira,Suzy Elizabeth Cavalcante Koury	1	2021
6	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO	Rodrigo Pironti	1	2021
7	OS NOVOS MECANISMOS DE CONTROLE DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	Genilson Rodrigues Carreiro	1	2021
8	OS SISTEMAS DE SAÚDE BRASILEIRO E PORTUGUÊS	Ricardo Augusto Dias da Silva	1	2021
9	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	Talden Farias,Vinicius Salomão de Aquino	2	2021

	SOCIOAMBIENTAL			
10	PLANEJAMENTO FAMILIAR NAS FAMÍLIAS LGBT : DESAFIOS SOCIAIS E JURÍDICOS DO RECURSO À REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO BRASIL - VOL.5	Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto	1	2021
11	DIREITO CONSTITUCIONAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA : V.2	Guilherme Cunha Werner,Sandro Lucio Dezan	1	2021
12	AGÊNCIAS REGULADORAS : DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PIRAMIDAL À GOVERNANÇA EM REDE	Sérgio Guerra	2	2021
13	MÍDIA, DIREITO PENAL E VULNERABILIDADE: A OPINIÃO PÚBLICA NA DECISÃO PENAL	Vítor Burgarelli	1	2021
14	NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO	Bernardo Strobel Guimarães	1	2021
15	DIREITO ADMINISTRATIVO: TEMAS ATUAIS E RELEVANTES	Juliana Tôrres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti	1	2021
16	DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE - VOL 5	Eduardo de Souza Floriano	1	2021
17	MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS : REGIME JURÍDICO DA CAUTELARIDADE ADMINISTRATIVA	Flávio Garcia Cabral	1	2021
18	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RELAÇÕES PRIVADAS	Marcos Ehrhardt Júnior, Fabíola Albuquerque Lobo, Gustavo Andrade	1	2021
19	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONTROLE ADMINISTRATIVO : DESCRIÇÃO SISTEMÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021 NA PERSPECTIVA DO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO	Claudio Madureira	1	2021
20	PARIDADE DE ARMAS NO PROCESSO PENAL	Welton Roberto	2	2021
21	ILUMINAÇÃO PÚBLICA : ASPECTOS JURÍDICOS À LUZ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	Mário Saadi	1	2021
22	A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE POR ERRO MÉDICO : MITIGAÇÃO DA TEORIA OBJETIVA	Marcelo Rivera	1	2021
23	MULTIPARENTALIDADE : UMA ANÁLISE DOS LIMITES E EFEITOS JURÍDICOS PRÁTICOS SOB O ENFOQUE DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE - COLEÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL - V.6	Karina Barbosa Franco	1	2021
24	DEFESAS EM JUÍZO E NOS TRIBUNAIS DE CONTAS : IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Gina Copola,Ivan Barbosa Rigolin	1	2021
25	PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Thiago Marrara	2	2021
26	ROYALTIES DO PETRÓLEO, MINÉRIO E ENERGIA : ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS	Fernando Facury Scaff	2	2021
27	REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, CRISE DA DEMOCRACIA E CONSTITUIÇÃO: DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO	Luís Roberto Barroso	1	2021
28	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONCRETIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO ORÇAMENTO	Rubin Lemos	1	2021
29	CAMINHOS JURÍDICOS E REGULATÓRIOS PARA A DESCARBONIZAÇÃO NO BRASIL	Cácia Pimentel et al	1	2021
30	COMENTÁRIOS AOS ACÓRDÃOS AMBIENTAIS: PARADIGMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Jarbas Soares Júnior et al	1	2021
31	EFEITOS DAS DECISÕES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	Maysa de Sá Pittondo	1	2021
32	SISTEMATIZAÇÃO DA TUTELA INIBITÓRIA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	Bruno Campos Silva	1	2021
33	ORÇAMENTO REPUBLICANO E LIBERDADE IGUAL	Fernando Facury Scaff	1	2018
34	AS SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - AS INFRAÇÕES, AS PENALIDADES E O PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	Aniello Parziale et al	1	2021
35	A HIPOTECA JUDICIÁRIA NO PROCESSO DO TRABALHO - TEORIA E PRÁTICA	Ben-Hur Silveira Claus	1	2021
36	DIREITO DA INFRAESTRUTURA : REGULAÇÃO E CONTROLE DO	Bruno Dantas,Sérgio Guerra	1	2021

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	TCU			
37	FILOSOFIA DO DIREITO E DO ESTADO	Paulo Ferreira da Cunha	2	2021
38	O ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS-MEMBROS EM FACE DA UNIÃO UMA DISTORÇÃO GRAVE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO	Andrea Siqueira Martins	1	2021
39	DIREITO DO PETRÓLEO E DO GÁS	Alexandre Santos de Aragão	1	2021
40	DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR TRIBUTÁRIO	Marília Barros Xavier	1	2021
41	NOVA LEI DE LICITAÇÕES : PASSO A PASSO - (COMENTANDO, ARTIGO POR ARTIGO, A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)	Sidney Bittencourt	1	2021
42	AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO : AS NOVIDADES PROVENIENTES DA GLOBALIZAÇÃO, DE INFLUXOS DO DIREITO COMPARADO E DA INTERNACIONALIZAÇÃO DE CONTRATOS LABORAIS - TOMO IV	Carolina Tupinambá et al	1	2021
43	DIREITO E INFRAESTRUTURA : RODOVIAS E FERROVIAS – 20 ANOS DA LEI Nº 10.233/2001 - V.2	Jorge Henrique de Oliveira Souza et al	1	2021
44	DIREITO E INFRAESTRUTURA : PORTOS E TRANSPORTE AQUAVIÁRIO – 20 ANOS DA LEI Nº 10.233/2001 - V.1	Jorge Henrique de Oliveira Souza et al	1	2021
45	SISTEMA PENAL CONTEMPORÂNEO	Daniel Castro Gomes da Costa et al	1	2021
46	DIREITO PENAL : PARTE GERAL	Alexandre Rocha A. de Moraes	1	2021
47	OS IMPACTOS DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Caroline Maria Vieira Lacerda	1	2021
48	COMPLIANCE JUDICIAL : POR QUE E COMO AFERIR A EFETIVIDADE DE DECISÕES ESTRUTURAIS	Karina Denari Gomes de Mattos	1	2021
49	DIREITO CONSTITUCIONAL : DIÁLOGOS EM HOMENAGEM AO 80º ANIVERSÁRIO DE J. J. GOMES CANOTILHO	Ana Cláudia Nascimento Gomes, Bruno Albergaria, Mariana Rodrigues Canotilho	1	2021
50	POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ODS DA AGENDA 2030	Sabrina Nunes Iocken, Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho, Ana Cristina Moraes Warpechowski	1	2021
51	O VOLUNTARISMO JUDICIAL E A SUPREMACIA DO PARLAMENTO : ASPECTOS GERAIS E VISÃO BRASILEIRA E PORTUGUESA	Humberto Bosco Lustosa Barreira	1	2021
52	O DEVEDOR CONTUMAZ NO DIREITO TRIBUTÁRIO : PREMISSAS TEÓRICAS, CONCEITO E REGIME JURÍDICO	Júlia Silva Araújo Carneiro	1	2021
53	ESTUPRO : UMA ABORDAGEM JURÍDICO-FEMINISTA	Natália Petersen	1	2021
54	CORTE SUPREMA, AGIR ESTRATÉGICO E AUTORIDADE CONSTITUCIONAL COMPARTILHADA	Bruno Meneses Lorenzetto,Clemerson Merlin Clève	1	2021
55	RELAÇÕES PATRIMONIAIS : CONTRATOS, TITULARIDADES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Gustavo Tepedino, Rodrigo da Guia Silva	1	2021
56	TEMAS ATUAIS DE COMPLIANCE E MINISTÉRIO PÚBLICO: UMA NOVA VISÃO DE GESTÃO E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	Alexandre Schneider, Henrique da Rosa Ziesemer.	1	2021
57	NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021) SISTEMATIZADA.	Mário Saadi, Júlio César Moreira Barboza, Juliana Deguirmendian, Laís Menegon Youssef, Maria Cristina M. de Oliveira	1	2021
58	CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ESTATAIS – FORMALIZAÇÃO, CONTEÚDO E FISCALIZAÇÃO – DE ACORDO COM AS LEIS Nº 8.666/1993, Nº 14.133/2021 E Nº 13.303/2016	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	1	2021
59	CONSULTORIA EM AUDITORIA GOVERNAMENTAL : O QUE É | PARA QUE SERVE | COMO FAZER	Diocesio Sant'anna	1	2021
60	DIREITO DO CONSUMIDOR E NOVAS TECNOLOGIAS	Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Júnior, Pablo Malheiros	1	2021
61	PARENTALIDADE : ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O DIREITO	Maria Rita de Holanda	1	2021

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

62	COMPROMISSO SIGNIFICATIVO : CONTRIBUIÇÕES SUL-AFRICANAS PARA OS PROCESSOS ESTRUTURAIS NO BRASIL	Matheus Casimiro Gomes Serafim	1	2021
63	O EXERCÍCIO DO DIREITO À MORTE DIGNA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CRÍTICA E ALTERNATIVA À APLICAÇÃO DO REGIME DE INCAPACIDADES EM CASOS DE TERMINALIDADE NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA	Lygia Maria Copi	1	2021
64	CONTROLE INTERNO CONTEMPORÂNEO.	Leonardo de Araújo Ferraz, Rodrigo Fontenelle de A. Miranda, Luciana Mendes Lobo.	1	2021
65	JUSTIÇA CONSTITUCIONAL FRANCESA.	Thomas Passos Martins, Dominique Rousseau	1	2021
66	DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA - TOMO II	Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Júnior, Pablo Malheiros	2	2022
67	O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS NA LEI Nº 13.019/2014	Natália de Aquino Cesário	1	2021
68	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E APLICAÇÃO PRÁTICA	Valter de Souza Lobato, José Antonino Marinho Neto	1	2021
69	A PROCESSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO	Odete Medauar	1	2021
70	DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE OVOS DE SERPENTE	Durval Ângelo Andrade	1	2021
71	DEFESA COMERCIAL E DIREITO SOCIETÁRIO: PARTES RELACIONADAS EM INVESTIGAÇÕES ANTIDUMPING	Amanda Athayde, Júlia Marssola, Maria Augusta Viegas, Victor Leite	1	2021
72	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO	Abhner Youssif Mota Arabi	1	2021
73	DIREITO CIVIL: FUTUROS POSSÍVEIS	Marcos Ehrhardt Júnior	1	2021
74	AUTORITARISMO LÍQUIDO E CRISE CONSTITUCIONAL	Luis Manuel Fonseca Pires, Nathalia Penha Cardoso de França, Pedro Estevam Alves Pinto Serrano	1	2021
75	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO V. 02 ARTS. 70 A 118	Lúcio Delfino	1	2021
76	PLATAFORMAS DIGITAIS E MODERAÇÃO DE CONTEÚDOS: POR UMA REGULAÇÃO DEMOCRÁTICA	Tatiana Stroppa	1	2021
77	O TRIBUNAL DE CONTAS E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO UM BEM PÚBLICO	Izabel Vicente Izidoro da Nóbrega	1	2021
78	COMPRA E VENDA DE EMPRESAS: FERRAMENTAS PARA PREVER, ESTIMULAR E JULGAR COMPORTAMENTOS	Giovani Ribeiro Rodrigues Alves	1	2021
79	FEDERALISMO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DIFÍCEIS	Edilberto Carlos Pontes Lima.	1	2021
80	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E ELUSÃO FISCAL.	Marcelo Altoé	1	2021
81	DIREITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.	Ivana Mussi Gabriel	1	2021
82	OS TRIBUNAIS DE CONTAS, A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE	Edilberto Carlos Pontes Lima	1	2021
83	A LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020 E SEUS DESAFIOS	Crislayne Cavalcante, Leandro Menezes Rodrigues	1	2021
84	MANUAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO	Cláudia Toledo	1	2021
85	QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO PRIVADO	Augusto Passamani Bufulin	1	2022
86	A OBRIGATORIDADE CONSTITUCIONAL DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS.	Raphael Diógenes Serafim Vieira, Carlos Figueiredo Mourão, Gustavo Machado Tavares	1	2022
87	AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO : AS NOVIDADES PROVENIENTES DAS NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÕES HUMANAS E DE NOVOS MODELOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - TOMO V	Carolina Tupinambá	1	2022
88	ARQUITETURA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: TOMO III	Daniele Chaves Teixeira	1	2022

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

89	ATUAL JUDICIÁRIO : ATIVISMO OU ATITUDE	Cláudia Toledo	1	2022
90	INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS EM CONTRATOS DE CONCESSÃO : ESTUDO DE CASO DO SETOR RODOVIÁRIO PAULISTA	Ronaldo José de Andrade	1	2022
91	TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : BOAS PRÁTICAS E ATUALIZAÇÃO À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Cristiana Fortini,Flaviana Vieira Paim	1	2022
92	GOVERNO DIGITAL E A BUSCA POR INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : A LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021	Fabrício Motta,Vanice Regina Lírio do Valle	1	2022
93	JURIMETRIA APLICADA AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Gilson Piqueras Garcia	1	2022
94	A MORAL DO DANO	Eduardo Medina Guimarães	1	2022
95	O ABUSO DO PODER NO DIREITO ELEITORAL : UMA NECESSÁRIA REVISITAÇÃO AO INSTITUTO	Anna Paula Oliveira Mendes	1	2022
96	A SOCIEDADE DO CONTROLE? MACROFILOSOFIA DO PODER NO NEOLIBERALISMO	Durval Ângelo Andrade	1	2022
97	ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS	Carlos Eduardo Ferreira dos Santos	1	2022
98	O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E A CONSENSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO	Luzardo Faria	1	2022
99	O NOVO DIREITO DO SANEAMENTO BÁSICO : ESTUDOS SOBRE O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL (DE ACORDO COM A LEI Nº 14.026/2020 E RESPECTIVA REGULAMENTAÇÃO)	Fernando Vernalha Guimarães	1	2022
100	PUBLICISTAS : DIREITO ADMINISTRATIVO SOB TENSÃO	Carlos Ari Sundfeld, Gustavo Binenbojm, Vera Monteiro, José Vicente Santos de Mendonça, Eduardo Jordão, Floriano de Azevedo Marques Neto, Egon Bockmann Moreira, Marçal Justen Filho, Jacintho Arruda Câmara	1	2022
101	LEI Nº 14.133/2021 COMENTADA : UMA VISÃO CRÍTICA	Ivan Barbosa Rigolin	1	2022
102	COMPRAS PÚBLICAS INOVADORAS : O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVATIVO COMO PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL - DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E O MARCO REGULATÓRIO DAS STARTUPS	Luciano Elias Reis	1	2022
103	INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAL PARA O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA : REINVENTANDO O COMBATE À CORRUPÇÃO E ESTIMULANDO A EFICIÊNCIA DOS GOVERNOS	José Inaldo de Oliveira e Silva, Rômulo Paulo Cordão	1	2022
104	SISTEMA DE JUSTIÇA INDÍGENA : ASPECTOS JURÍDICOS E ANTROPOLÓGICOS	Márcio Rosa da Silva	1	2022
105	A ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE MERCADO NAS CONTRATAÇÕES GOVERNAMENTAIS : A ATIVIDADE DE PLANEJAR E PESQUISAR PREÇOS DE MERCADO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E JUSTIFICATIVA DE PREÇO NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Luiz Cláudio de Azevedo Chaves	1	2022
106	ESTADO, DIREITO E DEMOCRACIA	Carlos Vinícius Alves Ribeiro , Dias Toffoli, Otávio Luiz Rodrigues Jr	1	2022

(²) Título bônus em destaque

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

ANEXO – FÓRUM DE LIVROS – 9ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 73

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
01	TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL	Mirela Miró Ziliotto	1	2022
02	O COLAPSO DAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL : UMA REFLEXÃO PELA DEMOCRACIA	Manoel Carlos de Almeida Neto	1	2022
03	FUNDAMENTOS DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR : UM GUIA PARA COMPREENDER O CONCEITO, A ORIGEM E O REGIME JURÍDICO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL	Fernando Mânica	1	2022
04	ANÁLISE ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS : DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES)	Bradson Camelo, Marcos Nóbrega, Ronny Charles L. de Torres	1	2022
05	COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS : LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - VOLUME 1	Cristiana Fortini, Tatiana Camarão, Rafael Sérgio Lima de Oliveira	1	2022
06	COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS : LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - VOLUME 2	Cristiana Fortini, Tatiana Camarão, Rafael Sérgio Lima de Oliveira	1	2022
07	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A EFICÁCIA TEMPORAL DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS DE TRATO CONTINUADO	Claudio Xavier Seefelder Filho	1	2022
08	O TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO COMO FORMA DE TUTELA DE DIREITOS SOCIAIS	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	1	2022
09	A PROTEÇÃO DA PESSOA CONTRA SI MESMA? : LIBERDADE, AUTONOMIA E PATERNALISMO	Fábio Cesar dos Santos Oliveira	1	2022
10	PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS	João Eduardo Lopes Queiroz	1	2022
11	DIREITO ADMINISTRATIVO : O NOVO OLHAR DA LINDB	Carlos Ari Sundfeld	1	2022
12	ICMS NO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DE SÃO PAULO	Alexandre Evaristo Pinto,Fábio Goulart Tomkowski,Ivan Allegretti,Lucas Bevilacqua	1	2022
13	TEORIA JURÍDICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	Luciano Moreira de Oliveira	1	2022
14	PALAVRAS, ATOS E JULGADOS DE UM CONSELHEIRO DE CONTAS	Durval Ângelo Andrade	1	2022
15	INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR : UM GUIA PARA COMPREENDER AS DENOMINAÇÕES, FORMAS JURÍDICAS E CERTIFICAÇÕES DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL - VOLUME 2	Fernando Mânica	1	2022
16	OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO : ANAIS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (II CITC): JOÃO PESSOA-PB, 9 A 12 DE NOVEMBRO DE 2021	Instituto Rui Barbosa	1	2022
17	25 ANOS DE DIÁLOGOS JURÍDICOS : COLETÂNEA DO SEMINÁRIO DE VERÃO DE COIMBRA	Cristiane de Medeiros Brito Chaves Frota,Paulo Dias de Moura Ribeiro	1	2022
18	CONTROLE EXTERNO NO SÉCULO XXI : HOMENAGEM A SEBASTIÃO HELVÉCIO – CONSELHEIRO, EDUCADOR E CIDADÃO DO MUNDO	Cláudio Couto Terrão,Durval Ângelo Andrade	1	2022
19	PODER POLÍTICO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS : IMPACTOS ELEITORAIS DO DISTRIBUTIVISMO	Tarcísio Augusto Sousa de Barros	1	2022
20	O DIREITO À RUA : POLÍTICAS PÚBLICAS E A FUNÇÃO SOCIAL DAS VIAS URBANAS	Frederico Haddad	1	2022

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

21	TEORI NA PRÁTICA : UMA BIOGRAFIA INTELECTUAL.	Claudio Xavier Seefelder Filho,Daniel Coussirat de Azevedo	1	2022
22	NOVAS TÉCNICAS DE DECISÃO DO STF : ENTRE INOVAÇÃO E DEMOCRACIA	Teresa Melo	1	2022
23	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL : O IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	Luna Van Brussel Barroso	1	2022
24	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DESINFORMAÇÃO EM CONTEXTOS ELEITORAIS : PARÂMETROS DE ENFRENTAMENTO COM BASE NAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	Elder Maia Goltzman	1	2022
25	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE : A REMUNERAÇÃO DAS AGÊNCIAS	Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso	1	2022
26	LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE - VOLUME II	Alexandre Rocha Almeida de Moraes,Fábio Ianni Goldfinger	1	2022
27	CONTRATO PÚBLICO BUILT TO SUIT : PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO: LEI Nº 14.133/2021	Hamilton Bonatto,Rafael Costa Santos	1	2022
28	LIVRE INICIATIVA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS	Vitor Rhein Schirato	1	2022
29	ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL	Rogério Gesta Leal	1	2022
30	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS : COMO AGREGAR VALOR E MELHORAR AS OPERAÇÕES DE UMA ORGANIZAÇÃO	Franklin Brasil Santos,Kleberson Roberto de Souza	1	2022
31	NOVA LEI DE LICITAÇÕES SOB A ÓTICA DA ADVOCACIA PÚBLICA : REFLEXÕES TEMÁTICAS	Fábio Andrade Medeiros,Ivanildo Silva da Costa,Juliana Pereira Diniz Prudente	1	2022
32	OS CONDOMÍNIOS FECHADOS E O DIREITO À CIDADE	Wagner Barbosa Pedrotti	1	2022
33	CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS : UMA VISÃO GERENCIAL	André Kuhn	1	2022
34	TRATADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO : (PARTE GERAL) - VOLUME 1	Sergio Ferraz	1	2022
35	LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE - VOLUME I	Alexandre Rocha Almeida de Moraes,Fábio Ianni Goldfinger	1	2022
36	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE : UM ELO NECESSÁRIO NO BRASIL	Renato Cader,Teresa Villac	1	2022
37	ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS : PRECAUÇÃO, INFORMAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	Daniela Guarita Jambor	1	2022
38	KILLER ACQUISITIONS : AQUISIÇÃO DE EMPRESAS COMO MEIO DE ELIMINAÇÃO DA CONCORRÊNCIA	Levi Veríssimo	1	2022
39	ARRENDAMENTO RURAL FORÇADO : EM BUSCA DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA EM TEMPOS DE ESCASSEZ	André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca	1	2022
40	FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA : UMA REFORMA ELEITORAL E POLÍTICA	Emerson Urizzi Cervi,Luiz Fernando Casagrande Pereira,Luiz Gustavo de Andrade,Paulo Henrique Golambiuk,Roosevelt Arraes	1	2022
41	AS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E O CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Luciana Luso de Carvalho	1	2022
42	A NOVA LEI DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E O ESTATUTO NACIONAL DAS MICROEMPRESAS	Sidney Bittencourt	3	2022
43	OBRIGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO SETOR PRIVADO : FUNDAMENTOS JURÍDICOS PARA A IMPOSIÇÃO REGULATÓRIA DE ENCARGOS DO REGIME JURÍDICO “TÍPICO” DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO À INICIATIVA PRIVADA NO DIREITO BRASILEIRO	Murilo Melo Vale	1	2022
44	DIREITOS, POLÍTICA E CIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA	José Eduardo Faria	1	2022
45	ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E SERVIÇOS PÚBLICOS : INSTABILIDADES INSTITUCIONAIS	Gislene Rocha de Lima	1	2022
46	DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA : UM PANORAMA	Luiza Cesar Portella	1	2022

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	JURÍDICO ELEITORAL			
47	ANOTAÇÕES SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Fabiola Marquetti Sanches Rahim,Maria Lia Porto Corona,Sérgio Pessoa de Paula Castro	1	2022
48	APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM, NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS, COMO UMA FORMA DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA	Gleibe Pretti	1	2022
49	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS	Luiz Cláudio Araujo Schneider	1	2022
50	ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL : ABORDAGEM PRÁTICA	Moacir Marques da Silva	1	2022
51	A RESCISÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA A PARTIR DO SISTEMA DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	Dimas Antônio Gonçalves Fagundes Reis	1	2022
52	RESPONSABILIDADE CIVIL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL : OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Gabriela Buarque	1	2022
53	TUTELA JURÍDICA DAS MICROLESÕES	Cláudio Henrique de Oliveira	1	2022
54	FEDERALISMO E GUERRA FISCAL DO ICMS : CORTESIA COM CHAPÉU ALHEIO	Estevão Horvath,Hendrick Pinheiro	1	2022
55	AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS COMO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO	Leônidas Meireles Mansur Muniz de Oliveira	1	2022
56	CURSO DE REGULAÇÃO PORTUÁRIA : INTRODUÇÃO À TEORIA E PRÁTICA DAS TARIFAS PORTUÁRIAS NO BRASIL	Sandro José Monteiro	1	2022
57	CORRUPÇÃO EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	Victor Aguiar de Carvalho	1	2022
58	TESTAMENTO : CAPACIDADE, FORMALIDADES E NOVAS TECNOLOGIAS	Isabella Silveira de Castro	1	2022
59	DEMOCRACIA, HUMANISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL : ESTUDOS EM HOMENAGEM AO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI	Dennys Albuquerque Rodrigues,Eduardo Barreto Cezar,Marcelo Pimentel de Oliveira	1	2022
60	COMO AS NAÇÕES PROSPERAM : COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E AS AÇÕES MAIS PODEROSAS CONTRA CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL	Fabíola Utzig Haselof	1	2022
61	TRIBUNAL DE CONTAS E COMBATE À CORRUPÇÃO	Saulo Marques Mesquita	1	2022
62	BENS PÚBLICOS	André Luiz dos Santos Nakamura	1	2022
63	NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO : POR QUEM FEZ	Verônica Sánchez da Cruz Rios	1	2022
64	CREDENCIAMENTO : DO CONCEITO À OPERACIONALIZAÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS	Felipe José Ansaloni Barbosa,Leonardo de Oliveira Thebit	1	2022
65	RESÍDUOS SÓLIDOS : MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS 2019	Júlio Assis Corrêa Pinheiro	1	2022
66	APRIMORAMENTO GENÉTICO EM EMBRIÕES HUMANOS : LIMITES ÉTICO-JURÍDICOS AO PLANEJAMENTO FAMILIAR NA TUTELA DA DEFICIÊNCIA COMO DIVERSIDADE BIOLÓGICA HUMANA	Carlos Henrique Félix Dantas	1	2022
67	MECANISMOS DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO : UMA ANÁLISE DAS CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS	Ana Paula Peresi de Souza	1	2022
68	CABOTAGEM BRASILEIRA BR DO MAR : PREÇO DE COMBUSTÍVEL, COMPETIÇÃO E MULTIMODALISMO NO PROJETO DE LEI Nº 4.199/2020	Sabine Mara Müller	1	2022
69	TEMAS DE DIREITO ELEITORAL : ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA, QUESTÕES DE GÊNERO, INDÍGENA E LGPD (ATÉ A EC Nº 117/2022)	José Edvaldo Pereira Sales,Juliana Rodrigues Freitas	1	2022
70	O CUSTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL : UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE INVESTIMENTO E QUALIDADE	Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim	1	2022
71	PROCESSO ADMINISTRATIVO : PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E A LEI Nº 9.784/1999 (COM ESPECIAL ATENÇÃO À LINDB)	Egon Bockmann Moreira	6	2022
72		Alexandre de Paula Filho	1	2022

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO OBRIGATÓRIAS NO INÍCIO DO PROCESSO : UM OLHAR HISTÓRICO, DOGMÁTICO E EMPÍRICO SOBRE O ART. 334 DO CPC/15			
73	COMPETÊNCIAS CAUTELARES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Diogo Uehbe Lima	1	2022

ANEXO – FÓRUM DEL REY DE LIVROS – 1ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 49

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	"DESAPOSENTADORIA" NO SERVIÇO PÚBLICO	Rogério Vieira Santiago	2	2017
2	A CIDADE REAL E A CIDADE IDEAL	Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho, Stella De Moura Kleinrath	1	2013
3	A HUMANIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL	Antônio Augusto Cançado Trindade	2	2015
4	A PROVA PERICIAL NO NOVO PROCESSO CIVIL E NA ARBITRAGEM	Francisco Maia Neto	2	2015
5	A PROVA PERICIAL NO NOVO PROCESSO CIVIL E NA ARBITRAGEM	Maurine Morgan Pimentel Feitosa	2	2015
6	ADVOCACIA E ÉTICA	Alexandre Figueiredo de Andrade Urbano, Charles Fernando Vieira da Silva, Luiz Fernando Valladão Nogueira, Rogério Vieira Santiago	1	2015
7	ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Cláudio Smirne Diniz, Mauro Sérgio Rocha, Renato de Lima Castro	1	2015
8	AULAS DE TEORIA DO ESTADO	Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa, Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza	4	2016
9	AUTONOMIA PARA MORRER	Diogo Luna Moureira, Maria de Fátima Freire de Sá	2	2015
10	CIDADE, EVENTOS ESPORTIVOS E ESTADO DE EXCEÇÃO	Émilien Vilas Boas Reis, Newton Teixeira Carvalho	1	2014
11	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Alexandre Freitas Câmara, Antônio Pereira Gaio Júnior	1	2016
12	COMENTÁRIOS ÀS INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Leonardo de Faria Beraldo	1	2015
13	COMENTÁRIOS SOBRE A LEI ANTICORRUPÇÃO	Ronaldo Garcia Dias, Ronaldo Mayrink de Castro Garcia Dias	1	2020
14	CORRUPÇÃO POLÍTICA	Glauco Costa Leite	1	2016
15	CURSO DE DIREITO ELEITORAL	Edson de Resende Castro	10	2020
16	DESPEDIDA EM MASSA NO BRASIL	Roberto Carneiro Filho	1	2016
17	DIREITO À SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS	Simone Letícia Severo e Sousa	1	2015
18	DIREITO CONSTITUCIONAL	Kildare Gonçalves Carvalho	22	2017
19	DIREITO DAS COISAS	Adriano Stanley	7	2019
20	DIREITO DO CONSUMIDOR	Alan de Matos Jorge	1	2016
21	DIREITO ELEITORAL	Lourival Serejo	1	2016
22	DIREITO EMPRESARIAL	Suhel Sarhan Júnior	3	2015
23	DIREITO PENAL	Edihermes Marques Coelho	3	2015
24	DIREITOS FUNDAMENTAIS AMBIENTAIS APLICADOS À CIDADE	Beatriz Souza Costa, Émilien Vilas Boas Reis, Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho	2	2015
25	ESTADO DE EXCEÇÃO AMBIENTAL	Émilien Vilas Boas Reis, Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho	1	2015
26	FUNDAMENTOS DE DIREITO PENAL AMBIENTAL	Alex Fernandes Santiago	1	2015
27	FUNDAMENTOS DE HISTÓRIA DO DIREITO	Antonio Carlos Wolkmer	10	2019

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

28	JUSTIÇA FISCAL	João Paulo Fanucchi de Almeida Melo, Misabel Abreu Machado Derzi	1	2016
29	LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIME ORGANIZADO	Fillipe Azevedo Rodrigues, Liliana Bastos Pereira Santo de Azevêdo Rodrigues	1	2016
30	LAVAGEM DE DINHEIRO POR MEIO DE OBRAS DE ARTE	Fausto Martin de Sanctis	1	2015
31	LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO SÉCULO XXI	José Adércio Leite Sampaio	1	2016
32	MANUAL DE BIODIREITO	Bruno Torquato de Oliveira Naves, Maria de Fátima Freire de Sá	3	2015
33	MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Sebastião Edilson Gomes	3	2020
34	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	Cláudia Maria Gomes de Souza, Fernando Gonzaga Jayme, Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, Rita Andréa Guimarães de Carvalho Pereira	1	2016
35	MEDICINA LEGAL PARA O ACADÊMICO DE DIREITO	Leonardo Mendes Cardoso	4	2016
36	METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	Welber Barral	5	2016
37	NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO	Antônio Pereira Gaio Júnior, Cleyson de Moraes Mello	1	2016
38	O PROCESSO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS, FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA	Antônio Pereira Gaio Júnior	3	2019
39	O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	Leonardo Nemer Caldeira Brant, Sylvia Helena Steiner	1	2020
40	OPÇÕES DE COMPRA E DE VENDA	Renato Ourives Neves	1	2016
41	OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO NO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO	Túlio Arantes Bozola	1	2015
42	OS DIREITOS DO NASCITURO	Sérgio Abdalla Semião	3	2015
43	PENAS ALTERNATIVAS	Jamil Chaim Alves	1	2020
44	POLÍTICA DE CONSUMO	Nelson Nery Costa	1	2016
45	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PENAL	Antônio de Padova Marchi Júnior	1	2016
46	PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	Humberto Theodoro Júnior	1	2016
47	PROCESSO JUSTO	Marcelo Veiga Franco	1	2016
48	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITO CONSTITUCIONAL	André Del Negri	2	2016
49	TERCEIROS ESCRITOS DE DIREITO PROCESSUAL	Leonardo Oliveira Soares	1	2016

ANEXO – FÓRUM DEL REY DE LIVROS – 2ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 49

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	A CONSTITUIÇÃO REINVENTADA PELA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	José Adércio Leite Sampaio	1	2002
2	A CRISE HÍDRICA	Eduardo Lima de Matos	1	2018
3	A DEFINIÇÃO DOS CANDIDATOS AO PLEITO ELEITORAL	Igor Bruno Silva de Oliveira	1	2018
4	A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA AMBIENTAL	Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Jarbas Soares Júnior, Marcos Paulo de Souza Miranda	1	2018
5	A JURISDIÇÃO E OS CONTRATOS DE CONSUMO	Sérgio Augusto Pereira Lorentino	1	2017
6	AÇÃO RESCISÓRIA	Arnaldo Esteves Lima, Poul Erik Dyrlund	4	2017
7	ADVOCACIA E ÉTICA	Alexandre Figueiredo de Andrade Urbano, Luiz Fernando Valladão Nogueira, Rogério Vieira Santiago	1	2017

8	ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Cláudio Smirne Diniz, Mauro Sérgio Rocha, Renato de Lima Castro	1	2018
9	BIODIREITO & DIREITO CONCURSAL	Sérgio Abdalla Semião	2	2013
10	BIOÉTICA E BIODIREITO	Bruno Torquato de Oliveira Naves, Maria de Fátima Freire de Sá	4	2018
11	CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL MÉDICO E SUA APLICAÇÃO	Décio Policastro	3	2018
12	COLABORAÇÃO PREMIADA	Cibele Benevides Guedes da Fonseca	2	2020
13	CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS PRATICADOS POR CPI	Remilson Soares Candeia	1	2017
14	CRIMES SEXUAIS	Carmo Antônio de Souza, José Henrique Pierangeli	2	2015
15	CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO	Marcos Cesar Pavani Parolin	2	2017
16	DANO MORAL COLETIVO SOB PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	José Gutemberg Gomes Lacerda	1	2017
17	DENÚNCIA ANÔNIMA	Morton Luiz Faria de Medeiros	1	2017
18	DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza	5	2013
19	DIREITO CONSTITUCIONAL DO BRASIL	José Tarcizio de Almeida Melo	1	2008
20	DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	Leon Bambirra Obregon Gonçalves, Obregon Gonçalves	1	2014
21	EL EJERCICIO DE LA FUNCIÓN JUDICIAL INTERNACIONAL	Antônio Augusto Cançado Trindade	6	2020
22	ERRO MÉDICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	Décio Policastro	5	2020
23	EXPORTAÇÃO	Carlos Cavalcanti, Fabio Silveira, Geraldo Biasoto Jr., José Roberto Afonso, Marcel Caparoz, Marcelo Pereira da Cunha, Melina Rocha Lukic	1	2017
24	FIDELIDADE PARTIDÁRIA NO BRASIL	Adriano Guilherme de Aro Ferreira	1	2018
25	FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL	Márcia Dometila Lima de Carvalho	2	2016
26	GENOCÍDIO INDÍGENA NO BRASIL	Carlos Frederico Santos	1	2017
27	GERENCIAMENTO DO PROCESSO E ACESSO À JUSTIÇA	Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera	1	2017
28	GOVERNANÇA JURÍDICA NAS EMPRESAS FAMILIARES	Matheus Bonaccorsi Fernandino	1	2016
29	GUARDA DOS FILHOS E MEDIAÇÃO FAMILIAR	Anna de Moraes Salles Beraldo	1	2016
30	INOVAÇÕES E MODIFICAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Ester Camila Gomes Norato Rezende, Fernando Gonzaga Jayme, Helena Lanna Figueiredo, Renata C. Vieira Maia	1	2017
31	INTRODUÇÃO CRÍTICA AO PROCESSO PENAL	Felipe Martins Pinto	2	2016
32	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONSTITUCIONAL	Emerson Ghirardelli Coelho	1	2017
33	JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	Geraldo Luiz Vianna	1	2014
34	JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	Karina Veloso Gangana Tanure, Lívia Teixeira de Paula	1	2018
35	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Luciano Furtado Loubet	1	2014
36	MEDIAÇÃO UMA SOLUÇÃO JUDICIOSA PARA CONFLITOS	Maria de Nazareth Serpa	1	2018
37	NOVOS MEIOS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Renata Ribeiro Felipe	1	2018
38	O BILL OF RIGHTS AMERICANO	Adhemar Ferreira Maciel	1	2016
39	O DIREITO PENAL LIBERAL EM MONTESQUIEU	Sheila Jorge Selim de Sales	1	2017
40	O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL	Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza	2	2013
41	OS JOGOS DO PODER	Márcio Florêncio Nunes Cambraia	2	2017
42	OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA	Antônio Augusto Cançado Trindade	3	2020

43	PACIENTES E MÉDICOS	Décio Policastro	1	2016
44	PRESCRIÇÃO PENAL	Frederico Blasi Netto	4	2013
45	PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA	Marcus Vinicius Ribeiro Cunha	1	2017
46	PROCESSO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias	4	2018
47	RECURSO ESPECIAL NO CPC	Luiz Fernando Valladão Nogueira	5	2020
48	SITUAÇÃO JURÍDICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR IDOSO	Gustavo Chalfun	1	2020
49	SOCIEDADE ANÔNIMA E MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	Roberto Papini	6	2020

ANEXO – FÓRUM DEL REY DE LIVROS – 3ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 49

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	(RE)PENSANDO A PESQUISA JURÍDICA	Maria Tereza Fonseca Dias,Miracy Barbosa de Sousa Gustin	4	2020
2	A ARBITRAGEM NA CONTEMPORANEIDADE	Alexandre Figueiredo de Andrade Urbano, Franco Giovanni Mattedi Maziero	1	2019
3	A BOA-FÉ OBJETIVA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS RELACIONAIS	Renato Rodrigues Costa Galvano	1	2019
4	A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS	Otávio Augusto Drummond Cançado Trindade	1	2012
5	A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL COMO TEORIA DO CONHECIMENTO DO DIREITO	Inocêncio Mártires Coelho	1	2019
6	A IDEIA DE JUSTIÇA EM KANT	Joaquim Carlos Salgado	3	2012
7	A IDEIA DE JUSTIÇA NO PERÍODO CLÁSSICO OU DA METAFÍSICA DO OBJETO: A IGUALDADE	Joaquim Carlos Salgado	1	2018
8	A RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMENTADA ARTIGO POR ARTIGO (LEI 11.101/05)	Renaldo Limiro da Silva	2	2019
9	A REFORMA POLÍTICA E SEUS TEMAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	Doorgal Gustavo Borges de Andrada	1	2017
10	À SOMBRA DE MONTESQUIEU	Sérgio Leal	1	2019
11	ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA	Ana Luiza Almeida Ferro	1	2019
12	AMBIENTE JURÍDICO	Álvaro Luiz Valery Mirra, Eduardo Viegas, Gabriel Wedy, Marcos Paulo Miranda, Talden Farias	1	2018
13	CONFLITOS APÓS A MORTE	Ana Valéria Silva Gonçalves, Grasielle dos Reis Rodrigues Mello, Joaquim Toledo Lorentz	1	2019
14	DANO MORAL E O COMERCIANTE	Felipe Probst Werner	1	2019
15	DESMISTIFICANDO A HOLDING FAMILIAR	Claudiane Aquino Roesel	1	2019
16	DESPESA PÚBLICA E RENT-SEEKING	Eduardo Cândia	1	2019
17	DIREITO À CIDADE	Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho	1	2012
18	DIREITO COOPERATIVO	Rodrigo Coelho de Lima	1	2019
19	DIREITO COOPERATIVO	Rodrigo Coelho de Lima	1	2018
20	DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO	Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena	3	2018
21	DOS DELITOS CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL E O ORDENAMENTO URBANO NA LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS	Michael Schneider Flach	1	2019
22	DUPLA INCRIMINAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	Anamara Osório Silva	1	2016

23	EFICIÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS	Camila Chagas Rabello, Maria Isabel Araújo Rodrigues	1	2019
24	EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DE CAPITAL INTENSIVO	Alexandre Oheb Sion	1	2017
25	ESPECTROS POÉTICOS DA JUSTIÇA	André Luís Vieira Elói, Fernando Armando Ribeiro	1	2019
26	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	Wladimir de Oliveira Andrade	1	2019
27	HERMENÊUTICA DA DESIGUALDADE	Taurino Araújo	1	2019
28	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	Luiz Moreira, Reinhold Zippelius	1	2006
29	LEI DO TOMBAMENTO COMENTADA: DECRETO-LEI N. 25/1937	Marcos Paulo de Souza Miranda	1	2014
30	MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS	Lailson Baeta Neves, Mário Lúcio Quintão Soares	1	2019
31	MANUAL DE DIREITO À SAÚDE	Fábia Madureira de Castro Bicalho, Renato Luís Dresch	1	2019
32	MANUAL DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	Diogo Ribeiro Ferreira	1	2018
33	MEDIAÇÃO FAMILIAR	Lisa Parkinson	1	2016
34	MEDIAÇÃO JUDICIAL	Rita De Cássia Marques, Cleide Rocha de Andrade, Terezinha de Oliveira Lima Rocha, Ana Cláudia Bitencourt Marcondes	1	2019
35	NULIDADES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Vinícius Mattos Felício	1	2015
36	O FECHAMENTO DE MINA E A UTILIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA POR EXPLORAÇÃO MINERAL	Ana Luiza Almeida Ferro	2	2019
37	O INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA	Amanda de Melo R. Campos, Claudiane Aquino Roesel	1	2019
38	O TRIBUNAL DE NUREMBERG	Ana Luiza Almeida Ferro	2	2019
39	ORTOTANÁSIA	Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral	1	2015
40	PARECERES EM DIREITO AERONÁUTICO	Ricardo Alvarenga	1	2015
41	POR QUE O LEGISLADOR QUER AUMENTAR PENAS?	Ana Luiza Almeida Ferro	1	2019
42	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Ana Luiza Almeida Ferro	1	2019
43	PROCESSO ELEITORAL E SEGURANÇA JURÍDICA	Paulo Henrique de Mattos Studart	1	2018
44	QUARTOS ESCRITOS DE DIREITO PROCESSUAL: O INÍCIO, O MEIO E O FIM (ENFOQUE NA PARTE GERAL DO CPC/2015)	Leonardo Oliveira Soares	1	2018
45	SINDICALISMO E REFORMA TRABALHISTA	Ricardo Aparecido de Araújo	1	2019
46	SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO, CONTRATOS E A CIRCULAÇÃO DE CRÉDITO	Marcos Mello Ferreira Pinto	1	2018
47	TÉCNICA LEGISLATIVA	Kildare Gonçalves Carvalho	6	2014
48	TUTELA DE EVIDÊNCIA	Ester Camila Gomes Norato Rezende	1	2017
49	UM MINISTÉRIO PÚBLICO POLIVALENTE	Antônio Winkert Souza	1	2019

ANEXO – FÓRUM DEL REY DE LIVROS – 4ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 49

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	300 ANOS DE MINAS GERAIS	Felipe Pinto	1	2021
2	A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Luís Fernando Nigro Corrêa	1	2021
3	A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE	Arno Dal Ri Júnior,Lucas Carlos Lima	1	2020

	JUSTIÇA			
4	A PROVA ILÍCITA NO PROCESSO CIVIL	Wendel de Brito Lemos Teixeira	2	2020
5	ANÁLISE ECONÔMICA DA EXPANSÃO DO DIREITO PENAL	Fillipe Azevedo Rodrigues	2	2021
6	CONCILIAÇÃO BÔNUS DE UMA JUSTIÇA CÉLERE E EFICAZ	Hélio Mendes Veiga	2	2020
7	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E EXCEÇÃO JURÍDICA	Emanuel de Melo Ferreira	1	2020
8	CORRUPÇÃO	Ciro Costa Chagas	1	2020
9	DIREITO AMBIENTAL APLICADO AO SETOR ELÉTRICO	Alexandre Oheb Sion, Lucyléa Gonçalves França	1	2020
10	DIREITO DAS SUCESSÕES	Salomão de Araújo Cateb	9	2020
11	DIREITO MINERÁRIO EM FOCO	Alexandre Oheb Sion	1	2020
12	DIREITOS SOCIAIS PELO PODER JUDICIÁRIO E SEUS REFLEXOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	Ana Borges Coêlho Santos	1	2020
13	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DE INTERVENÇÃO JUDICIAL	José dos Santos Carvalho Filho,Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão	1	2020
14	ENERGIA E MEIO AMBIENTE	Alexandre Oheb Sion	1	2020
15	FATOS E PROGNOSES NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	João Guilherme Gualberto Torres	1	2020
16	O CONCEPTURO	Fabrício Manoel Oliveira	1	2020
17	PARA ALÉM DAS ESPÉCIES	Brunello Stancioli,Carolina Nasser	1	2020
18	PENSANDO O DIREITO	Claudiane Aquino Roesel	1	2020
19	POLIAMOR	Otávio Portes Junior	1	2020
20	PRISÕES, BORDÉIS E AS PEDRAS DA LEI	José Garcez Ghirardi	1	2021
21	QUESTÕES CONTROVERTIDAS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	Paulo Ivan de Oliveira Teixeira	1	2020
22	REFORMA DO ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	Daury César Fabriz,Kon Tsih Wang,Mário Lúcio Quintão Soares,Ricardo Antonio Lucas Camargo	1	2021
23	RELAÇÃO JURÍDICA MÉDICO-PACIENTE	Brunello Stancioli	2	2021
24	TEMAS DE DIREITO CONTEMPORÂNEO	Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro, Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão	1	2020
25	TEORIA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Célio Jacinto dos Santos	1	2020
26	TRABALHO NO AMBIENTE PRISIONAL	Luiz Francisco de Oliveira	1	2020
27	TRINTA ANOS DE ADVOCACIA	José Anchieta da Silva	1	2020
28	VINTE ANOS DE ADVOCACIA	José Anchieta da Silva,Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza	1	2020
29	VINTE E CINCO ANOS DE ADVOCACIA	José Anchieta da Silva,Ricardo A. Malheiros Fiuza	1	2020
30	POVOS INDÍGENAS E DIREITOS TERRITORIAIS	Leandro Ferreira Bernardo	1	2021
31	PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	Caio Vinícius de Moraes Schunck	1	2021
32	CURSO DE DIREITO AUTORAL: DO CLÁSSICO AO DIGITAL	Elisângela Dias Menezes	2	2021
33	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL, SUSTENTABILIDADE E A SUBSTITUIÇÃO DAS SACOLAS PLÁSTICAS COMUNS POR ECOLÓGICAS	Adriano Vidigal Martins	1	2021
34	GUARDA COMPARTILHADA DA CONSTITUIÇÃO: CONSTRUÇÃO DIALÓGICA ENTRE O PARLAMENTO E A SUPREMA CORTE	Ana Cristina Melo de Pontes Botelho	1	2021
35	INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	Richardson Xavier Brant	1	2021
36	MANUAL DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS E ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	Wendel de Brito Lemos Teixeira	3	2021

37	O ADMINISTRADOR JUDICIAL (O ÓRGÃO) NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA	José Anchieta da Silva	1	2021
38	EM BUSCA DA SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS: PARTES E INSTITUIÇÕES EM DISPUTA	Bruno Takahashi	1	2021
39	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 - MODELOS PRÁTICOS	Altivo Ovando Júnior	1	2021
40	A INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA: OS FUNDAMENTOS PARA A APLICAÇÃO DAS CAUSAS SUPRALEGAIS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	Maria Carolina de Melo Amorim	1	2021
41	DIREITO COLETIVO URBANO: A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS E IRREGULARES COMO EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	Eduardo Augusto Lombardi	1	2021
42	DIREITO EMPRESARIAL ATUAL - ESTUDOS SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - V.3	Helvecio Franco Maia Junior et al	1	2021
43	ESTUDOS EM HOMENAGEM À DESEMBARGADORA VANESSA VERDOLIM HUDSON ANDRADE	Simone Letícia Severo e Sousa et al	1	2021
44	O DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE - TEMAS RELEVANTES - VOL 1	Simone Letícia Severo e Sousa	1	2021
45	PONTOS CONTROVERTIDOS SOBRE A LEI FICHA LIMPA	ANPR, André de Carvalho Ramos et al	1	2021
46	REGIME DE BENS: DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	Luiz Fernando Valladão Nogueira	1	2021
47	TÉCNICA PROCESSUAL	Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias et al	1	2021
48	DIREITO CONSTITUCIONAL DAS FAMÍLIAS	Lourival Serejo	3	2021
49	DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	Antônio Augusto Cançado Trindade	6	2021

ANEXO – FÓRUM DEL REY DE LIVROS – 5ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 49

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	CONTRIBUIÇÕES À INCLUSÃO DO OUTRO E A CONSEQUENTE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA VOLUME I	Mariza Rios et al	1	2021
2	CONTRIBUIÇÕES À INCLUSÃO DO OUTRO E A CONSEQUENTE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA VOLUME II	Mariza Rios et al	1	2021
3	O IMPACTO DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA NO DIREITO BRASILEIRO	Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão et al	1	2021
4	FICHA LIMPA: COMENTÁRIOS ÀS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 135/2010 APÓS O JULGAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Fabrício Souza Duarte, Arnaldo Silva Júnior, Rodrigo Ribeiro Pereira, Rafael Tavares da Silva, Flávio Roberto Silva, Gabriel Massote Pereira, Geordano Paraguassu Pereira	1	2021
5	IDENTIFICAÇÃO GENÉTICA PARA FINS CRIMINAIS: ANÁLISE DOS ASPECTOS PROCESSUAIS DO BANCO DE DADOS DE PERFIL GENÉTICO IMPLEMENTADO PELA LEI N. 12.654/2012	Emílio de Oliveira e Silva	1	2021
6	O DIREITO DE CONSTRUIR NA PERSPECTIVA URBANÍSTICO-CONSTITUCIONAL	Claudia do Amaral Furquim	1	2021
7	O HOMESCHOOLING SOB A ÓTICA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Fernanda Moraes de São José	1	2021
8	O SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL VISTO POR NÓS ADVOGADOS	Leonardo Augusto Marinho Marques, Luciano Santos Lopes, Felipe Pinto	1	2021

9	SÍNDROME DO PÂNICO E TRABALHO :A AUSÊNCIA DE NEUTRALIDADE DO TRABALHO NO PROCESSO DE ADOECIMENTO MENTAL DO TRABALHADOR	Maria Inês Vasconcelos	1	2021
10	PRÁTICAS PROCESSUAIS PENAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PERSECUÇÃO PENAL	Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro	1	2021
11	O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E O DIREITO PENAL ECONÔMICO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	Gustavo Henrique de Souza e Silva	1	2021
12	CRIMES PATRIMONIAIS: DELINQUÊNCIA COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL	Marcelo D'Angelo Lara	1	2021
13	DANO MORAL E PUNITIVE DAMAGES	Adriano Stanley Rocha Souza, Andréa Moraes Borges, Andréa Gouthier Caldas	1	2021
14	DIREITO PENAL ECONÔMICO: SÉRIE DE ESTUDOS.	Geraldo da Silva Vieira	1	2021
15	DIREITO ROMANO: UMA INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL	Severino Augusto dos Santos	1	2021
16	NOVO CPC: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS	Novo CPC: reflexões e perspectivas	1	2021
17	OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS E A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	Maria de Lourdes Flecha de Lima Xavier Cançado	1	2021
18	AÇÕES CÍVEIS DE DIREITO BANCÁRIO : EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, PRESTAÇÃO DE CONTAS E REVISIONAL DE CONTRATOS	Irving Marc Shikashonagima	1	2021
19	ADEQUAÇÃO SOCIAL:SUA DOUTRINA PELO CÂNONE COMPREENSIVO DO CUIDADO-DE-PERIGO	Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato.	1	2021
20	ABUSO DE PODER, IGUALDADE E ELEIÇÃO: O DIREITO ELEITORAL EM PERSPECTIVA	Felipe Ferreira Lima Lins Caldas	1	2021
21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	José Aparecido Camargo	1	2021
22	RESPONSABILIDADE CIVIL NA PRODUÇÃO DA PROVA: QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO, INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E GRAVAÇÃO AMBIENTAL. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE IMAGEM, INTIMIDADE, HONRA, VIDA PRIVADA, SIGILO E O DEVER DE INDENIZAR	Marcos Cesar Pavani Parolin	1	2021
23	NASCITURO: ASPECTOS REGISTRAIS E NOTARIAIS	Milson Paulin	1	2021
24	TÓPICOS DE DIREITO MUNICIPAL: V. 1	Rafael Santiago Costa, Mary Ane Anunciação Ianque, Sérgio Santos Rodrigues, Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage.	1	2021
25	A TRIBUTAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR VALTER LOBATO	João Paulo Fanucchi de Almeida Melo, João Paulo Kalil Toledo, Luís Paulo Bambirra Silveira	1	2021
26	NEOCONSTITUCIONALISMO E ATIVIDADE JURISDICIONAL: DO PASSIVISMO AO ATIVISMO JUDICIAL	José Carlos Francisco	1	2021
27	DESATANDO NÓS E CRIANDO LAÇOS : OS NOVOS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR.	Conrado Paulino da Rosa	1	2021
28	TÓPICOS DE DIREITO MUNICIPAL : V. 2	Rafael Santiago Costa, Mary Ane Anunciação Ianque, Sérgio Santos Rodrigues, Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage	1	2021
29	O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL : LEI N. 9.784 DE 29/01/1999	Arnaldo Esteves Lima	1	2021
30	ENTRE O SER E O DEVER SER : REFLEXÃO SOBRE A	Jurandir Antonio Sá Barreto Junior	1	2021

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	NATUREZA DO DIREITO E DO ESTADO NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN.			
31	CONSTITUCIONALISMO E TEORIA DO DIREITO.	Fernando Armando Ribeiro	1	2021
32	ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE	Guilherme Krueger, Lucila Carvalho Medeiros da Rocha.	1	2021
33	PATERNIDADE E ALIMENTOS	Luiz Fernando Valladão Nogueira	1	2021
34	FORMAÇÃO DE PREGOEIROS.	Wladimir de Oliveira Andrade	1	2021
35	DIVÓRCIO: INOVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DA EC N. 66/2010	Luiz Fernando Valladão Nogueira	1	2021
36	O CICLO TEÓRICO DA COISA JULGADA: DE CHIOVENDA A FAZZALARI	Rosemiro Pereira Leal	1	2021
37	ARBITRAGEM EM GERAL E EM DIREITO TRIBUTÁRIO : SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	José Carlos Francisco, João Dácio Rolim, José Levi Mello do Amaral Júnior, Salette Nascimento	1	2021
38	MINISTÉRIO PÚBLICO: PREVENÇÃO. MODELOS DE ATUAÇÃO E A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Eduardo Cambi, Renato de Lima Castro, Fábio André Guaragni.	1	2021
39	A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	Marina França Santos	1	2021
40	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE PROCESSO PENAL	Carlos Gustavo de Souza Miranda	1	2021
41	ADOÇÃO, GUARDA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR.	Dimas Messias de Carvalho	1	2021
42	DIREITO DESPORTIVO	Luiz César Cunha Lima	1	2021
43	20 ANOS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS PENAIS	Felipe Martins Pinto, Gustavo Henrique de Souza e Silva, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo Gomes	1	2021
44	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (MANUAL FUNCIONAL) : DOUTRINA, JURISPRUDÊNCIA, LEGISLAÇÃO, FORMULÁRIOS E ESQUEMAS	Jeferson Moreira de Carvalho	1	2021
45	DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS	Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick	1	2021
46	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	José Adércio Leite Sampaio	1	2021
47	DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL: O TOMBAMENTO COMO PRINCIPAL INSTITUTO	Maria Coeli Simões Pires	1	2021
48	COMENTÁRIOS SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO	Paul Hugo Weberbauer	1	2021
49	O NOVO TRIBUNAL DO JÚRI	Amaury Silva	1	2021

ANEXO – FÓRUM DEL REY DE LIVROS – 6ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 11

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	COMENTÁRIOS À LEI MARIA DA PENHA : LEI N. 11.340/2006	João Paulo Oliveira	1	2021
2	CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE, INCOMUNICABILIDADE E IMPENHORABILIDADE	Wendel de Brito Lemos Teixeira	1	2022
3	JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E INTERNET	Anamara Osório Silva	1	2022
4	DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO : PRINCÍPIOS, REGRAS, COMPETÊNCIAS E IMUNIDADES	João Paulo Fanucchi de Almeida Melo	1	2022
5	NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO : CONFLITOS DIFUSOS E COLETIVOS	Roberto Luís de Oliveira Pimentel	1	2022
6	DIREITO SOCIETÁRIO NO AGRONEGÓCIO : SOCIEDADE DE PRODUTORES RURAIS, PESSOA FÍSICA	Luis Adriano Martins Romanni	1	2022

7	PATRIMÔNIO CULTURAL E REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: OS MEIOS DIGITAIS NA AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS	Gianno Lopes Nepomuceno	1	2022
8	SEGURANÇA JURÍDICA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO : PANORAMA GERAL E COMENTÁRIOS SOBRE A LEI N. 13.655/2018 (LINDB)	Dayana Alves Guimarães,Eurico Bitencourt Neto,Maria Coeli Simões Pires	1	2022
9	NOS 25 ANOS DA CPLP : ESTUDOS EM HOMENAGEM A JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA E RICARDO ARNALDO MALHEIROS FIUZA	José Faria Tavares,Lauro Moreira	1	2022
10	CIDE-COMBUSTÍVEL : FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, CARACTERÍSTICAS E FINALIDADE ESPECIAL PARA APLICAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	Joel Gomes Moreira Filho	1	2022
11	A LEGALIZAÇÃO DO DISPUTE BOARDS NO BRASIL : O QUE É O COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS, SUAS CARACTERÍSTICAS E SEU AVANÇO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	Daniel Freitas Resende	1	2022

ANEXO - COLEÇÃO DIGITAL FÓRUM JACOBY DE DIREITO PÚBLICO
QTDE DE TÍTULOS: 21

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL : ATUALIZADA ATÉ A EC Nº 102/2019. REDAÇÃO ANTERIOR DE CADA DISPOSITIVO ALTERADO. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MELHOR ÍNDICE REMISSIVO. INDICAÇÃO DAS LEIS QUE REGULAMENTAM OS ARTIGOS. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	3	2019
2	DIREITO PROVISÓRIO E A EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS : ESPIN – COVID-19 – CRITÉRIOS E FUNDAMENTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO (RESPONSABILIDADE FISCAL), TRABALHISTA E TRIBUTÁRIO: UM MUNDO DIFERENTE APÓS A COVID-19	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,Murilo Jacoby Fernandes,Paulo Roberto Teixeira,Ronny Charles L. de Torres,Verônica Sánchez da Cruz Rios	2	2021
3	DIREITO PROVISÓRIO : ESPIN - COVID-19 - SOLUÇÕES PARA TEMAS POLÊMICOS	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,Ana Luiza Jacoby Fernandes	1	2021
4	EMPRESAS ESTATAIS : LEI Nº 13.303/2016 – DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA PARA EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Murilo Jacoby Fernandes	1	2020
5	LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL: ASPECTOS CRÍTICOS À LEI Nº 12.846/2013	Melillo Dinis do Nascimento	1	2014
6	LEI DAS ESTATAIS: ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E SUBSIDIÁRIAS	Murilo Jacoby Fernandes Fernandes	1	2018
7	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	6	2014
8	LEI Nº 8.666/1993 : LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E OUTRAS NORMAS PERTINENTES	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	21	2020
9	MANUAL DO ORDENADOR DE DESPESAS : À LUZ DO NOVO REGIME FISCAL	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2020
10	PORTOS: LEGISLAÇÃO	Cristiana Muraro Tarsia, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Murilo Jacoby Fernandes Fernandes, Victor Scholze	1	2016

11	RDC: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: LEI Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	3	2017
12	REGIMENTO INTERNO E LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	2	2019
13	SERVIDORES PÚBLICOS : LEI Nº 8.112/1990. REGIME JURÍDICO	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2014
14	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO : Coleção Jacoby de Direito Público. V. 7	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	6	2015
15	TERCEIRIZAÇÃO: LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	2	2018
16	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL : PROCESSO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	7	2017
17	TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL : Coleção Jacoby de Direito Público. V. 3	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	4	2016
18	VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS : Coleção Jacoby de Direito Público. V. 8	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	7	2016
19	VADE-MÉCUM DE RECURSOS HUMANOS: LEGISLAÇÃO SELECIONADA E ORGANIZADA COM JURISPRUDÊNCIA	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2013
20	LEI Nº 14.133/2021 : LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - VOL. I	Ana Luiza Jacoby Fernandes,Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2021
21	CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO : NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES LEI Nº 14.133/2021 - v.2	Ana Luiza Jacoby Fernandes,Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,Murilo Jacoby Fernandes	11	2021

ANEXO – FÓRUM DE VÍDEOS – 1ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 103

Item	Palestra	Palestrante (s)
1	Discricionariedade e sua Aplicação nas Contratações Públicas	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
2	Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável: O novo objetivo das licitações e seu efetivo alcance	Juarez Freitas
3	Direito dos Contratos Administrativos: Entre o estímulo às boas práticas e o combate à corrupção	Marçal Justen Filho
4	Tema: Excludentes de Culpabilidade na Responsabilização	Luciano Ferraz
5	Aplicação de Sanções da Lei 8.666/93 e Desconsideração da Personalidade Jurídica	Antônio Flávio de Oliveira
6	Aplicação de Penalidades ao Particular Contratante pelos Tribunais de Contas	André Luís de Carvalho
7	Parecer Jurídico nas Licitações: Limites, abrangências e responsabilidades	Fabrício Motta
8	Responsabilidade Subsidiária da Administração: Reflexos da mudança do Enunciado nº 331 do TST	Maria Fernanda Pires
9	Desafios à Manutenção do Sigilo das Propostas	Lucas Rocha Furtado
10	Licitação e o Uso Privativo de Bem Público por Particular	Cristiana Fortini
11	A “Quarteirização” na Gestão Pública	Marinês Restelatto Dotti
12	O Futuro das Licitações e Contratos: Reflexões iniciais sobre a aplicação do RDC	Benjamin Zymler
13	Painel de debates: O Regime Diferenciado de Contratações Públicas	Debatedores: Jair Santana e Cláudio Sarian Altounian/ Mediador: Edgar Guimarães

14	Valorização da Função Pública – Contratação Direta de Treinamento	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
15	Licitações não Submetidas Integralmente ao Regime da Lei nº 8.666/93	Floriano de Azevedo Marques Neto
16	Contratação Direta de Entidades do Terceiro Setor: Possibilidades, parâmetros e limites	Daniel Ferreira
17	Contratação Emergencial: Relações entre o dever de planejamento, interesse público e responsabilização	Marcelo de Siqueira Freitas
18	Boas práticas: Experiências bem-sucedidas na gestão pública	Leonardo Mattietto
19	Sustentabilidade na Administração Pública: Valores e práticas de gestão socioambiental	Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira
20	Controle Externo e Licitações Sustentáveis	Ubiratan Aguiar
21	Licitações sustentáveis: aspectos relevantes	Weder de Oliveira
22	Perfil Constitucional da licitação (2012)	Carlos Ayres Britto
23	Atuação integrada e efetividade do controle da Administração Pública	Ubiratan Aguiar
24	Marco regulatório dos serviços de saneamento básico: competências e modalidades de gestão associada	Floriano de Azevedo Marques
25	Direito à mobilidade urbana: perspectivas para a plena eficácia da Lei 12.587/12	Geraldo Spagno
26	Controle Interno da Administração Pública: perspectivas para prevenção e combate à corrupção nas contratações públicas	Licurgo Mourão
27	Controle administrativo e jurisdicional dos concursos públicos	Valmir Pontes Filho
28	Sistema remuneratório do servidor público: direitos do servidor e responsabilidades da Administração	Antônio Flávio de Oliveira
29	Processo administrativo disciplinar: regime jurídico das provas, prescrição e outras questões controvertidas	Spiridon Anyfantis
30	Licitações sustentáveis: desafios concretos para a elaboração do edital	Tatiana Camarão
31	Licitações sustentáveis: Decreto nº 7892/2013 – Inovações	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
32	Controle das obras públicas	Valmir Campelo
33	Conteúdo normativo do princípio constitucional da publicidade	Carlos Ayres Britto
34	Contratação Pública e Sustentabilidade	Juarez Freitas
35	Procedimento de manifestação de interesse e as modalidades de participação do particular na estruturação de projetos de parcerias	Bruno Moraes Faria Monteiro Belem
36	O público e o privado na gestão da saúde pública: espaços exclusivos e espaços compartilhados com entidades do terceiro setor	Fernando Mânica
37	Os vinte anos da Lei nº 8.666/93: avanços, retrocessos e perspectivas futuras	Joel Menezes Niebuhr
38	Marco regulatório dos serviços de saneamento básico: experiências de gestão associada	Wladimir Antônio Ribeiro

39	Responsabilidade na gestão fiscal e fiscalização das receitas públicas	Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
40	Direito de acesso à informação: questões controvertidas envolvendo a aplicação da Lei 12.527/11	Cláudio Terrão
41	A aplicação do conceito de “direito adquirido” no regime jurídico dos servidores públicos	Rodrigo Valgas
42	Gestão de pessoal na Administração Pública e a multiplicidade de vínculos jurídicos: admissão, contratação temporária e terceirização	Eurico Bitencourt Neto
43	A aplicação de princípios do processo civil e do processo penal no processo disciplinar	Marcelo Harger
44	Regime jurídico dos prazos nas concessões de serviço público	Romeu Felipe Bacellar Filho
45	Marco regulatório dos serviços de saneamento básico: experiências de gestão associada nas regiões metropolitanas	Daniela Libório
46	Direito de acesso à informação: questões controvertidas envolvendo a aplicação da Lei 12.527/11	Cristiana Fortini
47	Gestão do transporte coletivo e direito à mobilidade urbana nas regiões metropolitanas	Rúsvel Beltrame Rocha
48	Competência municipal e licenciamento ambiental	Talden Farias
49	Divisão constitucional de competências e os múltiplos controles de políticas públicas: experiências concretas	Vanice Lírio do Valle
50	Atuação e responsabilidade da assessoria jurídica nas licitações e contratos	Antônio Flávio de Oliveira
51	Independência de instâncias e processo disciplinar	Antônio Carlos Alencar Carvalho
52	Regime remuneratório do servidor público: direitos e expectativas	Luís Manuel Fonseca Pires
53	Regime Diferenciado de Contratações – RDC	Benjamin Zymler
54	Perfil constitucional do processo administrativo	Carlos Ayres Britto
55	Perfil constitucional da licitação (2013)	Carlos Ayres Britto
56	Regime Diferenciado de Contratações Públicas: experiências concretas	Benjamin Zymler
57	Licitações e contratos administrativos: novas e antigas questões	Marçal Justen Filho
58	Painel de debates: Licitações internacionais	Luiz Henrique Werneck de Oliveira
59	Painel de debates: Licitações internacionais – Fundamentos e limites do direito interno nas licitações com financiamento internacional	Rafael Wallbach Schwind
60	Licitações internacionais	Sinuê Aliram de Souza
61	Licitações internacionais	Tea Alania
62	Cautelas e boas práticas na elaboração de Editais e Termos de Referência	Cristiana Fortini
63	Licitações sustentáveis: a definição do objeto	Tatiana Camarão
64	Sistema de Registro de Preços: inovações e boas práticas	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
65	Controle da gestão de pessoal: a experiência da CGU	Claudio Antonio de Almeida Py e Henrique Cesar Sisterolli Kamchen

66	Painel de debates: Os vinte anos da Lei nº 8666/93: avanços retrocessos e perspectivas futuras	Mediador: Fabrício Motta Debatedores: Daniel Ferreira e Antônio Flávio de Oliveira
67	Gestão por competências na Administração Pública	Rogério Leme
68	Inexigibilidade de licitação: a legitimidade do critério de "confiança" e a justificativa do preço	Luciano Ferraz
69	A contratação de serviços de Tecnologia da Informação	Augusto Sherman Cavalcanti
70	Responsabilidade da Administração pelo desfazimento da licitação e do contrato	Edgar Guimarães
71	Relações entre poderes e democracia	Diogo de Figueiredo Moreira Neto
72	Controle das políticas públicas	Juarez Freitas
73	Controle das obras públicas: a evolução da jurisprudência do Tribunal de Contas da União	Valmir Campelo
74	Controle das licitações regidas pelo RDC: primeiras impressões	Benjamin Zymler
75	Limites à ação do controle sobre as licitações e contratos. Evolução da jurisprudência	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
76	Modalidades da discricionariedade e o estágio atual do seu controle	Sérgio Guerra
77	Lei de Acesso a Informações, transparência e a formação do ciclo do conhecimento no controle público	Vanice Lírio do Valle
78	A consensualidade no processo administrativo	Jessé Torres Pereira Junior
79	A ascensão institucional do Judiciário e as tensões com os outros poderes	Luís Roberto Barroso
80	O Regime Constitucional dos Tribunais de Contas	Carlos Ayres Britto
81	Licitações e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: do texto legal à prática	Daniel Ferreira
82	Análise de questões atuais e controvertidas de dispensa e inexigibilidade de licitação	Luciano Ferraz
83	Planejamento das contratações públicas: questões controvertidas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	José de Ribamar Caldas Furtado
84	Licitações: cautelas e boas práticas na elaboração de editais e termos de referência	Antônio Flávio de Oliveira
85	Panorama das propostas legislativas da alteração da Lei nº 8.666/93	Antônio Berriel Junior
86	Licitação e contratação de serviços de tecnologia da informação	Augusto Sherman Cavalcanti
87	Sistema de Registro de Preços: inovações e boas práticas	Edgar Guimarães
88	Controle externo das licitações e contratos: medidas alternativas à determinação de suspensão de contratos	Weder de Oliveira
89	Controle de preço nas licitações e contratações públicas: entre o mercado e o interesse público	Eurico Bitencourt Neto
90	As múltiplas relações entre os órgãos de controle interno e externo	Benjamin Zymler
91	A experiência do controle interno estadual e municipal	Ângela Silvares
92	Controle interno das licitações e contratos	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

93	Governança no planejamento estratégico e o papel dos órgãos de controle na materialização das políticas públicas.	Gilberto Porto
94	Governança, Controle e Gestão Pública	Marcus Vinícius de Azevedo Braga
95	Avaliação da execução de programas de governo: iniciativa dos órgãos e técnicas para alcance dos objetivos	Ronald da Silva Balbe
96	Diversidade de competências e efetividade do sistema de controle interno	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro
97	Controle da contratação de serviços terceirizados	Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões
98	Principais irregularidades nas licitações de contratação de serviços de TI	Augusto Sherman Cavalcanti
99	Auditoria e técnicas de negociação entre auditor e auditado	Roberto Vilela Resende
100	O papel estratégico da ouvidoria e a efetividade do controle social	Cláudio Couto Terrão
101	Lei de Acesso à Informação - uma visão crítica	Gilberto Waller
102	Controle interno nos 10 anos da CGU: reflexões, experiências e perspectivas.	Jorge Hage Sobrinho
103	Perfil constitucional do sistema do controle interno	Carlos Ayres Britto
104	O controle das licitações e contratos de obras públicas.	Valmir Campelo

ANEXO – FÓRUM DE VÍDEOS – 2ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 63

Item	Palestra	Palestrante (s)
1	A garantia constitucional da inviolabilidade e o exercício da advocacia pública	Pedro Estevam Serrano
2	Aditamentos qualitativos e quantitativos e os limites legais	Cristiana Fortini
3	Admissão de pessoal e terceirização	Carolina Zancaner Zockun
4	Advocacia forense, consultoria e assessoria jurídicas – Peculiaridades do setor público	Maurício Zockun
5	Cargos de provimento em comissão	José dos Santos Carvalho Filho
6	Cargos, empregos públicos e pessoal temporário	Júlio César dos Santos Esteves
7	Concurso público - Isonomia e sistema de cotas	Fabrício Motta
8	Contratação de serviços advocatícios - Exigibilidade ou inexigibilidade de licitação?	Carlos Ari Sundfeld
9	Controle administrativo de políticas públicas	Juarez Freitas
10	Controle da interpretação e da discricionariedade	Dinorá Adelaide Musetti Grotti
11	Controle de constitucionalidade e ativismo judicial	Cármen Lúcia Antunes Rocha
12	Controle dos órgãos de controle	Rafael Valim
13	Controle judicial de políticas públicas	Raquel Mello Urbano de Carvalho
14	Controle quanto à legitimidade e economicidade operacional e patrimonial	Rodrigo Valgas
15	Da unidade do direito administrativo à autonomização de seus institutos jurídicos	Celso Antônio Bandeira de Mello

16	Institucionalização constitucional de procuradorias municipais	Regina Ferrari
17	Instrumentos personalizados de atuação da Administração e a fuga do direito público	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
18	Judicialização e legitimidade democrática	Luís Roberto Barroso
19	Mesa de debates nº 1 - Da opacidade à transparência do Estado	Mediador: Francisco Taveira Neto – Debatedores: Daniel Ferreira / Emerson Gabardo / Edgar Guimarães / Raquel Dias da Silveira
20	Mesa de debates nº 2 – Administração Pública e gestão democrática	Paulo Motta; Luis Manuel Fonseca Pires; Edimur Ferreira de Faria; Maria Cristina César Oliveira
21	Mesa de debates nº 3 – Ministério Público e Advocacia Pública	Paulo Modesto; Ricardo Marcondes Martins; Miguel Angelo de Carvalho Pinheiro
22	Mesa de debates nº 4 – Improbidade administrativa	Maria Fernanda Pires; José Roberto Pimenta Oliveira; Flávio Unes; João Batista Gomes Moreira
23	O regime jurídico-administrativo e a atuação da Administração Pública sob formas de direito privado	Florivaldo Dutra de Araújo
24	Princípios jurídicos - Usos e abusos na sua aplicação	Carlos Ayres Britto
25	Privatização do direito público versus publicização do direito privado – Serviço público sob regime privado?	Sérgio de Andréa Ferreira
26	Processo administrativo disciplinar – Segurança jurídica e a Súmula Vinculante nº 05 do Supremo Tribunal Federal	Romeu Felipe Bacellar Filho
27	Regime de contratação - Lei nº 8.666/93 ou RDC?	Joel de Menezes Niebuhr
28	Regime de contratação – Lei nº 8.987/95 ou PPPs?	Marçal Justen Filho
29	Responsabilidade de administradores por atos fundados em pareceres de advogados públicos	Luciano Ferraz
30	Responsabilidade do Estado por danos durante manifestações populares	Clovis Beznos
31	Revisão de contratos administrativos	Adilson Abreu Dallari
32	Supremacia do interesse público – Realidade ou mito?	Weida Zancaner
33	Utilidade ou inutilidade do conceito de sistema	Sílvio Luís Ferreira da Rocha
34	Atuação preventiva e repressiva do controle externo: recomendações e determinações nas licitações públicas	Benjamin Zymler
35	Cláusulas exorbitantes e sua correta interpretação e aplicação	Adilson Abreu Dallari
36	Combate à corrupção, eleições e contratações públicas	Carmem Lúcia Antunes Rocha
37	Contratação administrativa destinada ao fomento de atividades privadas de interesse público	Juarez Freitas
38	Devido processo legal nas licitações públicas	Carlos Ayres Britto
39	Efeitos da Lei Anticorrupção Empresarial na contratação e gestão pública	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
40	Fiscalização e gestão de contratos: as recentes alterações normativas na terceirização de serviços	Luciano Ferraz
41	Formalismos e formalidades nas licitações: parâmetros e limites para identificação da proposta mais vantajosa	Joel de Menezes Niebuhr
42	O pagamento nos contratos públicos: direitos do contratado e deveres da Administração	Floriano de Azevedo Marques Neto

43	Perguntas e Respostas: Questões polêmicas em licitações e contratações	Edgar Guimarães; Antônio Flávio de Oliveira
44	Qualidade do gasto em obras públicas: Planejamento e controle de custos	Cláudio Sarian Altounian
45	Questões controvertidas sobre doações de particulares, patrocínios e contratações peculiares sem licitação	Cristiana Fortini
46	Regime diferenciado de contratações: uma perspectiva crítica	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
47	Regime jurídico dos preços na Lei nº 8.666/93: comprovações, procedimentos e justificativas	Jessé Torres Pereira Junior
48	Responsabilidade Fiscal nas licitações e contratações: questões consolidadas e questões controvertidas	Weder de Oliveira
49	Termo de referência e seu impacto nas contratações públicas	Tatiana Camarão
50	A equação econômico-financeira dos contratos de Parcerias Público-Privadas	Márcio Cammarosano
51	A remuneração do parceiro privado	Rafael Valim
52	Autorização legislativa prévia em projetos de concessão e PPP: desnecessidade do crivo do Legislativo	Vera Monteiro
53	O uso dos bens públicos nas Parcerias Público-Privadas	Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
54	Os procedimentos de manifestação de interesse (PMIs) e as Parcerias Público-Privadas	Bruno Aurélio
55	Regime Diferenciado de Contratações Públicas: experiências concretas - Aracaju	Benjamin Zymler
56	Licitações e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: do texto legal à prática	Daniel Ferreira
57	Registro de preços: questões controvertidas e desafios futuros	Edgar Guimarães
58	Tutela da probidade e sancionamento de pessoas jurídicas nas licitações	Henrique Ribeiro Cardoso
59	Aspectos controversos dos contratos de gestão: prazo, ampliação do objeto, remuneração e cessão de servidores	Josenir Teixeira
60	Contratação direta e a legitimidade do critério "confiança" para a escolha do contratado	Luciano Ferraz
61	Prevenção e combate à corrupção nas contratações públicas	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
62	A celebração dos contratos de gestão na área da saúde e os desafios a serem enfrentados pelo Poder Público na escolha do parceiro privado	Rafael Arruda Oliveira
63	Análise de questões atuais e controvertidas ligadas à elaboração de editais e Termos de Referência	Tatiana Camarão

ANEXO - COLEÇÃO DIGITAL FÓRUM JACOBY DE DIREITO PÚBLICO
QTDE DE TÍTULOS: 21

Item	Título	Autor (es)	Edição	Ano
1	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL : ATUALIZADA ATÉ A EC Nº 102/2019. REDAÇÃO ANTERIOR DE CADA DISPOSITIVO ALTERADO. SÚMULAS	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	3	2019

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

	DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MELHOR ÍNDICE REMISSIVO. INDICAÇÃO DAS LEIS QUE REGULAMENTAM OS ARTIGOS. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE			
2	DIREITO PROVISÓRIO E A EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS : ESPIN – COVID-19 – CRITÉRIOS E FUNDAMENTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO (RESPONSABILIDADE FISCAL), TRABALHISTA E TRIBUTÁRIO: UM MUNDO DIFERENTE APÓS A COVID-19	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,Murilo Jacoby Fernandes,Paulo Roberto Teixeira,Ronny Charles L. de Torres,Verônica Sánchez da Cruz Rios	2	2021
3	DIREITO PROVISÓRIO : ESPIN - COVID-19 - SOLUÇÕES PARA TEMAS POLÊMICOS	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,Ana Luiza Jacoby Fernandes	1	2021
4	EMPRESAS ESTATAIS : LEI Nº 13.303/2016 – DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA PARA EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Murilo Jacoby Fernandes	1	2020
5	LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL: ASPECTOS CRÍTICOS À LEI Nº 12.846/2013	Melillo Dinis do Nascimento	1	2014
6	LEI DAS ESTATAIS: ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E SUBSIDIÁRIAS	Murilo Jacoby Fernandes Fernandes	1	2018
7	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	6	2014
8	LEI Nº 8.666/1993 : LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E OUTRAS NORMAS PERTINENTES	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	21	2020
9	MANUAL DO ORDENADOR DE DESPESAS : À LUZ DO NOVO REGIME FISCAL	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2020
10	PORTOS: LEGISLAÇÃO	Cristiana Muraro Tarsia, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Murilo Jacoby Fernandes Fernandes, Victor Scholze	1	2016
11	RDC: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: LEI Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	3	2017
12	REGIMENTO INTERNO E LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	2	2019
13	SERVIDORES PÚBLICOS : LEI Nº 8.112/1990. REGIME JURÍDICO	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2014
14	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO : Coleção Jacoby de Direito Público. V. 7	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	6	2015
15	TERCEIRIZAÇÃO: LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	2	2018
16	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL : PROCESSO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	7	2017
17	TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL : Coleção Jacoby de Direito Público. V. 3	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	4	2016
18	VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS : Coleção Jacoby de Direito Público. V. 8	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	7	2016
19	VADE-MÉCUM DE RECURSOS HUMANOS: LEGISLAÇÃO SELECIONADA E ORGANIZADA COM JURISPRUDÊNCIA	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2013
20	LEI Nº 14.133/2021 : LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - VOL. I	Ana Luiza Jacoby Fernandes,Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1	2021
21	CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO : NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES LEI Nº 14.133/2021 - v.2	Ana Luiza Jacoby Fernandes,Jorge Ulisses Jacoby Fernandes,Murilo Jacoby Fernandes	11	2021

ANEXO – FÓRUM DE VÍDEOS – 1ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 103

Item	Palestra	Palestrante (s)
1	Discricionariedade e sua Aplicação nas Contratações Públicas	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
2	Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável: O novo objetivo das licitações e seu efetivo alcance	Juarez Freitas
3	Direito dos Contratos Administrativos: Entre o estímulo às boas práticas e o combate à corrupção	Marçal Justen Filho
4	Tema: Excludentes de Culpabilidade na Responsabilização	Luciano Ferraz
5	Aplicação de Sanções da Lei 8.666/93 e Desconsideração da Personalidade Jurídica	Antônio Flávio de Oliveira
6	Aplicação de Penalidades ao Particular Contratante pelos Tribunais de Contas	André Luís de Carvalho
7	Parecer Jurídico nas Licitações: Limites, abrangências e responsabilidades	Fabrício Motta
8	Responsabilidade Subsidiária da Administração: Reflexos da mudança do Enunciado nº 331 do TST	Maria Fernanda Pires
9	Desafios à Manutenção do Sigilo das Propostas	Lucas Rocha Furtado
10	Licitação e o Uso Privativo de Bem Público por Particular	Cristiana Fortini
11	A "Quarteirização" na Gestão Pública	Marinês Restelatto Dotti
12	O Futuro das Licitações e Contratos: Reflexões iniciais sobre a aplicação do RDC	Benjamin Zymler
13	Painel de debates: O Regime Diferenciado de Contratações Públicas	Debatedores**:** Jair Santana e Cláudio Sarian Altounian/ Mediador: Edgar Guimarães
14	Valorização da Função Pública – Contratação Direta de Treinamento	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
15	Licitações não Submetidas Integralmente ao Regime da Lei nº 8.666/93	Floriano de Azevedo Marques Neto
16	Contratação Direta de Entidades do Terceiro Setor: Possibilidades, parâmetros e limites	Daniel Ferreira
17	Contratação Emergencial: Relações entre o dever de planejamento, interesse público e responsabilização	Marcelo de Siqueira Freitas
18	Boas práticas: Experiências bem-sucedidas na gestão pública	Leonardo Mattietto
19	Sustentabilidade na Administração Pública: Valores e práticas de gestão socioambiental	Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira
20	Controle Externo e Licitações Sustentáveis	Ubiratan Aguiar
21	Licitações sustentáveis: aspectos relevantes	Weder de Oliveira
22	Perfil Constitucional da licitação (2012)	Carlos Ayres Britto
23	Atuação integrada e efetividade do controle da Administração Pública	Ubiratan Aguiar
24	Marco regulatório dos serviços de saneamento básico: competências e modalidades de gestão associada	Floriano de Azevedo Marques

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

25	Direito à mobilidade urbana: perspectivas para a plena eficácia da Lei 12.587/12	Geraldo Spagno
26	Controle Interno da Administração Pública: perspectivas para prevenção e combate à corrupção nas contratações públicas	Licurgo Mourão
27	Controle administrativo e jurisdicional dos concursos públicos	Valmir Pontes Filho
28	Sistema remuneratório do servidor público: direitos do servidor e responsabilidades da Administração	Antônio Flávio de Oliveira
29	Processo administrativo disciplinar: regime jurídico das provas, prescrição e outras questões controvertidas	Spiridon Anyfantis
30	Licitações sustentáveis: desafios concretos para a elaboração do edital	Tatiana Camarão
31	Licitações sustentáveis: Decreto nº 7892/2013 – Inovações	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
32	Controle das obras públicas	Valmir Campelo
33	Conteúdo normativo do princípio constitucional da publicidade	Carlos Ayres Britto
34	Contratação Pública e Sustentabilidade	Juarez Freitas
35	Procedimento de manifestação de interesse e as modalidades de participação do particular na estruturação de projetos de parcerias	Bruno Moraes Faria Monteiro Belem
36	O público e o privado na gestão da saúde pública: espaços exclusivos e espaços compartilhados com entidades do terceiro setor	Fernando Mânica
37	Os vinte anos da Lei nº 8.666/93: avanços, retrocessos e perspectivas futuras	Joel Menezes Niebuhr
38	Marco regulatório dos serviços de saneamento básico: experiências de gestão associada	Wladimir Antônio Ribeiro
39	Responsabilidade na gestão fiscal e fiscalização das receitas públicas	Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
40	Direito de acesso à informação: questões controvertidas envolvendo a aplicação da Lei 12.527/11	Cláudio Terrão
41	A aplicação do conceito de “direito adquirido” no regime jurídico dos servidores públicos	Rodrigo Valgas
42	Gestão de pessoal na Administração Pública e a multiplicidade de vínculos jurídicos: admissão, contratação temporária e terceirização	Eurico Bitencourt Neto
43	A aplicação de princípios do processo civil e do processo penal no processo disciplinar	Marcelo Harger
44	Regime jurídico dos prazos nas concessões de serviço público	Romeu Felipe Bacellar Filho
45	Marco regulatório dos serviços de saneamento básico: experiências de gestão associada nas regiões metropolitanas	Daniela Libório
46	Direito de acesso à informação: questões controvertidas envolvendo a aplicação da Lei 12.527/11	Cristiana Fortini
47	Gestão do transporte coletivo e direito à mobilidade urbana nas regiões metropolitanas	Rúsvel Beltrame Rocha
48	Competência municipal e licenciamento ambiental	Talden Farias

49	Divisão constitucional de competências e os múltiplos controles de políticas públicas: experiências concretas	Vanice Lírio do Valle
50	Atuação e responsabilidade da assessoria jurídica nas licitações e contratos	Antônio Flávio de Oliveira
51	Independência de instâncias e processo disciplinar	Antônio Carlos Alencar Carvalho
52	Regime remuneratório do servidor público: direitos e expectativas	Luís Manuel Fonseca Pires
53	Regime Diferenciado de Contratações – RDC	Benjamin Zymler
54	Perfil constitucional do processo administrativo	Carlos Ayres Britto
55	Perfil constitucional da licitação (2013)	Carlos Ayres Britto
56	Regime Diferenciado de Contratações Públicas: experiências concretas	Benjamin Zymler
57	Licitações e contratos administrativos: novas e antigas questões	Marçal Justen Filho
58	Painel de debates: Licitações internacionais	Luiz Henrique Werneck de Oliveira
59	Painel de debates: Licitações internacionais – Fundamentos e limites do direito interno nas licitações com financiamento internacional	Rafael Wallbach Schwind
60	Licitações internacionais	Sinuê Aliram de Souza
61	Licitações internacionais	Tea Alania
62	Cautelas e boas práticas na elaboração de Editais e Termos de Referência	Cristiana Fortini
63	Licitações sustentáveis: a definição do objeto	Tatiana Camarão
64	Sistema de Registro de Preços: inovações e boas práticas	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
65	Controle da gestão de pessoal: a experiência da CGU	Claudio Antonio de Almeida Py e Henrique Cesar Sisterolli Kamchen
66	Painel de debates: Os vinte anos da Lei nº 8666/93: avanços retrocessos e perspectivas futuras	Mediador: Fabrício Motta Debatedores: Daniel Ferreira e Antônio Flávio de Oliveira
67	Gestão por competências na Administração Pública	Rogério Leme
68	Inexigibilidade de licitação: a legitimidade do critério de "confiança" e a justificativa do preço	Luciano Ferraz
69	A contratação de serviços de Tecnologia da Informação	Augusto Sherman Cavalcanti
70	Responsabilidade da Administração pelo desfazimento da licitação e do contrato	Edgar Guimarães
71	Relações entre poderes e democracia	Diogo de Figueiredo Moreira Neto
72	Controle das políticas públicas	Juarez Freitas
73	Controle das obras públicas: a evolução da jurisprudência do Tribunal de Contas da União	Valmir Campelo
74	Controle das licitações regidas pelo RDC: primeiras impressões	Benjamin Zymler
75	Limites à ação do controle sobre as licitações e contratos. Evolução da jurisprudência	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
76	Modalidades da discricionariedade e o estágio atual do seu controle	Sérgio Guerra
77	Lei de Acesso a Informações, transparência e a formação do ciclo do conhecimento no controle público	Vanice Lírio do Valle

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

78	A consensualidade no processo administrativo	Jessé Torres Pereira Junior
79	A ascensão institucional do Judiciário e as tensões com os outros poderes	Luís Roberto Barroso
80	O Regime Constitucional dos Tribunais de Contas	Carlos Ayres Britto
81	Licitações e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: do texto legal à prática	Daniel Ferreira
82	Análise de questões atuais e controvertidas de dispensa e inexigibilidade de licitação	Luciano Ferraz
83	Planejamento das contratações públicas: questões controvertidas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	José de Ribamar Caldas Furtado
84	Licitações: cautelas e boas práticas na elaboração de editais e termos de referência	Antônio Flávio de Oliveira
85	Panorama das propostas legislativas da alteração da Lei nº 8.666/93	Antônio Berriel Junior
86	Licitação e contratação de serviços de tecnologia da informação	Augusto Sherman Cavalcanti
87	Sistema de Registro de Preços: inovações e boas práticas	Edgar Guimarães
88	Controle externo das licitações e contratos: medidas alternativas à determinação de suspensão de contratos	Weder de Oliveira
89	Controle de preço nas licitações e contratações públicas: entre o mercado e o interesse público	Eurico Bitencourt Neto
90	As múltiplas relações entre os órgãos de controle interno e externo	Benjamin Zymler
91	A experiência do controle interno estadual e municipal	Ângela Silvares
92	Controle interno das licitações e contratos	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
93	Governança no planejamento estratégico e o papel dos órgãos de controle na materialização das políticas públicas.	Gilberto Porto
94	Governança, Controle e Gestão Pública	Marcus Vinícius de Azevedo Braga
95	Avaliação da execução de programas de governo: iniciativa dos órgãos e técnicas para alcance dos objetivos	Ronald da Silva Balbe
96	Diversidade de competências e efetividade do sistema de controle interno	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro
97	Controle da contratação de serviços terceirizados	Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões
98	Principais irregularidades nas licitações de contratação de serviços de TI	Augusto Sherman Cavalcanti
99	Auditoria e técnicas de negociação entre auditor e auditado	Roberto Vilela Resende
100	O papel estratégico da ouvidoria e a efetividade do controle social	Cláudio Couto Terrão
101	Lei de Acesso à Informação - uma visão crítica	Gilberto Waller
102	Controle interno nos 10 anos da CGU: reflexões, experiências e perspectivas.	Jorge Hage Sobrinho
103	Perfil constitucional do sistema do controle interno	Carlos Ayres Britto
104	O controle das licitações e contratos de obras públicas.	Valmir Campelo

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

ANEXO – FÓRUM DE VÍDEOS – 2ª SÉRIE
QTDE DE TÍTULOS: 63

Item	Palestra	Palestrante (s)
1	A garantia constitucional da inviolabilidade e o exercício da advocacia pública	Pedro Estevam Serrano
2	Aditamentos qualitativos e quantitativos e os limites legais	Cristiana Fortini
3	Admissão de pessoal e terceirização	Carolina Zancaner Zockun
4	Advocacia forense, consultoria e assessoria jurídicas – Peculiaridades do setor público	Maurício Zockun
5	Cargos de provimento em comissão	José dos Santos Carvalho Filho
6	Cargos, empregos públicos e pessoal temporário	Júlio César dos Santos Esteves
7	Concurso público - Isonomia e sistema de cotas	Fabrício Motta
8	Contratação de serviços advocatícios - Exigibilidade ou inexigibilidade de licitação?	Carlos Ari Sundfeld
9	Controle administrativo de políticas públicas	Juarez Freitas
10	Controle da interpretação e da discricionariedade	Dinorá Adelaide Musetti Grotti
11	Controle de constitucionalidade e ativismo judicial	Cármen Lúcia Antunes Rocha
12	Controle dos órgãos de controle	Rafael Valim
13	Controle judicial de políticas públicas	Raquel Mello Urbano de Carvalho
14	Controle quanto à legitimidade e economicidade operacional e patrimonial	Rodrigo Valgas
15	Da unidade do direito administrativo à autonomização de seus institutos jurídicos	Celso Antônio Bandeira de Mello
16	Institucionalização constitucional de procuradorias municipais	Regina Ferrari
17	Instrumentos personalizados de atuação da Administração e a fuga do direito público	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
18	Judicialização e legitimidade democrática	Luís Roberto Barroso
19	Mesa de debates nº 1 - Da opacidade à transparência do Estado	Mediador: Francisco Taveira Neto – Debatedores: Daniel Ferreira / Emerson Gabardo / Edgar Guimarães / Raquel Dias da Silveira
20	Mesa de debates nº 2 – Administração Pública e gestão democrática	Paulo Motta; Luis Manuel Fonseca Pires; Edimur Ferreira de Faria; Maria Cristina César Oliveira
21	Mesa de debates nº 3 – Ministério Público e Advocacia Pública	Paulo Modesto; Ricardo Marcondes Martins; Miguel Angelo de Carvalho Pinheiro
22	Mesa de debates nº 4 – Improbidade administrativa	Maria Fernanda Pires; José Roberto Pimenta Oliveira; Flávio Unes; João Batista Gomes Moreira
23	O regime jurídico-administrativo e a atuação da Administração Pública sob formas de direito privado	Florivaldo Dutra de Araújo
24	Princípios jurídicos - Usos e abusos na sua aplicação	Carlos Ayres Britto
25	Privatização do direito público versus publicização do direito privado – Serviço público sob regime privado?	Sérgio de Andréa Ferreira

26	Processo administrativo disciplinar – Segurança jurídica e a Súmula Vinculante nº 05 do Supremo Tribunal Federal	Romeu Felipe Bacellar Filho
27	Regime de contratação - Lei nº 8.666/93 ou RDC?	Joel de Menezes Niebuhr
28	Regime de contratação – Lei nº 8.987/95 ou PPPs?	Marçal Justen Filho
29	Responsabilidade de administradores por atos fundados em pareceres de advogados públicos	Luciano Ferraz
30	Responsabilidade do Estado por danos durante manifestações populares	Clovis Beznos
31	Revisão de contratos administrativos	Adilson Abreu Dallari
32	Supremacia do interesse público – Realidade ou mito?	Weida Zancaner
33	Utilidade ou inutilidade do conceito de sistema	Sílvio Luís Ferreira da Rocha
34	Atuação preventiva e repressiva do controle externo: recomendações e determinações nas licitações públicas	Benjamin Zymler
35	Cláusulas exorbitantes e sua correta interpretação e aplicação	Adilson Abreu Dallari
36	Combate à corrupção, eleições e contratações públicas	Carmem Lúcia Antunes Rocha
37	Contratação administrativa destinada ao fomento de atividades privadas de interesse público	Juarez Freitas
38	Devido processo legal nas licitações públicas	Carlos Ayres Britto
39	Efeitos da Lei Anticorrupção Empresarial na contratação e gestão pública	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
40	Fiscalização e gestão de contratos: as recentes alterações normativas na terceirização de serviços	Luciano Ferraz
41	Formalismos e formalidades nas licitações: parâmetros e limites para identificação da proposta mais vantajosa	Joel de Menezes Niebuhr
42	O pagamento nos contratos públicos: direitos do contratado e deveres da Administração	Floriano de Azevedo Marques Neto
43	Perguntas e Respostas: Questões polêmicas em licitações e contratações	Edgar Guimarães; Antônio Flávio de Oliveira
44	Qualidade do gasto em obras públicas: Planejamento e controle de custos	Cláudio Sarian Altounian
45	Questões controvertidas sobre doações de particulares, patrocínios e contratações peculiares sem licitação	Cristiana Fortini
46	Regime diferenciado de contratações: uma perspectiva crítica	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
47	Regime jurídico dos preços na Lei nº 8.666/93: comprovações, procedimentos e justificativas	Jessé Torres Pereira Junior
48	Responsabilidade Fiscal nas licitações e contratações: questões consolidadas e questões controvertidas	Weder de Oliveira
49	Termo de referência e seu impacto nas contratações públicas	Tatiana Camarão
50	A equação econômico-financeira dos contratos de Parcerias Público-Privadas	Márcio Cammarosano
51	A remuneração do parceiro privado	Rafael Valim
52	Autorização legislativa prévia em projetos de concessão e PPP: desnecessidade do crivo do Legislativo	Vera Monteiro
53	O uso dos bens públicos nas Parcerias Público-Privadas	Alécia Paolucci Nogueira Bicalho

Conhecimento Jurídico
que Multiplica, Propaga e Transforma.

54	Os procedimentos de manifestação de interesse (PMIs) e as Parcerias Público-Privadas	Bruno Aurélio
55	Regime Diferenciado de Contratações Públicas: experiências concretas - Aracaju	Benjamin Zymler
56	Licitações e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: do texto legal à prática	Daniel Ferreira
57	Registro de preços: questões controvertidas e desafios futuros	Edgar Guimarães
58	Tutela da probidade e sancionamento de pessoas jurídicas nas licitações	Henrique Ribeiro Cardoso
59	Aspectos controversos dos contratos de gestão: prazo, ampliação do objeto, remuneração e cessão de servidores	Josenir Teixeira
60	Contratação direta e a legitimidade do critério "confiança" para a escolha do contratado	Luciano Ferraz
61	Prevenção e combate à corrupção nas contratações públicas	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
62	A celebração dos contratos de gestão na área da saúde e os desafios a serem enfrentados pelo Poder Público na escolha do parceiro privado	Rafael Arruda Oliveira
63	Análise de questões atuais e controvertidas ligadas à elaboração de editais e Termos de Referência	Tatiana Camarão

Re: [PGJ/AM] Bibliotecas Jurídicas Digitais

Renato Domingues - Diretor Comercial Tirant Lo Blanch <renato@tirant.com>

Ter, 23/08/2022 07:37

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Prezado Felipe, bom dia!

Conforme o solicitado segue a proposta comercial da nossa base de dados para 24 meses. Conforme o modelo e padrão que praticamos com todos os órgãos públicos como: Advocacia Geral da União, Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e outros, segue os 50% de desconto no pagamento à vista.

Reforçando uma informação que a Aline enviou anteriormente, não é possível impressão dos livros e revistas por conta dos direitos autorais, mas é possível fazer isso com os processos e outras coisas pertinentes a base de dados.

Na parte de jurisprudência, legislação, diário oficial e etc, além de ser atualizado diariamente, você pode inserir bloco de notas, marca texto, post it, sublinhar e circulas palavras, buscar palavras chaves dentro do processo, copiar e colar, salvar em pastas personalizadas, imprimir no formato Word ou PDF com suas anotações, o nosso sistema também possuí a função áudio book, que é possível a leitura completa daquilo que você deseja. Todas as funcionalidades e outras é de uso ilimitado.

Para os livros e revistas também é possível, exceto a parte de impressão.

Link para consultar nosso acervo atualizado:

https://editorial.tirant.com/catalogo/catalogo_bibliotecalatam.html

Fico à disposição e se precisar pode me chamar no WhatsApp ou ligar (11)98806-6595

Atenciosamente,

Em 19/08/2022 13:07, Setor de Compras e Servicos escreveu:

> **Prezada Empresa Fornecedora,**
>
> Solicitamos proposta comercial para a aquisição de assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para dar suporte às atividades da PGJ/AM.
>
> É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:
>
> 1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como Razão Social; CNPJ; endereço completo; contatos

telefônicos; e-mail; dados bancários; marca e modelo de produtos ou serviços, se for o caso; entre outros.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

4 - Juntamente com a proposta, deverá ser encaminhado prospecto, apresentação, folheto, manual, programa ou documento semelhante, que permita a verificação detalhada das funcionalidades do serviço ofertado.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta mensagem.
Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, que deverão ser encaminhadas por escrito, através deste endereço eletrônico.

Desde já, agradecemos a colaboração e o rápido retorno.
Atenciosamente,

Felipe Beiragrande da Costa
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

--



Proposta de Acesso Bianual ao Banco de Dados Tirant LATAM

Contratada: Tirant Empório do Direito Editorial Ltda, CNPJ: 21.580.534/0001-04

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM

Descrição dos serviços: Assinatura bianual para até **300 usuários simultâneos** da Base de Dados Tirant Latam

Vigência: Setembro/2022 a Setembro/2024

Prazo de Entrega: O acesso ao produto eletrônico estará disponível em até 48h após a assinatura do contrato, sujeito ao envio das informações necessárias por parte do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM.

Valores:

R$400.000,00 parcelado em até 5x de R$80.000,00

Valor promocional com 50% de desconto, para pagamento à vista: R$200.000,00 - Contrato de 24 meses

Validade da proposta: 31/09/2022.

Ficamos à disposição para dirimir qualquer dúvida.

Atenciosamente,

Renato Domingues
Diretor Comercial
Tirant Empório do Direito Editorial Ltda
(11) 98806-6595/ renato@tirant.com

São Paulo, 23 de agosto de 2022

Material de apresentação Base de Dados Tirant Latam

Novembro/2021



TIRANT LATAM

Apresentação

É um agregador de legislação e jurisprudência que contempla arquivos da América Latina, Espanha e Portugal. Tem a qualidade e o selo de confiança da Tirant Lo Blanch, a editora de publicações jurídicas mais prestigiosa da Espanha, desde 2017 presente também no Brasil; com mais de 40 anos de experiência no mercado editorial e mais de 15 anos de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de produtos eletrônicos, como os banco de dados e inteligencia artificial.

O serviço inclui, dentre outras coisas:

- **Base de datos**: acesso a mais de **17 milhões de arquivos** de jurisprudência e legislação de 22 países.
- **Biblioteca Virtual LATAM:** com mais de **14.000 títulos** da Tirant e outras editoras jurídicas. Nossa Biblioteca Virtual é atualizada diariamente. Além disso, todos os novos títulos editados pela Tirant em todo mundo durante o período de vigencia do contrato serão incluídos e estarão disponíveis sem custos extras.
- **Personalização**: recurso extra onde cada usuario pode criar seu próprio perfil online, o que lhe permite gerenciar sua base de dados, personalizando, com um sistema de alertas de novidades e pastas para organizar suas informações. Ademais, poderá trabalhar na Biblioteca Virtual e guardar todo o trabalho em seu perfil. A utilização deste recurso está condicionada ao registro e cadastro de dados pessoais para controle e proteção dos direitos autorais das obras.
- **Tirant Direitos Humanos**: Jurisprudência da CIDH vinculadas a leis nacionais e libros da Tirant.
- **Legislação Internacional**: Compêndio dos links de acesso das normas básicas de **mais de 140 países** de mundo.
- **Tirant Revistas**: acesso a todas as revistas jurídicas editadas por Tirant Lo Blanch, mais de **170 volumes** atualmente.
- **Tirant TV**: informação e notícias de interresse do mundo jurídico
- **Conversor de moedas**: conversor diário basado na FMI e BCE
- Acesso por IP.

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 104

Vantagens competitivas

Atualização Diária

Tirant Latam é atualizada diariamente para que os membros das instituições estejam sempre por dentro das novidades em legislação, jurisprudências, esquemas, modelos e doutrina prática de 22 países ibero-americanos.

Você conectado com mundo

Com acesso aos códigos e legislações de mais de 140 países ao redor do mundo.

Bibliografia jurídica

Tirant Latam é a única base de dados jurídicos com uma Biblioteca Virtual com mais de 14.000 títulos. Mediante um sistema de busca inteligente o usuário realiza qualquer tipo de busca de legislação e jurisprudência no sistema; através de uma correlação e vinculação de documentos o sistema proporá todos os títulos da Biblioteca Virtual, relacionados a esta busca, para que possam ser consultados.

A Biblioteca Virtual Tirant Lo Blanch tem a grande vantagem de ir crescendo ao longo do período do contrato, e disponibiliza uma leitura online com muito mais possibilidades do que o livro impresso: é possível ler o texto e marca-lo assim como o impresso, usar ferramentas de leitura que permitem copiar e imprimir, inserir notas, ressaltar, sublinhar e marcar o texto, escrever à mão livre, desenhar figuras como círculos, retângulos e linhas e aumentar e diminuir os tamanhos das páginas.

Acesso a uma base de dados especializada em Direitos Humanos

A única base de dados que dá acesso a toda a jurisprudência da corte Interamericana de Direitos Humanos, tanto das Sentenças como das Medidas Cautelares, analisada parágrafo por parágrafo e vinculada com a legislação e jurisprudência internacional, assim como a doutrina da Tirant lo Blanch.

Além disso, inclui uma biblioteca virtual especializada em Direitos Humanos.

Novidades bibliográficas

Com a aquisição da Tirant Latam, os usuários estarão constantemente informados sobre os lançamentos editoriais, que serão introduzidas na Tirant Latam.

Atenção ao cliente

Tirant LATAM conta com um serviço de atenção ao cliente que proporcionará suporte e assistência a qualquer imprevisto que surja com o uso da ferramenta.

Guia de uso: sempre atualizada no seguinte site:
http://latam.tirantonline.com/estaticas/guiausuario/GUIA_USUARIO.pdf

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 105

Catálogo

A Tirant tem um catálogo atualizado diariamente com todos os metadados necessários para que a Biblioteca possa referenciar as publicações.

Instalação

O recurso pode ser instalado por usuário e senha, por IP e por acesso único (Ticket Provider)

Dispositivos

Acessível em qualquer tipo de dispositivo.

DESCRIÇÃO TÉCNICA TIRANT LATAM

Para começar, digite o seguinte URL no seu navegador:

http://latam.tirantonline.com

O URL levará você ao nosso portal de boas-vindas, onde aparecerão os últimos documentos publicados no BBDD, os livros mais recentes incluídos na Biblioteca Virtual e onde você pode se registrar e assinar a Newsletter gratuitamente.

A interface de encontra disponível em Português, Espanhol e Inglês.



Barra inferior da página

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 106

Colocamos à sua disposição uma barra no pé da página que lhe permite acessar qualquer um dos serviços da nossa web.



- Notícias RSS
- Contato
- Ajuda
- Perguntas mais frequentes
- Aviso legal
- Procedimentos de Reclamações
- Nossa garantia

Acesso

A LATAM é inserida através de uma área privada. Para acessar, é essencial que você digite seu nome de usuário e senha, dados que serão fornecidos de maneira personalizada. Existem outros sistemas de acesso, como o provedor de Ticket, ou o controle de IPs, todos sistemas de acesso restrito de sites concretos para grupos específicos. O cliente escolherá a forma mais adequada para acesso, devendo optar por apenas uma delas.



Inserir dados de acesso

Importante: Se você deseja se registrar ou esqueceu seu nome de usuário ou senha, entre em contato conosco através da linha telefônica de atendimento ao cliente +34 9021 2125. Ou por e-mail soporte.latam@tirantonline.com

Depois de inserir seu nome de usuário e senha, você acessará a Home Interna.

A página da LATAM é muito intuitiva, já na primeira tela apresenta um mecanismo de busca geral que pesquisa todos os documentos e todos os países.

Buscador geral

Simples, poderoso e inteligente.

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 107

O mecanismo de pesquisa permite que você pesquise em todos os países e para todos os conteúdos, oferecendo itens com várias seções.



Seleção por país e conteúdo

O buscado geral oferece diversas opções de busca:

•Com todas as palavras

Este é um tipo de busca padrão no programa. Esta busca permite localizar documentos que incluem todos os termos do pedido, para especificar mais a pesquisa você só tem que incluir termos.

Nota: É importante considerar que o buscador omite palavras e caracteres habituais, tais como: "Onde", "como", "onde", "ele / ela / eles", bem como alguns dígitos e letras especiais.

•Com a frase exata

A pesquisa localiza apenas os resultados que correspondem exatamente aos termos especificados. É o tipo ideal de pesquisa para frases específicas e expressões complexas, principalmente se você quer imediatamente um resultado concreto.

• Com operadores lógicos AND / OR / NO

Nesta opção o buscador oferece uma pesquisa que permite incluir ou excluir termos, ou procurar sinônimos.

• Com qualquer uma das palavras

Esta pesquisa permite identificar os resultados que contêm um dos termos especificados, isto é, excluí a frase exata e encontra várias derivações.

•Proximidade

Essa pesquisa permite localizar semi-correspondências com os critérios especificados na barra de pesquisa.

•Número de referência

Esta pesquisa é útil para localizar documentos específicos e por meio de um sistema de classificação

Implementado pela Editorial Tirant, através dos números de referência, é possível localizar o documento exato, por exemplo: LTM2.101.014

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 108

Conteúdos

Latam é um agregador de conteúdos jurídicos selecionados meticulosamente, incluindo:

Legislação vigente e consolidada

Se oferece a legislação completa, a mais representativa de cada país, com indicação de seu estado de vigência e em muitos casos completamente consolidada.

A seleção do país ativa filtros especiais que localizam o padrão solicitado mais rapidamente.

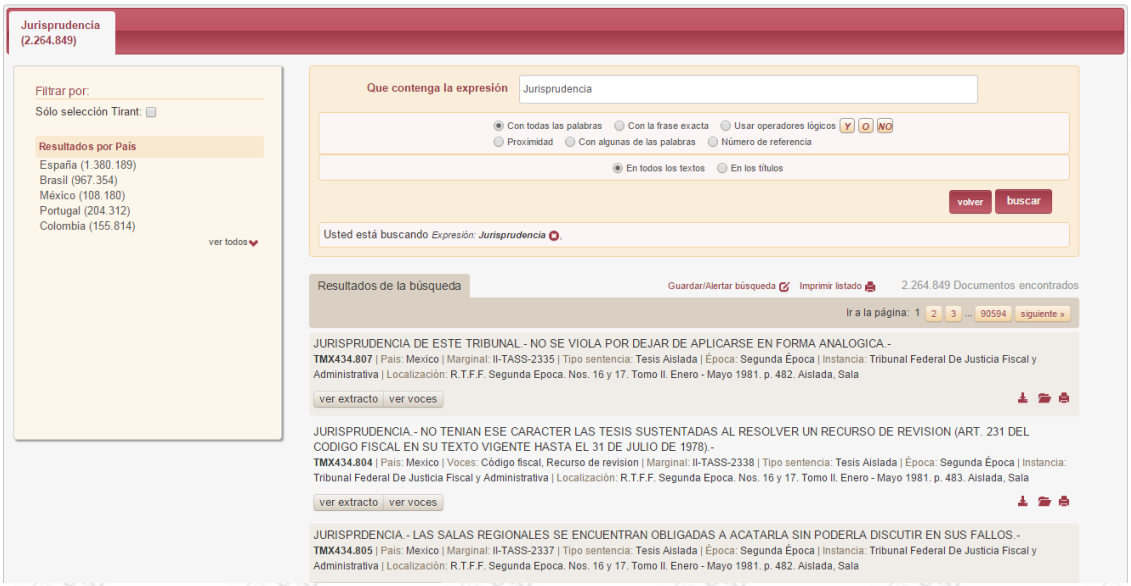


Legislação

Jurisprudência dos Tribunais e outras instâncias administrativas

Na América Latina, você pode procurar por todos os tipos de resoluções judiciais e administrativas.
A seleção de um país ativa filtros especiais para cada um dos documentos que permitem que os resultados sejam registrados, bem como a função de pesquisar por intervalos de datas.

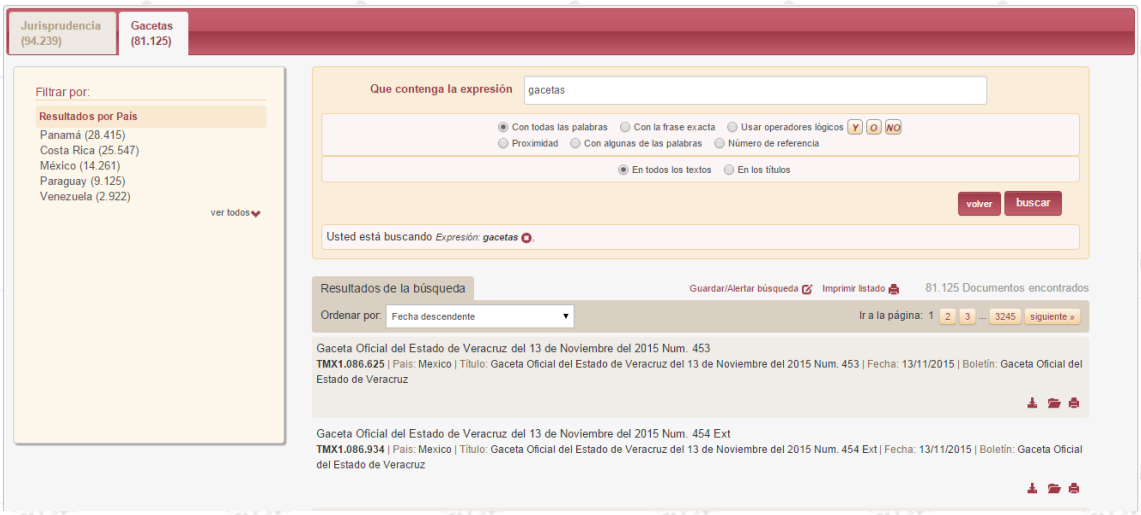
Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 109



Jurisprudência

Diários Oficiais

Uma ótima ferramenta que o nosso banco de dados é a sistematização dos diários oficiais de cada país.



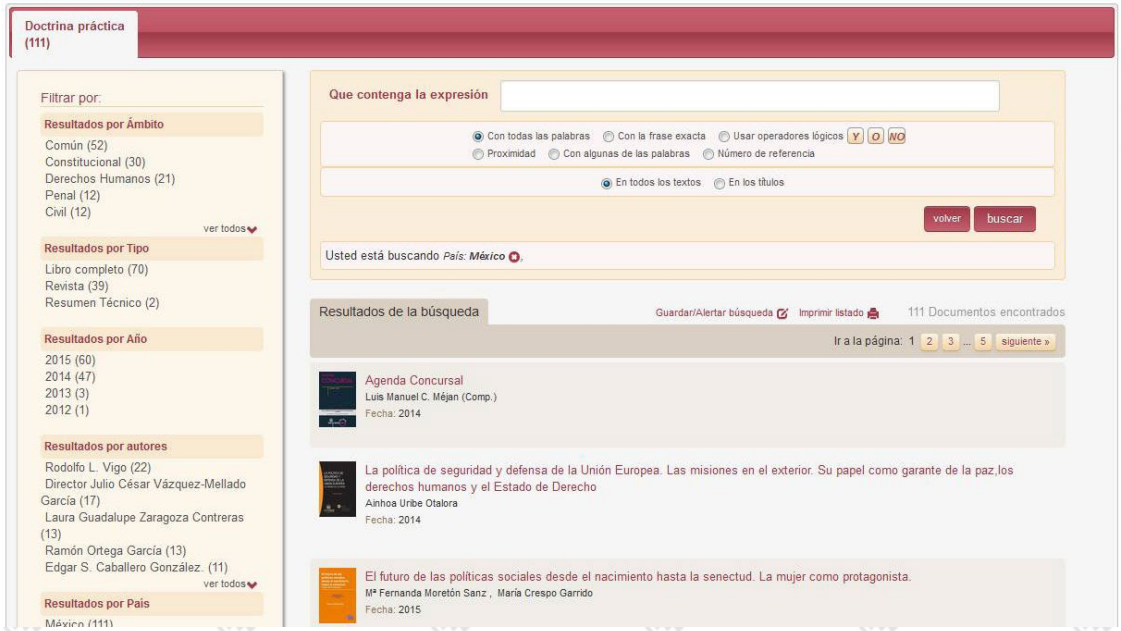
Diários Oficiais

Doutrina

Documentos doutrinários de interesse prático.

Nesta seção, você encontrará artigos doutrinários, resumos técnicos e monografias sobre questões específicas ou atuais.

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 110



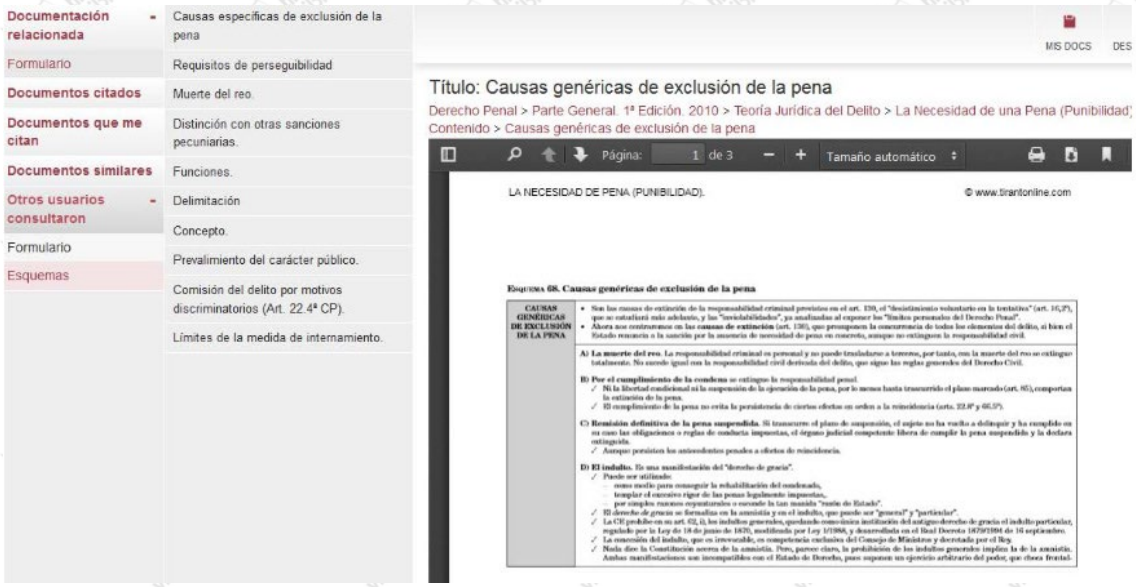
Doutrina

Formulários, modelos e protocolos

Todos os modelos que colocamos à sua disposição têm um editor de texto e funções especiais de personalização como caderno, agenda pessoal e a possibilidade de anexar documentos.

Esquemas processuais

Representação gráfica do ordenamento jurídico através de esquemas. Como parte das vantagens agregadas a nossa base de dados, esta seção contém documentação relacionada, como legislação e modelos pertinentes.



Esquemas

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 111

Bibliografia

Com esta ferramenta você pode ter revisões bibliográficas de livros jurídicos publicados por todos os editores do mercado, bem como artigos das revistas mais importantes.

Área de serviços

A LATAM tem se preocupado em ter uma área exclusiva para serviços, que oferece utilitários adicionais para seus usuários com acesso a uma autêntica biblioteca on-line, outros bancos de dados e ferramentas de interesse.

Biblioteca Virtual e Revistas Tirant

A Biblioteca Virtual fornece ferramentas de busca no Catálogo Editorial da Tirant desde 2005, também, através de acordos de colaboração, incorpora catálogos de outras editoras. Você pode pesquisar por título, conteúdo, autor, coleções e assuntos. Permite a criação de contas para a personalização das leituras.

Acesso a outras Bases de Dados

Tirant Derechos Humanos

Toda a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos analisada paragrafo a parágrafo e vinculada com a jurisprudência, com Instrumentos Internacionais e com a doutrina da Tirant lo Blanch.

Personalização

Sua área privada dentro do banco de dados: permite que você se registre com os dados pessoais e crie um perfil de usuário com a seleção do país de preferência e salve: documentos, índices, pesquisas, bem como seus alertas.

Novidades

Boletim informativo semanal para o qual os usuários podem se inscrever e configurar suas preferências por país e tipo de documento.

Conversor de medidas

Conversor mundial de medidas segundo FMI e o BCE.

TirantTV

Canal de atualidade jurídica.

Resultados

Os resultados se apresentam agrupados por país e tipo do documento.

Selecionando o país se ativa um sistema de filtros próprios que permitem adotar uma busca.

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 112

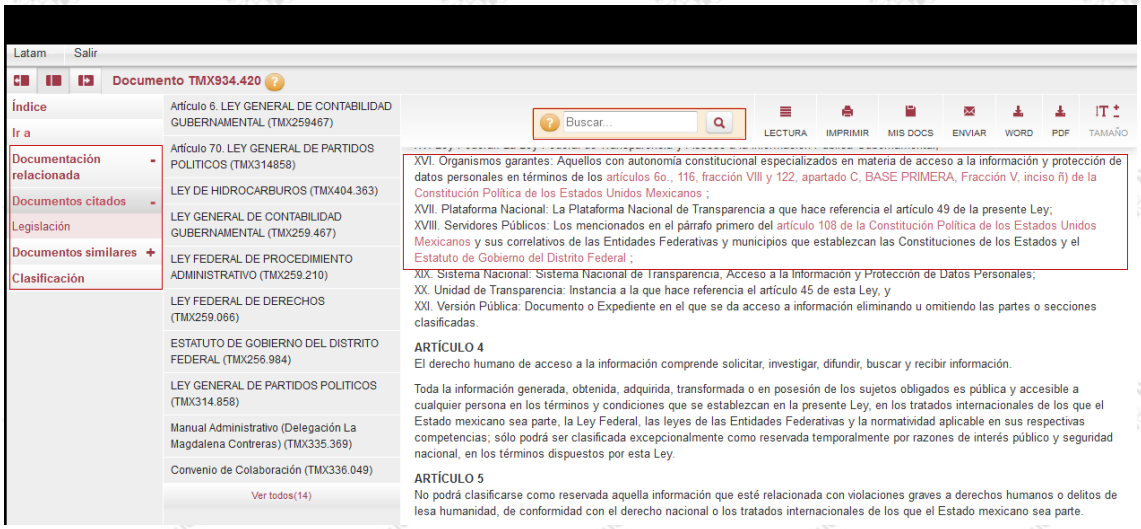
Cada país e cada documento tem seu próprio sistema de filtragem, é essencial ativar o país para acessar os filtros.

Ao ativar o país, também ativamos a possibilidade de buscar propostas.

Podemos solicitar os resultados por relevância, podemos imprimir resultados e salvar a área de personalização, bem como fazer o download de cada documento no computador pessoal.

Documentos

Os documentos Tirant LATAM são interativos e interligados através do sistema de links e funções especiais como documentação relacionada, sistema de datação e classificação. Todas as funções estão localizadas no canto esquerdo, podendo expandir ou recolher a tela de acordo com o uso.



Documentos

Acesse os documentos clicando diretamente em seu título ou por seu número de referência TOL através de qualquer mecanismo de busca.

Na aba do corpo, uma barra de utilitários aparece para todos os tipos de documentos:

Na margem esquerda aparece: exibir documento no modo de leitura, imprimir, salvar em meus documentos no espaço de personalização, enviar por e-mail, baixar em Word ou PDF e reduzir e reduzir o tamanho da fonte.

No campo direito, o número de referência do documento no número da TOL e a possibilidade de expandir ou recolher a tela.

A LATAM nos oferece a possibilidade de pesquisar nos documentos, colorindo a expressão desejada e com a opção de mobilidade entre essas expressões.

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 113

Personalização

Área individual personalizável dentro do banco de dados. É um recurso extra, disponível mediante cadastro e registro do usuário. Para acessar esta área, é obrigatório o preenchimento dos dados pessoais e escolha de uma das opções disponíveis de tratamento de dados.

Na personalização, você será capaz de:
- Receber a newsletter semanal
- Personalizar sua página inicial para a América Latina selecionando seu país de preferência
- Salvar documentos
- Salvar pesquisas
- Salvar formulários e editá-los
- Criar alertas sobre suas pesquisas

Para começar a utilizar é necessário preencher um pequeno formulário com os dados pessoais e informar um endereço de correio eletrônico e uma senha que deverá conter pelo menos 6 caracteres alfanuméricos.

Um e-mail será enviado para confirmar se seus dados estão corretos.

Caso perca sua a senha, poderá recuperá-la, o sistema somente te pedirá o e-mail cadastrado.

Modos de implementação

A instalação da LATAM Tirant poderá ser feita das seguintes maneiras, e o cliente deverá optar por uma delas:

- ✓ Ticket: aqui o que é validado é o acesso permitido a um coletivo. Uma vez que este tenha sido validado, o coletivo envia informações do usuário que está acessando, e ele NÃO é validado novamente porque é o coletivo que teve que fazer isso anteriormente. Exemplo: acesso de um campus virtual.

- ✓ Por controle de IPs: são sistemas de acesso restrito de sites ou teias específicas

Proposta de Preço da empresa TIRANT (0884011) SEI 2022.003026 / pg. 114

[PGJ/AM] Bibliotecas Jurídicas Digitais

Vieira, Adriana (LatAm) <adriana.vieira@thomsonreuters.com>

Seg, 22/08/2022 14:06

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Boa tarde!

Segue propostas.

Revista dos Tribunais Online

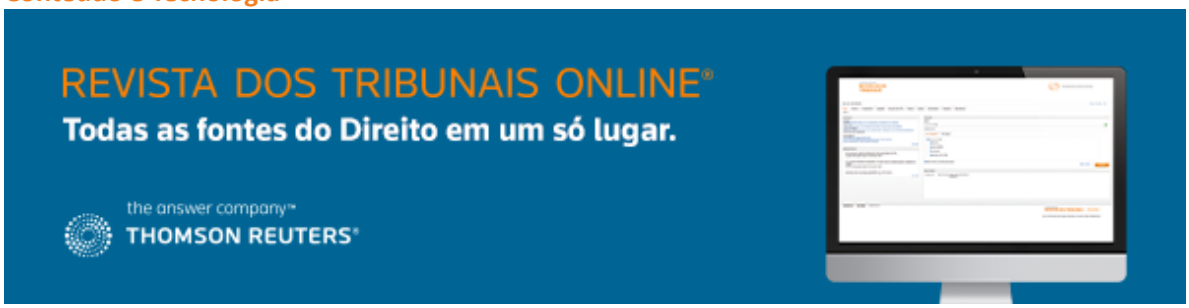
Biblioteca Digital Proview

Permaneço à disposição,

Grata,

Adriana Vieira
Consultora de Negócios
(11) 4700-9060
(11)95781-5488
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Thomson Reuters Brasil
Conteúdo e Tecnologia



Biblioteca Digital Proview – a revolução de sua pesquisa jurídica online
Saiba mais em: https://bit.ly/2JM1kU5

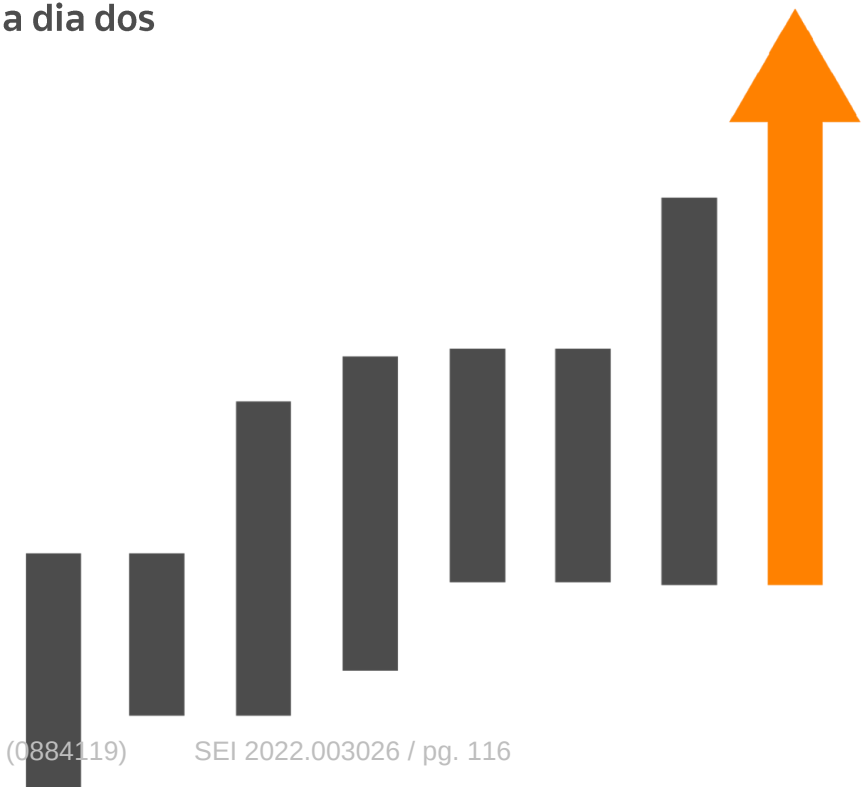
This e-mail is for the sole use of the intended recipient and contains information that may be privileged and/or confidential. If you are not an intended recipient, please notify the sender by return e-mail and delete this e-mail and any attachments. Certain required legal entity disclosures can be accessed on our website: https://www.thomsonreuters.com/en/resources/disclosures.html

THOMSON REUTERS
ProView

Biblioteca Digital ProView

A solução Thomson Reuters para facilitar o dia a dia dos profissionais do Direito.

Ao Ministério Público do Amazonas
Sra. Vanderleia - Biblioteca



THOMSON REUTERS
ProView



SEJA BEM-VINDO AO PROVIEW

A Biblioteca Digital ProView é uma plataforma de conteúdo editorial criada para auxiliar estudantes e profissionais do Direito a navegar pelos títulos jurídicos da Revista dos Tribunais e FiscoSoft em vários dispositivos, onde quer que você precise: em casa, no escritório, com seus clientes ou em qualquer outro lugar.

Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView™, seu acervo reúne livros em várias áreas do direito em linguagem simples e metodologia inovadora, garantindo qualidade e produtividade em sua rotina acadêmica ou profissional.

THOMSON REUTERS
ProView

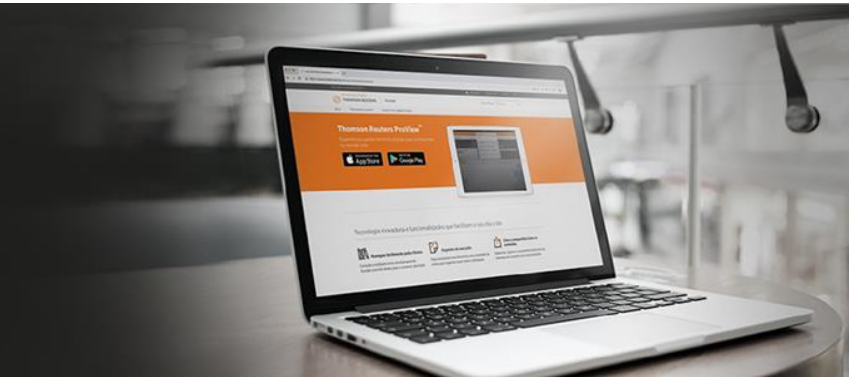
Uma das mais importantes soluções de eBooks para profissionais em todo o mundo. Acesse a sua biblioteca por meio de vários dispositivos, de onde quer que você precise: em casa, no escritório, com seus clientes ou em qualquer outro lugar.



THOMSON REUTERS
ProView

CONHECIMENTO. TECNOLOGIA. MOBILIDADE.

Mais acesso à informação



Vantagens da Biblioteca Digital ProView:

- **Portfólio completo de obras**
  Todas as áreas do Direito, incluindo um dos maiores acervos sobre Direito Digital, Reforma da Previdência, entre outros.
- **Biblioteca exclusiva com as obras de Luiz Guilherme Marinoni**
  Agora todo o conteúdo que você já tem na Biblioteca ProView está ainda mais completo, com o reforço doutrinário para a área de Processo Civil.
- **Sua pesquisa bem fundamentada**
  Nossos autores e publicações influenciam as decisões na Justiça. São milhares de citações no STF, STJ e TJs, entre acórdãos e decisões monocráticas no Brasil.
- **Melhor acervo**
  Com a Biblioteca Digital ProView, professores, graduandos, pós-graduandos e profissionais do Direito terão à disposição as principais obras do Direito, tais como códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas dos mais renomados autores da Revista dos Tribunais e FiscoSoft com edições específicas para a área Tributária.



THOMSON REUTERS
ProView

LANÇAMENTO

Biblioteca exclusiva de Luiz Guilherme Marinoni

- Assinatura 100% digital com as obras do Professor Luiz Guilherme Marinoni, incluindo: ‘A Zona de Penumbra entre o STJ e o STF’, ‘Tutela de Urgência’, ‘Tutela de Evidência’ e ‘Curso de Processo Civil’ (Vol. 1, 2 e 3)

- Vencedor de dois Prêmios Jabuti

THOMSON REUTERS
ProView

MUITO MAIS DO QUE UMA BIBLIOTECA.

Funcionalidades exclusivas do ProView:

Navegue facilmente pelos títulos
Consulte o tema que deseja através do sumário com link direto para o conteúdo.

O livro completo ou parte do conteúdo pode ser compartilhado facilmente por meio de link.

Continue atividades recentes
Em Recent Activity (Atividade Recente), você continua sua leitura de onde parou.

Transfira anotações
Ganhe tempo importando suas notas das edições anteriores.

Organize do seu jeito
Faça anotações e organize suas notas e destaque por cores.

Explore sua biblioteca
Pesquise por título, autor, palavra-chave e outras possibilidades de filtros.

THOMSON REUTERS
ProView

SUA BIBLIOTECA ON-LINE E OFF-LINE

• Projetado para trabalhar com conteúdo complexo para profissionais e simplificado para acadêmicos que precisam encontrar informações rapidamente e dar sentido as mesmas.

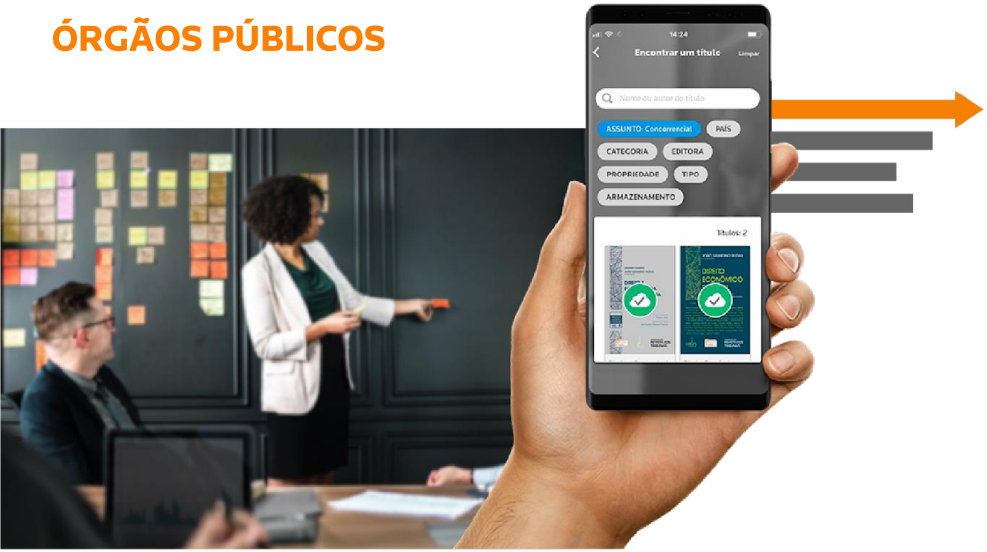
• Experiência global única do usuário através do ProView, presente em 7 idiomas, 24 horas.

•Experiência on-line e off-line. O ProView permite trabalhar com mais eficiência onde estiver e quando quiser.

• O design inovador do índice permite uma navegação eficiente para que os usuários saibam onde estão e cheguem lá com facilidade.

THOMSON REUTERS
ProView

ÓRGÃOS PÚBLICOS



ACESSÍVEL. COMPLETO. AO SEU ALCANCE.

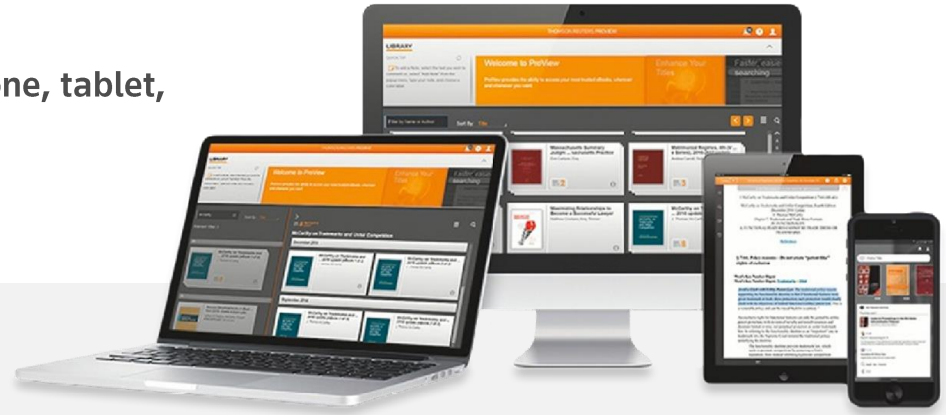
Conheça os benefícios do ProView para as Órgãos Públicos.

- **Redução do tempo dedicado às pesquisas** por conta de buscadores inteligentes e filtros eficientes;
- Ampliação da visão dos operadores do Direito por conter **busca unificada em todas as obras disponíveis em sua biblioteca digital ao mesmo tempo**, seja por palavras, frases e expressões contidas no interior dos livros, além da opção de utilização de palavras-chave;
- **Aumenta a independência e a eficácia dos operadores do Direito** na realização de buscas por ser uma plataforma amigável e intuitiva;
- Permite maior **mobilidade para membros da instituição por ser acessível remotamente** sem depender das instalações físicas, economia de espaço;
- **Modernização do Órgão Público** na obtenção de embasamento jurídico para fundamentações do dia a dia
- **Biblioteca digital atualizada periodicamente** com livros de diversas áreas do Direito como: Direito Administrativo, Digital, Trabalhista, Comercial, Empresarial, Civil, Processo Civil, Constitucional e um acervo especial sobre a Covid-19 e seus impactos nas relações jurídicas.

THOMSON REUTERS
ProView

Conteúdos acessíveis em qualquer plataforma e que transformam a leitura em uma experiência inovadora, aliando tecnologia e comodidade.

- Acesse seus e-Books em seu smartphone, tablet, laptop e via navegador de internet.



CONTEÚDO EDITORIAL

Editoras que utilizam o **Thomson Reuters ProView™**

- Revista dos Tribunais (Brasil)
- FiscoSoft (Brasil)
- Aranzadi (Espanha)
- Cívitas (Espanha)
- Lex Nova (Espanha)
- Abeledo Perrot (Argentina)
- La Ley Argentina (Argentina)
- Dofiscal Editores (México)
- Legal Publishing (Chile)
- Estudio Caballero Bustamante (Peru)
- Carswell (Canadá)
- Éditions Yvon Blais (Canadá)
- Sweet & Maxwell (Inglaterra)
- West (EUA)
- Anz (Austrália)



THOMSON REUTERS

PROPOSTA COMERCIAL

	ASSINATURA
INVESTIMENTO	12 Meses R$ 34.484,28 24 Meses R$ 68.968,56

Conteúdos disponíveis: e-books da Editora RT e Fiscosoft. Aproximadamente 1.600 obras incluindo as edições. Durante a vigência do contrato, o cliente terá atualização e inclusão de novos títulos de acordo com a programção do corpo editorial da RT.
Acesso: 100 usuários IP com a criação da conta onepass

Dados Cadastrais: Editora Revista dos Tribunais LTDA
CNPJ: 60.501.293/0001-12 IE: 103.555.500-111
DADOS BANCÁRIOS:
Banco do Brasil
Agência:7039-4
Conta Corrente: 33992-X
Endereço: Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855 11 andar Vila Olimpia
Cep: 04548-000
Proposta válida até 30/09/2022

CONDIÇÕES GERAIS

IMPORTANTE:
Para abertura do processo administrativo, na descrição do objeto, deverá constar “assinatura para acesso ao produto online Biblioteca Digital Proview”; pois não se trata de serviço.

Contratada detém toda a propriedade e direitos sobre a propriedade intelectual contida nas Licenças, Acessos, Produtos e Serviços, inclusive nas melhorias e desenvolvimentos, a qualquer tempo implementadas, assim como sobre os Materiais da Contratada. As Licenças, Acessos, Produtos e Serviços e os Materiais da Contratada estão sujeitos à proteção em conformidade com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis. O Cliente não será considerado "proprietário de uma cópia" e não terá direitos de fazer adaptações em qualquer uma das Licenças, Acessos, Produtos, Serviços ou Materiais da Contratada. O Cliente não irá remover ou ocultar qualquer aviso de direitos de propriedade dos Serviços, e incluirá esses avisos em qualquer cópia que lhe seja permitido fazer. As Licenças, Acessos, Produtos e Serviços e os Materiais da Contratada estão sujeitos à proteção, de acordo com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis.

O Cliente declara que não praticará qualquer ato que constitua violação a qualquer lei de qualquer local referente a este Contrato, incluindo sem se limitar ao FCPA (lei norte-americana contra atos de corrupção) e UK Anti-Bribery (lei inglesa contra atos de corrupção). As Partes e cada um de seus agentes, empregados e subcontratados que trabalham diretamente no Contrato também se obrigam a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis, especialmente a Lei brasileira nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e garante que não irá, em razão de quaisquer transações comerciais envolvendo as Partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou funcionários do governo ou de empresas controladas pelo governo, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida. 1. O(s) Conteúdo(s) do(s) Produto(s) online estará(ão) armazenado(s) em servidores da CONTRATADA ou por ela contratados e não será(ão) transferido(s) para reprodução, armazenamento ou cópia permanente pelo Cliente .

As Partes pactuam que o Cliente deverá utilizar do Conteúdo do(s) Produto(s) apenas para o uso interno e curso normal de seus negócios como destinatário final. A utilização do(s) Produto(s) e respectivo(s) Conteúdo(s) da CONTRATADA em todos os seus formatos é concedida para uso pessoal e não comercial, sendo apenas licenciado ao Cliente (e aos usuários vinculados ao Cliente). O uso do Conteúdo da CONTRATADA inclui o direito de: (i) leitura; (ii) download e armazenamento temporário e de partes não substanciais do Produto; (iii) direito de armazenamento de cópias parciais em equipamento de exclusivo controle do Cliente ;(iv) exibir em telas, monitores ou projetores de uso interno do Cliente ; (v) citar ou extrair excertos com a apropriada remissão e créditos, colando em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares produzidos pelo Cliente no uso regular de suas atividades profissionais; (vi) criar impressões para distribuição e circulação interna.

Caso o acesso seja por senha(s) de acesso, o endereço do Cliente informado será considerado como o principal ponto de acesso ao(s) Produto(s) online associado à(s) senha(s) do Cliente e dos usuários vinculados a este Cliente. O Cliente fica responsável por notificar a CONTRATADA por escrito os nomes completos, RG e CPF dos usuários a ele vinculados, para quem a CONTRATADA deverá emitir senhas, bem como as senhas que precisarem ser canceladas durante o prazo de vigência deste Contrato. O Cliente e seus usuários são os únicos responsáveis por manter as senhas de acesso em segurança, responsabilizando-se pela manutenção do sigilo das referidas senhas e pelo seu uso individual e pessoal. O Cliente também é responsável por todo o acesso aos Conteúdos da CONTRATADA realizado pelos funcionários, prepostos e/ou representantes do CLIENTE e/ou pelas senhas de acesso, mesmo que o CLIENTE autorize ou não tal acesso e/ou uso, sendo vedado o compartilhamento das senhas de acesso ao(s) Produto(s) da CONTRATADA que tenham sido emitidas para uso exclusivo do CLIENTE e seus usuários.

THOMSON REUTERS

CONDIÇÕES TÉCNICAS

1. Produtos e Conteúdos

1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento pela CONTRATADA ao CONTRATANTE de conteúdos editoriais jurídicos selecionados (“Conteúdos”) da Editora Revista dos Tribunais (RT) e da FiscoSoft.
1.2. O Conteúdo é constituído por livros eletrônicos publicados pela RT e pela FiscoSoft.
1.3. O CONTRATANTE declara que conhece os Conteúdos e cada Produto da CONTRATADA que adquiriu quanto ao seu formato, conteúdo e características.
1.4. A CONTRATADA será a única responsável por apontar as obras que farão parte da Biblioteca Digital Proview. Caso o CONTRATANTE queira ter acesso a uma obra que não faz parte da Biblioteca Digital Proview, deverá adquiri-la em separado, através de pedido em apartado, conforme condições previstas no item "Da Contratação One Shot", abaixo. Em hipótese alguma, as obras que fazem parte do acervo da Biblioteca Digital Proview poderão ser substituídas por outras, que não sejam as pré-definidas pela CONTRATADA. A CONTRATADA detém ainda o direito de bloquear o acesso a certos Conteúdos temporária ou permanentemente, a seu exclusivo critério.
1.5. O CONTRATANTE declara-se ciente de que a CONTRATADA não garante a renovação de idêntico Conteúdo, cabendo à CONTRATADA apontar as obras que farão parte da Biblioteca Digital Proview por ocasião da renovação ou extensão do período contratado.
1.6. Para fins deste Contrato, será considerado Produto o acesso por meio eletrônico, não exclusivo e intransferível, ao Conteúdo publicado pela CONTRATADA.
1.7. A compra de publicações impressas (“Livros”) será objeto de pedido separado, sem qualquer relação ou submissão aos termos do presente Contrato.

2. Da Contratação One Shot

2.1. Caso o CONTRATANTE queira adquirir obras que não façam parte da lista disponibilizada pela CONTRATADA na Biblioteca Digital Proview, poderá fazê-lo através da modalidade One Shot, que constitui na aquisição de livros em pedidos em separado, onde o CONTRATANTE terá acesso a um código para acesso a versão eletrônica do livro adquirido, através da Plataforma Proview.
2.2. Os livros adquiridos na modalidade One Shot, poderão ser acompanhados da versão física do livro, conforme o caso, sendo certo que será informado esta condição no ato de compra pelo CONTRATANTE.
2.3. Fica estabelecido entre as Partes que para aquisição One Shot, o Conteúdo contratado ficará disponível no servidor da CONTRATADA pelo prazo de 10 anos, decorrido esse período ou caso haja antecipação do prazo, a CONTRATADA enviará ao CONTRATANTE um aviso com a antecedência razoável para comunicar essa descontinuação do acesso, sendo que, a CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE que efetivamente tenha efetuado o pagamento dos respectivos valores pela aquisição, o Produto descontinuado em meio eletrônico para que o CONTRATANTE possa armazenar o Produto em sua base, e a CONTRATADA não terá nenhuma outra obrigação de fornecer suporte ao Acesso, Produto e/ou Serviço.

CONDIÇÕES TÉCNICAS

3. “Upgrades” e “Add Ons”
3.1. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, realizar atualizações (Upgrades) dos Conteúdos ao(s) Produto(s), disponibilizando-as gratuitamente ao CONTRATANTE.
3.2. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, adicionar novos Conteúdos, facilidades e funcionalidades (“Add Ons”) aos Produtos. A CONTRATADA oferecerá os Add Ons ao CONTRATANTE, informando as novas condições comerciais. Os créditos proporcionais referentes a este Contrato a favor do CONTRATANTE serão considerados e utilizados na compra dos Produtos com os Add Ons.

4. Configuração e Requisitos Mínimos
4.1. O CONTRATANTE declara ter ciência da configuração mínima dos microcomputadores para a utilização dos e acesso aos Produtos on-line: Processador com “clock” mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM mínima de 1GB; Monitor com resolução de 1024x 768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozilla Firefox 3.6 ou superior, Internet Explorer 8.0 ou superior, Safari 5 e Chrome 12; acesso a Internet (banda larga).

5. Uso do Produto
5.1. Os Conteúdos dos Produtos online estarão armazenados em servidores da CONTRATADA ou por ela contratados e não serão transferidos para reprodução, armazenamento ou cópia permanente pelo CONTRATANTE.
5.2. A CONTRATADA, ao vender o Produto, e o CONTRATANTE, ao comprá-lo, pactuam que o CONTRATANTE deverá se utilizar do Conteúdo do Produto apenas para o uso interno e curso normal de seus negócios como destinatário final. A utilização do Produto e respectivos Conteúdos da CONTRATADA em todos os seus formatos é concedida para uso pessoal e não comercial, sendo apenas licenciado ao CONTRATANTE (e aos usuários vinculados ao CONTRATANTE).
5.3. Exceto se previsto em contrário, o uso dos Conteúdos CONTRATADA inclui o direito de: (i) leitura; (ii) exibir em telas, monitores ou projetores de uso interno do CONTRATANTE; (iii) citar ou extrair excertos com a apropriada remissão e créditos, colando em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares produzidos pelo CONTRATANTE no uso regular de suas atividades profissionais e (iv) criar impressões para distribuição e circulação interna.

6. Restrição de Uso dos Conteúdos
6.1. O acesso ao conteúdo concedido pela CONTRATADA está sujeito à proteção em conformidade com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis. Dessa forma, o CONTRATANTE não usará nenhum Conteúdo e não o distribuirá a terceiros de maneira contrária ou na violação de leis, regulamentos ou regras federal, estadual ou local, podendo a CONTRATADA bloquear o acesso a certos Conteúdos temporária ou permanentemente.
6.2. Ao acessar os Conteúdos, o CONTRATANTE reconhece que, de tempos em tempos, a CONTRATADA e seus colaboradores podem solicitar ao CONTRATANTE a identificação da permissão de uso.

6.3. O CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA sobre qualquer mau uso e/ou uso abusivo de Conteúdos que ele tiver conhecimento.
6.4. O CONTRATANTE não poderá transferir, ceder, autorizar ou emprestar os Produtos adquiridos.
6.5. O CONTRATANTE obriga-se, ao utilizar-se de acesso ao Produto pela internet, a: (i) não realizar engenharia reversa, descompilar, desagregar ou de qualquer forma interferir, modificar, copiar ou visualizar códigos fontes de softwares próprios ou de terceiros utilizados pela CONTRATADA como plataforma de suporte de seu Produto ou reproduzir partes ou todo de códigos ou linguagens de programação (ii) utilizar os Produtos online que tiver acesso com a quantidade de terminais e usuários previstos neste Contrato; (iii) não copiar o programa de computador associado aos Conteúdos online; (iv) não remover os avisos de direitos autorais ou de propriedade intelectual e os códigos de segurança ou proteção contra a cópia, replicação ou duplicação; (v) tomar todas as providências necessárias para evitar que seus prepostos ou terceiros venham a copiar ou reproduzir indevidamente softwares ou conteúdos e (vi) abster-se de utilizar meios eletrônicos para extração dos Conteúdos, como por exemplo a utilização de ferramentas de software de acesso, busca ou pesquisa automática para a cópia de Conteúdos. Essas obrigações não se exaurem com o término do prazo de vigência deste Contrato.

7. Proteção da Senha de Acesso
7.1. Caso o acesso seja por IP, o endereço de IP informado pelo CONTRATANTE será considerado como o principal ponto de acesso aos Produtos online pelo CONTRATANTE e seus usuários vinculados ao CONTRATANTE.
7.2. Caso seja disponibilizada no Produto a opção de criar login e senha pelo CONTRATANTE, será possível a seus usuários acessar os Produtos vinculados a esse Contrato através de computadores domésticos, laptops ou outros aparelhos sem fio.
7.3. O CONTRATANTE e seus usuários estão cientes e concordam que por motivos de segurança, caso sejam criados login e senha para acesso ao Produto, a CONTRATADA poderá, a cada período de 06 (seis) meses limpar os logins e senhas criados.
7.4. O CONTRATANTE também é responsável por todo o acesso aos Conteúdos da CONTRATADA realizado pelos funcionários, prepostos e/ou representantes do CONTRATANTE e/ou pelas senhas de acesso, mesmo que o CONTRATANTE autorize ou não tal acesso e/ou uso, sendo vedado o compartilhamento das senhas de acesso aos Produtos da CONTRATADA que tenham sido emitidas para uso exclusivo do CONTRATANTE e seus usuários.
7.5. O CONTRATANTE se compromete a: comunicar a CONTRATADA sobre qualquer uso não autorizado de login e/ou senha que venha a ter conhecimento; não realizar cópias, backups, reproduções dos conteúdos da CONTRATADA; fazer o procedimento de finalização da utilização on-line (logoff) ao final da utilização do Produto online, podendo a CONTRATADA fazer o logoff após permanência com o acesso aberto e inativo por tempo, a critério exclusivo da CONTRATADA; não permitir que o Produto online seja utilizado por terceiros, vedada a cessão, sublicença, autorização, fornecimento ou disponibilização do seu login, senha ou permissões de acesso.

CONDIÇÕES TÉCNICAS

8. Condições de Acesso
8.1. O acesso e posse do CONTRATANTE ao Produto são condicionados ao: (i) pagamento das Compras; (ii) acesso ao Produto por meio de endereço eletrônico (URL) definido pela CONTRATADA; (iii) contínuo respeito pelo CONTRATANTE e seus usuários aos termos deste Contrato, em especial aos direitos autorais e propriedades intelectuais dos Conteúdos; (iv) utilização de conexão à Internet através de provedor de acesso contratado pelo CONTRATANTE, com velocidade e banda compatíveis com o volume de conteúdo acessado e (v) utilização de software de navegação (Browser) na Internet do próprio CONTRATANTE.
8.2. O acesso do CONTRATANTE ao Produto será feito por identificação do número de IP (Internet Protocol), permitindo acesso simultâneo a vários usuários do CONTRATANTE. O CONTRATANTE deverá fornecer a lista de IP's para a CONTRATADA. Os IP's deverão ser IP's fixos, não podendo o CONTRATANTE fornecer IP's dinâmicos. O acesso será feito somente nas dependências físicas do CONTRATANTE. Para acessos fora das dependências do CONTRATANTE, deverá disponibilizar recursos para os usuários como VPN ou Acesso via Proxy Reverso, como fornecida pelo CONTRATANTE.

9. Relatório de Uso
5.1. Será gerado manualmente pelos nossos analistas e enviado sempre que solicitado pelo cliente no prazo máximo de até 15 dias a contar da data da solicitação por e-mail relacionamento.legal@thomsonreuters.com

10. Disposições Gerais
9.1. A Responsabilidade Civil da CONTRATADA será limitada a um patamar máximo pré-determinado equivalente à soma dos valores pagos durante os últimos 12 (doze) meses de vigência deste Contrato.
9.2. As Partes e cada um de seus agentes, empregados e subcontratados que trabalham diretamente no Contrato também se obrigam a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis, especialmente a Lei brasileira nº 12.846/2013.
9.3. As partes declaram e garantem mutuamente que exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detém as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas.
9.4. Qualquer Intimação/notificação com a intensão de aplicação de penalidade, aviso de descumprimento, apresentação de Defesa prévia e Recurso deve ser encaminhado impreterivelmente ao Departamento Jurídico da CONTRATADA no endereço: A/C Departamento Jurídico - Avenida Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, São Paulo/SP, CEP: 04548-005.

THOMSON REUTERS
ProView

PROVIEW:
O SEU ACERVO DIGITAL DO DIREITO.



Aponte a câmera e acesse o site.

Adriana Vieira
Consultora de Negócios
(11) 4700-9060
(11)95781-5488
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Thomson Reuters Brasil
Conteúdo e Tecnologia



REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE®

MP Amazonas
Sra. Vanderleia - Biblioteca

THOMSON REUTERS®

RESUMO DA APRESENTAÇÃO

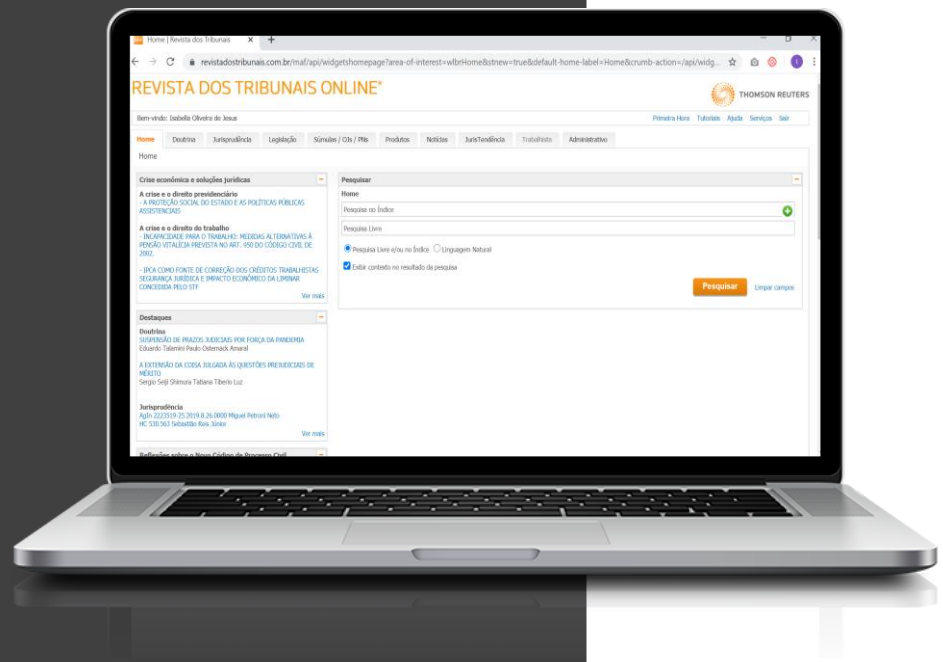
Principais Pontos

- **Sobre a Revista dos Tribunais Online®**
- **Revistas**
- **Códigos Comentados**
- **Vantagens e Benefícios**
- **Doutrinas Essenciais**
- **Quem usa, aprova!**
- **Versões disponíveis**
- **Pareceres e Soluções Práticas**
- **Proposta Comercial**

THOMSON REUTERS®

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE®

Todas as Fontes do Direito em um só lugar



Solução que reúne em um único lugar conteúdo de excelência, que somadas ao uso de tecnologia inovadora com buscadores poderosos, filtros eficazes e funcionalidades desenvolvidas para operadores do Direito, permitindo ao profissional obter uma visão abrangente para resultados rápidos e precisos, garantindo a construção de argumentos fortes e sólidos para a tomada de decisões.

Acesso rápido e fácil a mais de 1 milhão de relacionamentos entre Doutrina, Legislação e Jurisprudência.

Recursos tecnológicos que facilitam seu dia a dia com mobilidade e praticidade.

Solução própria para facilitar o dia a dia dos profissionais de entidades e órgãos governamentais (Tribunais Federais, Tribunais de Justiça, Defensorias, Procuradorias, Ministérios Públicos e demais Órgãos do Poder Judiciário), com acesso a informações atualizadas e confiáveis para ter fundamentação em processos e decisões judiciais.

Com a plataforma, os profissionais jurídicos aumentam a sua autonomia ao realizar buscas e leituras dos documentos diretamente das suas estações de trabalho, garantindo uma fonte segura e permanente de atualização jurídica, com informação acurada e visibilidade do comportamento da lei.

Além disto, permite visão holística do posicionamento dos principais tribunais sobre o tema do seu interesse para potencializar os seus argumentos.

Solução rápida e eficaz para suas demandas.



VANTAGENS E BENEFÍCIOS



CREDIBILIDADE



INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS E ATUALIZAÇÕES CONSTANTES



INTEGRAÇÃO COM O PROVIEW*



SEGURANÇA



REUTERS NEWS



ACESSE DE ONDE ESTIVER

*A integração com ProView ocorre apenas para usuários OnePass com permissão de acesso em ambas as Plataformas da Thomson Reuters.

Versões disponíveis

A **Revista dos Tribunais Online** contém duas versões, confira o conteúdo disponível em cada uma delas.

THOMSON REUTERS®

CONTEÚDO | VERSÃO CLÁSSICA

DOUTRINA

- Acervo dos artigos doutrinários publicados nos **Periódicos** da Editora Revista dos Tribunais
- O acervo dos Periódicos compreende as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela Editora
    - A **Revista dos Tribunais** está disponível a partir do Vol. 603 (janeiro/1986)
    - As **Revistas Especializadas** Gestão disponibilizadas desde o Vol. 1 e seguem a ordenação ocorrida à época em elas foram publicadas



JURISPRUDÊNCIA

- Jurisprudência selecionadas de todos os Tribunais Judiciários
- Contém o inteiro teor dos Acórdãos

LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

- Base Federal de legislação
- Legislação selecionada de natureza tributária dos 27 Estados da Federação
- Legislação selecionada de natureza tributária de 42 Municípios

COLEÇÃO DOUTRINAS ESSENCIAIS

- Coleção contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados pela Editora Revista dos Tribunais, separado por Área do Direito

COLEÇÃO SOLUÇÕES PRÁTICAS E PARECERES

- Coleção que reúne a seleção dos Pareceres emitidos por renomados juristas sobre questões polêmicas e altamente complexas. Os autores que assinam essa coleção são: Arruda Alvim, Clèmerson Merlin Clève, Luiz Edson Fachin, Luiz Guilherme Marinoni, Nelson Nery Junior, Gustavo Tepedino, Teresa Arruda Alvim Wambier e Luiz Rodrigues Wambier

SÚMULAS

- Base das Súmulas publicadas pelos Tribunais
- Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos do TST



NOTÍCIAS REUTERS

- Seleção de notícias da Agência Reuters, a maior agência de notícias do mundo

CRISE ECONÔMICA E SOLUÇÕES JURÍDICAS

- Seleção de artigos doutrinários contendo a visão jurídica sobre questões econômicas e os reflexos em diversas Áreas do Direito

REFLEXÕES SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

- Seleção de artigos doutrinários contendo a visão de especialistas e os impactos do Novo Código de Processo Civil

CONTEÚDO | VERSÃO COMPLETA

*todo o conteúdo da versão Clássica, mais:

LEGISLAÇÃO COMENTADA

- Seleção de Códigos Comentados por renomados juristas:

JURISTENDÊNCIA

- Coleção que reúne de forma sistematizada a evolução jurisprudencial dos mais diversos temas controversos do



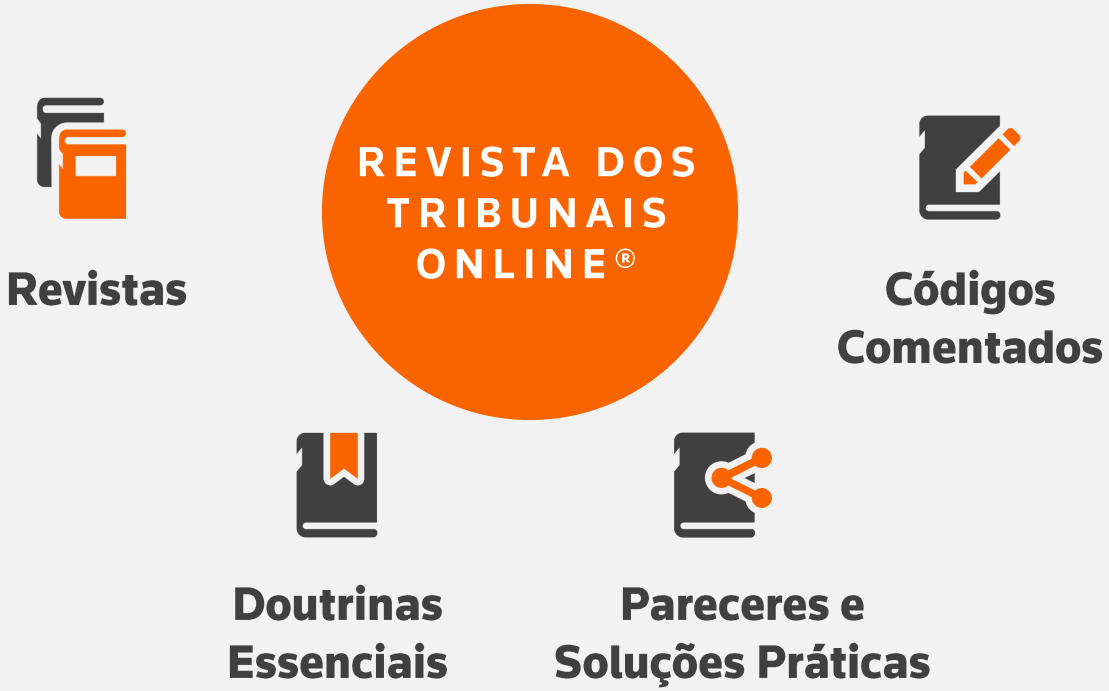
RTONLINE ADMINISTRATIVO

- Conteúdos de doutrina, jurisprudência, legislação e súmulas focados nesta Área do Direito

RTONLINE TRABALHISTA

- Conteúdos de doutrina, jurisprudência, legislação e súmulas focados nesta Área do Direito

CONFIRA ALGUNS DOS CONTEÚDOS **DISPONÍVEIS**



THOMSON REUTERS®

REVISTAS

Confira a lista completa

- Revista de Arbitragem e Mediação
- Revista Brasileira de Ciências Criminais
- Revista de Ciências Penais
- Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura
- Revista de Direito Ambiental
- Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais
- Revista de Direito Brasileira
- Revista de Direito Civil Contemporâneo
- Revista de Direito Constitucional e Internacional
- Revista de Direito da Infância e da Juventude
- Revista de Direito das Comunicações
- Revista de Direito de Família e das Sucessões
- Revista de Direito Desportivo
- Revista de Direito do Consumidor
- Revista de Direito do Trabalho
- Revista de Direito e as Novas Tecnologias
- Revista de Direito Educacional
- Revista de Direito e Medicina
- Revista de Direito Empresarial
- Revista de Direito Imobiliário
- Revista de Direito Previdenciário
- Revista de Direito Privado
- Revista de Direito Recuperacional e Empresa
- Revista de Direito Tributário Contemporâneo
- Revista de Processo
- Revista de Processo Comparado
- Revista do IBRAC - Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional
- Revista dos Tribunais
- Revista dos Tribunais Nordeste
- Revista dos Tribunais RJ
- Revista dos Tribunais SP
- Revista dos Tribunais SUL
- Revista Iberoamericana de Derecho Procesal
- Revista Instituto dos Advogados de São Paulo
- Revista Tributária das Américas
- Revista Tributária e de Finanças Públicas

CÓDIGOS COMENTADOS

Confira a lista completa

- Comentários ao Código de Processo Civil (2015) - *Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery*
- Código de Processo Civil Comentado (2015) - *Luiz Guilherme Marinoni, Sergio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero*
- Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil: Artigo por Artigo (2015) - *Teresa Arruda Alvim Wambier, Rogério Licastro Torres de Mello, Leonardo Ferres da Silva Ribeiro e Maria Lúcia Lins Conceição*
- Código de Processo Civil Comentado (1973) - *Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery*
- Código de Processo Civil Comentado (1973) - *Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero*
- Código Tributário Nacional Comentado - *Vladimir Passos de Freitas (Coord.)*
- Comentários ao Código de Defesa do Consumidor - *Claudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin e Bruno Miragem*
- Constituição Federal Comentada - *Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery*
- Código Civil Comentado - *Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery*
- Código de Processo Penal Comentado - *Antonio Magalhães Gomes Filho, Alberto Zacharias Toron e Gustavo Henrique Badaró*
- CLT Comentada - *Ricardo Pereira de Freitas Guimarães*

Obras de renomados autores do segmento como Nelson Nery Junior, Teresa Arruda Alvim, Luiz Guilherme Marinoni e muito mais.

DOUTRINAS ESSENCIAIS

Confira a lista completa

- Doutrinas Essenciais - Direito Civil - *Gilmar Ferreira Mendes, Rui Stoco*
- Doutrinas Essenciais - Família e Sucessões - *Francisco José Cahali*
- Doutrinas Essenciais - Processo Civil - *Teresa Arruda Alvim, Fredie Didier Jr*
- Doutrinas Essenciais - Direito Constitucional - *Clèmerson Merlin Clève***
- Doutrinas Essenciais - Direito Internacional - *Luiz Olavo Baptista, Valerio de Oliveira Mazzuoli*
- Doutrinas Essenciais - Direito Empresarial - *Arnoldo Wald*
- Doutrinas Essenciais - Direito Tributário - Edvaldo Brito, Ives Ganfra da Silva Martins
- Doutrinas Essenciais - Direito do Consumidor - Bruno Miragem, Claudia Lima Marques
- Doutrinas Essenciais - Processo Penal - *Guilherme de Souza Nucci, Maria Thereza Rocha de Assis Moura*
- Doutrinas Essenciais - Direito do Trabalho e de Direito da Seguridade Social - *Mauricio Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado*
- Doutrinas Essenciais - Obrigações e Contratos - *Gustavo Tepedino, Luiz Edson Fachin*
- Doutrinas Essenciais - Direito Registral - *Ricardo Dip, Sérgio Jacomino*
- Doutrinas Essenciais - Responsabilidade Civil - *Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery*
- Doutrinas Essenciais - Direito Ambiental - *Édis Milaré, Paulo Affonso Leme Machado*
- Doutrinas Essenciais - Direito Penal - *Guilherme de Souza Nucci e Alberto Silva Franco*
- Doutrinas Essenciais - Direito Penal Econômico e da Empresa - *Luiz Regis Prado, René Ariel Dotti*
- Doutrinas Essenciais - Direitos Humanos - *Flávia Piovesan, Maria Garcia*
- Doutrinas Essenciais - Dano Moral - *Rui Stoco*
- Doutrinas Essenciais - Arbitragem e Mediação - *Arnoldo Wald*

Os mais importantes artigos doutrinários, pareceres, comentários e estudos jurídicos escritos por especialistas.

PARECERES E SOLUÇÕES PRÁTICAS

Confira a lista completa

- Soluções Práticas de Direito - *Arruda Alvim*
- Soluções Práticas de Direito - *Clèmerson Merlin Clève*
- Soluções Práticas de Direito - *Luiz Edson Fachin*
- Soluções Práticas de Direito - *Luiz Guilherme Marinoni*
- Soluções Práticas de Direito, 2ª Ed. - *Nelson Nery Junior*
- Soluções Práticas de Direito - *Gustavo Tepedino*
- Pareceres - *Teresa Arruda Alvim Wambier*
- Pareceres - *Luiz Rodrigues Wambier*

Os mais importantes pareceristas do segmento jurídico, como: Luiz Edson Fachin, Arruda Alvim, entre outros.

Quem usa, aprova a Revista dos Tribunais Online®



Dr. Édis Milaré

"Acho que esta ferramenta vai ajudar muito no nosso labor diário, na nossa luta perante os tribunais."



Dr.Luis Guilherme Marinoni

"A ferramenta tem se mostrado de excepcional segurança e agilidade na produção das peças."



Dr. Nelson Nery Junior

"Todos deveriam conhecer o produto. O profissional que o conhece, não irá dispensá-lo do seu dia a dia."



Dr. Ives Gandra da Silva Martins

"Admirável o serviço. É realmente inovador".



Dr. Luiz Rodrigues Wambier

"Tinha uma expectativa muito grande e foi superada, pois o produto é muito melhor do que eu imaginava que fosse."



Dr. René Dotti

"Eu vejo não só como uma ferramenta de trabalho para o profissional, mas também como um meio de aprimoramento intelectual."

PROPOSTA COMERCIAL

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE®

THOMSON REUTERS®

PROPOSTA COMERCIAL

RT ONLINE Clássica

	ASSINATURA 12 MESES
INVESTIMENTO	R$ 37.897,49

Conteúdos Disponíveis: Legislação, Jurisprudência, Doutrina, 38 periódicos ,Noticias Reuters.
Forma de Acesso: IP Token
100 usuários

RT ONLINE Clássica

DESCRIÇÃO	ASSINATURA 24 MESES
INVESTIMENTO	R$ 75.794,98

Conteúdos Disponíveis: Legislação, Jurisprudência, Doutrina, 38 periódicos ,Noticias Reuters,
Forma de Acesso: IP Token
100 usuários

PROPOSTA VÁLIDA ATÉ 30/09/2022

CONDIÇÕES GERAIS

1. A Contratada detém toda a propriedade e direitos sobre a propriedade intelectual contida nas Licenças, Acessos, Produtos e Serviços, inclusive nas melhorias e desenvolvimentos, a qualquer tempo implementadas, assim como sobre os Materiais da Contratada. As Licenças, Acessos, Produtos e Serviços e os Materiais da Contratada estão sujeitos à proteção em conformidade com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis. O Cliente não será considerado "proprietário de uma cópia" e não terá direitos de fazer adaptações em qualquer uma das Licenças, Acessos, Produtos, Serviços ou Materiais da Contratada. O Cliente não irá remover ou ocultar qualquer aviso de direitos de propriedade dos Serviços, e incluirá esses avisos em qualquer cópia que lhe seja permitido fazer. As Licenças, Acessos, Produtos e Serviços e os Materiais da Contratada estão sujeitos à proteção, de acordo com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis.

2. O Cliente declara que não praticará qualquer ato que constitua violação a qualquer lei de qualquer local referente a este Contrato, incluindo sem se limitar ao FCPA (lei norte-americana contra atos de corrupção) e UK Anti-Bribery (lei inglesa contra atos de corrupção). As Partes e cada um de seus agentes, empregados e subcontratados que trabalham diretamente no Contrato também se obrigam a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis, especialmente a Lei brasileira n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, e garante que não irá, em razão de quaisquer transações comerciais envolvendo as Partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou funcionários do governo ou de empresas controladas pelo governo, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida. 1. O(s) Conteúdo(s) do(s) Produto(s) online estará(ão) armazenado(s) em servidores da CONTRATADA ou por ela contratados e não será(ão) transferido(s) para reprodução, armazenamento ou cópia permanente pelo Cliente .

3. As Partes pactuam que o Cliente deverá utilizar do Conteúdo do(s) Produto(s) apenas para o uso interno e curso normal de seus negócios como destinatário final. A utilização do(s) Produto(s) e respectivo(s) Conteúdo(s) da CONTRATADA em todos os seus formatos é concedida para uso pessoal e não comercial, sendo apenas licenciado ao Cliente (e aos usuários vinculados ao Cliente). O uso do Conteúdo da CONTRATADA inclui o direito de: (i) leitura; (ii) download e armazenamento temporário e de partes não substanciais do Produto; (iii) direito de armazenamento de cópias parciais em equipamento de exclusivo controle do Cliente ;(iv) exibir em telas, monitores ou projetores de uso interno do Cliente ; (v) citar ou extrair excertos com a apropriada remissão e créditos, colando em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares produzidos pelo Cliente no uso regular de suas atividades profissionais; (vi) criar impressões para distribuição e circulação interna.

4. Caso o acesso seja por senha(s) de acesso, o endereço do Cliente informado será considerado como o principal ponto de acesso ao(s) Produto(s) online associado à(s) senha(s) do Cliente e dos usuários vinculados a este Cliente. O Cliente fica responsável por notificar a CONTRATADA por escrito os nomes completos, RG e CPF dos usuários a ele vinculados, para quem a CONTRATADA deverá emitir senhas, bem como as senhas que precisarem ser canceladas durante o prazo de vigência deste Contrato. O Cliente e seus usuários são os únicos responsáveis por manter as senhas de acesso em segurança, responsabilizando-se pela manutenção do sigilo das referidas senhas e pelo seu uso individual e pessoal. O Cliente também é responsável por todo o acesso aos Conteúdos da CONTRATADA realizado pelos funcionários, prepostos e/ou representantes do CLIENTE e/ou pelas senhas de acesso, mesmo que o CLIENTE autorize ou não tal acesso e/ou uso, sendo vedado o compartilhamento das senhas de acesso ao(s) Produto(s) da CONTRATADA que tenham sido emitidas para uso exclusivo do CLIENTE e seus usuários.

CONDIÇÕES TÉCNICAS RT ONLINE

1. Produtos e Conteúdos

1.1 Constitui objeto deste Contrato o fornecimento pela CONTRATADA ao CONTRATANTE de conteúdos editoriais jurídicos selecionados (“Conteúdos”) da Editora Revista dos Tribunais (RT).
1.2. Os Conteúdos são constituídos de legislação com teia remissiva dos Códigos e da Série de Legislação RT publicados pela CONTRATADA, bem como dos artigos doutrinários e da jurisprudência publicados nas revistas RT.
1.3. O CONTRATANTE declara que conhece os Conteúdos e cada Produto da CONTRATADA que adquiriu quanto ao seu formato, conteúdo e características.
1.4. Para fins deste Contrato, será considerado Produto o acesso por meio eletrônico, não exclusivo e intransferível, a Conteúdo publicado pela CONTRATADA.
1.5. A compra de publicações impressas (“Livros”) será objeto de pedido separado, sem qualquer relação ou submissão aos termos do presente Contrato.

2. “Upgrades” e “Add Ons”

2.1. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo de vigência do Contrato, realizar atualizações (Upgrades) dos Conteúdos ao(s) Produto(s), disponibilizando-as gratuitamente ao CONTRATANTE.
2.2. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, solicitar a adição de novos Conteúdos, facilidades e funcionalidades (“Add Ons”) ao(s) Produto(s). A CONTRATADA oferecerá os Add Ons ao CONTRATANTE, informando as novas condições comerciais.

3. Configuração e Requisitos Mínimos

3.1. O CONTRATANTE declara ter ciência da Configuração mínima dos microcomputadores para a utilização do e acesso ao Produto on-line: Processador com “clock” mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM mínima de 1GB; Monitor com resolução de 1024x 768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozilla Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0 ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga).

4. Uso do Produto

4.1. Os Conteúdos dos Produtos online estarão armazenados em servidores da CONTRATADA ou por ela contratados e não serão transferidos para reprodução, armazenamento ou cópia permanente pelo CONTRATANTE.
4.2. A CONTRATADA, ao vender o Produto, e o CONTRATANTE, ao comprá-lo, pactuam que o CONTRATANTE deverá se utilizar do Conteúdo do Produto apenas para o uso interno e curso normal de seus negócios como destinatário final. A utilização do Produto e respectivos Conteúdos da CONTRATADA em todos os seus formatos é concedida para uso pessoal e não comercial, sendo apenas licenciado ao CONTRATANTE (e aos usuários vinculados ao CONTRATANTE).
4.3. Exceto se previsto em contrário, o uso dos Conteúdos CONTRATADA inclui o direito de: (i) leitura; (ii) exibir em telas, monitores ou projetores de uso interno do CONTRATANTE; (iii) citar ou extrair excertos com a apropriada remissão e créditos, colando em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares produzidos pelo CONTRATANTE no uso regular de suas atividades profissionais e (iv) criar impressões para distribuição e circulação interna.

5. Relatório de Uso

5.1. Será gerado manualmente pelos nossos analistas e enviado sempre que solicitado pelo cliente no prazo máximo de até 15 dias a contar da data da solicitação por e-mail relacionamento.rt@thomsonreuters.com

CONDIÇÕES TÉCNICAS RT ONLINE

6. Proteção da Senha de Acesso

6.1. Caso o acesso seja por senha de acesso, o endereço do CONTRATANTE informado será considerado como o principal ponto de acesso ao Produto online associado às senhas do CONTRATANTE e dos usuários vinculados a este CONTRATANTE. O CONTRATANTE e seus usuários também poderão acessar os Produtos através de computadores domésticos, laptops ou outros aparelhos sem fio.

6.2. Caso o acesso seja por IP, o endereço de IP informado pelo CONTRATANTE será considerado como o principal ponto de acesso ao Produto online pelo CONTRATANTE e seus usuários vinculados ao CONTRATANTE. Caso seja disponibilizada no Produto a opção de criar login e senha pelo CONTRATANTE, será possível aos seus usuários acessar os Produtos vinculados a esse Contrato através de computadores domésticos, laptops ou outros aparelhos sem fio.

6.3. O CONTRATANTE fica responsável por notificar a CONTRATADA por escrito os nomes completos, RG e CPF dos usuários a ele vinculados, para quem a CONTRATADA deverá emitir senhas, bem como as senhas que precisarem ser canceladas durante o prazo de vigência deste Contrato. O CONTRATANTE e seus usuários são os únicos responsáveis por manter as senhas de acesso em segurança, responsabilizando-se pela manutenção do sigilo das referidas senhas e pelo seu uso individual e pessoal.

6.4. O CONTRATANTE e seus usuários estão cientes e concordam que por motivos de segurança, caso sejam criados login e senha para acesso ao Produto, a CONTRATADA poderá, a cada período de 06 (seis) meses limpar os logins e senhas criados.

6.5. O CONTRATANTE também é responsável por todo o acesso aos Conteúdos da CONTRATADA realizado pelos funcionários, prepostos e/ou representantes do CONTRATANTE e/ou pelas senhas de acesso, mesmo que o CONTRATANTE autorize ou não tal acesso e/ou uso, sendo vedado o compartilhamento das senhas de acesso aos Produtos que tenham sido emitidas para uso exclusivo do CONTRATANTE e seus usuários.

6.6. O CONTRATANTE se compromete a: comunicar a CONTRATADA sobre qualquer uso não autorizado de seu login e/ou senha que venha a ter conhecimento; não realizar cópias, backups, reproduções dos conteúdos da CONTRATADA; fazer o procedimento de finalização da utilização on-line (logoff) ao final da utilização dos Produtos online, podendo a CONTRATADA fazer o logoff após permanência com o acesso aberto e inativo por tempo, a critério exclusivo da CONTRATADA; não permitir que os Produtos online sejam utilizados por terceiros, vedada a cessão, sublicença, autorização, fornecimento ou disponibilização do seu login, senha ou permissões de acesso.

CONDIÇÕES TÉCNICAS RT ONLINE

7. Condições de Acesso

7.1 O acesso e posse do CONTRATANTE ao Produto são condicionados ao: (i) pagamento das Compras; (ii) acesso ao Produto por meio de endereço eletrônico (URL) definido pela CONTRATADA; (iii) cadastramento, manutenção e atualização dos dados dos usuários do CONTRATANTE no sistema que permite o acesso aos Produtos online de acordo com as instruções fornecidas pela CONTRATADA e atualizadas de tempos em tempos; (iv) fornecimento das informações solicitadas ao CONTRATANTE no ato de cadastramento (cadastro de login); (v) obtenção de senha numérica ou alfanumérica, atualizável a critério da CONTRATADA (senha); (vi) guarda, manutenção e atualização periódica da senha para uso exclusivo, pessoal e intransferível dos usuários do CONTRATANTE; (vii) contínuo respeito pelo CONTRATANTE e seus usuários dos termos deste Contrato, em especial aos direitos autorais e propriedades intelectuais dos Conteúdos; (viii) utilização de conexão à Internet através de provedor de acesso contratado pelo CONTRATANTE, com velocidade e banda compatíveis com o volume de conteúdo acessado e (ix) utilização de software de navegação (Browser) na Internet do próprio CONTRATANTE.

7.2. Para o acesso do CONTRATANTE ao Produto por identificação do número de IP (Internet Protocol), será permitido acesso simultâneo a vários usuários do CONTRATANTE, caso em que o CONTRATANTE deverá fornecer a lista de IP's para a CONTRATADA. Esses IP's deverão ser IP's fixos, não podendo o CONTRATANTE fornecer IP's dinâmicos. O acesso será feito somente nas dependências físicas do CONTRATANTE. Para acessos fora das dependências do CONTRATANTE, será disponibilizado recursos para os usuários como link de acesso que será disponibilizado em um ambiente webservice ou na intranet do CONTRATANTE para identificação automática do token.

8. Disposições Gerais

8.1. A Responsabilidade Civil da CONTRATADA será limitada a um patamar máximo pré-determinado equivalente à soma dos valores pagos durante os últimos 12 (doze) meses de vigência deste Contrato.

8.2. As Partes e cada um de seus agentes, empregados e subcontratados que trabalham diretamente no Contrato também se obrigam a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis, especialmente a Lei brasileira n° 12.846/2013.

8.3. As partes declaram e garantem mutuamente que exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detém as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas.

8.4. Qualquer Intimação/notificação com a intensão de aplicação de penalidade, aviso de descumprimento, apresentação de Defesa prévia e Recurso deve ser encaminhado impreterivelmente ao Departamento Jurídico da CONTRATADA no endereço: A/C Departamento Jurídico - Avenida Cardoso de Melo, nº 1855, 13° andar, São Paulo/SP, CEP: 04548-005.



Adriana Vieira
Consultora de Negócios
(11) 4700-9060
(11)95781-5488
adriana.vieira@thomsonreuters.com

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS

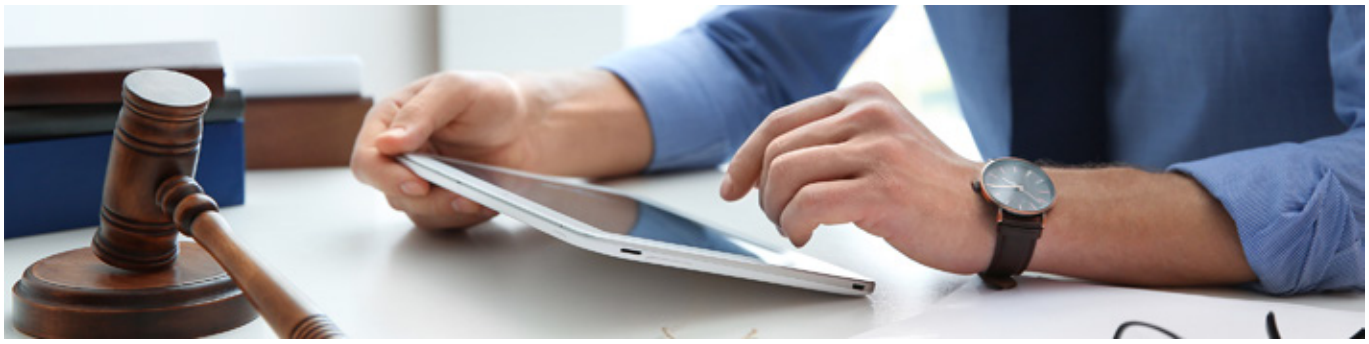
Fonte de pesquisa segura e conteúdo especializado.

Órgãos Públicos e Governamentais



THOMSON REUTERS

UMA VISÃO COMPLETA SOBRE O ASSUNTO PESQUISADO.



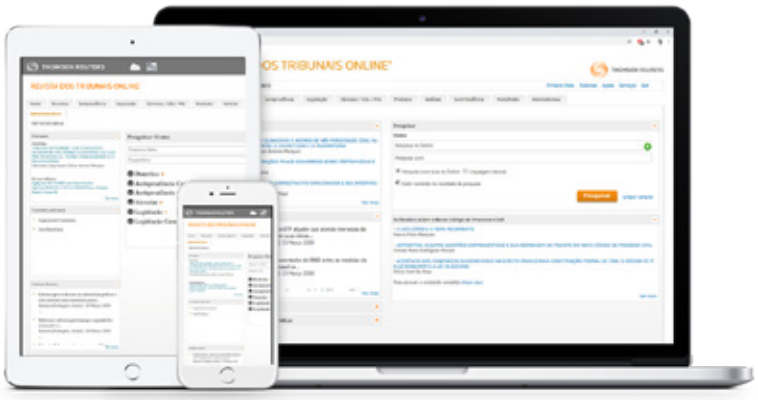
A **REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE**® é uma plataforma de pesquisa jurídica, acessível de qualquer lugar. Reúne as principais Fontes do Direito como artigos doutrinários de renomados especialistas, legislação atualizada diariamente, jurisprudência do Tribunais Judiciários, súmulas e notícias da **Reuters News**.

Tecnologia inovadora, com funcionalidades que permitem uma visão abrangente, por meio de resultados rápidos e precisos que garantem a construção de argumentos sólidos para as decisões jurídicas.

Órgãos Governamentais

Poderoso buscador com filtros eficazes para facilitar o dia a dia dos profissionais de entidades e Órgãos Governamentais (Tribunais Federais, Tribunais de Justiça, Defensorias, Procuradorias, Ministério Público e demais Órgãos do Poder Judiciário). A plataforma digital contém um acervo jurídico com periódicos especializados nas principais áreas do Direito. Informações atualizadas e confiáveis para embasar a fundamentação em processos e decisões judiciais.

Aumente a sua autonomia com uma fonte segura de informações e visão do posicionamento dos principais Tribunais sobre os diversos temas do Direito.



Conheça os benefícios da REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE®

Escalabilidade
Plataforma 100% em nuvem, busca intuitiva, informações centralizadas.

Temas Relevantes
Publicação de julgados de grande repercussão nacional acrescidos de comentários feitos por autores.

Credibilidade
Selo Editorial da Revista dos Tribunais da Thomson Reuters do Brasil, líder em conteúdo.

Segurança
Informações confiáveis em uma plataforma segura, e a tecnologia certificada da Thomson Reuters.

Busca poderosa e ágil
Pesquisa por meio de palavras-chave, frases e termos, filtros combinados para informações acuradas em pouco tempo, para estudar mais os argumentos.

Mobilidade
Plataforma digital acessível e de fácil manuseio, sem a necessidade de espaços físicos para armazenagem das obras.

MOBILIDADE E PRATICIDADE:
todas as Fontes do Direito em um clique.

Legislação comentada
- Acesse pontualmente os artigos com comentários de renomados juristas e a posição dos Tribunais.

Notícias
- Acesso em tempo real às notícias publicadas pela Reuters, a maior agência de notícias do mundo.

Legislação
- Cerca de 50 mil documentos com atualização diária;
- Inúmeros diplomas legais com notas, remissões e links que remetem o usuário diretamente ao assunto desejado;
- Indicação de vigência da norma simbolizada por bandeiras.

Juristendência
- As tendências dos Tribunais Superiores sobre os temas de maior interesse da comunidade jurídica;
- Acompanhamento das mudanças no entendimento dos Tribunais nas matérias tratadas e o conhecimento do posicionamento.

Doutrina
São cerca de 35 mil textos doutrinários das principais publicações da Editora Revista dos Tribunais:
- Periódicos que abrangem todas as áreas do Direito, incluindo a tradicional Revista dos Tribunais;
- Coleções Doutrinas Essenciais: verdadeiras preciosidades editoriais;
- Diversos pareceres de renomados juristas sobre várias questões jurídicas.

Súmulas
- Todas as súmulas dos principais Tribunais Superiores do Brasil (STF, STJ e TST), de Agências Reguladoras e Órgãos da Administração Pública.

Jurisprudência
- Busca única em todos os Tribunais;
- Acórdãos ementados por profissionais do Direito facilitando o foco no que realmente interessa;
- Jurisprudência no mesmo sentido e sentido contrário.

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS



Conteúdo e Tecnologia que atendem às suas necessidades.

Entre em contato:
0800 702 2433
thomsonreuters.com.br

THOMSON REUTERS

THOMSON REUTERS
ProView™

Por que é importante **manter um acervo digital** nos dias atuais?

A nova realidade do trabalho híbrido tornou nossas profissões muito mais digitais. Operadores do direito, advogados, contadores, pesquisadores e outros profissionais tiveram que se adaptar e aprender como trabalhar e estudar em casa.

Isso, alinhado à necessidade de tomar decisões com base em fontes confiáveis, representa um grande desafio. É aí que os livros digitais fazem toda a diferença na pesquisa e oferecem algumas vantagens em relação aos impressos. Pensando nesses benefícios, apresentamos 10 motivos para você construir o seu acervo próprio em uma biblioteca digital.

10 motivos para ter uma **biblioteca digital confiável**

1

ATUALIZAÇÃO CONSTANTE

Operadores do direito e profissionais precisam dos textos legislativos atualizados. A **Biblioteca Digital ProView** é atualizada periodicamente com livros que podem ser adotados como bibliografia básica ou complementar, com filtros inteligentes que organizam a obra por área do Direito.

2

MAIS CONTEÚDO

O formato digital permite obter mais informações, busca unificada em todas as obras e ao mesmo tempo, seja por palavras, frases e expressões contidas no interior dos livros, além da opção de utilização de palavras-chave.

3

INVESTIMENTO

Obras em formato digital têm preços mais acessíveis que os impressos, permitindo economia ou aquisição de mais títulos.



4

MOBILIDADE ILIMITADA ONLINE OU OFFLINE

Com uma biblioteca digital, acessamos a muitos livros em qualquer lugar, para consultas no escritório, em viagens ou em casa.

5

CONSULTAS EFICIENTES

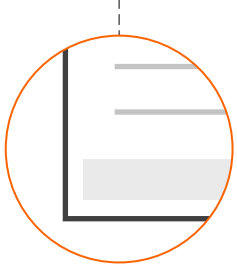
Livros digitais permitem pesquisas ágeis. O design inovador do índice possibilita uma navegação eficiente para que os usuários saibam onde estão e cheguem lá com facilidade.



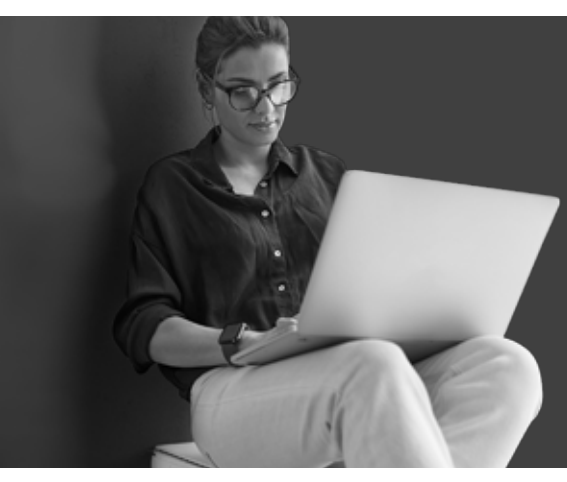
6

CITAÇÃO GARANTIDA

Códigos (RB – Doutrinas (livros); RR – Revistas; RL – Códigos Comentados; RJ – Jurisprudência) na parte inferior da tela. Esses itens fazem referências às partes do artigo.



7



ESPAÇO

Em uma biblioteca digital tudo está disponível em dispositivos para consulta em qualquer lugar. Mobilidade para membros de instituição ou órgão público, acessível remotamente sem depender das instalações físicas.

8

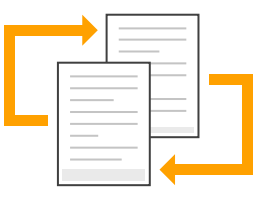
PERSONALIZAÇÃO

Projetado para trabalhar com conteúdo complexo para profissionais e simplificado para acadêmicos que precisam encontrar informações rapidamente e dar sentido as mesmas.

9

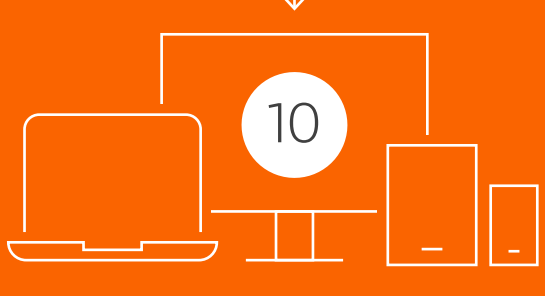
COMPARTILHAMENTO DE CONTEÚDO

Parte do conteúdo pode ser compartilhada de maneira simples, economizando tempo, reuniões e pesquisas. Navegue facilmente pelos títulos, consulte o tema que deseja no sumário com link direto para o conteúdo.



INTERAÇÃO COM O LEITOR

Formatos de interação e ativação digital, permitindo novas experiências.
Pode ser acessada por meio de vários dispositivos, em casa, no escritório, com seus clientes ou em qualquer outro lugar.



Que tal começar o seu acervo digital agora mesmo? Com a Biblioteca Digital **ProView**, você conta com fontes de pesquisa jurídica confiáveis e atualizadas enquanto aproveita uma experiência literária on e offline. Leia quando quiser e garanta produtividade em qualquer lugar.

Nome: Adriana Vieira

Contato: (11)95781-5488

Solicite uma demonstração

THOMSON REUTERS®

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 585.2022.SCOMS.0884136.2022.003026

Manaus, 23 de Agosto de 2021.

Ilma. Sra.
WANDERLÉIA LIMA DA SILVA
Agente Técnico - Bibliotecária

Assunto: Aquisição de assinatura de bibliotecas digitais jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado de no mínimo 100 (cem) usuários, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *Parquet*.

Senhora Bibliotecária,

Cumprimentamos Vossa Senhoria e, nesta oportunidade, em atenção ao Despacho 396.2022.01AJ-SUBADM.0861107.2022.003026 (doc. 0861107), bem como conforme reunião de trabalho realizada no dia 19 de agosto na sala da Biblioteca Geraldo de Macedo Pinheiro, informamos que este Setor de Compras e Serviços realizou pesquisa de mercado via email, consultando as seguintes empresas: EBSCO BRASIL LTDA; EDITORA FORUM LTDA; EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA; MINHA BIBLIOTECA LTDA.; PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA; SARAIVA EDUCACAO S.A; TIRANT EMPORIO DO DIREITO EDITORIAL LTDA; V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA (doc. 0882288).

Dos 8 (oito) potenciais fornecedores contatados, apenas as empresas a seguir encaminharam propostas válidas durante o período da pesquisa: EDITORA FORUM LTDA, inscrita no CNPJ: 41.769.803/0001-92 (doc. 0883994); TIRANT EMPORIO DO DIREITO EDITORIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 21.580.534/0001-04 (doc. 0884011); e EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.501.293/0001-12 (doc. 0884119).

Os valores propostos serviram de base para a elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços 96.2022.SCOMS.0884120.2022.003026 (doc. 0884120). Verifica-se, pela análise do documento, que a proposta economicamente mais vantajosa é a apresentada pela empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.501.293/0001-12 (doc. 0884119), no valor total de R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**.

Importante destacar, em tempo, que a proposta da empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA é formada por duas assinaturas distintas: uma, no valor de R$ 68.968,56 (sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), referente à Biblioteca Digital Proview, cujo conteúdo é basicamente composto por livros; e outra, no valor de R$ 75.794,98 (setenta e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos), referente à RT Online Clássica, que disponibiliza legislação, doutrinas e periódicos.

No entanto, em que pese o resultado obtido e demonstrado, uma vez que se trata de contratação de serviço específico, sujeitamos os presentes autos à análise técnica e manifestação de Vossa Senhoria, no sentido de informar qual das soluções apresentadas é a mais adequada às necessidades da Instituição, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026 (doc. 0856224).

Posteriormente, os autos deverão retornar a este Setor de Compras e Serviços para o andamento regular do feito.

Atenciosamente.

ANNE JAKELINE CARVALHO DAS NEVES
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 23/08/2022, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0884136** e o código CRC **1D704FF1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 96.2022.SCOMS.0884120.2022.003026

AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO ONLINE, QUE INCLUA DOUTRINA, LEGISLAÇÃO NACIONAL ATUALIZADA, JURISPRUDÊNCIAS NACIONAIS COM ACESSO SIMULTÂNEO E UNIFICADO DE NO MÍNIMO 100 USUÁRIOS, POSSIBILITANDO IMPRESSÃO E GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS (LIVROS, PERIÓDICOS EM TEXTO COMPLETO), PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET.

PESQUISA DE MERCADO

N	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QTD	EDITORA FORUM LTDA CNPJ: 41.769.803/0001-92	TIRANT EMPORIO DO DIREITO EDITORIAL LTDA CNPJ: 21.580.534/0001-04	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA CNPJ: 60.501.293/0001-12
1	BIBLIOTECA JURÍDICA DIGITAL	ASSINATURA	1	R$ 707.013,00	R$ 200.000,00	R$ 144.763,54
VALORES TOTAIS				**R$ 707.013,00**	**R$ 200.000,00**	**R$ 144.763,54**

— Período de Cotação de Preços: 19/08/2022 a 23/08/2022.

— Foram contatadas as seguintes empresas:

1EBSCO BRASIL LTDA42.356.782/0001-46
2EDITORA FORUM LTDA41.769.803/0001-92
3EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA60.501.293/0001-12
4MINHA BIBLIOTECA LTDA.13.183.749/0001-63
5PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA01.404.158/0001-90
6SARAIVA EDUCACAO S.A.50.268.838/0001-39
7TIRANT EMPORIO DO DIREITO EDITORIAL LTDA21.580.534/0001-04
8V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA12.422.562/0001-02

— A proposta da empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA é formada por duas assinaturas: R$ 68.968,56 (PROVIEW) + R$ 75.794,98 (RT ONLINE CLÁSSICA) = R$ 144.763,54.

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 23/08/2022, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 23/08/2022, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0884120** e o código CRC **D8881C0B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 74.2022.SCOMS.0888023.2022.003026

PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2022.003026-SEI.
ASSUNTO: Aquisição de assinatura de bibliotecas digitais jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado de no mínimo 100 (cem) usuários, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse Parquet.
INTERESSADO: Wanderléia Lima da Silva - Agente Técnico - Bibliotecário

Certifico que este Setor de Compras e Serviços recebeu, via e-mail Outlook do dia 26 de agosto de 2022, proposta da empresa V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ: 12.422.562/0001-02, referente ao Sistema VLEX. Documentação juntada na data de hoje (doc. 0888019).

Tendo em vista o recebimento extemporâneo, tal orçamento não participou da composição do Mapa Demonstrativo de Preços 96.2022.SCOMS.0884120.2022.003026 (doc. 0884120).

Certifico, ainda, que os presentes autos serão encerrados nesta Unidade, considerando a pendência de manifestação da parte interessada, conforme Memorando 585.2022.SCOMS.0884136.2022.003026 (doc. 0884136).

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 29/08/2022, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0888023** e o código CRC **202E1196**.

Re: [PGJ/AM] Bibliotecas Jurídicas Digitais

Luciana Oliveira <luoliveira@vlex.com>

Sex, 26/08/2022 15:36

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

1 anexos (3 MB)

Proposta Comercial para acesso ao conteúdo exclusivo da vLex para o MPAM 2022.pdf;

Prezado Sr. Felipe,
Nos perdoe a demora.
Segue anexo a proposta comercial conforme solicitado,
Caso necessite de alguma alteração e/ou correção, estamos à disposição.

Atenciosamente,



Luciana Oliveira | Country Manager, Brazil/Portugal |

HeinOnline Product Champion

vLex – Your World of Legal Intelligence

Office: + 55 11 3181 7729 |Celular: +55 61 9 8111 0657
luoliveira@vlex.com / LinkedIn

Entenda sobre a nossa Política de Privacidade

El mié, 24 ago 2022 a las 14:08, Luciana Oliveira (<luoliveira@vlex.com>) escribió:

> Prezado Sr. Felipe,
>
> Confirmo o recebimento do email e já estou providenciando a proposta comercial.
>
> Atenciosamente,



Luciana Oliveira | Country Manager, Brazil/Portugal |

HeinOnline Product Champion

vLex – Your World of Legal Intelligence

Office: + 55 11 3181 7729 |Celular: +55 61 9 8111 0657
luoliveira@vlex.com / LinkedIn

Entenda sobre a nossa Política de Privacidade

Proposta de Preço da empresa VLEX (0888019) SEI 2022.003026 / pg. 165

Prezada Empresa Fornecedora,

Solicitamos proposta comercial para a aquisição de assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para dar suporte às atividades da PGJ/AM.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como Razão Social; CNPJ; endereço completo; contatos telefônicos; e-mail; dados bancários; marca e modelo de produtos ou serviços, se for o caso; entre outros.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

4 - Juntamente com a proposta, deverá ser encaminhado prospecto, apresentação, folheto, manual, programa ou documento semelhante, que permita a verificação detalhada das funcionalidades do serviço ofertado.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta mensagem.
Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, que deverão ser encaminhadas por escrito, através deste endereço eletrônico.

Desde já, agradecemos a colaboração e o rápido retorno.
Atenciosamente,

Felipe Beiragrande da Costa
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

Remitente notificado con
Mailtrack

Informação Jurídica Inteligente

Brasília, 26 de agosto de 2022.

Ao:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref: Proposta Comercial para assinatura do Conteúdo Exclusivo da vLex Informação Jurídica Inteligente para o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS pelo período de 2 (dois) anos.**

A vLex fornece uma das maiores coleções de informação jurídica do mundo em uma plataforma de inteligência artificial – IA que entende o direito e aprende com o comportamento de seus usuários. Nossa plataforma **oferece legislação abrangente e jurisprudência** de 20 países e uma ampla seleção de 100 países, bem como conteúdo de mais de **750 editores cuidadosamente selecionados**, em uma única plataforma que fornece acesso a resultados relevantes em segundos.

A vLex é líder no desenvolvimento de soluções jurídicas baseadas em IA na região Ibero-América. Além disso, nossa plataforma oferece uma interface intuitiva e amigável, com funcionalidades avançadas, que permite ao usuário localizar as informações relevantes e atualizadas, trabalhar com ela, organizá-la e compartilhá-la.

A seguir, o **Ministério Público do Estado do Amazonas** encontrará uma breve descrição dos serviços e produtos oferecidos, bem como a proposta comercial formal de assinatura.

Qualquer dúvida ou esclarecimento, seguimos à disposição.

VANTAGENS COMPARATIVAS VLEX

Na vLex baseamos nossa estratégia competitiva em dois pilares fundamentais, que nos diferenciam e nos tornam exclusivos:

a) Temos **a maior coleção de conteúdo jurídico e multidisciplinar,** com um fundo editorial composto por mais de 106 milhões de documentos de mais de 100 países que podem ser consultados graças ao nosso tradutor para 14 idiomas. Também temos uma coleção de livros e revistas de aproximadamente 5000 títulos em texto completo separados em diversas coleções para melhor atender às necessidades de pesquisa e orçamentárias da Instituição;

b) A aplicação de tecnologias de inteligência artificial e *machine learning* que resultam em (i) a otimização de processos de trabalho tornando as buscas e resultados mais **eficientes,** e (ii) proporcionando segurança jurídica ao usuário ao aplicar a lei.

Nosso serviço, além de ser caracterizado por um alto nível de personalização, destaca-se por estar em constante atualização e incorporação de novos conteúdos, proporcionando aos nossos usuários a maior e melhor fonte de informação jurídica.

A seguir vamos rever as principais funcionalidades que nos diferenciam dos outros serviços atualmente oferecidos pelo mercado:

a) **Volume de conteúdo editorial: Queremos destacar a quantidade de informações que** podemos entregar aos nossos usuários, sendo que, quanto mais informações relacionadas, maior o número de opções que o usuário pode ter para comparar e escolher as mais relevantes em relação ao seu termo de pesquisa. Como referência, a vLex integra uma média de 200 novos livros e números de revistas por mês, graças aos nossos acordos com mais de 750 editoras em todo o mundo.

b) **Facilidade de pesquisa:** a vLex é uma plataforma tecnológica amigável, que permite pesquisas intuitivas **com a utilização de linguagem natural,** o que dá ao usuário a facilidade de incorporar conceitos de pesquisa genéricos ou específicos, e aplicar filtros usando diferentes opções como:

- Período;
- Relevância jurídica;
- Tipo de conteúdo (jurisprudência, regulamentos, legislação, doutrina, contratos e formulários...);
- Tribunal (em caso de jurisprudência).

Esses filtros são aplicados por meio da tecnologia de *machine learning*, oferecendo os resultados mais úteis para os usuários em relação ao termo de pesquisa utilizado anteriormente para alcançar o melhor resultado em questão de segundos sem ter que revisar documento por documento, fazendo apenas uso dos filtros contidos na plataforma.

A vLex desenvolveu suas tecnologias de busca e recuperação de informações para ajudar a otimizar o trabalho de seus usuários. Caso contrário, simplesmente entregaria uma grande quantidade de documentos sem a possibilidade de filtrar corretamente e resultaria em um desperdício de tempo do pesquisador.

c) **Ferramentas de personalização:** Outra característica de destaque é a possibilidade de personalização do perfil do usuário, que permite ao usuário utilizar a vLex como seu instrumento de trabalho e pesquisa diárias. Estas ferramentas são:

- Acesso ao histórico;
- Acompanhamento de documentos de acordo com as áreas de interesse legal de cada usuário;
- Alertas personalizados de pesquisas, que notificam automaticamente por e-mail sobre a incorporação de novos conteúdos selecionados pelo usuário;
- Compartilhamento de documentos e pesquisas por e-mail ou redes sociais;
- Criação de pastas;
- Incorporação de anotações e destaque de conceitos, frases ou parágrafos inteiros, que são automaticamente salvos para serem recuperados a qualquer momento;
- Opção de salvar as buscas completas.

d) **Outros recursos exclusivos da vLex:**

- A vLex apresenta ao longo de sua coleção de Legislação as versões atuais, anteriores e versões que já estão publicadas no Diário Oficial que não estão mais em vigor;
- Acompanhamento da legislação: possibilidade de acompanhar toda a atualização da legislação, desta forma quaisquer alterações sofridas serão notificadas via e-mail;
- Detalhes das mudanças: em uma única visão e em paralelo o usuário poderá visualizar as modificações sofridas na legislação de forma confortável e clara;
- Toda a coleção de Legislação é relacionada ao final de cada artigo com todos os documentos que o citam (jurisprudência, regulamentos, doutrina etc.).

e) **Correlação dos conteúdos vCite -** reconhece automaticamente menções de citações de normas ou jurisprudência, incluindo abreviaturas, e interrelaciona a documentação acima mencionada. O vCite não só identifica citações de normas, mas localiza o documento citado dentro de todo o acervo documental vLex e gera

um hiperlink para facilitar a navegação entre os documentos. Essa funcionalidade opera tanto no nível da lei quanto no nível do artigo, para que o usuário possa passar o mouse sobre o hiperlink e ler a redação do artigo citado, sem ter que sair do documento. Além disso, o vCite permite reconhecer a vigência das leis e construir o índice analítico das citações (disponível nos documentos de jurisprudência), que permite visualizar de forma esquemática e analítica as normas e os julgamentos citados.

f) **vLex Cloud - Sincronize seus documentos pessoais à vLex e tenha** todo o seu conhecimento jurídico em um só lugar. *O vLex Cloud* é um novo recurso da vLex que permite sincronizar seus documentos pessoais à vLex e, além de uma busca única, é possível compartilhá-los com outros usuários da sua instituição e aproveitar toda a tecnologia que a vLex já oferece, como marcações automáticas de legislação e jurisprudência, realizar destaques e anotações no texto, traduzir para 14 idiomas, entre outros. Com o *vLex Cloud*, seus próprios documentos aparecerão nas buscas que você fizer na vLex. Essa conectividade entre o conhecimento jurídico interno e externo irá aprimorar seus processos de pesquisa jurídica, economizando seu tempo, uma vez que ajudará a localizar as informações mais importantes com facilidade. O *vLex Cloud* está disponível para o *Dropbox* e *Onedrive*. Outros serviços de conexão estarão disponíveis em breve.

g) **Tradutor automático para 14 idiomas** – o pesquisador pode traduzir o texto em seu idioma original para 14 idiomas e ler o texto traduzido ou em paralelo com o idioma original. Além de poder usar todas as demais ferramentas no texto traduzido.

COLEÇÕES OFERECIDAS

VLEX BRASIL PREMIUM

Coleção ideal para pesquisa jurídica nacional. Composta de **Legislação**, **Jurisprudência**, **Doutrina e Notícias**.

DESTAQUES:

- Códigos atualizados, Diário Oficial da União;
- Jurisprudência dos Tribunais Superiores;
- DESTACAMOS: Livros e periódicos eletrônicos de renomadas Editoras nacionais: LTr, Bonijuris, FGV Direito, Leud, Pillares, Malheiros, JH Mizuno, Synergia, ContraCorrente, Letras Jurídicas, Noeses, Initia Via, Foco e Processo entre outras;
- Tecnologia exclusiva que permite o relacionamento entre as fontes (Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Notícias);
- Conteúdo jurídico para estudo do Direito internacional e comparado.

Conteúdo específico de Doutrina composto por (quantitativos na data de emissão desta):

- **+ 1900 livros eletrônicos**
- **+ 140 periódicos eletrônicos**

Algumas instituições que assinam a vLex Brasil:

- Centro Universitário CESMAC
- Escola Superior Dom Helder Câmara
- Grupo Ânima
- Grupo CEUMA: Unieuro, Famaz e UniCeuma
- Grupo Cruzeiro do Sul
- Grupo Educacional Carajás
- IMED
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC CAMPINAS
- UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas
- Universidade de Fortaleza – UNIFOR
- Universidade do Vale do Itajaí – Univali
- Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
- Universidade Federal do Maranhão – UFMA
- Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS
- Universidade Paulista – UNIP

PROPOSTA COMERCIAL

Segue proposta comercial para acesso à *Coleção vLex Brasil Premium:*

COLEÇÃO	USUÁRIOS	ASSINATURA POR 2 ANOS CONSECUTIVOS
vLex Brasil Premium *Coleção nacional completa (Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Notícias)*	***100***	**R$ 151.076,00**

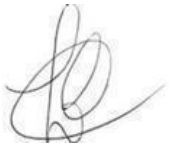
NOTAS

1. Assinatura válida por 24 meses;
2. Em caso de assinatura de contrato e renovação prevista, o reajuste será efetuado de acordo com o determinado pela Administração pública e normas vigentes. No caso de nova assinatura a cada período, o valor será reajustado conforme tabela de preços vigentes da vLex;
3. Esta proposta comercial é estritamente confidencial;
4. Esta proposta é válida por 60 dias;
5. Forma de pagamento: 30 dias após emissão da nota fiscal;
6. Formas de acesso: *Single Sign One – SSO*, Faixa de Ip's (HTTP Proxy) e/ou login e senha com acessos simultâneos contratados (até 50 acessos);
7. O pagamento é feito via depósito bancário em moeda nacional. Os dados bancários do favorecido são:

   Razão Social: V3 Services Informação e Consultoria Ltda, CNPJ: 12.422.562/0001-02 - Banco Santander (0033), Agência: 214-0 (Itaim-SP), Conta Corrente: 13003145-4.

8. Responsável legal pela V3 Services Informação e Consultoria Ltda. conforme 6ª Alteração contratual a ser enviada;
9. Uma vez aceita a proposta, as condições gerais de uso do vLex são aceitas. https://latam.vlex.com/terms-of-service/. O não pagamento terá consequências legais determinadas pela legislação aplicável e pelas condições gerais de uso, já aceitas;

10. Valor inclui treinamentos presenciais e/ou online a serem combinados previamente conforme disponibilidade de agenda entre as partes.



Luciana Oliveira
Country Manager – Brazil & Portugal
vLex – Your World of Legal Intelligence
Office: + 55 11 3181 7729 |Celular: +55 61 9 8111 0657
luoliveira@vlex.com

Anexos:// Folhetos informativos da vLex Informação Jurídica Inteligente.

vlex

Informação Jurídica Inteligente

A maior coleção de informação jurídica do mundo

em uma plataforma de Inteligência Artificial, que entende o Direito e fica mais intuitiva a cada clique.

A vLex em números

mais de
100 milhões

de documentos indexados de mais de 132 países, incluindo doutrina, legislação, jurisprudência e notícias*

mais de
1.000

acordos com as editoras mais importantes do mundo*

mais de
6.000

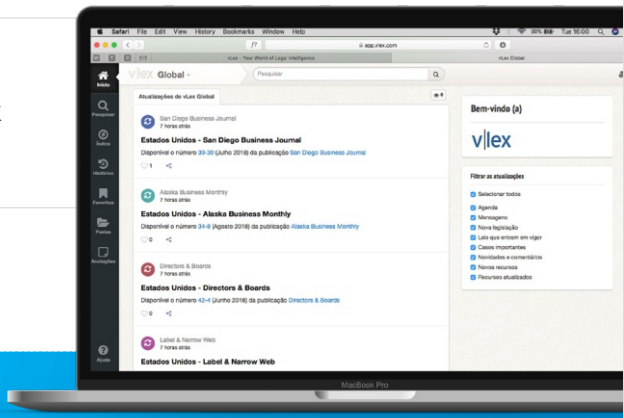
livros, periódicos científicos e jornais na íntegra*

mais de
5 milhões

de estudantes das melhores universidades do mundo aprendem com a vLex

mais de
500.000

servidores públicos usam a vLex para auxiliar suas tarefas diárias



*os números e o tipo de conteúdo variam de acordo com o pacote escolhido (ver panfletos anexos)

Acesso ilimitado e multiusuário por IP, intranet, extranet, portal da instituição e/ou login e senha, após o primeiro acesso na plataforma

Download dos documentos na íntegra em diversos formatos

Tecnologia vCite, que reconhece automaticamente as menções a cada citação jurídica e enriquece o documento com hiperlinks que levam às citações

Tecnologia exclusiva vRank, que prevê, de maneira automática, quais dos resultados têm mais probabilidade de melhor atender o pesquisador, sendo possível ordená-los por data, relevância e popularidade

Busca inteligente vLex Smartsearch em todos os tipos de documentos e na íntegra do texto: pesquisa simples e pesquisa avançada, com diversos filtros que permitem elaborar uma estratégia de busca para melhores resultados

Customização do perfil do usuário, a qual permite criar pastas, alertas, destaques e anotações, marcar documentos como favoritos e compartilhá-los

Extensão do Google Chrome, que incorpora o conteúdo da vLex nos seus resultados do Google a partir do navegador Chrome. Assim, exibe automaticamente todas as páginas com citações de conteúdo jurídico visitadas, com links automáticos e acesso direto aos documentos mais importantes da vLex, além de notícias jurídicas relacionadas

Acessibilidade
Mobilidade: acesso ininterrupto ao conteúdo de qualquer dispositivo móvel e de qualquer lugar (não limitado à instituição assinante);
Visual: funcionalidades de aumento de fonte, contraste e proximidade da tela;
Auditiva: o arquivo .doc facilita o uso de softwares para leitura audível do documento

Tradução do conteúdo para 14 idiomas, inclusive da legislação e da jurisprudência, sendo possível a exibição, lado a lado, do documento original e do traduzido

Registros MARC (catalogação legível por computador) para integração com o Sistema de Bibliotecas*

*Com os sistemas que utilizam Marc

Estatísticas de acesso em tempo real de documentos visualizados e de downloads

Para mais informações ou para solicitar uma conta de teste para a sua instituição, entre em contato conosco:

brazilteam@vlex.com
(11) 3181-7729 Ramal 3058
WhatsApp: (61) 98111-0657

@vlex_br
@vlexbrasil
@vlex_br
vLex Brasil
vLex

vlex.com.br

vLex Brasil

premium

Coleção ideal para pesquisa jurídica nacional
e para atender aos requisitos do MEC/Inep



vlex

Vlex Brasil
premium

Coleção ideal para pesquisa jurídica nacional e para atender aos requisitos do MEC/Inep

É composta por:

- → Legislação
- → Jurisprudência
- → Doutrina
- → Notícias
- → Modelos de contratos e petições

Destaques:

- **Mais de 1.500 livros eletrônicos*** de renomadas editoras como: Bonijuris, ContraCorrente, FGV Direito, Foco, Initia Via, JH Mizuno, Letras Jurídicas, Leud, LTr, Malheiros, Pillares, Synergia entre outras.
- **Mais de 120 periódicos eletrônicos***, incluindo títulos classificados pela Capes (Qualis) e das renomadas editoras
- Todas as seções do Diário Oficial da União, Diários Estaduais, Municipais, entre outros
- Jurisprudência dos Tribunais Superiores
- Notícias: O Globo, Consultor Jurídico, Valor Internacional e Valor Econômico.

* acervo em constante atualização

Para mais informações ou para solicitar uma conta de teste para a sua instituição, entre em contato conosco:
brazilteam@vlex.com
(61) 98111-0657
(11) 3181-7729 Ramal 3058

@vlex_br
@vlexbrasil
@vlex_br
vlex.com.br
vLex Brasil
vLex

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 6.2022.BIBLIOT.0914214.2022.003026

Manaus, 11 de Outubro de 2022.

Ilma. Sra.

ANNE JAKELINE CARVALHO DAS NEVES

Chefe do Setor de Compras e Serviços

Assunto: **Aquisição de assinatura de bibliotecas digitais jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado de no mínimo 100 (cem) usuários, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse Parquet.**

Senhora Chefe,

Cumprimento Vossa Senhoria e, nesta oportunidade, em resposta ao Memorando 585 (doc. 0884136), INFORMO que após avaliação das propostas das empresas fornecedoras de sistemas de Biblioteca Digital, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclui doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, para assinatura por 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026 (doc. 0856224), a que atende a necessidade de informação da instituição, e que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa é a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**, inscrita no CNPJ: 60.501.293/0001-12 (doc. 0884119), no valor total de R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Sem mais para o momento, reitero votos de consideração e respeito.

Documento assinado eletronicamente por **Wanderléia Lima da Silva**, **Agente Técnico - Bibliotecário**, em 11/10/2022, às 12:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0914214** e o código CRC **59198610**.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0498110 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 60.501.293/
Contribuinte: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

Liberação: 03/06/2022
Validade: 30/11/2022

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.095.869-0- Inicio atv :20/09/1955 (AV DR CARDOSO DE MELO, 1855 - CEP: 04548-903)
CCM 1.157.770-3- Inicio atv :01/09/1972 (R CONDE DE SARZEDAS, 00038 - CEP: 01512-000 - Cancelado em: 10/07/1991)
CCM 2.377.155-0- Inicio atv :03/09/1989 (R CONDE DO PINHAL, 00078 - CEP: 01501-060 - Cancelado em: 27/02/2014)
CCM 2.781.220-0- Inicio atv :07/12/1998 (R DO BOSQUE, 00820 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 03/07/2001)
CCM 3.892.861-2- Inicio atv :12/03/2009 (AV DA LIBERDADE, 00956 - CEP: 01502-001 - Cancelado em: 27/02/2014)
CCM 2.349.674-6- Inicio atv :07/02/1995 (R HANNEMANN, 00352 - CEP: 03031-040 - Cancelado em: 30/09/2007)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 13:39:25 horas do dia 03/06/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 2C41A360

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	22060247725-34
Data e hora da emissão	15/06/2022 16:49:31
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

Documento(s) de Regularidade Fiscal (RT) (0919241) SEI 2022.003026 / pg. 185

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 60.501.293

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	39974040	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	04/10/2022 16:42:34	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
CNPJ: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:49:32 do dia 05/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/04/2023.
Código de controle da certidão: **70B9.EAF0.3053.801B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.501.293/0001-12
Razão Social: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
Endereço: R DO BOSQUE 820 / BARRA FUNDA / SAO PAULO / SP / 01136-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/10/2022 a 07/11/2022

Certificação Número: 2022100904251252244571

Informação obtida em 13/10/2022 17:41:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Documento(s) de Regularidade Fiscal (RT) (0919241) SEI 2022.003026 / pg. 188

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 60.501.293/0001-12
Certidão nº: 14820866/2022
Expedição: 09/05/2022, às 17:37:55
Validade: 05/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.501.293/0001-12**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**60.501.293/0001-12**	DUNS®:	**899056626**
Razão Social:	**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**15/11/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**01/04/2023**
FGTS		Validade:	**19/10/2022**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**02/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**04/11/2022**
Receita Municipal	Validade:	**30/11/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 794.294.912-53 Nome: FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Ass: _____

SICAF da empresa RT (0919258) SEI 2022.003026 / pg. 190

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **60.501.293/0001-12** DUNS®: **899056626**
Razão Social: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **60.501.293/0001-12** DUNS®: **899056626**
Razão Social: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ**
Data Aplicação: **29/11/2005**
Número do Processo: **056/05**
Descrição/Justificativa: **ADVERTêNCIA PELO NãO FORNECIMENTO DO ITEM 12 (ENUNCIADOS DO TST) CONFORME OFÍCIO/CVM/SAD/Nª 427/2005.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**
Data Aplicação: **12/04/2019**
Número do Processo: **2002.2692/2018-81** Número do Contrato: **2018NE000577**
Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento no art. 87, inc. I da Lei 8.666/93, em razão do retardo excessivo no adimplemento da obrigação de treinamento.**

SICAF da empresa RT (0919258) SEI 2022.003026 / pg. 192

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**
Data Aplicação: **15/04/2019**
Número do Processo: **2002.4830/2018-70** Número do Contrato: **2018NE000673**
Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento no Art. 87. inciso I da Lei 8.666/1993, em razão do retardo excessivo no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **925480 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**
Data Aplicação: **04/02/2015**
Número do Processo: **2013/6802**
Descrição/Justificativa: **O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, através de sua Secretária de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nª 738/12/TJRR, art. 2ª, IV aplica à empresa EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, A aplicação da penalidade de advertência, é decorrente de descumprimento contratual, com fundamento no art.87, I, da Lei 8.666/93 e no Edital de Pregão Eletrônico n.ª 36/2013, conforme publicação no DJe, edição nª 5447, de 07.02.2015**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO**
Data Aplicação: **29/12/2014**
Número do Processo: **22532-14.2014.4** Número do Contrato: **2014NE000628**
Descrição/Justificativa: **O TRF 3º Região resolve aplicar à empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda, CNPJ nª 60.501.293/0001-12, a sanção de advertência, com base no artigo 87, I, da Lei nª 8.666/93. A penalidade é resultado do descumprimento da obrigação avençada, com a entrega dos periódicos, mediante processo administrativo nª 0022532-14.2014.4.03.8000.**

SICAF da empresa RT (0919258) SEI 2022.003026 / pg. 193

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **154041 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO**

Data Aplicação: **13/02/2014**

Número do Processo: **23115016779201235** Número do Contrato: **2012NE801839**

Descrição/Justificativa: **A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, NOS TERMOS DO PROCESSO 23115.016779/2012-35, DECIDE COM BASE NA AUTORIZAÇÃO DO PRÓ REITOR DE GESTÃO E FINANÇAS DESTA UFMA, E ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA A EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA – CNPJ 60.501.293/0001-12, PREVISTA NO ART 87ª DA LEI 8.666/1993, INC I EM VIRTUDE DE PROBLEMAS OCASIONADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO. (2012NE801839)**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

Data Aplicação: **23/07/2021**

Número do Processo: **503.021/2019-2** Número do Contrato: **2019NE001577**

Descrição/Justificativa: **ATO.SEA.N. 31/2021 - Aplicar à empresa a penalidade de ADVERTÊNCIA, em razão de atraso no fornecimento de exemplares, após a Notificação nª 1/2021, bem como do não atendimento às solicitações de assinatura do aditivo contratual, por ofensa aos itens 3.1.6 e 3.1.7, e com apoio no item 6.1.1 do Anexo do Termo de Referência DIAA/CAMIN nª 9/2019, c/c o art. 87, I, da Lei nª 8.666/93.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ**

Data Aplicação: **26/01/2015**

Número do Processo: **RJ-2013-8623** Número do Contrato: **013/2014**

Descrição/Justificativa: **Atraso na regularização da prestação dos serviços, assim como sucessivos faturamentos equivocados, sem a devida correção solicitada pela fiscalização.**

SICAF da empresa RT (0919258) SEI 2022.003026 / pg. 194

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**20001 - SENADO FEDERAL**		
Data Aplicação:	**31/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 138,68**
Número do Processo:	**00200002260201396**	Número do Contrato:	**2013NE000324**
Descrição/Justificativa:	**Por intermédio da Portaria nª 60, de 31 de março de 2015, o Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado Federal, com base nos subitens 4.1 e 4.2 do Regulamento Para Compras de Periódicos Nacionais e Estrangeiros, aplica à empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA pena de MULTA no valor de R$ 132,68, pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n 2013NE000324, conforme disposto no Processo n 00200.002260/2013-96.**		

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**12/02/2014**	Valor da Multa:	**R$ 381,86**
Número do Processo:	**060.004.136/2013**		
Descrição/Justificativa:	**PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DO EMPENHO Nª 2013NE09046 (substitui a 2013NE07831).**		

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**90011 - JUSTICA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE**		
Data Aplicação:	**05/04/2016**	Valor da Multa:	**R$ 1.020,00**
Número do Processo:	**1055/2014**	Número do Contrato:	**03/2015**
Descrição/Justificativa:	**descumprimento total do contrato, visto que a empresa excedeu em mais de 30 (trinta) dias o prazo para fornecimento dos seguintes Periódicos: Revista de Direito Privado (trinta e oito dias de atraso), Revista dos Tribunais (trinta e oito dias de atraso), Revista de Direito Ambiental (trinta e oito dias de atraso), Revista de Processo (trinta e oito e quarenta e três dias de atraso), Revista Brasileira de Ciências Criminais (trinta e oito dias de atraso) e Revista de Direito Constitucional e Internacional (trinta e oito dias de atraso),**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**		
Data Aplicação:	**22/04/2015**	Valor da Multa:	**R$ 3.200,00**
Número do Processo:	**19146/2013**		
Descrição/Justificativa:	**art. 4ª §2ª da Portaria GPR n. 72/2015**		

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**		
Data Aplicação:	**12/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 750,00**
Número do Processo:	**2002.2692/2018-81**	Número do Contrato:	**2018000577**
Descrição/Justificativa:	**A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de multa, no valor de R$ 750,00, equivalente a 5 % do valor da contratação (R$ 15.000,00), com fundamento no art. 87, inc. II, da Lei 8.666/93, e no subitem 9.2, inc. I, do Termo de Referência, em razão do atraso no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**		
Data Aplicação:	**15/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 1.166,00**
Número do Processo:	**2002.4830/2018-70**	Número do Contrato:	**2018NE000673**
Descrição/Justificativa:	**A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Multa no total de R$1.166,00, equivalente a 2,5 % do valor da contratação empenhado (R$ 46.640,00), com fundamento no Art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993 e no subitem 9.2, inciso I, do Termo de Referência, em razão do retardo excessivo no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**		

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.**		
Data Aplicação:	**15/07/2014**	Valor da Multa:	**R$ 14.832,90**
Número do Processo:	**3998/2014-52**	Número do Contrato:	**2013NE001988**
Descrição/Justificativa:	**Não disponibilização dos arquivos para inclusão na Biblioteca Digital do MPF**		

SICAF da empresa RT (0919258) SEI 2022.003026 / pg. 196

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**		
Data Aplicação:	**20/11/2014**	Valor da Multa:	**R$ 5.119,12**
Número do Processo:	**504.104/2013-2**	Número do Contrato:	**2013NE002189**
Descrição/Justificativa:	**ATO SEA nª 122/2014, de 20/11/2014, aplicada penalidade de MULTA, em razão do atraso na disponibilização dos arquivos PDF, conforme a nota de empenho 2013NE002189.**		

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**22/10/2015**	Valor da Multa:	**R$ 6.558,00**
Número do Processo:	**6456/2015**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**NOS TERMOS DO ARTIGO 86, CAPUT, DA LEI 8.666/1993, DEVIDO AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DA NOTA EMPENHO 2545/2013.**		

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**10/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 22,23**
Número do Processo:	**STJ nª 12071/2014**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa moratória, com fundamento no art. 86, caput, da Lei 8.666/93, e no item 06 das Condições de Fornecimento e de Prestação de Serviços ao STJ, devido ao atraso na entrega do material objeto da nota de empenho nª 0214/2015. MULTA RECOLHIDA.**		

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência:	**Legado**
UASG Sancionadora:	**90012 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA**
Número do Processo:	**1187/2005-JFBA**
Descrição/Justificativa:	**A JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA, ATRAVÉS DO P.A. Nª1187/2005-JFBA, APLICOU À EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA MULTA NO VALORTOTAL DE R$ 12,38, EM RAZÃO DO ATRASO DE 11 DIAS NA ENTREGA DO MATERI-AL RELATIVO À NOTA DE EMPENHO Nª 2004NE002103, COM FULCRO NO ARTIGO 86DA LEI Nª 8.666/93 E NA MENCIONADA NOTA DE EMPENHO.**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Impeditiva: **Não**
Número do Processo: **01.107/2016** Número do Contrato: **2016NE000498**
Descrição/Justificativa: **DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS.**

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Impeditiva: **Não**
Número do Processo: **017221/2017** Número do Contrato: **14/2017**
Descrição/Justificativa: **Multa de mora no valor de R$ 189,47 (cento e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), em razão do atraso de 13 (treze) dias na disponibilização do acesso deste Superior Tribunal de Justiça à base de dados jurídica "Revista dos Tribunais Online (RT Online)", objeto do Contrato STJ nª 014/2017**

SICAF da empresa RT (0919258) SEI 2022.003026 / pg. 198

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/10/2022 14:17:56

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**
CNPJ: **60.501.293/0001-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.501.293/0001-12 **MATRIZ**		**23/08/1966**

NOME EMPRESARIAL
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
58.11-5-00 - Edição de livros (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (Dispensada *)
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros (Dispensada *)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DR CARDOSO DE MELO	**1855**	**ANDAR 12 CONJ 121**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
04.548-903	**VILA OLIMPIA**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMPLIANCE.BRASIL@THOMSONREUTERS.COM	**(11) 2159-0500**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/10/2003**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/02/2022** às **17:28:08** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Documento(s) da empresa RT para cadastro na SEFAZ/AM (0919246) SEI 2022.003026 / pg. 201

BB Cash - Conta corrente - Consulta autorizaveis - Extrato de conta corrente

G333201102765099005
20/07/2022 11:04:24

Cliente - Conta atual

Agência	7039-4
Conta corrente	33992-X EDITORA REVISTA DOS TRIBU
Período do extrato	Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo

Documento(s) da empresa RT para cadastro na SEFAZ/AM (0919246) SEI 2022.003026 / pg. 202

C E R T I D Ã O

À
DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

A ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL DE SÃO PAULO associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo à solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**, com sede à Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855, 12º andar, Conj.121, Vila Olímpia, CEP:04548-903, São Paulo/SP, inscrita no **CNPJ** sob o nº **60.501.293/0001-12**, **a requerente é a autora e única fornecedora, no Brasil, do produto abaixo descrito.**

NOME DO PRODUTO: ProView Thomson Reuters – Biblioteca Virtual ProView

DESCRIÇÃO RESUMIDA: Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda biblioteca com tema livre e termos indexados, recursos de exportação trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários. A THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES contempla acervo com mais de 1.000 obras publicadas pelos selos editoriais Revistas dos Tribunais e FiscoSoft.

NÚMERO DO INPI: 831103108

São Paulo, 15 de setembro de 2022.

Presidente

Vice – Presidente

Documento assinado digitalmente
Verificação no site:http://www.documentoeletronico.com.br/validar-documentos.asp, através do Código de Acesso (Passcode) constante no PROTOCOLO DE ASSINATURA(S) DIGITAL (IS.)
DCL- 571/2022
A Presente Certidão é válida por 210 (duzentos e dez dias) dias em todo território Nacional.

55 (11) 3064-0003
assespro@assespro-sp.org.br
Alameda Santos, 880 - 9° andar
CJ. 91 - Jardim Paulista - São Paulo/SP
CEP 01418-100
ASSESPRO-SP.ORG.BR

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código X6QZT-BTHNE-61DDE-WWDSY enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil. Outras formas de assinatura eletrônica podem ter sido utilizadas e aceitas pelas partes.

Data de emissão do Protocolo: 16/09/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento	Certidão de Exclusividade**
Referência Contrato	DCL - 571 2022
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	15/09/2022
Validade	15/09/2022 até 15/03/2023
Hash Code do Documento	F628C5778E75EBBB574215875A34682C4533A1D9FB6E192B622F9EF259A98AD0

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
Relacionamento 49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
Marcelo Pascios	107.265.858-58

Ação:	Assinado em 16/09/2022 12:47:06 com o certificado ICP-Brasil Serial - 06160F5BCDB59BDE	**IP:**	172.71.10.170
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/105.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

Papel (parte) Vice Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
Relacionamento 49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
Waldemar Lobo de Miranda Neto	530.257.764-04

Ação:	Assinado em 15/09/2022 02:26:55 com o certificado ICP-Brasil Serial - 0497084A5289373C	**IP:**	172.71.6.126
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 15_6_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Mobile/15E148		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **X6QZT-BTHNE-61DDE-WWDSY**

No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://verificador.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código X6QZT-BTHNE-61DDE-WWDSY enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://verificador.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://verificador.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código X6QZT-BTHNE-61DDE-WWDSY enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

C E R T I D Ã O

À
DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

A ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL DE SÃO PAULO associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo à solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**, com sede à Avenida. Doutor Cardoso de Melo, 1.855, 12º andar, Conj.121 – CEP: 04548-903 – São Paulo/SP, inscrita no **CNPJ** sob o nº **60.501.293/0001-12**, **a requerente é a autora e única fornecedora, no Brasil, do produto abaixo descrito.**

PRODUTO: REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA

DESCRIÇÃO RESUMIDA: Plataforma de busca jurídica para pesquisas unificadas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas e notícias. O acervo de busca online é formado por 38 Revistas exclusivas da Editora Revista dos Tribunais e especializadas nas mais diversas áreas do Direito, 19 Coleções de Doutrinas Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas e notícias da Agência Reuters.

NÚMERO DO INPI: 902159020

Documento assinado digitalmente
Verificação no site:http://www.documentoeletronico.com.br/validar-documentos.asp, através do Código de Acesso (Passcode) constante no PROTOCOLO DE ASSINATURA(S) DIGITAL (IS.)
DCL- 572/2022
A Presente Certidão é válida por 210 (duzentos e dez dias) dias em todo território Nacional

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código EGALN-C6D2L-BOSEP-HE1LZ enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

55 (11) 3064-0003
assespro@assespro-sp.org.br
Alameda Santos, 880 - 9° andar
CJ. 91 - Jardim Paulista - São Paulo/SP
CEP 01418-100
ASSESPRO-SP.ORG.BR

PRODUTO: REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE COMPLETA

DESCRIÇÃO RESUMIDA: Plataforma de busca jurídica para pesquisas unificadas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas, e notícias. O acervo de busca online é formado por 37 Revistas exclusivas da Editora Revista dos Tribunais e especializadas nas mais diversas áreas do Direito, 19 coleções de Doutrina Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas, Notícias da Agência Reuters, Legislação Comentada por autores exclusivos da Editora Revista dos Tribunais e Juristendência.

NÚMERO DO INPI: 902196600

São Paulo, 15 de setembro de 2022.

Presidente

Vice – Presidente

Documento assinado digitalmente
Verificação no site:http://www.documentoeletronico.com.br/validar-documentos.asp, através do Código de Acesso (Passcode) constante no PROTOCOLO DE ASSINATURA(S) DIGITAL (IS.)
DCL- 572/2022
A Presente Certidão é válida por 210 (duzentos e dez dias) dias em todo território Nacional

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código EGALN-C6D2L-BOSEP-HE1LZ enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

55 (11) 3064-0003
assespro@assespro-sp.org.br
Alameda Santos, 880 - 9° andar
CJ. 91 - Jardim Paulista - São Paulo/SP
CEP 01418-100
ASSESPRO-SP.ORG.BR

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil. Outras formas de assinatura eletrônica podem ter sido utilizadas e aceitas pelas partes.

Data de emissão do Protocolo: 16/09/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento	Certidão de Exclusividade**
Referência Contrato	DCL - 572 2022
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	15/09/2022
Validade	15/09/2022 até 15/03/2023
Hash Code do Documento	910763EFEF4F64BFB4D152FCAC2F1F1CFF8660B3251C0B0114836BF1B5AD68E0

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
Relacionamento 49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
Marcelo Pascios	107.265.858-58

Ação:	Assinado em 16/09/2022 12:47:04 com o certificado ICP-Brasil Serial - 06160F5BCDB59BDE	**IP:**	172.71.10.170
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/105.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

Papel (parte) Vice Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
Relacionamento 49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
Waldemar Lobo de Miranda Neto	530.257.764-04

Ação:	Assinado em 15/09/2022 02:26:52 com o certificado ICP-Brasil Serial - 0497084A5289373C	**IP:**	172.71.6.126
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 15_6_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Mobile/15E148		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **EGALN-C6D2L-BOSEP-HE1LZ**

No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://verificador.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código EGALN-C6D2L-BOSEP-HE1LZ enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://verificador.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://verificador.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx através do código EGALN-C6D2L-BOSEP-HE1LZ enquanto armazenado no Portal ou em https://verificador.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 741.2022.SCOMS.0919262.2022.003026

Manaus, 19 de Outubro de 2022.

Ilmo. Sr.
MARCOS ANDRÉ ABENSUR
Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Aquisição de assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para dar suporte às atividades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Senhor Diretor,

Cumprimentamos Vossa Senhoria e, em atendimento ao Despacho 396.2022.01AJ-SUBADM.0861107.2022.003026 (doc. 0861107), este Setor de Compras e Serviços realizou pesquisa de mercado via e-mail, consultando as seguintes empresas: EBSCO BRASIL LTDA; EDITORA FORUM LTDA; EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA; MINHA BIBLIOTECA LTDA.; PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA; SARAIVA EDUCACAO S.A; TIRANT EMPORIO DO DIREITO EDITORIAL LTDA; V3 SERVICES INFORMACAO E CONSULTORIA LTDA (doc. 0882288).

Dos 8 (oito) potenciais fornecedores contatados, apenas as empresas a seguir encaminharam propostas válidas durante o período da pesquisa: EDITORA FORUM LTDA, inscrita no CNPJ: 41.769.803/0001-92 (doc. 0883994); TIRANT EMPORIO DO DIREITO EDITORIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 21.580.534/0001-04 (doc. 0884011); e EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.501.293/0001-12 (doc. 0884119). A empresa V3 SERVICES INFORMAÇÃO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ: 12.422.562/0001-02 encaminhou proposta extemporânea, porém também anexada aos autos (doc. 0888019). Os valores propostos serviram de base para a elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços 96.2022.SCOMS.0884120.2022.003026 (doc. 0884120).

Uma vez que se trata de contratação de serviço específico, este SCOMS, através do Memorando 585.2022.SCOMS.0884136.2022.003026 (doc. 0884136), exarado no dia 23 de agosto de 2022, sujeitou os presentes autos à análise técnica e manifestação da Sra. Wanderléia Lima da Silva, no sentido de informar qual das soluções apresentadas seria a mais adequada às necessidades da Instituição, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026 (doc. 0856224).

Em resposta contida no Memorando 6.2022.BIBLIOT.0914214.2022.003026 (doc. 0914214), encaminhado no dia 11 de outubro de 2022, a Sra. Wanderléia Lima da Silva, Agente Técnico - Bibliotecário e demandante, declarou que a proposta da empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.501.293/0001-12, é a mais vantajosa para a Administração (doc. 0884119).

Ato contínuo, este SCOMS elaborou o Quadro-Resumo do Processo de Compras 425.2022.SCOMS.0917559.2022.003026 (doc. 0917559), em favor da empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.501.293/0001-12, no valor total de R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**.

Por se tratar de pedido que se configura em inviabilidade de competição, em função da singularidade e especificidade do objeto a ser contratado, conforme Certidões de Exclusividade emitidas pela ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL DE SÃO PAULO (doc. 0919243), vislumbra-se a possibilidade de inexigibilidade da licitação, com fundamento no art. 25, caput, e inciso I, da Lei nº 8.666/93.

A regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor mostra-se comprovada pelas certidões negativas apensas aos autos (doc. 0919241); bem como as consultas realizadas junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos Sistemas do Tribunal de Contas da União (doc. 0919258). Foi anexada também a documentação necessária para o cadastramento da empresa como credora junto so Sistema AFI/SEFAZ/AM (doc. 0919246).

Sendo assim, encaminhamos o PI-2022.003026 para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, a fim de que se dê prosseguimento regular do feito. Posteriormente, os autos deverão serguir para manifestação da Assessoria Jurídica da Subprocuradoria-Geral de Justiça Para Assuntos Administrativos.

Atenciosamente,

ANNE JAKELINE CARVALHO DAS NEVES
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 19/10/2022, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0919262** e o código CRC **53022FE5**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 425.2022.SCOMS.0917559.2022.003026

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS	PROCESSO SEI: 2022.003026
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PEDIDO DE COMPRAS: 166/2022
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS	DATA: 17 DE OUTUBRO DE 2022

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
CNPJ: 60.501.293/0001-12

DETALHAMENTO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO ONLINE, QUE INCLUA DOUTRINA, LEGISLAÇÃO NACIONAL ATUALIZADA, JURISPRUDÊNCIAS NACIONAIS COM ACESSO SIMULTÂNEO E UNIFICADO DE NO MÍNIMO 100 (CEM) USUÁRIOS, POSSIBILITANDO IMPRESSÃO E GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS (LIVROS, PERIÓDICOS EM TEXTO COMPLETO), PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	THOMSON REUTERS PROVIEW™. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: E-BOOKS DA EDITORA RT E FISCOSOFT. APROXIMADAMENTE 1600 OBRAS INCLUINDO AS EDIÇÕES. DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, O CLIENTE TERÁ ATUALIZAÇÃO E INCLUSÃO DE NOVOS TÍTULOS DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DO CORPO EDITORIAL DA RT. ACESSO: 100 USUÁRIOS. IP COM CRIAÇÃO DA CONTA ONEPASS.	MÊS	24	R$ 2.873,69	R$ 68.968,56
2	REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA, 38 (TRINTA E OITO) PERIÓDICOS, NOTÍCIAS REUTERS. FORMA DE ACESSO: IP TOKEN. ACESSO: 100 USUÁRIOS.	MÊS	24	R$ 3.158,1241	R$ 75.794,98

TOTAIS		**R$ 6.031,81**	**R$ 144.763,54**

	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
X	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	ART. 25, I, LEI 8.666/93
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
	A LICITAR	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 2 ESTÁ REPRESENTADO COM 4 (QUATRO) CASAS DECIMAIS.
O VALOR TOTAL DO ITEM 2 É EXATAMENTE O QUE ESTÁ REGISTRADO NA PROPOSTA DO FORNECEDOR (doc. 0884119).

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 19/10/2022, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 19/10/2022, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0917559** e o código CRC **4723C12D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 411.2022.DOF - ORÇAMENTO.0921254.2022.003026

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2022.003026 **Processo de Compra:** 425.2022.SCOMS.0917559.2022.003026 **Interessado:** Wanderléia Lima da Silva - Agente Técnico - Bibliotecário	**Modalidade:** Ordinário **Origem:** Inexigibilidade de Licitação - Art. 25, I, Lei 8.666/93 **Credor:** 60.501.293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 0100.000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.40.14 - Conteúdo de web

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 1.003.667,98	R$ 12.063,63	R$ 991.604,35

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO ONLINE, QUE INCLUA DOUTRINA, LEGISLAÇÃO NACIONAL ATUALIZADA, JURISPRUDÊNCIAS NACIONAIS COM ACESSO SIMULTÂNEO E UNIFICADO DE NO MÍNIMO 100 (CEM) USUÁRIOS, POSSIBILITANDO IMPRESSÃO E GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS (LIVROS, PERIÓDICOS EM TEXTO COMPLETO), PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	THOMSON REUTERS PROVIEW™. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: E-BOOKS DA EDITORA RT E FISCOSOFT. APROXIMADAMENTE 1600 OBRAS INCLUINDO AS EDIÇÕES. DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, O CLIENTE TERÁ ATUALIZAÇÃO E INCLUSÃO DE NOVOS TÍTULOS DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DO CORPO EDITORIAL DA RT. ACESSO: 100 USUÁRIOS. IP COM CRIAÇÃO DA CONTA ONEPASS. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (2 MESES) = R$ 5.747,38 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (12 MESES) = R$ 34.484,28 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (10 MESES) = R$ 28.736,90	Mês	24	R$ 2.873,69	R$ 68.968,56
2	REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA, 38 (TRINTA E OITO) PERIÓDICOS, NOTÍCIAS REUTERS. FORMA DE ACESSO: IP TOKEN. ACESSO: 100 USUÁRIOS. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (2 MESES) = R$ 6.316,25 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (12 MESES) = R$ 37.897,49 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (10 MESES) = R$ 31.581,24	Mês	24	R$ 3.158,1241	R$ 75.794,98
TOTAL (R$)					**R$ 144.763,54**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 21 de outubro de 2022 (R$ 1.003.667,98).

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.031,81	R$ 6.031,81

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.

( ) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
(**X**) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 27/10/2022, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 29/10/2022, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0921254** e o código CRC **7491702C**.

DESPACHO Nº 595.2022.03AJ-SUBADM.0926234.2022.003026

PROCESSO N.º: 2022.003026

ASSUNTO: Aquisição de assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para dar suporte às atividades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

INTERESSADO: Biblioteca - Procuradoria-Geral de Justiça - Ministério Público do Estado do Amazonas

---

De ordem,

Retornam os autos, após manifestação da Diretoria de Orçamento e Finanças, em virtude do Memorando nº 741.2022.SCOMS (0919262). Todavia, verifica-se que não consta nos autos instrução por parte da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, cuja manifestação torna-se imprescindível ao prosseguimento do feito.

Ante o exposto, encaminho o presente caderno processual à DCCON no intuito de que o referido setor adote as providências consideradas cabíveis, devendo fazer constar, ainda, minuta do instrumento contratual a ser celebrado junto ao pretenso particular prestador de serviços, sendo, *a posteriori*, restituído a esta assessoria.

Com os cumprimentos desta assessoria.

ASSESSORIA JURÍDICA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 1º de novembro de 2022.

Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa

Assessor Jurídico

ATO nº 296/2022-PGJ

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 02/11/2022, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0926234** e o código CRC **8BBCF676**.

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35.2022.DCCON.0927828.2022.003026

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, visando à aquisição da assinatura de bibliotecas digitais jurídicas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. Dr. **GEORGE PESTANA VIEIRA**, RG nº 2149594-7 SESEG e CPF nº 416.286.245-15, e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.** , doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 60.501.293/0001-12, com sede na Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855, 12° andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 04548-903, neste ato representada _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.003026**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas,** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, e seus anexos, e no Edital do _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto de que trata o presente Ajuste compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas** para acesso remoto, não exclusivo e intransferível, ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Parágrafo primeiro. Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente (com a criação da conta *one pass*).

Parágrafo segundo. A assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas deve conter aos seguintes requisitos:

1. atender a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com "*clock*" mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM miníma de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

2. permitir pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência, com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários, utilizando-se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, durante todo o período de vigência do contrato.

3. constar em seu conteúdo periódicos *online*, compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais, contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

4. incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

5. possibilitar a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da **CONTRATADA** e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o acesso aos Produtos na Intranet da instituição, no **prazo máximo de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.003026;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Gerir, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**, mediante ofício ou outros documentos.
3. Atestar o faturamento (nota fiscal) dos serviços realizados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
4. Verificar quando da liquidação dos serviços a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
7. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.
8. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
9. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
10. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando

da **CONTRATADA** os documentos atualizados.

11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
12. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CONTRATADA, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da empresa **CONTRATADA**:

1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar.
2. Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura.
3. Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados.
4. Realizar, durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos.
5. Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo **CONTRATANTE.**
6. Prestar treinamento do produto quando solicitado.
7. Fornecer Manual de Utilização do produto.
8. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
9. Atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
10. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
11. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
12. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
13. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
14. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas,

especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

15. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
16. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
17. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
18. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo primeiro. As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, **bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito à indenização.**

Parágrafo terceiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Comunicar a **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste contrato.
2. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Ajuste.
3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.
5. Efetuar o pagamento da **CONTRATADA**, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos **serviços efetivamente realizados,** por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela **CONTRATANTE**.
6. Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.
7. Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.
8. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
10. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor total deste contrato é de **R$ _____ (_____).**

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A documentação fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser emitidos e apresentados no Setor de Protocolo ou enviados ao e-mail protocolo@mpam.mp.br**.**

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo nono. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____; **Programa de Trabalho**: _____; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa**: _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a **Nota de Empenho n.º** _____, no valor de **R$** _____ (_____).

Parágrafo único. No exercício seguinte o valor de **R$ _____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

O preço ora contratado não sofrerá reajustamento de qualquer espécie ou natureza durante todo o seu período de vigência, podendo, posteriormente ao referido prazo, ser reajustado, visando a sua adequação aos novos preços de mercado.

Parágrafo primeiro. O pedido de reajuste deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços, com os devidos comprovantes do fato citado.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;

7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e no ato convocatório;

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato;

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurada a inexecução do contrato;

- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;

- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pelo Contratante, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas;

- 20% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado;

- 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade

competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 04/11/2022, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0927828** e o código CRC **D4B38667**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 892.2022.DCCON.0928290.2022.003026

Manaus, 04 de novembro de 2022.

Ao Exmo. Sr. Dr.
GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Encaminha minuta de contrato, para análise e aprovação.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Em atenção ao Despacho 595 (SEI nº 0926234), informo que esta Divisão de Contratos e Convênios elaborou a Minuta de Contrato Administrativo 35 (SEI nº 0927828), tendo por objeto a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas,** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026.

Deste modo, encaminho os presentes autos, para análise e aprovação da referida minuta.

Respeitosamente,

(*Assinado Eletronicamente*)
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 04/11/2022, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0928290** e o código CRC **183D5A79**.

PARECER Nº 102.2022.03AJ-SUBADM.0928427.2022.003026

Autos nº 2022.003026

Assunto: Termo de Referência n.º 2.2022.BIBLIOT (0768844), elaborado com a finalidade de "*AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA***", por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

ANÁLISE DE TERMO DE REFERÊNCIA E DE REQUISITOS LEGAIS PARA CONTRATAÇÃO. CONFIGURAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ART. 25, *CAPUT* E I, LEI Nº 8.666/93. ADMISSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DIRETA - ANÁLISE DE MINUTA DE CONTRATO. POSSIBILIDADE. No caso dos autos, das informações constantes do Termo de Referência observa-se que todos os requisitos exigíveis estão presentes, a exemplo do objeto a ser contratado, com especificação de itens, prazos e condições de execução dos serviços; das obrigações da contratada e contratante; do procedimento para pagamento e fiscalização e; da previsão de sanções administrativas. Outrossim, a licitação é inexigível, na forma do art. 25, *caput* e I, da Lei nº 8.666/93, porquanto demonstrada a inviabilidade de competição, considerando que a assinatura da biblioteca virtual é fornecida com exclusividade pela EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.501.293/0001-12. Por fim, a minuta de contrato é dispensável, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, todavia entende-se pela necessária celebração de instrumento contratual, haja vista a complexidade do objeto, concomitantemente à necessária discriminação das obrigações dos celebrantes, como por exemplo, sigilo de informações relativas aos usuários cadastrados. Inteligência do art.. Parecer pela aprovação da Minuta de Contrato Administrativo e pela viabilidade de contratação por inexigibilidade de licitação.

Retornam os autos de procedimento iniciado pelo Memorando nº 2.2022.BIBLIOT (0768842), emanado da Biblioteca do Ministério Público do estado do Amazonas, que encaminhou minuta de Termo de Referência destinado à "*AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET*".

Na ocasião, após submissão ao crivo desta assessoria e aprovação por parte do Suprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,por intermédio do Despacho nº 173.2022.01AJ-SUBADM (0820013), colacionou-se, desde logo, a seguinte documentação: **(1)** Termo de Referência nº 3.2022.BIBLIOT (0856224); **(2)** a proposta de preços ofertada pela EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, CNPJ: 60.501.293/0001-12, no valor de R$ 144.763,54 (0884119); **(3)** atestado de exclusividade (0919243); **(4)** Documentação comprobatória de regularidade da pessoa jurídica (0919241; 0919258 e 0919246); **(5)** Resumo do Processo de Compra nº 425.2022.SCOMS (0917559); e **(6)** Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD nº 411.2022.DOF - ORÇAMENTO (0921254).

Através do Despacho nº nº 173.2022.01AJ-SUBADM (0820013), esta SUBADM autorizou a tramitação inicial para a contratação em comento, tratando-se de uma decisão decorrente do COlégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, conforme consta nos presente autos. No mais, considerando a peculiaridade da presente contratação - determinou-se a remessa dos autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS para que providenciasse a juntada do quadro-resumo do processo de compra, com ulterior remessa dos autos à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF

para a juntada da respectiva nota de autorização de despesas/adjudicação, com ulterior devolução dos autos para análise do Termo de Referência e minuta de Contrato Administrativo, concomitantemente aos demais requisitos da contratação propriamente dita, nos exatos termos da legislação de regência.

É o breve relatório. OPINO.

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]"*. Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

> […] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo. Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da contratação**.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência e da hipótese/modalidade de contratação pública, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe, utilizando a nomenclatura Projeto Básico:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo;
>
> (...)
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.
>
> (...)
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*

§ 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.

- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.

- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.

- É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.

- É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.

(TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5).

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. **Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.**

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende adquirir a assinatura de acesso ao sistema Banco de Preços, da pessoa jurídica EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.501.293/0001-12, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas, por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, bem como a forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;
- Critérios de aceitação do objeto;
- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;
- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;
- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;
- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- Deveres do contratado e do contratante;
- Prazo de garantia, quando for o caso;
- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
- Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes do Termo de Referência nº 3.2022.BIBLIOT (0856224) observa-se que **todos os requisitos exigíveis estão presentes**, a exemplo do objeto a ser contratado, com especificação de itens, prazos e condições de entrega e recebimento; das

obrigações da contratada e contratante; do procedimento para pagamento e fiscalização e; da previsão de sanções administrativas.

Por conseguinte, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, a realização de certame público tem como objetivo garantir que a Administração Pública trate a todos sem favoritismos, nem perseguições, ficando, de igual forma, impossibilitada de abrir mão do interesse público, posto que o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem. Entretanto, como visto, estabeleceu também o constituinte casos especificados na legislação que poderiam prescindir desse procedimento, isto é, hipóteses em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

O art. 24 da Lei Licitatória prevê as situações em que, por motivos de conveniência e oportunidade, a Administração Pública pode DISPENSAR as licitações, AINDA QUE HAJA possibilidade de competição. Já o artigo 25 cuida dos casos em que a competição é INVIÁVEL, tornando a licitação INEXIGÍVEL. O dispositivo prenuncia três incisos de forma exemplificativa, sendo certo que poderá haver outros enquadráveis no "caput" deste permissivo legal.

Vale lembrar que, a ausência de licitação não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (verificação da necessidade e conveniência da contratação, elaboração de Termo de Referência, disponibilidade de recursos etc.), sendo certo que devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios gestores do procedimento público de compra/aquisição.

No caso dos autos, a licitação é **inexigível**, na forma do art. 25, *caput* e I, da Lei nº 8.666/93, porquanto demonstrada a **inviabilidade de competição**, considerando que a assinatura da ferramenta/sistema "Banco de Preços" é fornecida com exclusividade pela EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.501.293/0001-12. Confira-se:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial **exclusivo**, vedada a preferência de marca, **devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes**;

De fato, consta devidamente colacionado aos autos **declaração de exclusividade (0919243)**, emitido pela ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL DE SÃO PAULO, no bojo do qual se atesta que a EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.501.293/0001-12, é "*(...) única fornecedora, no Brasil, do produto abaixo descrito. NOME DO PRODUTO: ProVIew Thomson Reuters - Biblioteca Virtual Proview*". Confira-se, *in litteris*:

> A ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL DE SÃO PAULO associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo à solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA** , com sede à Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855, 12º andar, Conj.121, Vila Olímpia, CEP:04548-903, São Paulo/SP, inscrita no **CNPJ** sob o nº **60.501.293/0001-12, a requerente é a autora e única fornecedora, no Brasil, do produto abaixo descrito.**
>
> **NOME DO PRODUTO:** ProView Thomson Reuters – Biblioteca Virtual ProView
>
> **DESCRIÇÃO RESUMIDA:** Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda biblioteca com tema livre e termos indexados, recursos de exportação trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários. A THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES contempla acervo com mais de 1.000 obras publicadas pelos selos editoriais Revistas dos Tribunais e FiscoSoft.

É certo, igualmente, que a unidade requisitante apresentou justificativa quanto à impossibilidade de contratação de assinatura de outras ferramentas/sistemas que tenham o mesmo escopo e sejam oferecidos por outros fornecedores, inclusive com apresentação de quadro comparativo (0856819) - vide Termo de Referência nº 2.2022.BIBLIOT (0768844):

> **1. JUTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**
>
> **1.1** A Biblioteca Geraldo de Macedo Pinheiro necessita de todo suporte informacional disponível para cumprir a sua competência, que é atender a demanda de seus usuários e servir de apoio na prestação jurisdicional, quer sejam em livros, revistas, plataformas digitais, e-books.

1.2 Justifica-se a aquisição na medida em que, a Biblioteca compete "pesquisar, selecionar e propor a aquisição de material doutrinário e outras publicações de interesse do Ministério Público". No atual cenário de administração de acervos de bibliotecas não mais subsiste o modelo tradicional de oferta ao usuário de publicações apenas em formato físico, o que demanda a necessidade de implementação de bibliotecas digitais, em paralelo à demanda por obras bibliográficas em formato físico.

1.3 Considerando o Despacho nº 1564.2021.SUBADM.0650219.2021.009551, que encaminhou ao CEAF a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião realizada em 24 de março de 2021, e que versa sobre a Contratação, urgente, de Biblioteca Virtual para que Membros, servidores e estagiários do Ministério Público possam desempenhar suas atribuições, com acesso a referências bibliográficas e científicas atualizadas, a exemplo da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview, além da Biblioteca Saraiva,

1.4 A biblioteca digital é uma plataforma que favorece o acesso aos livros de forma simultânea, que elimina a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo livro e também a preocupação com a sua disponibilidade, afinal o acervo pode ser consultado por meio de computadores, notebooks, tablets ou smartphones. Com a finalidade de permitir acesso às informações na área jurídica, armazenadas em meio digital, de conteúdos abertos nacionais e estrangeiros, a qualquer pessoa com acesso à internet, o que possibilita o acesso aos membros e servidores que se encontram nas promotorias do interior do Estado.

1.5 Ressalta-se que a aquisição da assinatura tem a finalidade de disponibilizar para o usuário conteúdo digitalizado, via internet ou intranet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, reduzindo custos e tempo para os usuários e Instituição; minimizando a necessidade por espaço físico na biblioteca; aumentando a quantidade e qualidade de livros disponíveis aos usuários, facilitando o acesso ao conhecimento; reduzindo custos com manutenção e aquisição de novas obras e controle de patrimônio, além de importar em economia com aquisição de um catálogo físico completo que importaria num custo quase cinco vezes maior que o de um catálogo virtual.

1.6 Esta contratação justifica-se pelo fato de que o Ministério Público do Estado do Amazonas, para a consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, para dar suporte às atividades desempenhadas por este *Parquet.*

Por fim, quanto à **justificativa de preços**, diante do caso concreto ora analisado, tem-se a inteligência do Informativo n. 361-TCU, o que transmite segurança e legalidade ao presente procedimento:

A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar.

Denúncias oferecidas ao TCU apontaram possíveis irregularidades em contratações diretas de consultorias técnicas especializadas, sob o fundamento da inexigibilidade de licitação (art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993), firmadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Entre os pontos discutidos nos autos, mereceram destaques a avaliação quanto à presença simultânea dos requisitos de natureza singular do objeto e notória especialização do contratado, que levaram à inviabilidade de competição, e a justificativa dos preços praticados. No que diz respeito aos preços contratados, o relator assinalou em seu voto, preliminarmente, a "*dificuldade de justificar o preço nos casos de inexigibilidade à luz de propostas de outros fornecedores ou prestadores, razão pela qual foi nascendo o entendimento de que a razoabilidade do preço poderia ser verificada em função da atividade anterior do próprio particular contratado (nessa linha, item 9.1.3 do Acórdão 819/2005-TCU-Plenário)*". Segundo ele, essa linha de raciocínio "*vem evoluindo no seio da Administração Pública (vide Portaria-AGU 572/2011) e sendo convalidada pelo Tribunal, como nos Acórdãos 1.565/2015, 2.616/2015 e 2.931/2016, todos do Plenário*". Acerca do caso concreto, o relator assinalou que a ECT conseguiu demonstrar a adequação dos preços pactuados levando em conta os valores praticados, pelas empresas contratadas, em outras avenças por elas mantidas, restando, pois, "*demonstrada a equivalência dos valores cobrados da Administração com os valores praticados pelas contratadas em outros ajustes contemplando o mesmo objeto ou objeto similar*". E concluiu: "*Com isso em mente, enfatizo que a justificativa dos preços contratados observou o art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993 e seguiu a jurisprudência desta Corte de Contas sobre o tema*", no que foi acompanhado pelos demais ministros.

Acórdão 2993/2018 Plenário, Denúncia, Relator Ministro Bruno Dantas.

Registre-se, por oportuno, que a empresa a ser contratada está com sua regularidade fiscal e trabalhista devidamente demonstrada, como atestam os documentos comprobatórios de regularidade anexo ao presente caderno processual.

No mais, o *caput* do art. 62, da Lei de Licitações, estabelece que "*o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço*". Já o §2º do mesmo artigo preceitua que "*em 'carta contrato', 'nota de empenho de despesa', 'autorização de compra', 'ordem de execução de serviço' ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei*".

In casu, a minuta de contrato, apesar de dispensável, apresenta-se como instrumento necessário à discriminação das obrigações do particular a ser contratado, que se dará por extenso período - 24 (vinte e quatro) meses - tendo em vista tratar-se de execução de serviço virtual, cuja complexidade exige disposições contratuais que ensejem na segurança deste *Parquet*, bem como dos usuários dos referidos serviços, inclusive no tocante ao sigilo das informações cadastrais dos profissionais vinculados a este Ministério Público do Estado do Amazonas. Sendo oportuno ressaltar que a minuta acostada nos autos atende às

exigências externadas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93) em seu art. 55 e incisos, *in verbis*:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
>
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
>
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
>
> VIII - os casos de rescisão;
>
> IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
>
> X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
>
> XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
>
> XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
>
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Diante do exposto, considerando os fundamentos até aqui explicitados, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 3.2022.BIBLIOT (0856224), bem como **OPINA pela possibilidade da contratação direta**, mediante celebração de instrumento contratual, com fundamento no art. 25, *caput* e I, da Lei nº 8.6668/93, da empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.501.293/0001-12, no valor de R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo com a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD nº 411.2022.DOF - ORÇAMENTO (0921254).

É o parecer que submeto à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus/AM, 04 de agosto de 2022.

Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa

Assessor Jurídico

ATO/PGJ nº 296/2022

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 04/11/2022, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0928427** e o código CRC **D5761433**.

DESPACHO Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026

Autos nº 2022.003026

Assunto: Termo de Referência n.º 2.2022.BIBLIOT (0768844), elaborado com a finalidade de "*AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA***", por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 2.2022.BIBLIOT (0768842), no bojo do qual a Biblioteca encaminha Termo de Referência nº 3.2022.BIBLIOT (0856224), tendo por objeto a "*AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET*", por um período de 24 (vinte e quatro) meses;

CONSIDERANDO que o Setor de Compras e Serviços - SCOMS vislumbrou, na espécie, a existência de causa de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, *caput* e I, da Lei nº. 8.666/93 (0868669);

CONSIDERANDO que, por meio do Parecer Jurídico nº 102.2022.03AJ-SUBADM (0928427), opinou-se pela aprovação do Termo de Referência nº 3.2022.BIBLIOT, bem como pela possibilidade da contratação direta, mediante a celebração de Termo de Contrato, com fundamento no art. 25, *caput* e I, da Lei nº 8.6668/93, da pessoa jurídica EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, CNPJ: 60.501.293/0001-12, no valor de R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo com a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD nº 411.2022.DOF - ORÇAMENTO (0921254);

R E S O L V O:

I – **ACOLHER**, na íntegra, o Parecer nº 102.2022.03AJ-SUBADM (0928427), por intermédio do qual a Assessoria Jurídica opinou pela aprovação do Termo de Referência e pela possibilidade da contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, com arrimo no art. 25, *caput* e I, da Lei nº 8.666/93;

II - **DECLARAR** inexigível o certame licitatório, com esteio no art. 25, *caput* e I, da Lei nº 8.666/93;

III – **ADJUDICAR** à pessoa jurídica EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.501.293/0001-12, o objeto da contratação no valor de R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), por um período de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD nº

411.2022.DOF - ORÇAMENTO (0921254);

IV – À **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF**, para as providências de estilo; e

V – À **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - DCCON**, para as medidas necessárias.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 04 de novembro de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 05/11/2022, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0928429** e o código CRC **A8046B0A**.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA**

Nota de Empenho

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	**Número Documento** 2022NE0002257	**Data Emissão** 08/11/2022
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	**Processo** 000000.003026/2022	**NE Original**
Credor 60501293000112 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	**Licitação** 6 - Inexigível	**Referência** Art.25; I; Lei 8.666/93
Evento 400091 - Empenho de Despesa	**Modalidade** 1 - Ordinário	**Valor** 12.063,63

Unidade Orçamentária	03101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Programa Trabalho	03.122.0001.2001.0001	Administração da Unidade
Fonte Recurso	01000000	Recursos Ordinários
Natureza Despesa	33904014	Conteúdo de web

Município 9999 - Estado
Convênio
Origem do Material 1 - Origem Nacional
Tipo de Empenho 9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso

Janeiro	0,00	**Fevereiro**	0,00	**Março**	0,00	**Abril**	0,00
Maio	0,00	**Junho**	0,00	**Julho**	0,00	**Agosto**	0,00
Setembro	0,00	**Outubro**	0,00	**Novembro**	6.031,81	**Dezembro**	6.031,82

Descrição dos Itens

Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
MÊS	AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO ONLINE, QUE INCLUA DOUTRINA, LEGISLAÇÃO NACIONAL ATUALIZADA, JURISPRUDÊNCIAS NACIONAIS COM ACESSO SIMULTÂNEO E UNIFICADO DE NO MÍNIMO 100 (CEM) USUÁRIOS, POSSIBILITANDO IMPRESSÃO E GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS (LIVROS, PERIÓDICOS EM TEXTO COMPLETO), PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET, CONFORME DESPACHO Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026 E DEMAIS DOCUMENTOS DO PI 2022.003026. 1. THOMSON REUTERS PROVIEW¿. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: E-BOOKS DA EDITORA RT E FISCOSOFT. APROXIMADAMENTE 1600 OBRAS INCLUINDO AS EDIÇÕES. DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, O CLIENTE TERÁ ATUALIZAÇÃO E INCLUSÃO DE NOVOS TÍTULOS DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DO CORPO EDITORIAL DA RT. ACESSO: 100 USUÁRIOS. IP COM CRIAÇÃO DA CONTA ONEPASS. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (2 MESES) = R$ 5.747,38 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (12 MESES) = R$ 34.484,28 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (10 MESES) = R$ 28.736,90	2	2,873.6900	5.747,38
MÊS	2. REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA, 38 (TRINTA E OITO) PERIÓDICOS, NOTÍCIAS REUTERS. FORMA DE ACESSO: IP TOKEN. ACESSO: 100 USUÁRIOS. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (2 MESES) = R$ 6.316,25 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (12 MESES) = R$ 37.897,49	2	3,158.1250	6.316,25

George Pestana Vieira
Subprocurador-Geral de Justiça
Para assuntos Administrativos

Marcos André Abensur
Diretor de Orçamento e Finanças

Saldo Anterior:	839.275,12	**Valor do Empenho:**	12.063,63	**Valor Disponível**	827.211,49
Data de Entrega:	30/11/2022	**Local de Entrega:**	PGJ		
Ordenador de Despesa:	ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	**Usuário Operador da NE :**	THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA		

Nota de Empenho 2257 (0935459) SEI 2022.003026 / pg. 237

Nota de Empenho

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	**Número Documento** 2022NE0002257	**Data Emissão** 08/11/2022
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	**Processo** 000000.003026/2022	**NE Original**
Credor 60501293000112 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	**Licitação** 6 - Inexigível	**Referência** Art.25; I; Lei 8.666/93
Evento 400091 - Empenho de Despesa	**Modalidade** 1 - Ordinário	**Valor** 12.063,63

Unidade Orçamentária	03101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Programa Trabalho	03.122.0001.2001.0001	Administração da Unidade
Fonte Recurso	01000000	Recursos Ordinários
Natureza Despesa	33904014	Conteúdo de web

Município 9999 - Estado
Convênio

Origem do Material 1 - Origem Nacional
Tipo de Empenho 9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso

Janeiro	0,00	**Fevereiro**	0,00	**Março**	0,00	**Abril**	0,00
Maio	0,00	**Junho**	0,00	**Julho**	0,00	**Agosto**	0,00
Setembro	0,00	**Outubro**	0,00	**Novembro**	6.031,81	**Dezembro**	6.031,82

Descrição dos Itens

Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
	VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (10 MESES) = R$ 31.581,24			

George Pestana Vieira
Subprocurador-Geral de Justiça
Para assuntos Administrativos

Marcos André Abensur
Diretor de Orçamento e Finanças

Saldo Anterior:	839.275,12	**Valor do Empenho:**	12.063,63	**Valor Disponível**	827.211,49
Data de Entrega:	30/11/2022	**Local de Entrega:**	PGJ		
Ordenador de Despesa:	ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	**Usuário Operador da NE :**	THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA		

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO Nº 358.2022.SCOMS.0937169.2022.003026

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ARTIGO 25, CAPUT, LEI 8.666/1993
Processo do pedido: SEI nº 2022.03026

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Procuradoria-Geral de Justiça

CNPJ: 04.153.748/0001-85
Endereço: Avenida Coronel Teixeira, Nº. 7995 – Nova Esperança II
Cidade: Manaus **Estado:** Amazonas **CEP:** 69.037-473

Telefone Compras: (92) 3655-0763 **E-mail:** compras@mpam.mp.br

FORNECEDOR:
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

CNPJ: 60.501.293/0001-12
Endereço: Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855 11 andar Vila Olimpia
Pessoa de contato: Adriana Vieira.

Telefone: (11) 4700-9060 / (11) 95781-5488 **E-mail:** adriana.vieira@thomsonreuters.com

Dados Bancários: Banco do Brasil **Agência:** 7039-4 **Conta-corrente:** 33992-X

Nota de Empenho: 2022NE0002257.

Valor Total do Empenho: R$ 12.063,63 (doze mil sessenta e três reais e sessenta e três centavos)

Descrição do Material/Serviço:
Aquisição de assinatura de bibliotecas digitais jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado de no mínimo 100 (cem) usuários, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse Parquet.

Prazo de Entrega:
A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso aos Produtos, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

A futura CONTRATADA será responsável fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados, desde o local de sua produção, conforme o caso, até o local de entrega, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h. às 14h., no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, nº 7.995 – Nova Esperança - CEP. 69037- 473 / Manaus-AM.**

A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com a **BIBLIOTECA,** pelo telefone (92) 3655-0692, em dias úteis, no horário de 08h00min às 14h00min.

Garantia: Nos termos do art. 25, I, LEI 8.666/93

Procedimentos a observar:
1. A Contratada apresentará documento fiscal específico, discriminando todo o material e/ou serviço contratado, com indicação de preços unitários e total.
2. Para fins de pagamento, a Contratada deverá incluir, no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), o número da Nota de Empenho e os dados bancários cadastrados no SISTEMA AFI da Secretaria de Estado da Fazenda.
3. A nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Procuradoria-geral de Justiça, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
4. Após a conferência do documento fiscal e do material / serviço, o mesmo será aprovado ou rejeitado.
4.1 Se o documento fiscal for rejeitado, o mesmo será devolvido à contratada para os devidos ajustes, conforme as informações dos motivos da rejeição, contando-se os prazos a partir da data de aprovação do documento fiscal.
4.2 Se o documento fiscal for aprovado, será atestado e encaminhado para pagamento, através de depósito na conta bancária da contratada.
5. No preço do material / serviço já estão inclusos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, e outras de

qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da presente contratação.
6. A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, se constatado que:
6.1 O fornecimento de material / serviço está em desacordo com a proposta e as condições apresentadas;
6.2 Há pendência de documentos / certidões de regularidade fiscal.

Outras Informações: Para fins de pagamento, a empresa deverá encaminhar à PGJ/AM, **através do Setor de Protocolo**, os seguintes documentos: Requerimento de Pagamento, Nota Fiscal (NF-e), Certidões Negativas de Débito (conforme item 3 acima), Recibo e Cópia da Nota de Empenho. **E-mail: protocolo@mpam.mp.br**. Contato: (92) 3655-0757.

Responsável – Setor

Anne Jakeline Carvalho das Neves
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Expedido em: 21/11/2022

Responsável – Fornecedor

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
CNPJ n.º 60.501.293/0001-12

Recebido em: / /2022

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 21/11/2022, às 11:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0937169** e o código CRC **753B9227**.

E-mail - 0938052

Data de Envio:
22/11/2022 09:13:38

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Assunto:
Cadastro para assinatura de AFMS e recebimento de Nota de Empenho - MPAM -

Mensagem:
Prezados,

Em ocasião da emissão de Empenho em favor da empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA , solicitamos que realize o cadastro junto ao sistema de tramitação de processos do MPAM (SEI), para que seja realizada a assinatura eletrônica da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO, bem como o envio do EMPENHO.

Para tal, o responsável pela assinatura da empresa precisa preencher o formulário que consta no link abaixo, e enviar para este mesmo endereço (compras@mpam.mp.br) os seguintes documentos: RG, CPF e COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA do responsável pela assinatura.

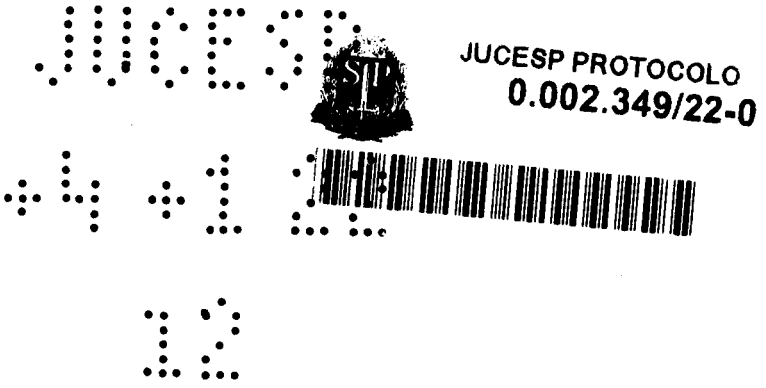
Solicitamos ainda, que envie para este Setor de Compras e Serviços o e-mail cadastrado e nome do responsável, a fim de viabilizar a liberação de acesso junto ao Setor responsável.

https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?
acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Vanilza dos Santos Monteiro.
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Fones: (92) 3655-0748 | 749
Whatsapp: (92) 3655-0763



INSTRUMENTO PARTICULAR DA 76ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 60.501.293/0001-12

NIRE: 35.207.123.348

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.910.509/0001-71, com seus atos societários arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35226848310, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 132, bairro Vila Olímpia, CEP: 04548-005, neste ato representada pelos seus diretores Sr. **Adrian Orlando Fognini**, argentino, casado, contador, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G030951-N, inscrito no CPF/MF sob nº 237.208.128-47, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 132, bairro Vila Olímpia, CEP: 04548-005, designado Diretor Presidente; e Sr. **Ricardo Tommasi Filho**, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.983.228-3 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 522.826.196-68, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 132, bairro Vila Olímpia, CEP: 04548-005; e

BEDRIJFSBEHEER TRA B.V., sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede na cidade de Amsterdã, Holanda, em Antonio Vivaldistraat 50, 1083HP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n.º 05.492.957/0001-16, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Marcelo Chaves de Mello**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 94.453, portador da Cédula de Identidade RG nº 98648272– IFP/RJ,

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 242

JUCESP
4 122
12

inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob nº 028.307.747-60, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 132, bairro Vila Olímpia, CEP 04548-005.

Únicas sócias representando a totalidade do capital social da **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.501.293/0001-12, com seus atos societários arquivados na JUCESP sob NIRE 35.207.123.348, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, 12º andar, conjunto 121, CEP: 04548-005.

Resolvem celebrar o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DA 76ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, de acordo com os seguintes termos e condições:

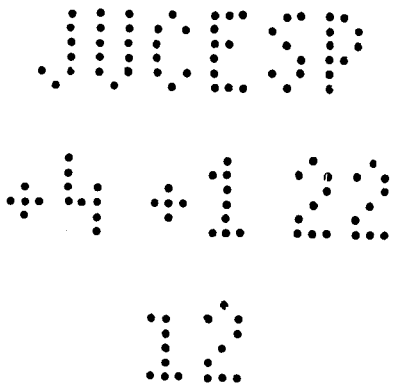
I. DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

1.1. A quotista THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA. retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo, a título oneroso, 01 (uma) quota representativa do capital social da Sociedade com valor nominal de R$ 1,00 (um real) de que é titular para a sócia BEDRIJFSBEHEER TRA B.V. que passa a ser única quotista da sociedade.

1.2. A sócia retirante THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA. confere neste ato à sócia BEDRIJFSBEHEER TRA B.V. e à Sociedade a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação em relação à cessão e transferência de quota realizada nos termos do item 1 acima, para nada mais reclamar a que tempo ou título for.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.



II. DA ALTERAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO

2.1. Tendo em vista a cessão e transferência disposta acima, a EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA. passa a ser constituída na forma de Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, na forma do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

III. DA REMOÇÃO DA CLÁUSULA DE CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

3.1. A sócia única decide remover a cláusula 17ª do presente Contrato Social, descrita a seguir, e por consequência renumerar as cláusulas seguintes do Contrato Social.

CLÁUSULA 17ª *A sociedade não se dissolverá em caso de fusão, cisão ou incorporação envolvendo qualquer das sócias, bem como nas hipóteses de extinção, liquidação, acordo com credores ou falência, continuando a operar com a sócia remanescente e com os sucessores da sócia fundida, cindida, incorporada, extinta, liquidada, em acordo com credores ou falida.*

IV. DAS ALTERAÇÕES NO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

4.1. Em virtude das mudanças estruturais descritas nos tópicos anteriores, o presente Contrato Social sofrerá alterações pontuais nos seguintes capítulos, os quais passarão a ter as seguintes redações:

CAPÍTULO II - Capital Social

CLÁUSULA 5ª *O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$2.345.043,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quarenta e três reais), divido em*

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 244

JUCESP
4 122
12

2.345.043 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quarenta e três) quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, assim detida pela única sócia:

Sócia	***Quotas***	***Valor (R$)***	***Porcentagem***
Bedrijfsbeheer TRA B.V.	*2.345.043*	*R$2.345.043,00*	*100,00*
Total	***2.345.043***	***R$2.345.043,00***	***100***

PARÁGRAFO 1° *A Sociedade possui saldo de R$ 0,46 (quarenta e seis centavos) em Conta de Reserva para Futuro Aumento de Capital.*

PARÁGRAFO 2° *A responsabilidade da sócia é limitada ao valor do capital social e responde exclusivamente pela integralização do capital social.*

CLÁUSULA 6ª *As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.*

CLÁUSULA 7ª *É vedado à sócia caucionar ou, de qualquer forma, empenhar ou onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte.*

CAPÍTULO IV - Deliberações Sociais

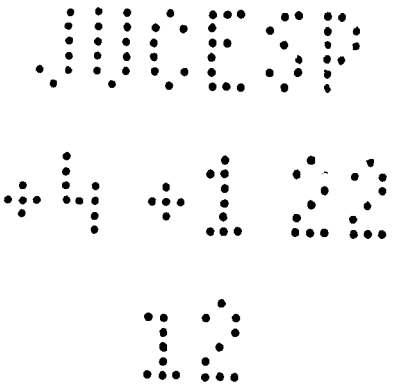
CLÁUSULA 14ª *As deliberações sociais serão tomadas por decisão da sócia, nos termos do disposto nos artigos 1.071 e seguintes do Código Civil.*

CLÁUSULA 15ª *A Reunião de Diretores se realizará (i) ordinariamente ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para reunir-se e submeter para*

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 245



deliberação do sócio as seguintes matérias: a) tomar as contas dos administradores; b) discutir e votar o balanço patrimonial e o resultado econômico da Sociedade; c) determinar a distribuição de lucros, quando for o caso; e d) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia, e (ii) extraordinariamente quando for de interesse social.

PARÁGRAFO 1° *A Reunião de Diretores será convocada por qualquer Diretor mediante carta registrada encaminhada a todos os Diretores com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência para a primeira convocação, e com 5 (cinco) dias para a segunda convocação,*

PARÁGRAFO 2° *A Reunião de Diretores será presidida e secretariada por representantes legais da sócia escolhidos entre os presentes.*

PARÁGRAFO 3° *As Reuniões de Diretores tornam-se dispensáveis quando todos os Diretores decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos termos do artigo 1.072, § 30, do Código Civil.*

PARÁGRAFO 4° *Das Reuniões de Diretores serão lavradas atas assinadas pelos presentes, ficando dispensada a formalidade prevista no artigo 1.075, § 1°, do Código Civil.*

PARÁGRAFO 5° *As reuniões de diretoria tornar-se-ão dispensáveis quando as matérias acima ou descritas em lei forem convocadas e deliberadas em reunião de sócio.*

CAPÍTULO V - Apuração de Haveres

CLÁUSULA 16ª *No caso de apuração de haveres decorrente de determinação legal ou sentença judicial, o valor de reembolso das quotas será apurado da seguinte forma:*

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 246

JUCESP
4 122
12

(a) na data-base da apuração será levantado um balanço da sociedade especialmente para este fim, apurando-se o valor do patrimônio líquido desta e o valor proporcional das quotas a serem reembolsadas ou adquiridas, conforme o caso. Tal balanço deverá ser levantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data-base; e,

(b) os haveres assim apurados serão pagos a quem de direito em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de correção monetária calculada com base no IGPM/FGV - Índice Geral Preços - Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas e, na falta desse, com base em outro índice legal que venha a substituí-lo, com a menor periodicidade permitida pela legislação vigente, desde a data do balanço de apuração de haveres até a data de cada pagamento, vencendo-se a primeira prestação 60 (sessenta) dias após a data do referido balanço e as demais em igual dia dos meses subsequentes.

CLÁUSULA 17ª *As quotas reembolsadas poderão ser adquiridas pela própria sociedade, nas condições previstas em lei, ou pela outra sócia, devendo terceiro ingressar na sociedade para compor o capital social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da saída da sócia.*

CAPÍTULO VI - Exercício Social, Balanço Patrimonial e Destinação de Lucros

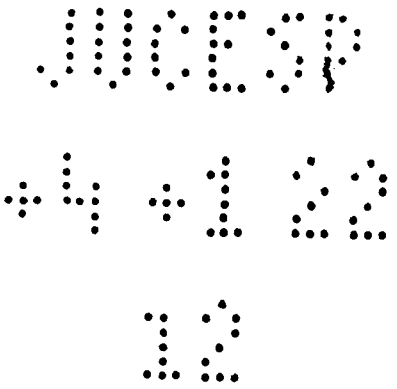
CLÁUSULA 18ª *O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da sociedade.*

CLÁUSULA 19ª *O lucro líquido apurado poderá, por deliberação da sócia, ser distribuído à sócia na proporção de sua participação no capital social ou não, ou retido para posterior deliberação.*

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 247



PARÁGRAFO ÚNICO *A sociedade poderá levantar balanços extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros, que terá a destinação determinada pelas sócias.*

CAPÍTULO VIII – Dissolução

CLÁUSULA 20ª *A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei.*

CLÁUSULA 21ª *Em caso de liquidação, a sócia nomeará um liquidante a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes.*

V. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

5.1. Por fim, resolvem as sócias consolidar o Contrato Social, que refletindo as mudanças acima, passa a viger com a seguinte nova redação:

"CONTRATO SOCIAL

DA

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 60.501.293/0001-12

NIRE: 35.207.123.348

CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Tempo de Duração e Objeto Social

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 248

JUCESP

4 122

12

CLÁUSULA 1ª A sociedade empresária, sob a forma de Sociedade Limitada Unipessoal, opera sob a denominação de **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA 2ª A Sociedade possui sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, 12º andar, Conjunto 121, CEP 04548-005.

PARÁGRAFO 1º A sociedade, por resolução da sócia, poderá abrir, transferir ou encerrar filiais, no território nacional ou no exterior.

PARÁGRAFO 2º A Sociedade possui filial na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Hélio Ossamu Daikuara, nº 1.445, Galpão 08, Jardim Vista Alegre, CEP: 06807-000, inscrita no CNPJ sob nº 60.501.293/0054-24, e NIRE nº 35.905.888.200.

CLÁUSULA 3ª O tempo de duração da sociedade é indeterminado.

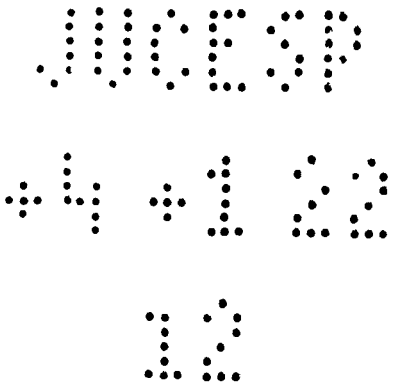
CLÁUSULA 4ª A sociedade tem por objeto: (i) a edição, produção e comércio de livros, revistas, periódicos, material escolar e didático; (ii) o comércio e a distribuição de sistemas e suprimentos de informática; (iii) a importação e exportação dos referidos artigos e materiais; (iv) a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista; e (v) o patrocínio, a organização e a promoção de cursos especializados dentro do âmbito das finalidades da sociedade.

CAPÍTULO II - Capital Social

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 249



CLÁUSULA 5ª O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$2.345.043,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quarenta e três reais), divido em 2.345.043 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quarenta e três) quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, assim detida pela única sócia:

Sócia	Quotas	Valor (R$)	Porcentagem
Bedrijfsbeheer TRA B.V.	2.345.043	R$2.345.043,00	100,00
Total	**2.345.043**	**R$2.345.043,00**	**100**

PARÁGRAFO 1° A Sociedade possui saldo de R$ 0,46 (quarenta e seis centavos) em Conta de Reserva para Futuro Aumento de Capital.

PARÁGRAFO 2° A responsabilidade da sócia é limitada ao valor do capital social e responde exclusivamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 6ª As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

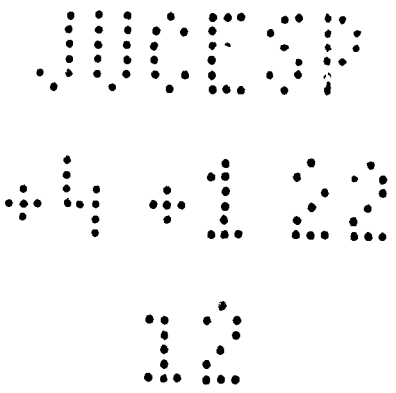
CLÁUSULA 7ª É vedado à sócia caucionar ou, de qualquer forma, empenhar ou onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte.

CAPÍTULO III – Administração

CLÁUSULA 9ª A administração da sociedade será exercida, independentemente de caução, por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) administradores, sócios ou não, designados Diretores. Os Diretores serão eleitos por sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.



permanecerão em seus cargos por tempo indeterminado. A administração da sociedade é exercida pelos seguintes Diretores: (a) **Adrian Orlando Fognini**, argentino, casado, contador, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G030951-N, inscrito no CPF/MF sob nº 237.208.128-47, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 132, bairro Vila Olímpia, CEP: 04548-005, designado Diretor Presidente; (b) o Sr. **Ricardo Tommasi Filho**, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG no 50.983.228-3, inscrito no CPF/MF sob o no 522.826.196-68, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 1332, bairro Vila Olímpia, CEP: 04548-005, designado Diretor Financeiro; e (c) Sr. **Pablo Leo Peduzzi**, argentino, casado, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade RNE: G130457-O – Permanente, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.908.238-30, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, conjunto 132, bairro Vila Olímpia, CEP: 04548-005, designado Diretor Sem Designação Específica.

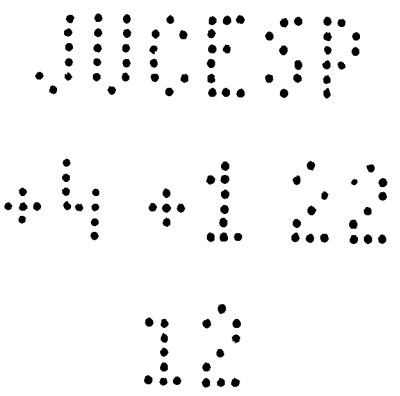
CLÁUSULA 10ª Observadas às disposições da Cláusula 11, 12 e 13 abaixo, além das atribuições necessárias à realização do objeto social, os Diretores ficam investidos dos poderes para representar a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens, observadas as condições deste Capítulo.

CLÁUSULA 11ª Observadas às disposições dos parágrafos desta Cláusula e das Cláusulas seguintes, a sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 251



a) a prática de todos os atos jurídicos que criem, modifiquem ou extingam quaisquer direitos e obrigações da Sociedade compete a 02 (dois) membros da Diretoria, assinando em conjunto ou 01 (um) membro da Diretoria em conjunto com 01 um) procurador, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou Diretor Financeiro, quando o valor envolvido, individual ou anual, superar R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A obrigatoriedade de assinatura do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro aqui prevista somente não se aplica em caso de vacância nos cargos de Diretor Presidente e/ou Diretor Financeiro, hipótese em que a Sociedade poderá ser representada (i) por quaisquer 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto, ou (ii) por qualquer membro da Diretoria, em conjunto com 1 (um) Procurador com poderes específicos para o ato, constituído na forma prevista neste Contrato Social;

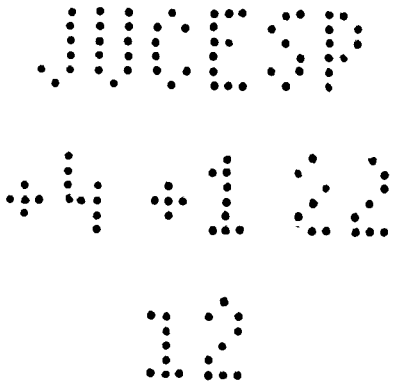
b) compete a 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto, ou (b) qualquer membro da Diretoria, em conjunto com 1 (um) Procurador, ou (c) 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes específicos para o ato, a prática de todos os atos jurídicos que criem, modifiquem ou extingam quaisquer direitos e obrigações da Sociedade, quando o valor envolvido, individual ou anual, for menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

c) para assinatura de contratos, propostas e demais documentos firmados pela sociedade com clientes independentemente do valor, a Sociedade poderá ser representada por 02 (dois) membros da Diretoria em conjunto, 01 (um) membro qualquer da Diretoria em conjunto com 01 (um) procurador ou por 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes específicos para o ato;

d) A Sociedade poderá ser representada por 02 (dois) membros da Diretoria em conjunto, 01 (um) membro qualquer da Diretoria em conjunto com 01 (um) procurador ou por 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes específicos, em instituições financeiras e/ou bancárias, públicas ou privadas, em quaisquer de suas agências para transferência de valores entre contas das empresas do

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.



grupo, na assinatura de Contratos de Mútuos entre empresas do mesmo grupo, na contratação de operações de câmbio – todas com valor de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) –, para pagamento e encerramento de valores recebidos de clientes, independentemente do valor. Quando tratar-se de transferência de valores com terceiros aplica-se o disposto no Parágrafo Primeiro acima..

e) a Sociedade poderá prestar garantias e ser Fiadora de Empresas do grupo Thomson Reuters, sendo representada por 02 (dois) membros da Diretoria em conjunto, 01 (um) membro qualquer da Diretoria em conjunto com 01 (um) procurador ou por 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes específicos para este ato.

PARÁGRAFO ÚNICO A Diretoria, por intermédio de 02 (dois) membros em conjunto, poderá, por prazo não superior a 02 (dois) anos, constituir, em nome da Sociedade, procuradores, para, em conjunto ou separadamente, representar a Sociedade e praticar os atos e operações que vierem a ser especificados nos respectivos instrumentos de mandato, que sempre particularizarão os poderes e o prazo de duração do mandato. Para a representação da Sociedade em juízo, os mandatos poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 12ª Observadas às disposições das Cláusulas 11 e 13, em operações estranhas aos negócios da sociedade e ao objeto social, é vedado aos Diretores ou procuradores conceder, em nome da sociedade, fianças ou avais ou contrair obrigações de qualquer natureza.

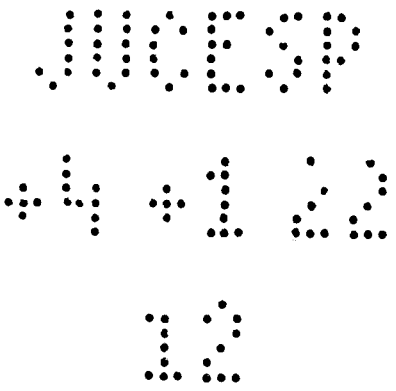
CLÁUSULA 13ª Observada a forma de representação prevista na Cláusula 11 acima, a prática dos seguintes atos pelos Diretores ou por procuradores está condicionada à prévia e expressa aprovação de sócias representando a maioria do capital social:

(a) a aquisição, alienação, oneração ou locação de quaisquer ativos permanentes;

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 253



(b) a aquisição, alienação ou transferência de participação em outras sociedades ou empreendimentos;

(c) a contratação de auditores independentes.

CAPÍTULO IV - Deliberações Sociais

CLÁUSULA 14ª As deliberações sociais serão tomadas por decisão das sócias representando a maioria do capital social, observado o disposto no artigo 1.076 do Código Civil.

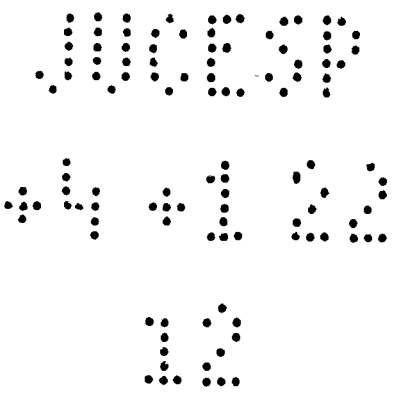
CLÁUSULA 15ª A Reunião de Diretores se realizará ordinariamente ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para reunir-se e submeter para deliberação do sócio as seguintes matérias: a) tomar as contas dos administradores; b) discutir e votar o balanço patrimonial e o resultado econômico da Sociedade; c) determinar a distribuição de lucros, quando for o caso; e d) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia, e (ii) extraordinariamente quando for de interesse social.

PARÁGRAFO 1° A Reunião de Diretores será convocada por qualquer Diretor mediante carta registrada encaminhada a todos os Diretores com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência para a primeira convocação, e com 5 (cinco) dias para a segunda convocação,

PARÁGRAFO 2° A Reunião de Diretores será presidida e secretariada por representantes legais da sócia escolhidos entre os presentes.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.



PARÁGRAFO 3° As Reuniões de Diretores tornam-se dispensáveis quando todos os Diretores decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos termos do artigo 1.072, § 30, do Código Civil.

PARÁGRAFO 4° Das Reuniões de Diretores serão lavradas atas assinadas pelos presentes, ficando dispensada a formalidade prevista no artigo 1.075, § 1°, do Código Civil.

PARÁGRAFO 5º As reuniões de diretoria tornar-se-ão dispensáveis quando as matérias acima ou descritas em lei forem convocadas e deliberadas em reunião de sócio.

CAPÍTULO V - Apuração de Haveres

CLÁUSULA 16ª No caso de apuração de haveres decorrente de determinação legal ou sentença judicial, o valor de reembolso das quotas será apurado da seguinte forma:

(a) na data-base da apuração será levantado um balanço da sociedade especialmente para este fim, apurando-se o valor do patrimônio líquido desta e o valor proporcional das quotas a serem reembolsadas ou adquiridas, conforme o caso. Tal balanço deverá ser levantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data-base; e,

(b) os haveres assim apurados serão pagos a quem de direito em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de correção monetária calculada com base no IGPM/FGV - Índice Geral Preços - Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas e, na falta desse, com base em outro índice legal que venha a substituí-lo, com a menor periodicidade permitida pela legislação vigente, desde a data do balanço de apuração de haveres até a data de cada pagamento, vencendo-se a primeira

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

JUCESP
4122
12

prestação 60 (sessenta) dias após a data do referido balanço e as demais em igual dia dos meses subsequentes.

CLÁUSULA 17ª As quotas reembolsadas poderão ser adquiridas pela própria sociedade, nas condições previstas em lei, ou pela outra sócia, devendo terceiro ingressar na sociedade para compor o capital social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da saída da sócia.

CAPÍTULO VI - Exercício Social, Balanço Patrimonial e Destinação de Lucros

CLÁUSULA 18ª O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da sociedade.

CLÁUSULA 19ª O lucro líquido apurado poderá, por deliberação da sócia, ser distribuído à sócia na proporção de sua participação no capital social ou não, ou retido para posterior deliberação.

PARÁGRAFO ÚNICO A sociedade poderá levantar balanços extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros, que terá a destinação determinada pelas sócias.

CAPÍTULO VII – Dissolução

CLÁUSULA 20ª A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA 21ª Em caso de liquidação, a sócia nomeará um liquidante a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognini.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

Anexo CONTRATO SOCIAL (0938276) SEI 2022.003026 / pg. 256

JUCESP
4 122
12

CAPÍTULO VIII - Disposições Finais

CLÁUSULA 22ª Os casos omissos serão regulados pelas disposições aplicáveis às Sociedades Limitadas constantes do Código Civil e, supletivamente, pela Lei das Sociedades por Ações.

E por estarem assim, justas e contratadas, as sócias assinam eletronicamente o presente instrumento em 01 (uma) via, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

_____

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

Adrian Orlando Fognini *Ricardo Tommasi Filho*

_____

BEDRIJFSBEHEER TRA B.V.

p.p. Marcelo Chaves de Mello

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Rafael Mechi Nunes
CPF: 219.752.978-14

Nome: Bruno Henrique Paixão
CPF: 336.352.058.18

JUCESP
04 JAN 2022
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
6.096/22-0

JUCESP

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henriqu
Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando Fognir
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando
ssinado digitalmente por Marcelo Chaves De Mello, Bruno Henrique Paixao, Ricardo Tommasi Filho e Rafael Mechi Nunes. Este documento foi assinado eletronicamente por Adrian Orlando
naturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 180F-F2E8-F83C-D123.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/180F-F2E8-F83C-D123 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 180F-F2E8-F83C-D123

Hash do Documento

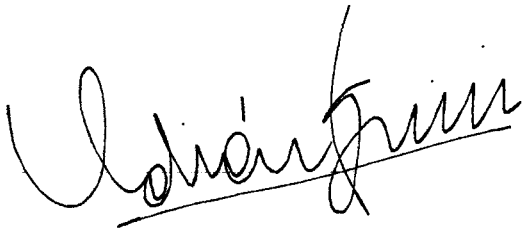
A2F7EF7EF708BD8FEC8BF41C9BC91F8BC88AF6A62DBBD5E7DDA3A1390F892546

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/01/2022 é(são) :

☑ Adrian Orlando Fognini (Signatário) - 237.208.128-47 em 31/12/2021 13:43 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Por email: bruno@pcparalegal.com.br

Evidências

Client Timestamp Fri Dec 31 2021 13:43:36 GMT-0300 (Argentina Standard Time)
Geolocation Latitude: -34.6196536 Longitude: -58.383111 Accuracy: 3043.5261892761855
IP 147.161.129.81
Assinatura:



Hash Evidências:
1603FC4FDE26EE5E2C91E814E1019F79E58B9C212EAE99BC83D4C692B151B987

☑ Marcelo Chaves de Mello (Signatário) - 028.307.747-60 em 31/12/2021 13:26 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

☑ Bruno Henrique Paixao (Testemunha) - 336.352.058-18 em 31/12/2021 13:12 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

☑ Ricardo Tommasi Filho (Signatário) - 522.826.196-68 em 31/12/2021 10:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

☑ Rafael Mechi Nunes (Testemunha) - 219.752.978-14 em 31/12/2021 00:36 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



JUCESP

4122

12

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.501.293/0001-12 **MATRIZ**		**23/08/1966**

NOME EMPRESARIAL
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
58.11-5-00 - Edição de livros (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (Dispensada *)
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros (Dispensada *)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DR CARDOSO DE MELO	**1855**	**ANDAR 12 CONJ 121**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
04.548-903	**VILA OLIMPIA**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMPLIANCE.BRASIL@THOMSONREUTERS.COM	**(11) 2159-0500**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/10/2003**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/02/2022** às **17:28:08** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Anexo CNPJ (0938277) SEI 2022.003026 / pg. 260

DocuSign Envelope ID: 479A8E29-B6BC-480E-8B94-EA5728FD1064

DS PLP

DS RF

PROCURAÇÃO

012/22

OUTORGANTE: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, sociedade limitada constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 12º andar, Conj. 121, Vila Olimpia, CEP: 04548-005, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.501.293/0001-12, por seus representantes legais **Sr. Pablo Leo Peduzzi**, inscrito no CPF sob o nº 237.908.238-30 e **Sr. Ricardo Tommasi Filho**, inscrito no CPF sob o nº 522.826.196-68, pelo presente instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores:

DIRETORES:

***GRUPO A*: ADRIAN ORLANDO FOGNINI**, argentino, casado, contador, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº F030951-N, inscrito no CPF/MF sob nº 237.208.128-47; **RICARDO TOMMASI FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.983.228-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 522.826.196-68; e **PABLO LEO PEDUZZI**, argentino, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG RNE:G130457-O (CGPI/DIREX/DPF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 237.908.238-30.

OUTORGADOS:

***GRUPO B*: MARCELO CHAVES DE MELLO**, brasileiro, casado, advogado, registrado na OAB/RJ nº 94.453, portador da Carteira de Identidade RG nº 98.648.272-IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 028.307.747-60; **JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 36.128.699-5 e inscrita no CPF/MF sob o nº 800.589.571-20; **RALFF TOZATTI**, brasileiro, contador, portador da cédula de identidade RG nº 10769316 e inscrito no CPF/MF sob o nº 067.165.696-68; **ANDRÉA ZIRAVELLO ELIAS**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 17317943-5 SSP/SP

Sensitivity: Confidential

DocuSign Envelope ID: 479A8E29-B6BC-480E-8B94-EA5728FD1064

DS PLP

DS RT

e inscrita no CPF/MF sob o nº 128.132.378-09; **MARCONDES DE BORBA**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 6087387 e inscrito no CPF/MF sob o nº 952108650-53; ; **PAULO ORLANDO BUSCH**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 33.328.514-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 309.249.698-14; **EDUARDO BARBOSA VITOR**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, RG nº 23.874.790-6 SSP/SP, CPF/MF sob nº 178.991.248-24; **ANDRE FREITAS DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 095858103-6 IFP e inscrito no CPF/MF sob o nº 021.858807-05; **LUCIANO FULGENCIO SCHORCK IDESIO**, brasileiro, casado, Gestor de Marketing, RG nº 2486797 SSP/SC, CPF/MF sob o nº 746.994.829-53; **JOSÉ DOMINGUEZ**, argentino, casado, líder de negócio, RNE F1183489, inscrito no CPF 242.862.558-67; e **JEANE ELISABETE AVELAR**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 3620184 SSP/ GO e inscrita no CPF/MF sob o nº 830.143.301-91.

***GRUPO C*: RODRIGO DE OLIVEIRA LIMA**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº MG-6.430.607 e inscrito no CPF/MF sob o nº 925.028.306-72; **GUSTAVO COELHO GARCIA REIS**, brasileiro, engenheiro, em uma união estável, Id: 541714-7 MM (Ministério da Marinha), inscrito no CPD sob o nº 071333867-98; **LUCAS GAONA**, argentino, casado, advogado, portador do RNE nº G 161458-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 238.131.588-88; **MARIA PAULA PINA**, argentina, casada, administradora de empresas, portadora do RNE nº G210230-K e inscrita no CPF/MF sob o nº 238.472008-28; **PAULO ORLANDO BUSCH**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 33.328.514-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 309.249.698-14; **JEANE ELISABETE AVELAR**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 3620184 SSP/ GO e inscrita no CPF/MF sob o nº 830.143.301-91; e **JULIANA FRANCONERE NOGUEIRA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, administradora,

Sensitivity: Confidential

Anexo Procuração (0938278) SEI 2022.003026 / pg. 262

DocuSign Envelope ID: 479A8E29-B6BC-480E-8B94-EA5728FD1064

DS PLP

portadora da cédula de identidade RG nº 33385633-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 318.359.388-25.

DS

PODERES:

Esta Procuração confere poderes *"Ad Negotia"* aos procuradores, independentemente da ordem de nomeação, para, em conjunto de 02 (dois) Outorgados, observadas as condições previstas abaixo, representar a Outorgante matriz, bem como suas filiais: **a)** para assinar Propostas, Formulários de Pedidos, Contratos Comerciais, Licenças de Uso, Manutenção de Softwares, Armazenamento de Dados (*Hosting)*, Contratos de Atualização de Software, Contratos de Serviços, e seus Aditivos, exceto quando nos referidos contratos constarem cláusula de responsabilidade civil ilimitada e/ou disponha sobre a propriedade intelectual contida nas licenças, acessos, produtos e serviços oferecidos pela Outorgante (denominados "Documentos Contratuais"); **b)** para assinar e promover notificações extrajudiciais, enfim, praticar todos os atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **c)** perante a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes da federação, União, Estados e Municípios e Distrito Federal, Sociedade de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias, Empresas do Sistema S, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e todas as entidades que se submetem à Lei nº 8.666/93 ou legislação especifica que estabelece o procedimento licitatório; perante Processos de Contratação Direta (Inexigibilidade ou Dispensa) e Indireta (Licitação); **d)** para solicitar certidões, requerer cópias de documentos, requerer pesquisa e obter extratos de situações fiscais, sempre tratando e resolvendo todos os assuntos de interesse da Outorgante, assinando, requerendo e alegando o que for necessário, interpor recursos, impugnações e demais manifestação que se fizerem necessárias em Processos Administrativos perante a Administração Publica Direta e Indireta; **e)** para assinar Propostas, Formulários de Pedidos, Contratos Comerciais, Nota de Empenho, Licenças de Uso, Contratos de Atualização de Software, Contratos de Serviços, e Aditivos respectivos com a

Sensitivity: Confidential

DocuSign Envelope ID: 479A8E29-B6BC-480E-8B94-EA5728FD1064

Administração Pública de forma que: **i)** para referidos Documentos Contratuais **até o valor de R$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) somente poderão ser assinados por **um representante do Grupo A em conjunto com um representante do Grupo B**, ou **um representante do Grupo A em conjunto com um representante do Grupo C**, ou **um representante do Grupo C em conjunto com um representante do Grupo B**, ou **dois representantes do Grupo B conjuntamente**; **ii)** para referidos Documentos Contratuais com valores **entre R$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) **e R$ 1.000.000,00** (um milhão de reais) e demais documentos relacionados às hipóteses elencadas em "c", "d" e "e" somente poderão ser assinados por **um representante do Grupo A em conjunto com um representante do Grupo B**, ou **um representante do Grupo A em conjunto com um representante do Grupo C**; **iii)** fica vedada a assinatura pelos Outorgados dos **Grupos B e C** de quaisquer documentos mencionados neste instrumento cujo valor exceda **R$ 1.000.000,00** (um milhão de reais).

VALIDADE: A presente procuração é válida até 31 de dezembro de 2022, e extingue-se automaticamente pelo encerramento do prazo e a qualquer tempo, pelo encerramento do contrato de trabalho, pela substituição ou cancelamento por outro mandato com os mesmos fins deste, sem reserva dos poderes conferidos. Sendo vedado o substabelecimento. Esta procuração possui efeitos retroativos a 01 de julho de 2021 e substitui a anterior de nº 012/21, a qual, por e neste ato, fica revogada e cancelada.

São Paulo, 2 de setembro de 2021.

DocuSigned by: Pablo Leo Peduzzi CB16A69CFE8E45A...

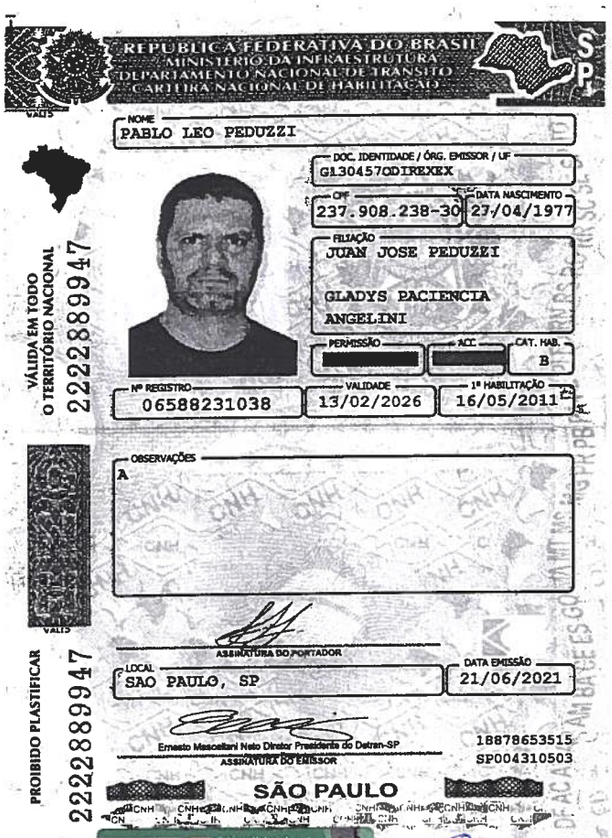
DocuSigned by: Ricardo Tommasi Filho 32A8942A717D41D...

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Pablo Leo Peduzzi Ricardo Tommasi Filho

Ref.: *VENDAS*

Sensitivity: Confidential


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
SP
NOME
PABLO LEO PEDUZZI
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
GI30457ODIREXEX
CPF
237.908.238-30
DATA NASCIMENTO
27/04/1977
FILIAÇÃO
JUAN JOSE PEDUZZI
GLADYS PACIENCIA ANGELINI
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
06588231038
VALIDADE
13/02/2026
1ª HABILITAÇÃO
16/05/2011
OBSERVAÇÕES
A
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
SAO PAULO, SP
DATA EMISSÃO
21/06/2021
Ernesto Mascellani Neto Diretor Presidente do Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR
18878653515
SP004310503
SÃO PAULO
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2222889947
PROIBIDO PLASTIFICAR
2222889947
111237
AUTENTICAÇÃO
AU1059BG0A5
TABELIÃO DE NOTAS
Autêntico a Presente
extraída, conforme
cópia reprog
original apresentado, dou fé.
S. Paulo,
15º
18 NOV. 2022
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Eduardo Conceição da Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA - R$ 4,86

EM BRANCO

Conta de Energia Elétrica

Nota Fiscal

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

Nº DA INSTALAÇÃO	0202744255	Nº DO CLIENTE	0023050874

PABLO LEO PEDUZZI
R RAIMUNDO SIMAO DE SOUZA 26 TOR A AP 212
CEP: 06709-040 SAO PAULO - SP

Classificação da Unidade Consumidora

Grupo	B	Subgrupo	B1
Classe	RESIDENCIAL		
Subclasse	RESIDENCIAL		
Tipo de Fornecimento	Trifásico		
Modalidade tarifária	Convencional		

Dados da Conta

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R$)
14 SET 2021	[redacted]

CONTA REFERENTE A: AGO 2021

Use este código para cadastro em Débito Automático:

100189578412

Dados de Medição

Nº do medidor		12164764
Leitura anterior	29 JUL	6.988
Leitura atual	27 AGO	7.466
Próxima leitura	28 SET	
Fator multiplicador		1
Consumo do mês (kWh)		478,00
Número de dias		29

Histórico de Faturamento

Mês/Ano	kWh	Dias
08/21	478	29
07/21	504	31
06/21	447	31
05/21	367	30
04/21	421	30
03/21	413	31
02/21	406	29
01/21	341	30
12/20	441	32
11/20	412	30
10/20	419	30
09/20	362	31
08/20	574	30

Reservado ao Fisco

585F.C8D6.E6DC.AA68.4C3C.FF37.AF68.15C2

Data de emissão	Nº Nota fiscal	Série	Base de cálculo	Alíquota	ICMS
27 AGO 2021	342722217	B	449,52	25%	112,37

CFOP: 5258 (Venda de en. elétrica a não contribuinte)

CPF/CNPJ 237.906.236-30 e INSC.EST.ISENTO

Bandeira(s) Tarifária(s) aplicada(s) no mês: VERMELHA PATAMAR II

Descrição de Faturamento

CCI	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE kWh	TARIFA C/ICMS	BASE ICMS	ALIQ ICMS	ICMS	VALOR
0605	USO SIST. DISTR. (TUSD)	478,0	0,40946	195,72	25%	48,93	[redacted]
0601	ENERGIA (TE)	478,0	0,36314	183,14	25%	45,78	
0698	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA			60,50	25%	15,12	
0699	PIS/PASEP (0,41%)			1,82	25%	0,45	
0699	COFINS (1,86%)			8,34	25%	2,09	
0807	COSIP - SÃO PAULO - MUNICIPAL						

Tarifas aplicadas (sem impostos)

CONVENCIONAL-RESIDENCIAL: 0,30711 (TUSD) 0,28738 (TE)

Valor Total dos Tributos: [redacted]

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >.

SERPRO / DENATRAN

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A.
Av. das Nações Unidas, 14401 - Conjuntos 1 ao 4, 17º ao 23º andar, Torre B1
Vila Gertrudes, São Paulo/SP - Cep 04794-000
CNPJ n 61.695.227/0001-93 - Inscrição Estadual: 133.122.090.117 | Regime Especial Proc. 1000635-686924/2005

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

Nº DA INSTALAÇÃO	Nº DO CLIENTE
2139726	14911636

CPF/CNPJ: 800.589.571-20 **INSC. EST:** ISENTO

JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO

AL ORQUIDEAS DAS 257
CEP: 06539-235 - SANTANA DE PARNAIBA/SP

Dados da Conta

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R$)
24 FEV 2022	44,21

CONTA REFERENTE A FEV 2022

Dados de Medição

Nº do medidor		5707806
Leitura anterior	17 JAN	6.474
Leitura atual	14 FEV	Não Executada
Próxima leitura	16 MAR	
Fator multiplicador		1,00000
Consumo do mês (kWh)		55,0
Número de dias		28

Histórico de Faturamento

Mês/Ano	kWh	Dias
fev/22	55	28
jan/22	106	32
dez/21	32	30
nov/21	30	28

Classificação da Unidade Consumidora

Grupo	Subgrupo	Classe
B	B1	RESIDENCIAL

Subclasse RESIDENCIAL

Tipo de fornecimento	Modalidade Tarifária
Monofásico	Convencional

Reservado ao Fisco

9C6C.D5EB.7FF5.6BF8.2F07.F93F.0696.CD29

Data de emissão	Nº Nota fiscal	Série	Base de cálculo	Alíquota	ICMS
14 FEV 2022	387843354	B	0,00	0%	0,00

CFOP 5258: Venda de en. elétrica a não contribuinte

Descrição de Faturamento

Bandeira(s) Tarifária(s) aplicada(s) no mês ESCASSEZ HÍDRICA

CCI	DESCRIÇÃO	QTD kWh	TARIFA C/ICMS	BASE ICMS	ALIQ ICMS	ICMS	VALOR
0605	USO SIST. DISTR. (TUSD)	55,000	0,30711	0,00	0%	0,00	16,89
0601	ENERGIA (TE)	55,000	0,28738	0,00	0%	0,00	15,80
0698	ADIC. BANDEIRA TARIFÁRIA	0,000	0,00000	0,00	0%	0,00	7,81
0699	PIS/PASEP (0,76%)			0,00	0%	0,00	0,31
0699	COFINS (3,52%)			0,00	0%	0,00	1,48
0807	CIP-S.PARNAÍBA - MUNICIPAL						2,20
0999	DIC DEZEMBRO/2021						0,28-

Tarifas aplicadas (sem impostos)

CONVENCIONAL-RESIDENCIAL 0,30711 (TUSD) 0,28738 (TE)

Valor dos Tributos: R$ 1,79

Mensagens

Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente.
- ICMS isento conforme art. 29, inciso II, letra a, do Anexo I, Decreto 45.490/00.
- Sua conta com vencimento em 27/01/2022 no valor de 103,77 foi quitada através de Débito Automático.
Informações sobre a apuração dos indicadores de qualidade de fornecimento de energia (DIC, FIC, DMIC e/ou DICRI) e sobre os atendimentos comerciais realizados em sua instalação, podem ser obtidas em nossa agência virtual - www.eneldistribuicaosp.com
Débito Automatico BANCO SANTANDER BANESPA SA
Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.
A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) determinou que desde 01.09.21 está vigente a Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R$ 0,14200 a cada quilowatt hora. Para clientes baixa renda a partir de 01.02.22 permanece a Bandeira Verde, onde não há cobrança de adicional.

Notificação/Reaviso de Contas Vencidas

Esta unidade consumidora está apta à suspensão de fornecimento por inadimplência a partir de 07/03/22, ou a qualquer momento por débitos já Revisados. O encerramento da relação contratual poderá ocorrer em 02 ciclos de faturamento após a suspensão de fornecimento. Constam os seguintes débitos sujeitos a ações de cobrança, como inclusão em órgãos de proteção ao crédito e protesto. Caso já tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

Vencimento	Valor(R$)	Vencimento	Valor(R$)	Vencimento	Valor(R$)
28.12.2021	25,28				

Cadastre sua conta em débito automático. Utilize este código: 100204517253

Prezado cliente, para quitar esta conta de energia, verifique a próxima página deste documento.

Informações Importantes

Atenção foliões, neste carnaval divirtam-se com segurança! Não joguem serpentinas, confetes metálicos ou sprays na rede elétrica, pois isso pode causar acidentes graves. E, jamais subam nos postes ou brinquem próximos da rede elétrica. Juntem-se à ENEL no movimento pela vida e coloquem as nossas dicas de segurança em prática.

Data de emissão	Conta referente a	Vencimento
14 FEV 2022	FEV 2022	24 FEV 2022

CONHEÇA NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO

Agência Virtual
eneldistribuicaosp.com.br
Para solicitar ligação nova, religação de unidade cortada, segunda via de conta e outros serviços.

SMS
27373
Envie um SMS gratuito para 27373 com a palavra LUZ quando faltar energia, CONTA para segunda via e RELIGA para religação de energia. Sempre com o número da instalação junto.

Atendimento de Emergência
0800 72 72 196
Para comunicar casos de fio partido, poste abalroado, falta de energia ou problemas na rede de distribuição.

Atendimento Comercial
0800 72 72 120
Para solicitar ligação nova, religação de unidade cortada, segunda via de conta, fazer reclamações e outros serviços.

Atendimento para Deficientes Auditivos
24 horas
0800 77 28 626
Atendimento exclusivo para deficientes auditivos para informar eventos que necessitem de atendimento emergencial ou tirar dúvidas, fazer reclamações e solicitar serviços.

Ouvidoria
0800 72 73 110
(dias úteis das 8h às 18h).
Para acionar a Ouvidoria é importante que você tenha procurado antes nossos Canais de Atendimento e nos informe o número de protocolo.

ARSESP| 0800 72 70 167
ANEEL | 167
Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.
Agência Nacional de Energia Elétrica (Ligação gratuita de telefones fixos e móveis).

Acesse: www.facebook.com/EnelBrasil

Endereço para devolução - uso exclusivo dos Correios

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A.
Av. das Nações Unidas, 14401 - Conjuntos 1 ao 4, 17º ao 23º andar, Torre B1 -
Vila Gertrudes, São Paulo/SP - Cep 04794-000

Responsável pela Iluminação Pública em sua rua/região.

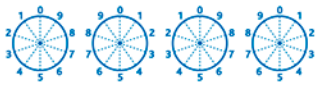
PREFEITURA DO MUNICÍPIO 0800 115 008

INFORMAÇÕES AOS CLIENTES

- Informações suplementares desta conta podem ser consultadas no site, na área reservada ao cliente;
- As condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados, tributos entre outras informações, podem ser consultadas no site e nos demais canais de atendimento;
- A falta de pagamento desta conta implicará a suspensão do fornecimento de energia a partir do 16º dia da notificação de débito. No caso de Tarifa Social de Baixa Renda, a suspensão do fornecimento deverá ocorrer com intervalo mínimo de 30 dias entre a data de vencimento e a efetiva suspensão.
- Contas pagas após o vencimento terão multa de 2%, juros mora de 0,033% ao dia e atualização financeira na próxima conta;
- TUSD: Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TE: Tarifa de Energia;
- Informações sobre a contribuição para custeio do serviço de Iluminação Pública (CIP/COSIP) do seu Município, estão disponíveis no site da distribuidora, no campo "impostos e outros encargos";
- Você pode solicitar o cancelamento da cobrança de serviços de terceiros incluídos em sua conta, bem como a emissão de uma nova sem essa cobrança.

Antes de nos consultar sobre o valor da sua conta, anote a data e a posição dos ponteiros ou os números que aparecem no visor do seu medidor de energia.

Data ___/___/___ Medidor Analógico

Medidor Numérico | | | | 



Receba sua conta via e-mail e contribua com o meio ambiente. Acesse o QRCode impresso nesta conta ou no nosso site.

- CLIENTE, PAGUE PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS ELETRÔNICOS

Orientações

Nº da Conta	Data da Emissão	Conta Referente à
519510767554	14 FEV 2022	FEV 2022
Nº da Instalação	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R$)
2139726	24 FEV 2022	44,21
Nome do Cliente JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO		
Mensagem - ENCARGOS POR ATRASO SERÃO COBRADOS NA PRÓXIMA FATURA		
Autenticação Mecânica		

836900000008 442100481005 202604564213 002045172539

Anexo Docs Juliana Ono (0938280) SEI 2022.003026 / pg. 269

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
CNPJ: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:01:51 do dia 21/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/04/2023.
Código de controle da certidão: **BBCA.83D1.6ECC.293D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.501.293/0001-12
Razão Social: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
Endereço: R DO BOSQUE 820 / BARRA FUNDA / SAO PAULO / SP / 01136-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/10/2022 a 26/11/2022

Certificação Número: 2022102800373467183132

Informação obtida em 01/11/2022 14:29:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Anexo Certidões atualizadas RT (0938282) SEI 2022.003026 / pg. 271

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	22060247725-34
Data e hora da emissão	15/06/2022 16:49:31
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

Anexo Certidões atualizadas RT (0938282) SEI 2022.003026 / pg. 272

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0498110 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 60.501.293/
Contribuinte: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

Liberação: 03/06/2022
Validade: 30/11/2022

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.095.869-0- Inicio atv :20/09/1955 (AV DR CARDOSO DE MELO, 1855 - CEP: 04548-903)
CCM 1.157.770-3- Inicio atv :01/09/1972 (R CONDE DE SARZEDAS, 00038 - CEP: 01512-000 - Cancelado em: 10/07/1991)
CCM 2.377.155-0- Inicio atv :03/09/1989 (R CONDE DO PINHAL, 00078 - CEP: 01501-060 - Cancelado em: 27/02/2014)
CCM 2.781.220-0- Inicio atv :07/12/1998 (R DO BOSQUE, 00820 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 03/07/2001)
CCM 3.892.861-2- Inicio atv :12/03/2009 (AV DA LIBERDADE, 00956 - CEP: 01502-001 - Cancelado em: 27/02/2014)
CCM 2.349.674-6- Inicio atv :07/02/1995 (R HANNEMANN, 00352 - CEP: 03031-040 - Cancelado em: 30/09/2007)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 13:39:25 horas do dia 03/06/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 2C41A360

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 60.501.293/0001-12
Certidão nº: 35803593/2022
Expedição: 21/10/2022, às 17:01:11
Validade: 19/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.501.293/0001-12**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1516734 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 31/10/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, CNPJ: 60.501.293/0001-12, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de novembro de 2022.

PEDIDO N°: 0061513659

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 60.501.293

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	40683197	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	01/11/2022 14:30:46	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Código de controle da consulta: 8ff04198-4318-4e99-8793-a24962dc0e49

Estabelecimento

IE: 103.555.500.111
CNPJ: 60.501.293/0001-12
Nome Empresarial: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
Nome Fantasia:
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Endereço

Logradouro: AVENIDA DR CARDOSO DE MELO
Nº: 1855 **Complemento:** ANDAR 12 CONJ 121
CEP: 04.548-903 **Bairro:** VILA OLIMPIA
Município: SAO PAULO **UF:** SP

Informações Complementares

Situação Cadastral: Ativo **Data da Situação Cadastral:** 10/09/1955
Ocorrência Fiscal: Ativa **Posto Fiscal:** PFC-10 - BUTANTÃ
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO
Atividades Econômicas:
Edição de livros
Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
Comércio varejista de livros
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Informações NF-e

Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 01/07/2010
Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total
Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/07/2010

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.16.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Anexo Certidões atualizadas RT (0938282) SEI 2022.003026 / pg. 277

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.501.293/0001-12

C.C.M: 1.095.869-0

Contribuinte	: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	
Pessoa Jurídica	: Comum	
Tipo de unidade	: Produtiva	
Endereço	: AV DR CARDOSO DE MELO 1855 ANDAR 12	CONJ 121
Bairro	: VILA OLIMPIA	
CEP	: 04548-903	
Telefone	: Não Consta	
Início de Funcionamento	: 20/09/1955	
Data de Inscrição	: 14/06/1973	
CCM Centralizador	: Não consta	
Tipo de Endereço	: Comercial	
Nro. do Contribuinte de IPTU	: 299.048.0029-2	
Última Atualização Cadastral	: 01/09/2020	
Credenciamento DEC	: 06/05/2016	

CNAE

Código	Descrição	Tipo	Data Início
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	Secundário	15/08/2018
4761-0/01	Comércio varejista de livros	Secundário	15/08/2018
5811-5/00	Edição de livros	Principal	15/08/2018
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	Secundário	15/08/2018

Código(s) de tributo(s)

Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
3158	15/08/2018	ISS	5	
5762	01/07/2004	ISS	5	
31402	28/08/2020	TFE	-	
51314	01/01/2003	TFA	-	2

Anexo Certidões atualizadas RT (0938282) SEI 2022.003026 / pg. 278

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.501.293/0001-12

C.C.M: 1.095.869-0

Expedida em 21/10/2022 **via Internet** com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **z8S6Zsk2**
Data de validade**: 21/01/2023**

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/11/2022 às 15:01) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 60.501.293/0001-12.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6361.5EF9.1AEF.3689 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2022 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, visando à aquisição da assinatura de bibliotecas digitais jurídicas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. Dr. **GEORGE PESTANA VIEIRA**, RG nº 2149594-7 SESEG e CPF nº 416.286.245-15, e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.** , doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 60.501.293/0001-12, com sede na Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855, 12° andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 04548-903, neste ato representada pelo Sr. **Pablo Leo Peduzzi**, portador do documento de identidade n.º G130457ODIREXEX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 237.908.238-30, e pela Sra. **Juliana Mayumi Oshiro Ono**, portadora do documento de identidade n.º 361286995 - SSP/SP e inscrita no CPF (MF) sob o n.º 800.589.571-20, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.003026**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do **Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026**, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas,** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto de que trata o presente Ajuste compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas** para acesso remoto, não exclusivo e intransferível, ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Parágrafo primeiro. Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente (com a criação da conta *one pass*).

Parágrafo segundo. A assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas deve conter aos seguintes requisitos:

1. atender a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com "*clock*" mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM miníma de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

2. permitir pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência, com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários, utilizando-

se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, durante todo o período de vigência do contrato.

3. constar em seu conteúdo periódicos *online*, compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais, contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

4. incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

5. possibilitar a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da **CONTRATADA** e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o acesso aos Produtos na Intranet da instituição, no **prazo máximo de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 22 de agosto de 2022, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.003026;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Gerir, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**, mediante ofício ou outros documentos.
3. Atestar o faturamento (nota fiscal) dos serviços realizados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
4. Verificar quando da liquidação dos serviços a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
7. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.
8. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
9. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas

indispensáveis.

10. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
12. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CONTRATADA, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da empresa **CONTRATADA**:

1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar.
2. Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura.
3. Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados.
4. Realizar, durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos.
5. Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo **CONTRATANTE.**
6. Prestar treinamento do produto quando solicitado.
7. Fornecer Manual de Utilização do produto.
8. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
9. Atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
10. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
11. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
12. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
13. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados

que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

14. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
15. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
16. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
17. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
18. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo primeiro. As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, **bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito à indenização.**

Parágrafo terceiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Comunicar a **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste contrato.
2. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Ajuste.
3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.
5. Efetuar o pagamento da **CONTRATADA**, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos **serviços efetivamente realizados,** por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela **CONTRATANTE**.
6. Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.
7. Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.
8. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
10. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor total deste contrato é de **R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).**

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 22 de agosto de 2022, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos

diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A documentação fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser emitidos e apresentados no Setor de Protocolo ou enviados ao e-mail protocolo@mpam.mp.br**.**

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo nono. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de

Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33904014 – Conteúdo de Web, a Nota de Empenho n.º 2022NE0002257, datada de 08/11/2022, no valor de **R$ 12.063,63 (doze mil, sessenta e três reais e sessenta e três centavos).**

Parágrafo único. Nos exercícios seguintes, o valor de **R$ 132.699,91 (cento e trinta e dois mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos),** relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para os orçamentos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

O preço ora contratado não sofrerá reajustamento de qualquer espécie ou natureza durante todo o seu período de vigência, podendo, posteriormente ao referido prazo, ser reajustado, visando a sua adequação aos novos preços de mercado.

Parágrafo primeiro. O pedido de reajuste deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços, com os devidos comprovantes do fato citado.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ 7.238,18 (sete mil, duzentos e trinta e oito reais e dezoito centavos).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade,

a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e no ato convocatório;

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato;

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurada a inexecução do contrato;

- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;

- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pelo Contratante, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas;

- 20% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado;

- 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou

defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e

3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

PABLO LEO PEDUZZI
Representante Legal da Empresa
Editora Revista dos Tribunais LTDA.

JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO
Representante Legal da Empresa
Editora Revista dos Tribunais LTDA.

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 23/11/2022, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Pablo Leo Peduzzi**, **Usuário Externo**, em 06/12/2022,

às 09:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Mayumi Oshiro Ono**, **Usuário Externo**, em 07/12/2022, às 07:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0932255** e o código CRC **E5713D87**.

E-mail - 0939030

Data de Envio:
23/11/2022 08:55:35

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Assunto:
Cadastro para assinatura de AFMS e recebimento de Nota de Empenho - MPAM -

Mensagem:
Prezados,

Em ocasião da emissão de Empenho em favor da empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA , solicitamos que realize o cadastro junto ao sistema de tramitação de processos do MPAM (SEI), para que seja realizada a assinatura eletrônica da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO, bem como o envio do EMPENHO.

Para tal, o responsável pela assinatura da empresa precisa preencher o formulário que consta no link abaixo, e enviar para este mesmo endereço (compras@mpam.mp.br) os seguintes documentos: RG, CPF e COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA do responsável pela assinatura.

Solicitamos ainda, que envie para este Setor de Compras e Serviços o e-mail cadastrado e nome do responsável, a fim de viabilizar a liberação de acesso junto ao Setor responsável.

https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?
acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Vanilza dos Santos Monteiro.
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Fones: (92) 3655-0748 | 749
Whatsapp: (92) 3655-0763

Anexos:
E_mail_0938052.html

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**60.501.293/0001-12**	DUNS®:	**899056626**
Razão Social:	**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**15/11/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**29/04/2023**
FGTS	Validade:	**26/11/2022**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**30/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**30/11/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 996.920.312-68 Nome: MAIKON ANTONIO FREITAS MARTINS
Ass: _____

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 293

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **60.501.293/0001-12** DUNS®: **899056626**
Razão Social: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ**
Data Aplicação: **29/11/2005**
Número do Processo: **056/05**
Descrição/Justificativa: **ADVERTêNCIA PELO NãO FORNECIMENTO DO ITEM 12 (ENUNCIADOS DO TST) CONFORME OFÍCIO/CVM/SAD/Nª 427/2005.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**
Data Aplicação: **12/04/2019**
Número do Processo: **2002.2692/2018-81** Número do Contrato: **2018NE000577**
Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento no art. 87, inc. I da Lei 8.666/93, em razão do retardo excessivo no adimplemento da obrigação de treinamento.**

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 294

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**
Data Aplicação: **15/04/2019**
Número do Processo: **2002.4830/2018-70** Número do Contrato: **2018NE000673**
Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento no Art. 87. inciso I da Lei 8.666/1993, em razão do retardo excessivo no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **925480 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**
Data Aplicação: **04/02/2015**
Número do Processo: **2013/6802**
Descrição/Justificativa: **O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, através de sua Secretária de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nª 738/12/TJRR, art. 2ª, IV aplica à empresa EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, A aplicação da penalidade de advertência, é decorrente de descumprimento contratual, com fundamento no art.87, I, da Lei 8.666/93 e no Edital de Pregão Eletrônico n.ª 36/2013, conforme publicação no DJe, edição nª 5447, de 07.02.2015**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO**
Data Aplicação: **29/12/2014**
Número do Processo: **22532-14.2014.4** Número do Contrato: **2014NE000628**
Descrição/Justificativa: **O TRF 3º Região resolve aplicar à empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda, CNPJ nª 60.501.293/0001-12, a sanção de advertência, com base no artigo 87, I, da Lei nª 8.666/93. A penalidade é resultado do descumprimento da obrigação avençada, com a entrega dos periódicos, mediante processo administrativo nª 0022532-14.2014.4.03.8000.**

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 295

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **154041 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO**

Data Aplicação: **13/02/2014**

Número do Processo: **23115016779201235** Número do Contrato: **2012NE801839**

Descrição/Justificativa: **A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, NOS TERMOS DO PROCESSO 23115.016779/2012-35, DECIDE COM BASE NA AUTORIZAÇÃO DO PRÓ REITOR DE GESTÃO E FINANÇAS DESTA UFMA, E ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA A EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA – CNPJ 60.501.293/0001-12, PREVISTA NO ART 87ª DA LEI 8.666/1993, INC I EM VIRTUDE DE PROBLEMAS OCASIONADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO. (2012NE801839)**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

Data Aplicação: **23/07/2021**

Número do Processo: **503.021/2019-2** Número do Contrato: **2019NE001577**

Descrição/Justificativa: **ATO.SEA.N. 31/2021 - Aplicar à empresa a penalidade de ADVERTÊNCIA, em razão de atraso no fornecimento de exemplares, após a Notificação nª 1/2021, bem como do não atendimento às solicitações de assinatura do aditivo contratual, por ofensa aos itens 3.1.6 e 3.1.7, e com apoio no item 6.1.1 do Anexo do Termo de Referência DIAA/CAMIN nª 9/2019, c/c o art. 87, I, da Lei nª 8.666/93.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ**

Data Aplicação: **26/01/2015**

Número do Processo: **RJ-2013-8623** Número do Contrato: **013/2014**

Descrição/Justificativa: **Atraso na regularização da prestação dos serviços, assim como sucessivos faturamentos equivocados, sem a devida correção solicitada pela fiscalização.**

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 296

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**20001 - SENADO FEDERAL**		
Data Aplicação:	**31/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 138,68**
Número do Processo:	**00200002260201396**	Número do Contrato:	**2013NE000324**
Descrição/Justificativa:	**Por intermédio da Portaria nª 60, de 31 de março de 2015, o Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado Federal, com base nos subitens 4.1 e 4.2 do Regulamento Para Compras de Periódicos Nacionais e Estrangeiros, aplica à empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA pena de MULTA no valor de R$ 132,68, pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n 2013NE000324, conforme disposto no Processo n 00200.002260/2013-96.**		

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**12/02/2014**	Valor da Multa:	**R$ 381,86**
Número do Processo:	**060.004.136/2013**		
Descrição/Justificativa:	**PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DO EMPENHO Nª 2013NE09046 (substitui a 2013NE07831).**		

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**90011 - JUSTICA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE**		
Data Aplicação:	**05/04/2016**	Valor da Multa:	**R$ 1.020,00**
Número do Processo:	**1055/2014**	Número do Contrato:	**03/2015**
Descrição/Justificativa:	**descumprimento total do contrato, visto que a empresa excedeu em mais de 30 (trinta) dias o prazo para fornecimento dos seguintes Periódicos: Revista de Direito Privado (trinta e oito dias de atraso), Revista dos Tribunais (trinta e oito dias de atraso), Revista de Direito Ambiental (trinta e oito dias de atraso), Revista de Processo (trinta e oito e quarenta e três dias de atraso), Revista Brasileira de Ciências Criminais (trinta e oito dias de atraso) e Revista de Direito Constitucional e Internacional (trinta e oito dias de atraso),**		

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 297

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**		
Data Aplicação:	**22/04/2015**	Valor da Multa:	**R$ 3.200,00**
Número do Processo:	**19146/2013**		
Descrição/Justificativa:	**art. 4ª §2ª da Portaria GPR n. 72/2015**		

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**		
Data Aplicação:	**12/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 750,00**
Número do Processo:	**2002.2692/2018-81**	Número do Contrato:	**2018000577**
Descrição/Justificativa:	**A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de multa, no valor de R$ 750,00, equivalente a 5 % do valor da contratação (R$ 15.000,00), com fundamento no art. 87, inc. II, da Lei 8.666/93, e no subitem 9.2, inc. I, do Termo de Referência, em razão do atraso no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**		
Data Aplicação:	**15/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 1.166,00**
Número do Processo:	**2002.4830/2018-70**	Número do Contrato:	**2018NE000673**
Descrição/Justificativa:	**A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Multa no total de R$1.166,00, equivalente a 2,5 % do valor da contratação empenhado (R$ 46.640,00), com fundamento no Art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993 e no subitem 9.2, inciso I, do Termo de Referência, em razão do retardo excessivo no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**		

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.**		
Data Aplicação:	**15/07/2014**	Valor da Multa:	**R$ 14.832,90**
Número do Processo:	**3998/2014-52**	Número do Contrato:	**2013NE001988**
Descrição/Justificativa:	**Não disponibilização dos arquivos para inclusão na Biblioteca Digital do MPF**		

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 298

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**		
Data Aplicação:	**20/11/2014**	Valor da Multa:	**R$ 5.119,12**
Número do Processo:	**504.104/2013-2**	Número do Contrato:	**2013NE002189**
Descrição/Justificativa:	**ATO SEA nª 122/2014, de 20/11/2014, aplicada penalidade de MULTA, em razão do atraso na disponibilização dos arquivos PDF, conforme a nota de empenho 2013NE002189.**		

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**22/10/2015**	Valor da Multa:	**R$ 6.558,00**
Número do Processo:	**6456/2015**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**NOS TERMOS DO ARTIGO 86, CAPUT, DA LEI 8.666/1993, DEVIDO AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DA NOTA EMPENHO 2545/2013.**		

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**10/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 22,23**
Número do Processo:	**STJ nª 12071/2014**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa moratória, com fundamento no art. 86, caput, da Lei 8.666/93, e no item 06 das Condições de Fornecimento e de Prestação de Serviços ao STJ, devido ao atraso na entrega do material objeto da nota de empenho nª 0214/2015. MULTA RECOLHIDA.**		

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência:	**Legado**
UASG Sancionadora:	**90012 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA**
Número do Processo:	**1187/2005-JFBA**
Descrição/Justificativa:	**A JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA, ATRAVÉS DO P.A. Nª1187/2005-JFBA, APLICOU À EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA MULTA NO VALORTOTAL DE R$ 12,38, EM RAZÃO DO ATRASO DE 11 DIAS NA ENTREGA DO MATERI-AL RELATIVO À NOTA DE EMPENHO Nª 2004NE002103, COM FULCRO NO ARTIGO 86DA LEI Nª 8.666/93 E NA MENCIONADA NOTA DE EMPENHO.**

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 299

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**		
UASG Sancionadora:	**100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**		
		Impeditiva:	**Não**
Número do Processo:	**01.107/2016**	Número do Contrato:	**2016NE000498**
Descrição/Justificativa:	**DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS.**		

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
		Impeditiva:	**Não**
Número do Processo:	**017221/2017**	Número do Contrato:	**14/2017**
Descrição/Justificativa:	**Multa de mora no valor de R$ 189,47 (cento e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), em razão do atraso de 13 (treze) dias na disponibilização do acesso deste Superior Tribunal de Justiça à base de dados jurídica "Revista dos Tribunais Online (RT Online)", objeto do Contrato STJ nª 014/2017**		

Anexo SICAF RT (0939285) SEI 2022.003026 / pg. 300

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/11/2022 12:37:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**
CNPJ: **60.501.293/0001-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

E-mail - 0940053

Data de Envio:
24/11/2022 10:11:52

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Assunto:
Assinatura AFMS nº 358.2022. - Nota de Empenho 2022NE0002257.

Mensagem:

À empresa: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA - CNPJ n.º 60.501.293/0001-12

Senhor Fornecedor,

Encaminhamos em anexo a Autorização de Fornecimento visando:
Aquisição de assinatura de bibliotecas digitais jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado de no mínimo 100 (cem) usuários, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse Parquet.

Favor observar os procedimentos a serem seguidos para fins de pagamento, listados no campo Outras Informações.

Para assinatura do documento, acesse: tinyurl.com/acessofornecedorMP

Importante ressaltar que a assinatura da Autorização de Fornecimento (Ordem de Execução de Serviço) deve ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir desta comunicação, sob pena de decair o direito à contratação e demais cominações previstas na Ata de Registro de Preços, Edital de Licitação, Contrato ou Lei de Licitações.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e, desde já, agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Anne Jakeline Carvalho das Neves
Setor de Compras e Serviços-SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

Anexos:
Autorizacao_de_Fornecimento_de_Materiais_e_Servico_0937169.html
Nota_de_Empenho___NE_0935459_NE_2257__2_.pdf
Nota_de_Empenho___NE_0935456_NE_2257.pdf

: Contrato MP Amazonas ajustes

Vieira, Adriana (LatAm) <adriana.vieira@thomsonreuters.com>

Qua, 23/11/2022 16:18

Para: Divisao de Contratos e Convenios <contratos@mpam.mp.br>

1 anexos (583 KB)

CONTRATO ADMINISTRATIVO 026.2022 - MPAM_v231122.pdf;

Boa tarde!
Segue análise da minha área de contratos. Os apontamentos estão em destaque.
Peço ajuste no OBJETO, especificando o que se está contratando e a versão, conforme abaixo:
Os produtos que vocês estão contratando são:

- Revista dos Tribunais Online Online Clássica
- Biblioteca Digital Proview Full

Permaneço à disposição,

Grata,

Adriana

This e-mail is for the sole use of the intended recipient and contains information that may be privileged and/or confidential. If you are not an intended recipient, please notify the sender by return e-mail and delete this e-mail and any attachments. Certain required legal entity disclosures can be accessed on our website: https://www.thomsonreuters.com/en/resources/disclosures.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2022 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, visando à aquisição da assinatura de bibliotecas digitais jurídicas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. Dr. **GEORGE PESTANA VIEIRA**, RG nº 2149594-7 SESEG e CPF nº 416.286.245-15, e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 60.501.293/0001-12, com sede na Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855, 12° andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 04548-903, neste ato representada pelo Sr. **Pablo Leo Peduzzi**, portador do documento de identidade n.º G130457ODIREXEX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 237.908.238-30, e pela Sra. **Juliana Mayumi Oshiro Ono**, portadora do documento de identidade n.º 361286995 - SSP/SP e inscrita no CPF (MF) sob o n.º 800.589.571-20, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.003026**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do **Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026**, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas,** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto de que trata o presente Ajuste compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas** para acesso remoto, não exclusivo e intransferível, ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Parágrafo primeiro. Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente (com a criação da conta *one pass*).

Parágrafo segundo. A assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas deve conter aos seguintes requisitos:

1. atender a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com "*clock*" mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM miníma de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

2. permitir pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência, com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários, utilizando-se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, durante todo o período de vigência do contrato.

3. constar em seu conteúdo periódicos *online*, compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais, contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 305

4. incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

5. possibilitar a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da **CONTRATADA** e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o acesso aos Produtos na Intranet da instituição, no **prazo máximo de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 22 de agosto de 2022, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.003026;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Gerir, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**, mediante ofício ou outros documentos.
3. Atestar o faturamento (nota fiscal) dos serviços realizados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
4. Verificar quando da liquidação dos serviços a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
7. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.
8. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
9. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
10. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
12. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CONTRATADA, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 306

Parágrafo primeiro. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da empresa **CONTRATADA**:

1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar.
2. Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura.
3. Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados.
4. Realizar, durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos.
5. Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo **CONTRATANTE.**
6. Prestar treinamento do produto quando solicitado.
7. Fornecer Manual de Utilização do produto.
8. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
9. Atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
10. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
11. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
12. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
13. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
14. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
15. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
16. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
17. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
18. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 307

Parágrafo primeiro. As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, **bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito à indenização.**

Parágrafo terceiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Comunicar a **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste contrato.
2. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Ajuste.
3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.
5. Efetuar o pagamento da **CONTRATADA**, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos **serviços efetivamente realizados,** por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela **CONTRATANTE**.
6. Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.
7. Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.
8. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
10. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor total deste contrato é de **R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).**

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 22 de agosto de 2022, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A documentação fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser emitidos e apresentados no Setor de Protocolo ou enviados ao e-mail protocolo@mpam.mp.br**.**

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 308

Parágrafo quarto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo nono. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33904014 – Conteúdo de Web, a Nota de Empenho n.º 2022NE0002257, datada de 08/11/2022, no valor de **R$ 12.063,63 (doze mil, sessenta e três reais e sessenta e três centavos).**

Parágrafo único. Nos exercícios seguintes, o valor de **R$ 132.699,91 (cento e trinta e dois mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos),** relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para os orçamentos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

O preço ora contratado não sofrerá reajustamento de qualquer espécie ou natureza durante todo o seu período de vigência, podendo, posteriormente ao referido prazo, ser reajustado, visando a sua adequação aos novos preços de mercado.

Parágrafo primeiro. O pedido de reajuste deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços, com os devidos comprovantes do fato citado.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 309

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ 7.238,18 (sete mil, duzentos e trinta e oito reais e dezoito centavos).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 310

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e no ato convocatório;

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato;

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurada a inexecução do contrato;

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 311

- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pelo Contratante, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas;
- 20% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 312

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 313

PABLO LEO PEDUZZI
Representante Legal da Empresa
Editora Revista dos Tribunais LTDA.

JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO
Representante Legal da Empresa
Editora Revista dos Tribunais LTDA.

Anexo Email - Editora RT (0940538) SEI 2022.003026 / pg. 314

E-mail - 0940702

Data de Envio:
25/11/2022 10:54:02

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Assunto:
Assinatura AFMS nº 358.2022. - Nota de Empenho 2022NE0002257.

Mensagem:

À empresa: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA - CNPJ n.º 60.501.293/0001-12

Senhor Fornecedor,

Encaminhamos em anexo a Autorização de Fornecimento visando:
Aquisição de assinatura de bibliotecas digitais jurídicas por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado de no mínimo 100 (cem) usuários, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse Parquet.

Favor observar os procedimentos a serem seguidos para fins de pagamento, listados no campo Outras Informações.

Para assinatura do documento, acesse: tinyurl.com/acessofornecedorMP

Importante ressaltar que a assinatura da Autorização de Fornecimento (Ordem de Execução de Serviço) deve ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir desta comunicação, sob pena de decair o direito à contratação e demais cominações previstas na Ata de Registro de Preços, Edital de Licitação, Contrato ou Lei de Licitações.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e, desde já, agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Vanilza dos Santos Monteiro
Setor de Compras e Serviços-SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Contato: (92) 3655-0763
Whatsapp: https://wa.me/559236550763

Anexos:
Autorizacao_de_Fornecimento_de_Materiais_e_Servico_0937169.html
Nota_de_Empenho___NE_0935459_NE_2257__2_.pdf
Nota_de_Empenho___NE_0935456_NE_2257.pdf

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41.2022.DCCON.0941396.2022.003026

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, visando à aquisição da assinatura de bibliotecas digitais jurídicas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. Dr. **GEORGE PESTANA VIEIRA**, RG nº 2149594-7 SESEG e CPF nº 416.286.245-15, e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.** , doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 60.501.293/0001-12, com sede na Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855, 12° andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 04548-903, neste ato representada _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.003026**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW FULL e REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA),** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, e seus anexos, e no Edital do _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto de que trata o presente ajuste compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (Revista dos Tribunais Online Clássica e Biblioteca Digital Proview Full)** para acesso remoto, não exclusivo e intransferível, ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Parágrafo primeiro. As Bibliotecas Digitais devem disponibilizar os seguintes conteúdos:

1. **Revista dos Tribunais Online Clássica:** legislação, jurisprudência, doutrina, 38 (trinta e oito) periódicos, notícias reuters.

2. **Biblioteca Digital Proview Full:** e-books da Editora RT e fiscosoft, aproximadamente 1600 obras, incluindo as edições e, durante a vigência do contrato, a atualização e inclusão de novos títulos de acordo com a programação do corpo editorial da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente (com a criação da conta *one pass*).

Parágrafo terceiro. A assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas deve conter aos seguintes requisitos:

1. atender a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com "*clock*" mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM miníma de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

2. permitir pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência, com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários, utilizando-se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, durante todo o período de vigência do contrato.

3. constar em seu conteúdo periódicos *online*, compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais, contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

4. incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

5. possibilitar a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da **CONTRATADA** e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o acesso aos Produtos na Intranet da instituição, no **prazo máximo de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.003026;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à

fiscalização do objeto contratado.

2. Gerir, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**, mediante ofício ou outros documentos.
3. Atestar o faturamento (nota fiscal) dos serviços realizados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
4. Verificar quando da liquidação dos serviços a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
7. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.
8. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
9. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
10. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
12. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CONTRATADA, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da empresa **CONTRATADA**:

1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar.
2. Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura.
3. Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados.
4. Realizar, durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos.
5. Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo **CONTRATANTE.**
6. Prestar treinamento do produto quando solicitado.
7. Fornecer Manual de Utilização do produto.
8. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
9. Atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
10. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
11. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
12. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
13. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil ou em até 7 (sete) dias úetis, as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
14. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
15. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
16. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
17. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
18. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo primeiro. As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, **bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito à indenização.**

Parágrafo terceiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Comunicar a **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste contrato.
2. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Ajuste.
3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.
5. Efetuar o pagamento da **CONTRATADA**, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos **serviços efetivamente realizados,** por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela **CONTRATANTE**.
6. Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.
7. Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.
8. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
10. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor total deste contrato é de **R$ _____ (_____).**

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A documentação fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser emitidos e apresentados no Setor de Protocolo ou enviados ao e-mail protocolo@mpam.mp.br**.**

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo nono. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____; **Programa de Trabalho**: _____; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa**: _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a **Nota de Empenho n.º** _____, no

valor de **R$ _____** (_____).

Parágrafo único. No exercício seguinte o valor de **R$ _____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

O preço ora contratado não sofrerá reajustamento de qualquer espécie ou natureza durante todo o seu período de vigência, podendo, posteriormente ao referido prazo, ser reajustado, visando a sua adequação aos novos preços de mercado.

Parágrafo primeiro. O pedido de reajuste deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços, com os devidos comprovantes do fato citado.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do

contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento

de quaisquer tributos;

2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e no ato convocatório;
- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato;
- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou

documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurada a inexecução do contrato;

- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pelo Contratante, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas;
- 20% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;

3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/11/2022, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0941396** e o código CRC **24BFC0A2**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 967.2022.DCCON.0941399.2022.003026

Manaus, 25 de novembro de 2022.

Ao Exmo. Sr. Dr.
GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Encaminha minuta de contrato ajustada, para análise e aprovação.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Informo que, a pedido da empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.** , ajustamos a minuta do contrato, para fins de especificar o objeto contratado, informando a aquisição da **Revista dos Tribunais Online Clássica** e **Biblioteca Digital Proview Full**, com seus respectivos conteúdos (cláusulas primeira e segunda), bem como o item 13 da Cláusula Sexta e Cláusula Décima Terceira, todos destacados em amarelo.

Deste modo, encaminho os presentes autos, para análise e aprovação da Minuta de Contrato Administrativo 41 (SEI nº 0941396).

Respeitosamente,

(*Assinado Eletronicamente*)
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/11/2022, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0941399** e o código CRC **F2902DBE**.

DESPACHO Nº 849.2022.01AJ-SUBADM.0941099.2022.003026

Retorna o procedimento iniciado pelo Memorando nº 2.2022.BIBLIOT (0768842), emanado da Biblioteca do Ministério Público do estado do Amazonas, que encaminhou minuta de Termo de Referência destinado à "*AQUISIÇÃO DA ASSINATURA de **Bibliotecas Digitais JurídicaS** por 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de ACESSO ONLINE, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), PARA O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET*".

No Despacho nº 599.2022.03AJ-SUBADM (0928429), **ACOLHI** o Parecer nº 102.2022.03AJ-SUBADM (0928427), remetendo o presente caderno processual à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF e à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para fins de conclusão deste processo de contratação.

Por intermédio do Memorando nº 967.2022.DCCON (0941399), a DCCON reencaminha minuta do instrumento contratual, em virtude do pleito apresentado pela pessoa jurídica a ser contratada "*(...) para fins de especificar o objeto contratado, informando a aquisição da **Revista dos Tribunais Online Clássica** e **Biblioteca Digital Proview Full**, com seus respectivos conteúdos.*".

Ante o exposto, compulsando os autos, verifico que as alterações propostas dizem respeito à discriminação dos serviços prestados pelo particular, em consonância à proposta de preços constante neste processo (0884119), concomitantemente à inclusão de dispositivo para apresentação de documento particular nas obrigações da contratada, razão pela qual entendo pela pertinência da proposta, inexistindo razão para reanálise por parte da assessoria jurídica desta SUBADM, haja vista as ponderações já elencadas na peça opinativa supramencionada.

Sendo assim **AUTORIZO** a contratação em comento, **APROVO** a Minuta do Contrato Administrativo nº 41.2022.DCCON (0941396), oportunidade na qual **DETERMINO** o encaminhamento destes à DCCON, para demais providências subsequentes.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, na data de assinatura eletrônica.

GEORGE PESTANA VIEIRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 30/11/2022, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0941099** e o código CRC **D0FDB9B7**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 854.2022.SCOMS.0944885.2022.003026

Manaus, 02 de Dezembro de 2022.

A Senhora
WANDERLÉIA LIMA DA SILVA
Agente Técnico - Bibliotecário

Assunto: Encaminha procedimento para acompanhamento da entrega do objeto.

Senhor Fiscal,

Em face da emissão da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS Nº 358.2022.SCOMS (doc. SEI 0937169), em favor do Fornecedor **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA - CNPJ n.º 60.501.293/0001-12**, informamos que o referido **não realizou a assinatura da AFMS** em tempo hábil e tampouco acusou o rebimento através do *e-mail* institucional**.**

Destacamos que enviamos a AFMS e a Nota de Empenho, por E-mail SCOMS (SEI nº 0938052) no dia 22/11/2022, REITERAMOS nos dias 23/11/2022 (SEI nº 0939030), 24/11/2022 (SEI nº 0940053) e 25/11/2022 (SEI nº 0940702) todavia não obtivemos sucesso, pois o mesma se manteve silente, além de tentativas nos dias 25/11, 30/11 e 01/12/2022 de contato telefônico através do n.º (11) 95781-5488, onde não conseguimos resultados positivos quanto a assinatura.

Dessa forma, encaminhamos os presentes autos para adoção das medidas administrativas adequadas.

Atenciosamente,

Anne Jakeline Carvalho das Neves
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 02/12/2022, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0944885** e o código CRC **B15853CF**.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº Nº 026/2022 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, visando à aquisição da assinatura de bibliotecas digitais jurídicas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. Dr. **GEORGE PESTANA VIEIRA**, RG nº 2149594-7 SESEG e CPF nº 416.286.245-15, e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.** , doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 60.501.293/0001-12, com sede na Av. Dra. Cardoso de Mello, 1855, 12° andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 04548-903, neste ato representada pelo Sr. **Pablo Leo Peduzzi**, portador do documento de identidade n.º G130457ODIREXEX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 237.908.238-30, e pela Sra. **Juliana Mayumi Oshiro Ono**, portadora do documento de identidade n.º 361286995 - SSP/SP e inscrita no CPF (MF) sob o n.º 800.589.571-20, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.003026**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do **Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026**, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW FULL e REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA),** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão (Revista dos Tribunais Online) e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto de que trata o presente ajuste compreende a contratação de assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (Revista dos Tribunais Online Clássica e Biblioteca Digital Proview Full)** para acesso remoto, não exclusivo e intransferível, ao conteúdo, proporcionando a todos os membros, servidores, órgãos do Ministério Público do Estado do Amazonas, recursos informacionais bibliográficos com proposta doutrinária consistente e elaborada para melhor embasamento dos argumentos jurídicos.

Parágrafo primeiro. As Bibliotecas Digitais devem disponibilizar os seguintes conteúdos:

1. **Revista dos Tribunais Online Clássica:** legislação, jurisprudência, doutrina, 38 (trinta e oito) periódicos, notícias reuters. Acesso: IP Token.

2. **Biblioteca Digital Proview Full:** e-books da Editora RT e fiscosoft, aproximadamente 1600 obras, incluindo as edições e, durante a vigência do contrato, a atualização e inclusão de novos títulos de acordo com a programação do corpo editorial da **CONTRATADA**. Acesso: IP com criação da conta One pass.

Parágrafo segundo. Forma de Acesso: IP para até 100 (cem) usuários simultaneamente.

Parágrafo terceiro. A assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas deve conter aos seguintes requisitos:

1. atender a configuração dos microcomputadores para a utilização do acesso online: Processador com "*clock*" mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM mínima de 1GB; Monitor com resolução de 1024x768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozila Firefox 3.0 (Recomendável 3.5 ou superior), Internet Explorer 7.0 (Recomendável 8.0ou superior) ou Safari 5; Acesso a Internet (banda larga), pois o parque computacional do MPAM possui computadores com configuração superior.

2. permitir pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência (Revista dos Tribunais Online), com tema livre e termos indexados, recursos de exportação de trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, com possibilidade de acesso simultâneo e

multiusuários, utilizando-se de livros jurídicos em formato digital, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições, salvo as obras não autorizadas pelo autor na disponibilização da Biblioteca, durante todo o período de vigência do contrato.

3. constar em seu conteúdo periódicos *online* (Revista dos Tribunais Online), compreendendo as revistas atualmente em circulação e as revistas já publicadas pela editora; jusrisprudência selecionada de todos os Tribunais Judiciários, com inteiro teor dos Acórdãos; legislação federal, e legislação de natureza tributária de todos os Estados; súmulas publicadas pelos Tribunais; doutrinas essenciais, contendo a seleção histórica dos melhores artigos doutrinários publicados e separados por áreas do Direito; pareceres emitidos por renomados juristas, soluções práticas, e notícias.

4. incluir o direito de leitura; exibição em telas, monitores ou projetores de uso interno; citação ou extração de excertos com a apropriada remissão e créditos, para colar em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares no uso regular das atividades profissionais e criação de impressões para distribuição e circulação interna.

5. possibilitar a impressão de Relatório de uso: após solicitação que seja gerado manualmente pelos analistas da **CONTRATADA** e enviado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o acesso aos Produtos na Intranet da instituição, no **prazo máximo de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 22 de agosto de 2022, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.003026;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
2. Gerir, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**, mediante ofício ou outros documentos.
3. Atestar o faturamento (nota fiscal) dos serviços realizados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
4. Verificar quando da liquidação dos serviços a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
7. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.
8. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
9. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
10. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
12. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CONTRATADA, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente

contrato.

Parágrafo primeiro. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da empresa **CONTRATADA**:

1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento e na documentação complementar.
2. Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a sexta-feira nos horários comerciais, pelo período de validade da assinatura.
3. Fornecer conteúdos editoriais jurídicos selecionados.
4. Realizar, durante o período de vigência do contrato, atualizações (Upgrades) dos Conteúdos e Produtos.
5. Gerar o relatório de uso, no prazo estabelecido, quando solicitado pelo **CONTRATANTE.**
6. Prestar treinamento do produto quando solicitado.
7. Fornecer Manual de Utilização do produto.
8. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
9. Atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
10. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
11. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
12. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
13. Comunicar à **CONTRATANTE,** em tempo hábil ou em até 7 (sete) dias úetis, as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
14. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
15. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
16. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
17. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
18. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo primeiro. As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, **bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito à indenização.**

Parágrafo terceiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Comunicar a **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste contrato.
2. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos em desacordo com as especificações descritas neste Ajuste.
3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor pactuado.
5. Efetuar o pagamento da **CONTRATADA**, conforme Nota de Empenho dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos **serviços efetivamente realizados,** por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela **CONTRATANTE**.
6. Disponibilizar para os usuários o link de acesso em sua Intranet.
7. Assegurar o uso do Produto para fins internos, não comerciais.
8. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
10. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor total deste contrato é de **R$ 144.763,54 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).**

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 22 de agosto de 2022, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A documentação fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser emitidos e apresentados no Setor de Protocolo ou enviados ao e-mail protocolo@mpam.mp.br**.**

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo nono. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33904014 – Conteúdo de Web, a Nota de Empenho n.º 2022NE0002257, datada de 08/11/2022, no valor de **R$ 12.063,63 (doze mil, sessenta e três reais e sessenta e três centavos).**

Parágrafo único. Nos exercícios seguintes, o valor de **R$ 132.699,91 (cento e trinta e dois mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos),** relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para os orçamentos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

O preço ora contratado não sofrerá reajustamento de qualquer espécie ou natureza durante todo o seu período de vigência, podendo, posteriormente ao referido prazo, ser reajustado, visando a sua adequação aos novos preços de mercado.

Parágrafo primeiro. O pedido de reajuste deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços, com os devidos comprovantes do fato citado.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ 7.238,18 (sete mil, duzentos e trinta e oito reais e dezoito centavos).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a

garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e no ato convocatório;
- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato;
- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurada a inexecução do contrato;
- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pelo Contratante, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas;
- 20% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato,

necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;

3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

PABLO LEO PEDUZZI
Representante Legal da Empresa
Editora Revista dos Tribunais LTDA.

JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO
Representante Legal da Empresa
Editora Revista dos Tribunais LTDA.

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 02/12/2022, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Pablo Leo Peduzzi**, **Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 09:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Mayumi Oshiro Ono**, **Usuário Externo**, em 07/12/2022, às 07:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Maikon Antonio Freitas Martins**, **Testemunha**, em 07/12/2022, às 08:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Testemunha**, em 07/12/2022, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0945017** e o código CRC **D241F429**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**60.501.293/0001-12**	DUNS®:	**899056626**
Razão Social:	**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**15/11/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta (Dados obtidos do histórico)**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**29/05/2023**
FGTS	Validade:	**03/01/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**03/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**29/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**01/06/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 996.920.312-68 Nome: MAIKON ANTONIO FREITAS MARTINS
Ass: _____

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 341

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **60.501.293/0001-12** DUNS®: **899056626**
Razão Social: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ**
Data Aplicação: **29/11/2005**
Número do Processo: **056/05**
Descrição/Justificativa: **ADVERTêNCIA PELO NãO FORNECIMENTO DO ITEM 12 (ENUNCIADOS DO TST) CONFORME OFÍCIO/CVM/SAD/Nª 427/2005.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**
Data Aplicação: **12/04/2019**
Número do Processo: **2002.2692/2018-81** Número do Contrato: **2018NE000577**
Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento no art. 87, inc. I da Lei 8.666/93, em razão do retardo excessivo no adimplemento da obrigação de treinamento.**

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 342

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**
Data Aplicação: **15/04/2019**
Número do Processo: **2002.4830/2018-70** Número do Contrato: **2018NE000673**
Descrição/Justificativa: **A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento no Art. 87. inciso I da Lei 8.666/1993, em razão do retardo excessivo no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **925480 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**
Data Aplicação: **04/02/2015**
Número do Processo: **2013/6802**
Descrição/Justificativa: **O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, através de sua Secretária de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nª 738/12/TJRR, art. 2ª, IV aplica à empresa EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, A aplicação da penalidade de advertência, é decorrente de descumprimento contratual, com fundamento no art.87, I, da Lei 8.666/93 e no Edital de Pregão Eletrônico n.ª 36/2013, conforme publicação no DJe, edição nª 5447, de 07.02.2015**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO**
Data Aplicação: **29/12/2014**
Número do Processo: **22532-14.2014.4** Número do Contrato: **2014NE000628**
Descrição/Justificativa: **O TRF 3º Região resolve aplicar à empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda, CNPJ nª 60.501.293/0001-12, a sanção de advertência, com base no artigo 87, I, da Lei nª 8.666/93. A penalidade é resultado do descumprimento da obrigação avençada, com a entrega dos periódicos, mediante processo administrativo nª 0022532-14.2014.4.03.8000.**

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 343

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154041 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO**
Data Aplicação: **13/02/2014**
Número do Processo: **23115016779201235** Número do Contrato: **2012NE801839**
Descrição/Justificativa: **A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, NOS TERMOS DO PROCESSO 23115.016779/2012-35, DECIDE COM BASE NA AUTORIZAÇÃO DO PRÓ REITOR DE GESTÃO E FINANÇAS DESTA UFMA, E ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA A EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA – CNPJ 60.501.293/0001-12, PREVISTA NO ART 87ª DA LEI 8.666/1993, INC I EM VIRTUDE DE PROBLEMAS OCASIONADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO. (2012NE801839)**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **23/07/2021**
Número do Processo: **503.021/2019-2** Número do Contrato: **2019NE001577**
Descrição/Justificativa: **ATO.SEA.N. 31/2021 - Aplicar à empresa a penalidade de ADVERTÊNCIA, em razão de atraso no fornecimento de exemplares, após a Notificação nª 1/2021, bem como do não atendimento às solicitações de assinatura do aditivo contratual, por ofensa aos itens 3.1.6 e 3.1.7, e com apoio no item 6.1.1 do Anexo do Termo de Referência DIAA/CAMIN nª 9/2019, c/c o art. 87, I, da Lei nª 8.666/93.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ**
Data Aplicação: **26/01/2015**
Número do Processo: **RJ-2013-8623** Número do Contrato: **013/2014**
Descrição/Justificativa: **Atraso na regularização da prestação dos serviços, assim como sucessivos faturamentos equivocados, sem a devida correção solicitada pela fiscalização.**

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 344

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**20001 - SENADO FEDERAL**		
Data Aplicação:	**31/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 138,68**
Número do Processo:	**00200002260201396**	Número do Contrato:	**2013NE000324**
Descrição/Justificativa:	**Por intermédio da Portaria nª 60, de 31 de março de 2015, o Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado Federal, com base nos subitens 4.1 e 4.2 do Regulamento Para Compras de Periódicos Nacionais e Estrangeiros, aplica à empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA pena de MULTA no valor de R$ 132,68, pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n 2013NE000324, conforme disposto no Processo n 00200.002260/2013-96.**		

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**12/02/2014**	Valor da Multa:	**R$ 381,86**
Número do Processo:	**060.004.136/2013**		
Descrição/Justificativa:	**PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DO EMPENHO Nª 2013NE09046 (substitui a 2013NE07831).**		

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**90011 - JUSTICA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE**		
Data Aplicação:	**05/04/2016**	Valor da Multa:	**R$ 1.020,00**
Número do Processo:	**1055/2014**	Número do Contrato:	**03/2015**
Descrição/Justificativa:	**descumprimento total do contrato, visto que a empresa excedeu em mais de 30 (trinta) dias o prazo para fornecimento dos seguintes Periódicos: Revista de Direito Privado (trinta e oito dias de atraso), Revista dos Tribunais (trinta e oito dias de atraso), Revista de Direito Ambiental (trinta e oito dias de atraso), Revista de Processo (trinta e oito e quarenta e três dias de atraso), Revista Brasileira de Ciências Criminais (trinta e oito dias de atraso) e Revista de Direito Constitucional e Internacional (trinta e oito dias de atraso),**		

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 345

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**		
Data Aplicação:	**22/04/2015**	Valor da Multa:	**R$ 3.200,00**
Número do Processo:	**19146/2013**		
Descrição/Justificativa:	**art. 4ª §2ª da Portaria GPR n. 72/2015**		

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**		
Data Aplicação:	**12/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 750,00**
Número do Processo:	**2002.2692/2018-81**	Número do Contrato:	**2018000577**
Descrição/Justificativa:	**A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de multa, no valor de R$ 750,00, equivalente a 5 % do valor da contratação (R$ 15.000,00), com fundamento no art. 87, inc. II, da Lei 8.666/93, e no subitem 9.2, inc. I, do Termo de Referência, em razão do atraso no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF**		
Data Aplicação:	**15/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 1.166,00**
Número do Processo:	**2002.4830/2018-70**	Número do Contrato:	**2018NE000673**
Descrição/Justificativa:	**A Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho resolve aplicar a penalidade de Multa no total de R$1.166,00, equivalente a 2,5 % do valor da contratação empenhado (R$ 46.640,00), com fundamento no Art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993 e no subitem 9.2, inciso I, do Termo de Referência, em razão do retardo excessivo no início do cumprimento da obrigação de treinamento.**		

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.**		
Data Aplicação:	**15/07/2014**	Valor da Multa:	**R$ 14.832,90**
Número do Processo:	**3998/2014-52**	Número do Contrato:	**2013NE001988**
Descrição/Justificativa:	**Não disponibilização dos arquivos para inclusão na Biblioteca Digital do MPF**		

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 346

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**		
Data Aplicação:	**20/11/2014**	Valor da Multa:	**R$ 5.119,12**
Número do Processo:	**504.104/2013-2**	Número do Contrato:	**2013NE002189**
Descrição/Justificativa:	**ATO SEA nª 122/2014, de 20/11/2014, aplicada penalidade de MULTA, em razão do atraso na disponibilização dos arquivos PDF, conforme a nota de empenho 2013NE002189.**		

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**22/10/2015**	Valor da Multa:	**R$ 6.558,00**
Número do Processo:	**6456/2015**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**NOS TERMOS DO ARTIGO 86, CAPUT, DA LEI 8.666/1993, DEVIDO AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DA NOTA EMPENHO 2545/2013.**		

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**10/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 22,23**
Número do Processo:	**STJ nª 12071/2014**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa moratória, com fundamento no art. 86, caput, da Lei 8.666/93, e no item 06 das Condições de Fornecimento e de Prestação de Serviços ao STJ, devido ao atraso na entrega do material objeto da nota de empenho nª 0214/2015. MULTA RECOLHIDA.**		

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência:	**Legado**
UASG Sancionadora:	**90012 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA**
Número do Processo:	**1187/2005-JFBA**
Descrição/Justificativa:	**A JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA, ATRAVÉS DO P.A. Nª1187/2005-JFBA, APLICOU À EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA MULTA NO VALORTOTAL DE R$ 12,38, EM RAZÃO DO ATRASO DE 11 DIAS NA ENTREGA DO MATERI-AL RELATIVO À NOTA DE EMPENHO Nª 2004NE002103, COM FULCRO NO ARTIGO 86DA LEI Nª 8.666/93 E NA MENCIONADA NOTA DE EMPENHO.**

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 347

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**		
UASG Sancionadora:	**100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**		
		Impeditiva:	**Não**
Número do Processo:	**01.107/2016**	Número do Contrato:	**2016NE000498**
Descrição/Justificativa:	**DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS.**		

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
		Impeditiva:	**Não**
Número do Processo:	**017221/2017**	Número do Contrato:	**14/2017**
Descrição/Justificativa:	**Multa de mora no valor de R$ 189,47 (cento e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), em razão do atraso de 13 (treze) dias na disponibilização do acesso deste Superior Tribunal de Justiça à base de dados jurídica "Revista dos Tribunais Online (RT Online)", objeto do Contrato STJ nª 014/2017**		

Anexo SICAF - Editora RT (0946522) SEI 2022.003026 / pg. 348

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **60.501.293/0001-12**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:59:46 do dia 06/12/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: SSFX061222095946

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
CNPJ: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:01:51 do dia 21/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/04/2023.
Código de controle da certidão: **BBCA.83D1.6ECC.293D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.501.293/0001-12
Razão Social: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
Endereço: R DO BOSQUE 820 / BARRA FUNDA / SAO PAULO / SP / 01136-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/11/2022 a 15/12/2022

Certificação Número: 2022111600324299724104

Informação obtida em 29/11/2022 17:20:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Anexo Certidões RT atualizadas (0947426) SEI 2022.003026 / pg. 351

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 60.501.293

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	41471471	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	29/11/2022 17:45:44	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	22110663136-49
Data e hora da emissão	29/11/2022 17:47:21
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

Anexo Certidões RT atualizadas (0947426) SEI 2022.003026 / pg. 353

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 1076379 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 60.501.293/
Contribuinte: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

Liberação: 03/12/2022
Validade: 01/06/2023

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.095.869-0- Inicio atv :20/09/1955 (AV DR CARDOSO DE MELO, 1855 - CEP: 04548-903)
CCM 1.157.770-3- Inicio atv :01/09/1972 (R CONDE DE SARZEDAS, 00038 - CEP: 01512-000 - Cancelado em: 10/07/1991)
CCM 2.781.220-0- Inicio atv :07/12/1998 (R DO BOSQUE, 00820 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 03/07/2001)
CCM 3.892.861-2- Inicio atv :12/03/2009 (AV DA LIBERDADE, 00956 - CEP: 01502-001 - Cancelado em: 27/02/2014)
CCM 2.377.155-0- Inicio atv :03/09/1989 (R CONDE DO PINHAL, 00078 - CEP: 01501-060 - Cancelado em: 27/02/2014)
CCM 2.349.674-6- Inicio atv :07/02/1995 (R HANNEMANN, 00352 - CEP: 03031-040 - Cancelado em: 30/09/2007)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 16:14:45 horas do dia 03/12/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 2C7298F8

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 60.501.293/0001-12
Certidão nº: 35803593/2022
Expedição: 21/10/2022, às 17:01:11
Validade: 19/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.501.293/0001-12**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2124697 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 29/11/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, CNPJ: 60.501.293/0001-12, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 30 de novembro de 2022.

PEDIDO N°: 0062146496

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 8.2022.BIBLIOT.0947637.2022.003026

Manaus, 07 de dezembro de 2022.

Ao Senhor

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor do DTIC

Nesta

Assunto: **Bibliotecas Digitais Jurídicas**

Cumprimento Vossa Senhoria com o presente e, à oportunidade, ENCAMINHO para vosso conhecimento e PROVIDÊNCIAS cabíveis, o Processo 2022.003026, que solicitou a aquisição de Bibliotecas Digitais Juridicas para acesso de membros, servidores e estagiários do Ministério Público.

Desde já agradeço a atenção e me coloco à disposição dos eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Wanderléia Lima da Silva

Agente Técnico – Bibliotecário

Documento assinado eletronicamente por **Wanderléia Lima da Silva**, **Agente Técnico - Bibliotecário**, em 07/12/2022, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

Promotor de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 2022/0000116260

PORTARIA Nº 165.2022.000222

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Parintins, pelo Promotor de Justiça infraassinado, no exercício de suas atribuições legais, máxime os artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e as disposições da Lei Orgânica Nacional nº 8.625/93 e do art. 4º, inc. I, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 17/12/1993;

Considerando as atribuições da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude definidas nos arts. 201, incisos VI, VII e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 227, determina que o Estado (lato sensu), a sociedade e a família devem garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária da criança e adolescente; Considerando que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e merecem proteção integral a fim de que lhes sejam efetivados todos os seus direitos
fundamentais, garantindo-lhes condições adequadas a seu pleno desenvolvimento, conforme a Constituição Federal, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, incumbindo-lhe, dentre suas atribuições institucionais, conforme estabelece o art.201. VII da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judicias e extrajudiciais cabíveis e é atribuição desta Promotoria de Justiça, no caso concreto;

Considerando o ofício nº 449/2022 – CTP, encaminhado pelo Conselho Tutelar de Parintins, que relata possível situação de risco das crianças Kauã Schoeping e Karolina dos Santos Schoeping, filhos de Júlio César Schoeping e Nilze Figueira dos Santos;

Considerando que findou o prazo para apuração da presente Notícia de Fato, consoante estabelecido na resolução nº 006/2015 – CSMP.

Resolvo instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL e determino as seguintes diligências:

a) A autuação do presente Inquérito Civil, com a presente Portaria seguida dos documentos que a acompanham;

b) A fim de funcionarem como secretários no presente procedimento, fica o servidor Jeovan Belém Paes;

c) Oficia-se o CTPIN para que realize buscas pelo pai das crianças e realize visita técnica para verificar se as crianças se encontram em situação de risco, devendo adotar as medidas preventivas sendo identificada a veracidade dos fatos;

e) Publique-se extrato da presente portaria no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas;

Parintins/AM, 07 de dezembro de 2022

MARCELO BITARÃES DE SOUZA BARROS

Promotor de Justiça

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 709/2022/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 2022.024110

RESOLVE:

DESIGNAR o estagiário de Nível Médio, CARLOS NATIEL DE SOUZA SANTOS, para exercer suas atribuições junto a(o) DRH - Divisão de Recursos Humanos, a contar de 12/12/2022, no horário de 13:00 às 17:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 07 de dezembro de 2022

MARCUS ROBERTO LARANJEIRA DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

REQUERIMENTO Nº 170340/2022

Interessado: Ubirajara Moreira Guimarães
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2022, para fruição no período de 08/09/2022 a 17/09/2022.
Marcus Roberto Laranjeira da Silva
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 193589/2022

Interessado: Miscilane de Maria Pimentel Gomes
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2022, para fruição no período de 21/06/2023 a 30/06/2023.
Marcus Roberto Laranjeira da Silva
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 2022.003026
Espécie: Contrato Administrativo n.º 026/2022 – MP/PGJ.
Licitação: Despacho de Inexigibilidade de Licitação Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026.
Objeto: Aquisição da assinatura de Bibliotecas Digitais Jurídicas (BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW FULL e REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA), por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão (Revista dos Tribunais Online) e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse parquet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência n° 3.2022.BIBLIOT.0856224.2022.003026, e seus anexos.
Valor: R$ 144.763,54.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Anexo DOMPE (0948314) SEI 2022.003026 / pg. 359

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; Fonte: 0100 – Recursos Ordinários; Natureza da Despesa: 33904014 – Conteúdo de Web, a Nota de Empenho n.º 2022NE0002257, datada de 08/11/2022, no valor de R$ 12.063,63 (doze mil, sessenta e três reais e sessenta e três centavos).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo o período de 06 de dezembro de 2022 a 06 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.
Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça.
Contratada: Editora Revista dos Tribunais LTDA.
Signatários: Exmo. Sr. George Pestana Vieira (Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos) e Srs. Pablo Leo Peduzzi e Juliana Mayumi Oshiro Ono, Representantes da Contratada.
Data: 06.12.2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Anexo DOMPE (0948314) SEI 2022.003026 / pg. 360

E-mail - 0948315

Data de Envio:
09/12/2022 11:42:58

De:
MPAM/Divisão de Contratos e Convênios <contratos@mpam.mp.br>

Para:
adriana.vieira@thomsonreuters.com

Assunto:
Garantia contratual referente ao CT n 026/2022-MP/PGJ

Mensagem:
À empresa: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
Senhor Fornecedor,

Solicito o envio da garantia contratual referente ao Contrato nº 26/2022/MP-PGJ, conforme CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, prevista no referido contrato

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e, desde já, agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Elissandra R. Arruda
Divisão de Contratos e Convênios
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Contato: (92) 99155-3002

DA GARANTIA CONTRATUAL:

Anexos:
Contrato_Administrativo_0945017.html
Anexo_0948314_DOMPE.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 1022.2022.DCCON.0948316.2022.003026

Manaus, 12 de dezembro de 2022.

Ao Exmo. Sr. Dr.
GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTA

Assunto: Solicitação de designação de gestor/fiscal - Contrato Administrativo nº 026/2022 - MP/PGJ.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Considerando a celebração do **Contrato Administrativo º 026/2022 - MP/PGJ (0945017)** firmado entre este Ministério Público e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA,** cujo objeto é a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW FULL e REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA),** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão (Revista dos Tribunais Online) e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por esse *parquet*, **informo sobre a necessidade de designação de gestor/fiscal para o Contrato em questão.**

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 12/12/2022, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0948316** e o código CRC **28AEA0AF**.

PORTARIA N° 1465/2022/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2022.003026 – SEI,

RESOLVE:

I - DESIGNAR a servidora **WANDERLÉIA LIMA DA SILVA** , Agente Técnico - Bibliotecário, para gerir e fiscalizar o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2022 - MP/PGJ**, firmado entre este Ministério Público e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA,** cujo objeto é a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW FULL e REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA),** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão (Revista dos Tribunais Online) e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por este *Parquet;*

II – No impedimento e/ou afastamento do(a) gerenciador(a) titular, fica designado como gestor/fiscal do referido Contrato o(a) chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 13 de dezembro de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/12/2022, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0949782** e o código CRC **E9F181F0**.

E-mail - 0951046

Data de Envio:
15/12/2022 10:11:07

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
Wanderleia Lima da Silva Borges <wanderleiasilva@mpam.mp.br>

Assunto:
Ciência de Portaria

Mensagem:
Prezado(a) Servidor(a),

Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Secretaria da SUBADM

Anexos:
PORTARIA_0949782.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 588.2022.SUBADM.0951047.2022.003026

Certifico, para todos os fins, que o documento 0949782 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, 15 de dezembro de 2022.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 15/12/2022, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0951047** e o código CRC **FE6E98DB**.

2022.003026 v2

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 1047.2022.DCCON.0952287.2022.003026

Manaus, 16 de dezembro de 2022.

Ao Senhor
MARCOS ANDRÉ ABENSUR
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

À Senhora
WANDERLÉIA LIMA DA SILVA
Agente Técnico - Bibliotecário
GESTOR /FISCAL CT n.º 026/2022 – MP/PGJ

Assunto: **Celebração do Contrato Administrativo n.º 026/2022 – MP/PGJ**

Prezados,

Considerando a celebração do **Contrato Administrativo n.º 026/2022 – MP/PGJ** (SEI nº 0949782), firmado entre este **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA ,** cujo objeto é a aquisição da assinatura de **Bibliotecas Digitais Jurídicas (BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW FULL e REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA),** por 24 (vinte e quatro) meses, com disponibilização de acesso online, que inclua doutrina, legislação nacional atualizada, jurisprudências nacionais com acesso simultâneo e unificado, possibilitando impressão (Revista dos Tribunais Online) e gerenciamento de publicações jurídicas (livros, periódicos em texto completo), para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, com o fito de dar suporte às atividades executadas por este *Parquet*, **encaminho o presente auto, para conhecimento e adoção de providências cabíveis**.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 19/12/2022, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA**

Nota de Empenho

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	**Número Documento** 2022NE0002257	**Data Emissão** 08/11/2022
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	**Processo** 000000.003026/2022	**NE Original**
Credor 60501293000112 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	**Licitação** 6 - Inexigível	**Referência** Art.25; I; Lei 8.666/93
Evento 400091 - Empenho de Despesa	**Modalidade** 1 - Ordinário	**Valor** 12.063,63

Unidade Orçamentária	03101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Programa Trabalho	03.122.0001.2001.0001	Administração da Unidade
Fonte Recurso	01000000	Recursos Ordinários
Natureza Despesa	33904014	Conteúdo de web

Município 9999 - Estado
Convênio
Origem do Material 1 - Origem Nacional
Tipo de Empenho 9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso

Janeiro	0,00	**Fevereiro**	0,00	**Março**	0,00	**Abril**	0,00
Maio	0,00	**Junho**	0,00	**Julho**	0,00	**Agosto**	0,00
Setembro	0,00	**Outubro**	0,00	**Novembro**	6.031,81	**Dezembro**	6.031,82

Descrição dos Itens

Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
MÊS	AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECAS DIGITAIS JURÍDICAS POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO ONLINE, QUE INCLUA DOUTRINA, LEGISLAÇÃO NACIONAL ATUALIZADA, JURISPRUDÊNCIAS NACIONAIS COM ACESSO SIMULTÂNEO E UNIFICADO DE NO MÍNIMO 100 (CEM) USUÁRIOS, POSSIBILITANDO IMPRESSÃO E GERENCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS (LIVROS, PERIÓDICOS EM TEXTO COMPLETO), PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, COM O FITO DE DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES EXECUTADAS POR ESSE PARQUET, CONFORME DESPACHO Nº 599.2022.03AJ-SUBADM.0928429.2022.003026 E DEMAIS DOCUMENTOS DO PI 2022.003026. 1. THOMSON REUTERS PROVIEW¿. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: E-BOOKS DA EDITORA RT E FISCOSOFT. APROXIMADAMENTE 1600 OBRAS INCLUINDO AS EDIÇÕES. DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, O CLIENTE TERÁ ATUALIZAÇÃO E INCLUSÃO DE NOVOS TÍTULOS DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DO CORPO EDITORIAL DA RT. ACESSO: 100 USUÁRIOS. IP COM CRIAÇÃO DA CONTA ONEPASS. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (2 MESES) = R$ 5.747,38 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (12 MESES) = R$ 34.484,28 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (10 MESES) = R$ 28.736,90	2	2,873.6900	5.747,38
MÊS	2. REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE CLÁSSICA. CONTEÚDOS DISPONÍVEIS: LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, DOUTRINA, 38 (TRINTA E OITO) PERIÓDICOS, NOTÍCIAS REUTERS. FORMA DE ACESSO: IP TOKEN. ACESSO: 100 USUÁRIOS. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (2 MESES) = R$ 6.316,25 VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (12 MESES) = R$ 37.897,49	2	3,158.1250	6.316,25

George Pestana Vieira
Subprocurador-Geral de Justiça
Para assuntos Administrativos

Marcos André Abensur
Diretor de Orçamento e Finanças

Saldo Anterior:	839.275,12	**Valor do Empenho:**	12.063,63	**Valor Disponível**	827.211,49
Data de Entrega:	30/11/2022	**Local de Entrega:**	PGJ		
Ordenador de Despesa:	ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	**Usuário Operador da NE :**	THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA		

Nota de Empenho 2257/2022 (0953584) SEI 2022.003026 / pg. 369

Nota de Lançamento

Unidade Gestora	Data Emissão	Número
003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	20/12/2022	2022NL0003939
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA		

Credor 60501293000112 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

Tipo de Documento: OUTROS

Natureza da Despesa: 33904014 - Conteúdo de web

Observação

Registro referente ao C.A. nº 026/2022 MP/PGJ, conforme liquidação da NE 2257/2022, compreendendo o período de 06 de dezembro de 2022 a 06 de dezembro de 2024.

Evento	Inscricão Evento	Classificação	Fonte	Valor
540412			01000000	12.063,63

Marcos André Abensur
Diretor de Orçamento e Finanças

Ordenador :	Usuário Operador da NL:
ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	FERNANDA MATIAS DA COSTA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - CEP 69000-000 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

INFORMAÇÃO Nº 164.2022.SSI.0954561.2022.003026

ASSUNTO: Acesso de membros, servidores e estagiários do Ministério Público às Bibliotecas Digitais Juridicas (Revista dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview).

INTERESSADO: A Senhora **WANDERLÉIA LIMA DA SILVA** Agente Técnico - Bibliotecário

1. Relatório

Trata-se de expediente da Senhora **WANDERLÉIA LIMA DA SILVA,** Agente Técnico - Bibliotecário, onde informa a necessidade de disponibilizar acesso de membros, servidores e estagiários do Ministério Público das Bibliotecas Digitais Juridicas (Revista dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview) (doc. SEI n.º 0947637) no Portal Institucional.

É o relatório, passo a informar.

2. Informação

Informo que astão disponíveis os hiperlinks para a Revista dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview na barra de sistemas do portal institucional para usuários logados, conforme imagens a seguir:



imagem 01: barra de ferramentas do portal institucional.

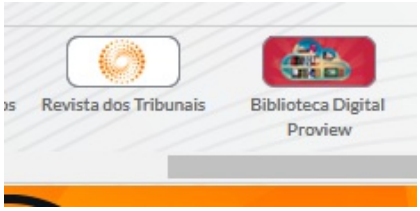


imagem 02: detalhe dos ícones para acesso Revista dos Tribunais e Biblioteca Digital Proview.

É a informação.

JULIANO GONÇALVES DE VASCONCELLOS

Agente Técnico - Webdesigner

Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gonçalves de Vasconcellos**, **Agente Técnico - Web Designer**, em 22/12/2022, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0954561** e o código CRC **2E2E8E8C**.

Pottencial SEGURADORA

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº:	03069202299077508137090000
RAMO:	0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO
PROPOSTA:	1.832.273

Vigência do seguro a partir das 00h do dia 22/11/2022 até 24hs do dia 22/02/2025.

DADOS DO SEGURADO

NOME: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS **CPF OU CNPJ:** 04.153.748/0001-85

ENDEREÇO: AV CEL TEIXEIRA 7995 - NOVA ESPERANCA

CEP: 69.037-473 **CIDADE:** MANAUS **UF:** AM

DADOS DO TOMADOR

NOME: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA **CPF OU CNPJ:** 60.501.293/0001-12

ENDEREÇO: AVENIDA DR CARDOSO DE MELO , 1855 - ANDAR 12 CONJ 121 - VILA OLIMPIA

CEP: 04.548-903 **CIDADE:** SÃO PAULO **UF:** SP

DADOS DO CORRETOR

NOME: MARSH CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 61.038.592/0001-25 **SUSEP:**202030323

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R$ 7.238,18 - Sete Mil e Duzentos e Trinta e Oito Reais e Dezoito Centavos

MODALIDADE: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no CONTRATO nº 026/2022, PROCESSO nº 2022.003026 .

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO
Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços	R$ 7.238,18	R$ 200,00
Ações Trabalhistas e Previdenciarias	R$ 7.238,18	R$ 20,00

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO

Prêmio Líquido	R$	220,00
Adicional de Fracionamento	R$	0,00
Custo de Apólice	R$	0,00
IOF	R$	0,00
Prêmio Total	R$	220,00

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R$ 220,00	26/01/2023

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 27/12/2022 17:22:00

João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice. No site, informe o Nº da Apólice: 03069202299077508137090000. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 03069202200990075081370900000.

As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br , ou através do QR Code.

Garantia Contratual (0956203) SEI 2022.003026 / pg. 373

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CONDIÇÕES ESPECIAIS - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO II: CONDIÇÕES ESPECIAIS. RAMO 0775: SEGURADO SETOR PÚBLICO.

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993.

1.3. **Excluem-se, expressamente, da responsabilidade da seguradora, todas e quaisquer obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias de responsabilidade do Tomador, salvo pela contratação, com verba específica independente, da Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.**

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações

assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

1. OBJETO:

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, ate o limite máximo de indenização, o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente e que os valores tenham sido pagos por este, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado, bem como do transito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com previa anuência da seguradora e conseqüente homologação do Poder Judiciário.

1.2. No que diz respeito à subsidiariedade, a responsabilidade do segurado será referente relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador, oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Conseqüentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

2. DEFINIÇÕES:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamatória e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.2. Limite Maximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.3. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis n° 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.4. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.5. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do titulo executivo judicial.

3. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

3.1. Expectativa: quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar a seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.

3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.

3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.

3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação, com o

pagamento dos valores constantes na condenação do segurado.

3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a)comprovante(s) de pagamento dos valores citados no item 3.2. desta Cobertura Adicional;

b)certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

c)acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver.

d)guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

e)guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;

f) documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7°, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.

3.4. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

3.5. Caracterização: recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2.1., a Seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

4. ACORDOS:

4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.

4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fizer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.

4.3. Acordos decorrentes das reclamatórias trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2..

5. INDENIZAÇÃO:

Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de reembolso, até o limite máximo de indenização estabelecido na apólice.

6. PERDA DE DIREITO:

Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito a indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

II - quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do Trabalho ou confessar.

III - se o segurado firmar acordo sem a prévia anuência da seguradora ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.

IV - nos casos de condenações do tomador e/ou segurado no que se refere a dano moral e/ou dano material, assédio moral ou sexual decorrentes de responsabilidade civil do tomador e/ou do segurado e indenizações por acidente de trabalho.

7. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.